



ROBSON ORZARI RIBEIRO

**REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E
ARTÍSTICO NACIONAL:**

Textos de História da Arte engajados na política de preservação no Brasil

Campinas
2013



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

ROBSON ORZARI RIBEIRO

REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL:
Textos de História da Arte engajados na política de preservação no Brasil

Orientador: prof. Dr. Marcos Tognon

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas como parte dos requisitos exigidos para obtenção do Título de Mestre, na área de concentração História da Arte.

Este exemplar corresponde à versão final da dissertação defendida pelo aluno Robson Orzari Ribeiro, e orientada pelo Prof. Dr. Marcos Tognon e aprovada no dia 26/02/2013.

Errata: Onde se lê: "Mestre, na área de concentração História da Arte.",
leia-se "Mestre em História, na área de concentração História da Arte."

Campinas
2013

Profa. Dra. Eliane Moura da Silva
Coordenadora da Comissão de Pós-Graduação
IFCH/UNICAMP
Matrícula: 237752

Ficha Catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau – CRB 8/3387

R354r Ribeiro, Robson Orzari, 1982-
 Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: a
 história da arte engajada na política de preservação no
 Brasil / Robson Orzari Ribeiro. -- Campinas, SP : [s. n.],
 2012.

 Orientador: Marcos Tognon.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
 Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

 1. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
 2. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
 (Brasil). 3. Arte brasileira. 4. Modernismo (Arte). 5. Crítica
 de arte. I. Tognon, Marcos, 1966- II. Universidade Estadual
 de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
 III. Título.

Informação para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Journal of National Historic and Artistic Heritage:
Art History engaged in conservation policy in Brazil

Palavras-chave em inglês:

Journal of National Historic and Artistic Heritage
Service of the National Historical and Artistic Heritage
Brazilian art
Modernism (Art)
Art criticism

Área de concentração: História da Arte

Titulação: Mestre em História

Banca Examinadora:

Marcos Tognon [Orientador]
Luciano Migliaccio
Márcia Regina Romeiro Chuva

Data da Defesa: 26-02-2013

Programa de Pós-Graduação: História



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, em sessão pública realizada em 26 de fevereiro de 2013, considerou o candidato ROBSON ORZARI RIBEIRO aprovado.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Prof. Dr. Marcos Tognon

Prof. Dr. Luciano Migliaccio

Profa. Dra. Márcia Regina Romeiro Chuva

201413444

RESUMO

O presente trabalho tem como proposta mapear a constituição de um saber no campo da História da Arte associado à política de preservação patrimonial brasileira, desde a primeira metade do século XX, logo após a instituição do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Para tal, valemo-nos das publicações especializadas do órgão, denominadas: “Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”, editadas entre 1937 e 1978, quando a mesma esteve sob jurisdição e influência de Rodrigo Melo Franco de Andrade.

A análise pretende apresentar elementos que delimitem o valor de tais publicações na criação, consolidação e divulgação de uma metodologia para o estudo da História da Arte no Brasil. Para isso, denotaremos o momento de constituição desse saber e as bases epistemológicas que orientaram os principais autores da *Revista* quanto à História da Arte do país, uma vez que a análise recaiu sobre o principal e único periódico da época a abordar temas peculiares a essa área.

ABSTRACT

This paper aims to map the formation of knowledge in the field of art history associated with the Brazilian policy of heritage preservation, since the first half of the twentieth century, after the institution of Service National Historical and Artistic Heritage. To this end, we make use of the publications of that institution, named "Journal of Service National Historical and Artistic Heritage," published between 1937 and 1978, when it was under the jurisdiction and influence of Rodrigo Melo Franco de Andrade.

The analysis aims to provide elements clarifying the value of such publications in the creation, consolidation and propagation of a methodology for the study of art history in Brazil. For this, denote the time of incorporation of this knowledge and the epistemological foundations that guided the main authors of the journal as the art history of the country, since the analysis drew on the main and only periodical of the time to address issues peculiar to this area.

SUMÁRIO

Introdução	01
1. A construção da identidade nacional	11
1.1. A criação do Sphan	16
1.2. Anteprojetos de Mário de Andrade	19
1.3. Do anteprojetos à lei	25
1.4. O Brasil internacionalizado: as concepções universalistas da repartição	28
1.5. A narrativa de Rodrigo Melo Franco e a defesa do patrimônio nacional	34
1.6. Início dos trabalhos	39
1.7. Intelectualidade do Sphan: os acadêmicos nas fileiras do patrimônio	48
2. Civilização material do Brasil: a escolha teórica da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	55
2.1. A política editorial do Sphan na construção de um saber	63
2.2. A composição da Revista	72
3. O mosaico revelado: quadros analíticos dos 18 volumes da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	81
3.1. A periodicidade da revista	81
3.2. O periódico revisitado	86
3.3. A escolha temática nas <i>Revistas</i>	109
3.3.1 Temáticas secundárias	113
3.4. A configuração espacial do Brasil nos limites do patrimônio	117
3.5. Os colaboradores da Revista	125
3.5.1 Os colaboradores e outras instituições	1135
4. Os textos da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ----	137
4.1. O Brasil e a Europa: vínculos de um passado longínquo	138
4.2. O português nos trópicos e a originalidade brasileira	142
4.3. O Clima e a originalidade do patrimônio nacional	148
4.4. A arquitetura jesuítica: uma “invenção” brasileira	151
4.5. Das análises sobre a arquitetura nacional	155
4.6. Os ilustres personagens do patrimônio brasileiro	162
4.7. Metodologia posta em prática	167
4.8. A nova historiografia e seus reflexos no Sphan	175
Considerações Finais	181
Referências Bibliográficas	185
Anexos	197

Agradecimentos

Um tanto quando extasiado ao final do trabalho, o que resta agora é um mar de sensações. Percebo que parte importante de uma caminhada foi cumprida, o que torna esse momento singelo e, ao olhar para trás, vejo que durante essa jornada não estive sozinho. Devo esse trabalho há inúmeros amigos e amigas, os quais me abraçaram, me deram forças e me ajudaram a caminhar quando tudo parecia impossível. Minha vontade é de dar um grande; um enorme abraço em cada um.

Agradeço ao Professor Dr. Marcos Tognon, que compartilhou comigo esse trabalho. Com toda serenidade e tranquilidade do mundo, você me deu liberdade para expressar meus pensamentos nessa dissertação, o que me fez crescer grandemente.

Agradeço aos meus pais, Eurico e Maria José por tudo, pois realmente suas presenças me fizeram persistir e acreditar em mim mesmo. Também devo meus agradecimentos aos meus irmãos Anderson e Vanessa, por estarmos junto em momentos de alegria e dificuldades. Anderson, sua paciência me tranquilizou inúmeras vezes e isso foi fundamental. Jamais terei palavras para te agradecer por tudo que você fez e faz por mim.

À minha esposa Ana Paula, por tanta ajuda e compreensão. Foram inúmeros diálogos e muitas janelas abertas a partir das quais reencontrei meu próprio texto e superarei muitos obstáculos. Sem dúvida o final teria sido outro sem você ao meu lado. Além do que eu jamais terei sido tão feliz durante esse processo, como fui e sou ao seu lado.

Aos meus amigos Luis Fernando, Chico e Larissa, pelo trabalho cotidiano, pela rotina prazerosa de estudos nas bibliotecas e pelos diálogos descontraídos de tantas tardes. Agradeço a eles com a mesma força e intensidade que agradeço aos amigos de “casa”. Poti, Rodrigo e Priscila: três incríveis notáveis, com os quais compartilhei muitas experiências e acumulei inúmeros debates.

Nesse momento lembro também de meus tios Toninho e Elaine, por suas inteligências admiráveis. A esses dois intelectuais com os quais tenho o prazer de conviver, por servirem de exemplo a esse sobrinho.

Aos funcionários da biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, pela atenção, alegria e seriedade de todos os dias.

À CNPq/Capes pelo financiamento da pesquisa, o que tornou viável essa dissertação.

...o dia em que formos inteiramente brasileiros e só brasileiros a humanidade estará rica de mais raça, rica de uma nova combinação de qualidades humanas. As raças são acordes musicais. Um é elegante, discreto, cético. Outro é lírico, sentimental, místico e desordenado. Outro é áspero, sensual, cheio de lembranças. Outro é tímido, humanista e hipócrita. Quando realizamos o nosso acorde, então seremos usados na harmonia da civilização. Avanço mesmo que enquanto o brasileiro não se abrigar, é um selvagem. Os tupis nas suas tabas eram mais civilizados que nós nas nossas casas de Belo Horizonte e S. Paulo [...].

Carta de Mario de Andrade a Carlos Drummond de Andrade. **A Lição do Amigo**. p. 30

ÍNDICE DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1: Panorama Geral dos 18 volumes das <i>Revistas</i> -----	125
Quadro 2: Revistas do Sphan: Temáticas por categoria -----	136
Quadro 2.1: O tema “arquitetura” na Revista do Patrimônio (193-1978) -----	137
Quadro 3: Artigos que abordam diretamente bens tombados -----	139
Quadro 4: Ocorrência de Regiões por Artigo -----	145
Quadro 5: O recorte <i>temporal</i> nas Revistas do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -----	147
Quadro 6: Dados do cruzamento entre o recorte <i>temporal</i> e <i>geográfico</i> dos artigos publicados na revista -----	149
Quadro 7: Número de bens tombados em cada Estado da União -----	150
Quadro 8: Quantidade de artigo publicados por cada autor -----	153
Quadro 9: Percentual de artigos por autor -----	154
Quadro 10: Temas escolhidos pelos autores na Revista do Patrimônio -----	155

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo mapear a constituição de um saber na área de História da Arte associado a política patrimonial brasileira na primeira metade do século XX, logo após a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico, em 1937. Para tal valemo-nos do estudo da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Pioneiro nos estudos sobre História da Arte e História do Patrimônio no Brasil, o periódico em questão apresenta uma rica e importante contribuição sobre tais temáticas, impressionando pelo volume e pela qualidade de suas análises.

Contudo, antes de avançarmos para o foco do nosso estudo – a análise das *Revistas do Patrimônio* –, é essencial pontuar que o problema da preservação patrimonial no Brasil só encontrou solução com a emergência do Estado Novo e a dissolução do Congresso Nacional, em 1937. Além disso, a participação dos chamados “modernistas” também foi fundamental nessa empreitada¹.

Dessa forma, tem-se de um lado a ditadura Vargas, contornado os entraves legais à criação de um instrumento de preservação do patrimônio nacional; e de outro os “modernistas”, dando bases teóricas às ações estatais. Esses dois aspectos cingidos fizeram sobressair duas características no projeto patrimonial brasileiro. Buscava-se, pela ação do Estado, a consolidação de uma identidade nacional aliada à preocupação em se “afirmar a existência de uma genuína cultura nacional”².

Assim, em 30 de Novembro de 1937, foi promulgado o decreto lei nº 25/1937, criando o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan³ – responsável por

¹ É extensa a bibliografia que trata sobre o assunto, por isso não nos prolongamos na temática. Para maiores esclarecimentos ver: RUBINO, Silvana: **As fachadas da história**: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico nacional, 1937 – 1968. 206 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP. Campinas, 1992, GONÇALVES, J. R.. *A retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 1996 e FONSECA, Maria Cecília Londres: **O patrimônio em Processo**: trajetória da política de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 1997.

² GONÇALVES, J. R.. *Op. Cit.* p. 44.

³ Entre 1937 e 1946, o nome da instituição foi Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan); de 1946 e 1970 era Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan); no período seguinte, 1970 a 1979, recebeu o nome de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); entre 1979 a 1990, tornou-se Secretaria (Sphan); em 1990 foi extinta por decreto, e passou a funcionar como Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC); a partir de 1994 voltou a ser Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Durante toda a dissertação, porém, utiliza-se como padrão o primeiro nome do órgão, Sphan, quando se referia a Serviço.

toda a política de preservação no país. Inaugurava-se oficialmente o projeto de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, plenamente identificado com o Estado.

Nesse momento, na medida em que a agência legitimava seu papel exclusivo na prática preservacionista por meio de artifícios jurídicos e “competências técnicas” supostamente claras, definia-se também o que era o patrimônio brasileiro a partir de inúmeras estratégias⁴ e consagravam-se as formas adequadas para sua conservação.

Nesse sentido, a ação do Sphan se deu primeiramente pelo viés da seleção e tombamento de monumentos nacionais. Não é por menos que um grande volume de tombamentos se concentra nos anos iniciais da atuação do órgão⁵. Contudo, parte significativa do esforço patrimonial esteve ligada a “tradução” desses monumentos. Isso ocorre porque o passado só se torna acessível e, por conseguinte, materializado, se ganhar significado a partir de sua “tradução”. Dessa forma, a questão não é apenas selecionar o que preservar, mas justificar a seleção e evidenciar os processos que a ela estão associados, dando sentido à passagem do tempo. Assim, os monumentos tornam-se provas concretas da existência de um tempo anterior e que é, em muitos casos, condição para a inteligibilidade do presente.

A partir disso, vemos que não é apenas a passagem do tempo que qualifica um objeto como patrimônio. Essa mudança de categoria – de “coisa velha” à patrimônio – é resultado de uma produção marcada historicamente, na medida em que ideias e valores são associados aos objetos transformados em monumentos. Tal processo não é natural, compõe-se de diversas estratégias, dentre as quais a produção do conhecimento, que visa legitimar o bem patrimonial.

A partir dessas considerações, pode-se compreender a relevância da *Revista do Patrimônio*, nosso objeto de estudo. O periódico é justamente um instrumento por meio do qual se legitimou a “invenção do patrimônio” no Brasil, construindo um novo campo de saber no país, através da produção dos conhecimentos nele veiculados.

Rodrigo de Andrade, então diretor do Serviço recém criado, entendia que a publicação seria um importante instrumento na consolidação da política estatal de preservação, por isso, antes mesmo da decretação da lei que instituiu o Sphan, ele já

⁴ CHUVA, M. R. R. **Os arquitetos da memória:** sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro:UFRJ, 2009. p. 33.

⁵ A esse respeito ver o trabalho de RUBINO, S. *Op. Cit.*

articulava sua edição. O fato é observado na análise da correspondência entre Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade; em carta de 05/06/1937, Rodrigo solicitava de Mário sua colaboração para a *Revista*:

[...] estou providenciando agora no sentido de reunir material para o primeiro número da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que desejo publicar no fim do mês. Será uma publicação semestral, pois parece impossível fazê-las mais freqüente, atendendo-se a escassez de trabalhos aproveitáveis para a sua finalidade. Para o primeiro número sua colaboração é imprescindível. Consulto-o, portanto, se você terá aí alguma coisa pronta que sirva para a revista [...]⁶.

Assim, em 1938, um ano após a criação do órgão federal, foi lançado o primeiro número da Revista⁷. Com a atenção recebida, a Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a primeira revista especializada em História da Arte no país até o início da década de 1980, tornou-se um marco na política patrimonial. Sua coleção impressiona pelo volume, pela quantidade de informações⁸, pelo rigor dos estudos publicados, pela inovação metodológica e pelos temas abordados, suscitando uma revolução no estudo dessa área no país⁹.

Gilberto Freyre, colaborador esporádico da publicação, cita que a historiografia brasileira viu-se enriquecida pelo “rigor metodológico, pelo uso de fontes primárias, pela documentação severa, [sem] impressionismo ou lirismo fácil, mas a obra objetiva, fundada na investigação [dos textos da Revista]”¹⁰, que Andrade tanto defendia.

A importância do periódico também foi notada por estudiosos do SPHAN. Dentre eles podemos citar Silvana Rubino, Maria Cecília L. Fonseca, Antonio G. R. Nogueira e Márcia Chuva, todos e todas deram atenção a sua produção intelectual. Porém, nenhum dos

⁶ ANDRADE, R. M. F. de **Rodrigo e seus Tempos**. Rio de Janeiro: MEC: SPHAN: Pró-memória, 1987. p. 80.

⁷ Apesar de o primeiro número da revista ser datado de 1937, ela só foi lançada em 1938, “provavelmente, por falta de verba, ou pelos artigos que chegavam com atraso, conforme fica claro [...] na correspondência de Mário de Andrade com Rodrigo Melo Franco”. In: MALHANO, C. E. S. M. de B. **Da Materialização à legitimação do passado: a monumentalidade como metáfora do Estado 1920-1945**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Editora Lucena, 2002. p. 141

⁸ Posfácio. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 26. Rio de Janeiro: IPHAN, 1997. p. 449.

⁹ SMITH, Robert C. “Historiadores da arte brasileira”. In: MORAES, R. B. de. e BERRIEN, W. **Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora Souza, 1949. p. 18

¹⁰ FREYRE, Gilberto. “Mestre Rodrigo”, O Cruzeiro, 25 de setembro de 1966. In: CAVALCANTI, Lauro. **A Lição de Rodrigo**. Recife: Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1969. p. 39.

pesquisadores citados teve como objeto de estudo a Revista. Eles abordam aspectos ligados ao tombamento, a concepção patrimonial, ao inventário dos bens, aos restauros conduzidos, mas a Revista aparece apenas para confirmar aspectos das práticas do Sphan, sem análises aprofundadas de seu encadeamento lógico e do seu processo construtivo.

Cabe, portanto, frisar que a pesquisa está vinculada ao pioneirismo das publicações do Sphan e sua importância como instrumento da política patrimonial do país. Valor reconhecido por muitos autores, mas que ainda não mereceu a devida atenção. Ademais, limito minha análise ao estudo dos dezoito primeiros volumes da revista, pois eles estão diretamente influenciados pela linha editorial traçada pelo diretor Andrade¹¹. Dessa forma, o “recorte empírico” se insere num debate historiográfico maior, o qual evidencia dois momentos decisivos na história da instituição¹². O primeiro vai desde os primórdios da década de 1930 até o início da década de 1980, momento fundador em que a publicação buscava veicular e debater as ideias fundamentais de patrimônio e História da Arte no Brasil¹³. Já o segundo a partir da década de 1980, quando a revista ganhou um novo formato e uma nova linha editorial¹⁴. Nesse contexto, o periódico não era mais hegemônico nas publicações referentes à história da arte e enfrentava o “conflito” com uma nova historiografia, que questionava os conceitos de história – aparentemente eruditos e sem vinculação com a sociedade¹⁵ – editados pela revista no passado.

Delimitado o recorte de nossa pesquisa, buscamos referências em estudos passados que se tornaram marcos na análise da trajetória do Sphan para fundamentarmos nossa análise. Assim, o primeiro texto ao qual nos reportamos é da pesquisadora Silvana Rubino, que expôs em 1991 sua dissertação de mestrado intitulada: “As fachadas da História: os antecedentes, a criação e os trabalhos do SPHAN (1937 – 1968)”. Fundamentada numa profunda vertente antropológica, a pesquisadora discorre sobre as “quatro fachadas” que

¹¹ Rodrigo Melo Franco de Andrade dirigiu o órgão de proteção até 1967, ano de sua aposentadoria. Em seguida, assumiu a direção da repartição o arquiteto Renato Soeiro, que, dentro dos limites, deu continuidade às ideias de Rodrigo. Assim, os volumes 17 e 18, datados de 1969 e 1972, respectivamente, foram publicados após a saída de Rodrigo, mas seguem as diretrizes traçadas pelo antigo diretor.

¹² FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em Processo: Op. Cit.** p.15.

¹³ “Posfácio”. Revista do IPHAN nº 26. *Op. Cit.* p. 448.

¹⁴ FALCÃO, J. de A. política cultural e democracia: a preservação do patrimônio Histórico e Artístico Nacional. In: **Estado e Cultura no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1984. p. 52

¹⁵ ARANTES, A. A. (org). “Prefácio”. In: **Produzindo o passado. Estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense: CONDEPHAAT, 1984. p.8

compõem a história da repartição: a proto-história; criação do Serviço; as práticas institucionais do tombamento e o patrimônio intelectual do órgão.

Nesse trabalho, Rubino aponta a emergência do Estado Novo e a participação modernista na consolidação do projeto preservacionista brasileiro. Na análise a autora também contrapõe a proposta de Mário de Andrade – composta por uma “generosidade etnográfica”¹⁶ – ao decreto-lei articulado por Rodrigo de Andrade, que traz um texto “bem mais contido e menos detalhado”.

Ainda sobre o texto de Rubino, destacamos a rigorosa análise da pesquisadora sobre os tombamentos efetuados pela instituição enquanto Rodrigo esteve em seu comando. Sobressaiu nesse conjunto os monumentos arquitetônicos, que faz referência ao século XVIII e que, geralmente, estão localizados no Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco ou Minas Gerais. Quanto ao “patrimônio intelectual” do Sphan, sua análise aponta para um programa ainda indefinido e em constantes disputas quanto a definição dos conceitos a serem seguidos pelo órgão. O exame retoma os apontamentos de Lucio Costa e Gilberto Freyre, autores que, segundo Rubino, legitimaram e construíram uma “sociologia” do principal objeto do Sphan: a arquitetura¹⁷. Dessa forma, apesar de analisar as publicações do Sphan e constatar o lapso na rigorosidade do método exigido por Rodrigo, a autora identifica a arquitetura como ponto central da política do órgão, seja nos tombamentos ou nas discussões associadas às publicações.

Outra estudiosa que se ocupou das questões do Serviço Federal foi Maria Cecília Londres Fonseca, no trabalho: “O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil”. A autora compartilha alguns pontos da análise feita por Rubino, principalmente quanto ao caráter nacionalista/ civilizatório do projeto preservacionista, evidenciadas pelos discursos de Rodrigo e pela participação dos modernistas na constituição do órgão. A inovação de Fonseca está em apresentar o projeto sob a fundamentação de ciências como a história, a arqueologia e a antropologia. Para a autora, “a legitimidade da constituição de um patrimônio se assenta, para seus mentores, não apenas no seu valor como símbolo da nacionalidade, mas também em valores culturais que são atribuídos a partir de critérios formulados por aquelas disciplinas”¹⁸.

¹⁶ ARANTES, A. A. (org). *Op. Cit.* p. 48

¹⁷ RUBINO, S. *Op. Cit.* p. 162-172

¹⁸ FONSECA, M. C. L. *Op. Cit.* p. 12

Nesse sentido, ao contrário de Rubino, que chama a atenção para o caráter antropológico do projeto, Fonseca enfatiza as reflexões de Alöis Riegl sobre a dimensão histórica e estética presente em todo monumento¹⁹, as quais poderiam ter sido o aporte teórico de Rodrigo de Andrade na formulação e condução da prática do serviço patrimonial.

Entretanto, o debate da autora concentra-se em dois pontos: a criação do Sphan e a prática dos tombamentos. No primeiro caso, Fonseca articula ideias de teóricos, tais como Ruskin, Violet-le-Duc e Riegl; no segundo, a autora, analisa as etapas dos tombamentos, identificando no bem imóvel a principal linha de atuação do Serviço, tal como fez Rubino. Fonseca não analisa as publicações da instituição como instrumentos próprios de uma política patrimonial, a qual traz em si e divulga conceitos de História da Arte. Para ela: “a prática de proteção a bens de valor histórico e artístico nacional [...] foi exercida [...] primordialmente através de tombamentos e com predominância dos critérios formulados pelos intelectuais modernistas”²⁰.

Antonio G. Ramos Nogueira, apresenta mais uma contribuição a qual recorreremos. Trata-se de sua dissertação de mestrado: “O serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan e a redescoberta do Brasil a sacralização da memória em pedra e cal”. Nela, o autor se aproxima da linha historiográfica que destaca a participação dos modernistas na consolidação da identidade nacional defendida pela repartição. Nogueira também não deixa de tocar na vinculação entre o órgão recém criado e o Estado Novo, tal como os estudos anteriores. A figura centralizadora de Rodrigo M. F. de Andrade e o papel de Lucio Costa como mentores intelectuais do Sphan são reforçados na sua dissertação, sendo as revistas brevemente analisadas, porém com apontamentos preliminares sobre sua produção.

Contudo, é num trabalho mais recente que buscamos nossas bases teóricas. Em 2009 a historiadora Márcia Regina Romeiro Chuva publicou a obra: “Arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)”. Sua pesquisa aprofunda as investigações anteriores, principalmente por abordar pontos que vão do contexto de formação do Serviço aos trabalhos de restauro empreendidos pela repartição. Nesse sentido, absorvemos muitos conceitos do processo de

¹⁹ Idem. p. 66

²⁰ Idem. p. 251

formação do Estado e da construção da nação, forjada a partir de um projeto de “unidade nacional” trabalhados em seu texto. Outro ponto que destacamos de seu trabalho, é a investigação sobre as linhas editoriais do Sphan como *locus privilegiado* na prática preservacionista do órgão. As edições do serviço são analisadas como meio de legitimação da preservação implantada pelo órgão, contribuindo eficazmente para o processo de seleção e tombamento de monumentos nacionais conduzidos pela repartição.

Chuva procura esclarecer os vínculos entre os produtores dos artigos e suas relações com a repartição, destacando o papel dos colaboradores-funcionários e o papel do Conselho Consultivo, ambos anunciando “valor nacional” dos monumentos. Enfim, a autora recoloca em análise diversos problemas que circundam o órgão, analisando uma rica e extensa documentação, a qual dá conta tanto das concepções teóricas implícitas na formação do Serviço, quanto dos princípios operacionais do cotidiano na repartição.

Todos os estudos acima apresentados compõem nosso arcabouço teórico e fundamentam nossa análise. Porém, como frisado, a proposta é analisar a Revista do Patrimônio, tendo como elemento chave seus artigos, desvendando seus temas, seus colaboradores e sua linha teórica. Nesse sentido, esse estudo não se preocupa em refazer o percurso das investigações pretéritas. Ao contrário, partimos delas para chegarmos a conclusões específicas sobre o periódico em questão, propondo novos caminhos para a análise.

O objetivo é investigar a trajetória e o perfil da publicação, considerando suas características editoriais. A partir daí compreender quais eram seus aspectos tipográficos; quais seus colaboradores; que concepção e método para a preservação do patrimônio ela veiculou e qual o “lugar” da História, e de outras disciplinas, na constituição do campo do patrimônio no Brasil. Atentando para o fato de a *Revista do Patrimônio* ter sido mais um campo de formulações e debates, do que um guia para ação do Sphan.

Para tal abordagem, as fontes da pesquisa foram, em primeiro lugar os 18 volumes da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, publicados entre 1937 e 1978. Também serviu à análise, alguns volumes das *Publicações do Sphan*, principalmente os que continham prefácio escrito por Rodrigo Melo Franco de Andrade, nos quais colhemos dados importantes para compreendermos o posicionamento do diretor em relação a tutela do patrimônio nacional e sua divulgação em meios escritos.

Assim, foram consultadas as duas linhas editoriais do Sphan e, por meio delas, foi possível analisar o investimento feito na criação de uma nova área de intervenção social, por meio da produção de livros, isto é, de um objeto cultural distinto do monumento.

A esse conjunto agregou-se as correspondências trocadas entre o diretor Rodrigo de Andrade e os colaboradores da publicação; os relatórios de atividades do Sphan e os ofícios solicitando o envio do periódico, trocados entre o Sphan e outras instituições. Essas são fontes secundárias do estudo, até mesmo porque a documentação relativa às publicações é mínima. Há pouco relato sobre aquilo que a instituição programou para seu periódico. O trabalho foi o de garimpar as informações de nosso interesse nas entrelinhas do material analisado. Nesse sentido, percebe-se que, nos documentos guardados pelo Sphan, a revista foi pouco mencionada. Esse material está organizado e foi consultado no Arquivo Central do IPHAN, na Fundação Casa Rui Barbosa e no CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, todos localizados no Rio de Janeiro.

Diante da densidade do material arrolado e dos rumos que o trabalho tomou ao longo da pesquisa reconhecemos que a empreitada já é, em certa medida, demasiadamente pretensiosa. Neste sentido, caminhamos não no intuito de fazer uma análise minuciosa do conteúdo dos artigos, trabalho que ficaria para outro momento, mas de percebê-los como conjunto teórico que possibilitou ao Sphan ampliar o debate sobre o que seria o patrimônio nacional.

Assim, o ponto de partida foi observar “quando” e “em que” circunstâncias os textos foram produzidos. Em boa parte dos casos, eles foram resultado de um processo, cuja origem pode ser tanto derivado da prática, quanto do estímulo do diretor Rodrigo Melo Franco, ou ainda, serem conclusões de pesquisas de interesse pessoais. Nos três casos, a temática e a argumentação central estiveram vinculadas aos paradigmas definidores do Sphan.

Tendo em vista esse início, fomos edificando o texto segundo uma estrutura hierárquica de ideias, a qual parte de uma releitura historiográfica do Sphan, passando por pontos centrais na formulação teórica do órgão, até chegarmos na análise pormenorizada da Revista.

Dessa forma, no primeiro capítulo discutimos o que chamamos de “pano de fundo” na formulação do Sphan. Aspectos gerais que envolveram a criação do órgão, desde o

anteprojeto de Mário de Andrade, até o predomínio do arquiteto como funcionário da repartição. Tal panorama servira-nos de base para interpretar a Revista, na medida em que ela foi definidora de parâmetros gerais do Serviço como única instituição responsável pelo acervo patrimonial do Brasil. É no primeiro capítulo que retomamos o debate da concepção universalista de arte que possuíam os modernistas mineiros, predominantes na formação do Sphan, bem como os textos do diretor Rodrigo de Andrade, na tentativa de equipararem o Brasil às nações civilizadas.

A partir desse contexto geral, avançamos ao segundo capítulo. Nele, a intenção foi apresentar e analisar pontos diretamente relacionados com a produção da revista. Assim, iniciamos com o debate acerca do conceito de “civilização material” defendido por Afonso Arinos e que serviu como pressuposto para os autores do periódico, principalmente para aqueles mais assíduos na publicação. Arinos apresentou aos funcionários da repartição suas formulações a respeito desse conceito em 1944, quando ministrou o curso: “O desenvolvimento da civilização material no Brasil”, cujas palestras foram publicadas num livro com o mesmo título do curso, ainda em 1944. Pode-se dizer que esse conceito serviu de chave interpretativa do discurso patrimonial e refletiu profundamente na Revista do Patrimônio. Arinos fez coincidir a ideia de “civilização material” com aquela dos ciclos econômicos, colocando a marcha civilizacional como consequência dos ápices de riquezas geradas por tais ciclos. O autor também considera que a civilização está relacionada com o aproveitamento que o homem faz do mundo, o que implica conhecimento técnico e diferentes graus de qualidade de vida. Nessa escala evolutiva, ele defende que as culturas que nos interessam são aquelas que deixam à posteridade sua concepção e interpretação de mundo. Partindo dessa premissa, Minas Gerais e o século XVIII foram apontados como a civilização notável do Brasil pretérito. Algo muito próximo daquilo que defendeu o Sphan em seu exercício cotidiano.

Ainda no segundo capítulo debatemos a importância da Revista do Patrimônio no projeto patrimonial brasileiro e sua configuração para o grande público. Assim, esperamos dar subsídios que ajudem a compreender o esforço empregado pelo diretor para que as Revistas fossem publicadas, principalmente por serem elas um instrumento notável na permuta entre o Sphan e outras instituições culturais.

No terceiro capítulo, talvez a parte mais extensa e intensa de toda a pesquisa, demonstramos o funcionamento interno do periódico. A intenção não é outra senão mostrar sua organização “número a número”, passando por aspectos de sua temática, do recorte temporal, da frequência dos autores e do mapa passado do Brasil – retomando um conceito trabalhado por Rubino – possível de ser identificado quando se lê os artigos da revista.

Seguimos para o quarto e último capítulo da dissertação, no qual entramos no universo dos textos, recolhendo excertos e decifrando padrões e identificando métodos e teorias, na tentativa de elucidar o mosaico representado pela revista. O esforço caminhou no sentido de articular os volumes entre si na tentativa de identificar ideias gerais que se consolidaram na abordagem do Sphan e se tornaram comum na justificativa para a preservação patrimonial. Além disso, buscamos interpretar a revista a partir das discussões anteriores dessa dissertação relacionando as ideias aqui destacadas com os textos da revista. Com isso fica claro que não fazemos uma análise do conteúdo de cada artigos, tarefa imensa e inviável, já que envolveria o estudo de um grande elenco de textos produzidos ao longo da trajetória intelectual do Sphan. Além do estudo de obras específicas de cada autor, coisa que o tempo não nos permitiria.

A estratégia escolhida procurou impor limites ao trabalho realizado e buscou articular o conjunto de matérias produzidas nos 18 volumes da Revista, ordenando por grupos e subgrupos os principais aspectos do periódico. Tal perspectiva exigiria uma moldura de conceitos e categorias específicas de análise. Sendo assim, procedemos a vários cortes e selecionamos questões gerais que nortearam a criação e a edição da Revista. Com isso foi possível construir um panorama geral da mesma e, ao mesmo tempo, delimitar quais pressupostos foram articulados pelos pesquisadores vinculados ao Sphan em seus principais textos.

Dentro desses marcos, a tentativa foi criar texto pelo qual o leitor pudesse identificar o contexto sócio histórico em que se organizou o debate da história da arte no Brasil e mapear o saber constituído sobre tal disciplina quando vinculada a política patrimonial brasileira, por meio do conhecimento impresso na Revista do Patrimônio.

Encerra definitivamente esse trabalho o anexo contendo a indexação de todos os artigos publicados na revista. Nele o leitor encontrará resenhas do conteúdo de cada texto publicado nos 18 volumes da revista, tendo assim um mapa bem definido do periódico nesses 35 anos de história que escolhemos abordar

CAPÍTULO 1: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

A institucionalização da política de patrimônio a partir da criação do Sphan significou, naquele momento específico da história brasileira, a possibilidade de construção de uma determinada identidade nacional. Nesse contexto, a preservação do patrimônio no país se inseriu no complexo campo entre a afirmação do nacionalismo patriótico por parte do Estado Novo e as propostas do movimento modernista de reafirmação da brasilidade a partir de sua própria cultura.

Para melhor compreendermos o contexto de criação e a atuação do Sphan, apresentaremos algumas discussões sobre a construção da identidade nacional. Com isso, esperamos melhor fundamentar as práticas do órgão e dar bases para nossas interpretações sobre os textos publicados na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Antes de discorrer sobre a identidade nacional brasileira vinculada à política patrimonial do Estado Novo, vale lembrar que durante o século XIX propagou-se a visão *essencialista* de nacionalidade. Segundo a qual, cada povo se percebia como engajado em uma missão especial para o progresso da humanidade¹, e para tal, acreditava-se na existência de um conjunto cristalino e autêntico de características que um povo compartilhava, o qual não se alterava no decorrer do tempo. Nessa concepção, a identidade é vista como algo fixo e imutável².

Contrapondo os *essencialistas*, têm-se os *não-essencialistas*, estudiosos que vêem a nação como algo mais problemático, pois o conceito classifica grupos de seres humanos em modelos difíceis de serem operados, afinal as populações não são homogêneas. Portanto, critérios aparentemente objetivos, como língua, história ou traços culturais comuns, tornam-se referências pouco substanciais para delimitar aquele conceito³. Nesse viés, a identidade não é vista como uma *essência*, mas como referência *constituída historicamente*, por meio de uma efetiva comunicação entre seus membros, pelo entendimento tácito e pela

¹ REIS, J. C. **As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bonfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 14.

² WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In. SILVA, T. T. (org.); WOODWARD, K.; HALL, S. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2000. p. 12.

³ REIS, J. C. *Op. Cit.* p. 14.

cultura compartilhada⁴. Pensando nessa definição, concordamos com Stuart Hall, para quem o conceito se fundamenta a partir da ordenação e organização de sistemas simbólicos, produzidos em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas⁵.

Nessa dissertação, nos orientamos pela segunda definição supracitada, pois encaramos o Sphan como o local privilegiado da luta estatal para a construção da identidade nacional, tendo o órgão a responsabilidade na seleção dos bens que representariam a nação, construindo dessa maneira um mapa cultural do Brasil e, a partir de supostos critérios de autenticidade e originalidade, *criado* no brasileiro o sentimento de pertencimento à nação.

No entanto, é importante observar que não se pode levar em consideração que os valores e significados daquilo que se pretendia preservar – e que de fato se preservou – estivessem contidos apenas num projeto nacional, vinculado necessariamente ao aparato estatal. José Carlos Reis rebate interpretações que consideram a nação como uma mera construção estatal, na qual o povo participa apenas como absorvedores da construção de uma suposta identidade, vinculada a certos interesses. Reis identifica o papel do Estado como o “conquistador” da nação, contudo, não nega que o sentimento de pertencimento a uma comunidade nacional é sincero e vivo por parte do povo⁶. Assim, a ideia de “invenção” ou “construção histórica” não denota uma nação irreal ou abstrata, pois se cria e se conserva linguagens, imagens, eventos, personagens e datas históricas a partir de referências internas e externas de uma determinada cultura.

A nação passa a ser encarada como uma “comunidade imaginada”, na concepção de Benedict Anderson, isto é, resultante de alguns condicionantes sociais como: cultura, território, economia, etnia, língua e religião. São esses reguladores que informam um sentimento de pertencimento utilizado pelo Estado como mecanismo de homogeneização do povo⁷.

Já Eric J. Hobsbawm e Ernest Gellner sugerem que os condicionantes – língua, literatura, religião, folclore, leis, entre outros – são partes de uma parafernália nacionalista

⁴ REIS, J. C. *Op. Cit.* p. 14.

⁵ HALL, S. Quem precisa de Identidade?. In: **Identidade e Diferença: Op. Cit.** p. 109.

⁶ REIS, J. C. *Op. Cit.* p. 15 e seguintes.

⁷ ANDERSON, B. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989. p. 13-6

que caracteriza a nação, criada a fim de ajudar na construção e garantir a consolidação do poder do Estado⁸. Em outras palavras, para ambos, são os nacionalismos que inventam a nação e dentro desses nacionalismos cabe também a política cultural de recuperação, de defesa e de preservação do patrimônio nacional, como indicou José Reginaldo Gonçalves⁹.

Como parte desse processo de construção da nação,

as teses nacionalistas, de uma forma quase absoluta, representam a nação como algo muito antigo, imemorial. São representações construídas e reconstruídas, reproduzidas e multiplicadas, reafirmadas permanentemente, por infinitas redes de agentes e agências de poder, com base em inúmeras frentes temáticas e em diferentes suportes materiais capazes de fazê-las circular, divulgando-as e valorizando-as, como se pudesse espelhar o próprio real.¹⁰

A nação, assim, humaniza-se, engendrando a crença de que indivíduos são em sua essência membros daquilo que seria sua “pátria”. Nessa perspectiva nacionalista, a nação e seus membros têm uma cultura, cuja existência e materialidade dão provas de sua autenticidade e naturalidade. Para Márcia Chuva, o indivíduo coletivo, aí caracterizado, possui “personalidade”, “cultura” e “história” nacionais, que subordinam o ser individual¹¹. Assim, a existência de uma identidade nacional, cuja essência foi fixada por processos naturais e coletivos era então considerada central, primária e natural e raramente questionada, complementa Handler¹².

Ao analisar os discursos de Rodrigo Melo Franco de Andrade, percebe-se a tentativa de se construir uma identidade nacional ligada à consciência histórica sobre a cultura brasileira. Em seus depoimentos Rodrigo Melo Franco busca relacionar o conhecimento e valorização do patrimônio histórico e artístico nacional à nação que se pretende construir. Cita o autor:

⁸ HOBBSAWN, E.; J. RANGER, T. (org). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 183.

⁹ GONÇALVES, J. R. S. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 12.

¹⁰ CHUVA, M. R. R. **Os arquitetos da memória**: sociogêneses das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 – 1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. p. 59.

¹¹ CHUVA, M. R. R. **Os arquitetos da memória** [...]. *Op. Cit.* p. 116.

¹² HANDLER, Richard. **Nationalism and the politics of Culture in Quebec**. Apud: Chuva, M. R. R. **Os arquitetos da memória** [...]. *Op. Cit.* p. 64.

[...] o que se denomina patrimônio histórico e artístico nacional representa parte muito relevante e expressiva do acervo aludido, por ser o espólio de bens móveis e imóveis aqui produzidos por nossos antepassados, com valor de obras de arte erudita e popular, ou vinculados a personagens e fatos memoráveis da história do país. [Assim, eles] São documentos de identidade da nação brasileira¹³.

Assim, mesmo que destaquemos as sutilezas no processo de construção da identidade nacional, enfatizando que parte da ação governamental corresponde não somente às práticas autoritárias e ações dominantes, mas também à institucionalização de práticas culturais arraigadas no ambiente social, é certo que no Brasil das décadas de 1930 e 1940, a instituição do nacionalismo como política de Estado foi fundamental na “constituição da nação”¹⁴.

Tendo como ponto de partida as ações do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) dirigido por Gustavo Capanema, o Sphan – e, por conseguinte, os intelectuais ligados as suas fileiras – assumiu o papel de porta-voz legítimo da sociedade na gestão do espólio da cultura brasileira. Esse é o momento em que se dá, segundo Miceli, o nascimento da concepção de “cultura brasileira”, a partir da qual se instalou uma rede de instâncias de produção, distribuição e consagração de bens simbólicos da cultura material nacional¹⁵.

Assim quando se historicisa a prática preservacionista no Brasil, é possível identificar um paralelismo entre a criação do patrimônio histórico e artístico, por meio de órgãos institucionais, e a ascensão do chamado “sentimento nacionalista”. Para a historiadora Maria Cecília Fonseca, o equilíbrio desses dois fatores torna a noção de patrimônio no Brasil vinculada ao Estado Novo e concebida como ideia de nação, calcada na imagem de um patrimônio de todos¹⁶. Nesse sentido, o histórico e o artístico assumem

¹³ ANDRADE, R. M. F. de. O patrimônio histórico e artístico nacional. In: _____. **Rodrigo e o SPHAN**. Rio de Janeiro: Minc: SPHAN: Fundação Pro-Memória, 1988. p. 57.

¹⁴ FARIAS, L. de C. Nacionalismo, nacionalismos – dualidade e polimorfia: à guisa de depoimento e reflexão. In: CHUVA, M (org). **A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Iphan, 1995.

¹⁵ MICELI, S. SPHAN: Refrigério da cultura oficial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: Sphan, n. 22, 1987.

¹⁶ FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo**: trajetória da política de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 1997. p. 31-41.

uma dimensão instrumental e passam a ser utilizados na construção e legitimação do passado nacional¹⁷, visto como algo glorioso e notável.

É importante destacar também a participação dos intelectuais na constituição do Serviço de proteção Federal. O projeto nacionalista implantado pelo governo Vargas respaldava-se em especialistas, os quais, por diferentes vias e formas de aproximação, deram força intelectual e legitimidade à concepção unitária de nação no Brasil, que vislumbrava sua inserção no mundo civilizado. Como lembrou Lucia Lippi Oliveira,

[...] o Estado Novo, em sua complexa trama de ‘tradição’ e ‘modernização’, exerceu um apelo substancial sobre a intelectualidade brasileira. Figuras egressas do modernismo [...] foram desembocar numa corrente comum que se insere no projeto de construção do Estado nacional¹⁸.

Nesse contexto, ter uma cultura autenticamente brasileira significava construir fisicamente um patrimônio, dando-lhe uma feição homogeneizada, a qual fosse reconhecida por toda a comunidade nacional imaginada e que a tornasse natural e inquestionável¹⁹. Assim, para os agentes do patrimônio, vinculados à proposta do Estado Novo, nacionalizar significou, antes de tudo, impingir unidade, impedindo qualquer feição plural da nação. Não por menos, a busca de “capitais simbólicos” empreendida por eles sintetizou a nação numa única brasilidade.

A partir desse ponto, a discussão alcança outro aspecto fundamental na concepção da nação. Operando particularmente com a esfera do simbólico, a ação desenvolvida por órgãos preservacionistas têm por objetivo principal legitimar uma memória coletiva. Nesse processo, identifica-se a produção de um universo simbólico, objeto da ação política, que engendra sentimentos de pertencimentos e delimita as fronteiras socioculturais da nação. Jacques Le Goff, no livro *História e Memória*, complementa a ideia e destaca que os valores dos monumentos – símbolos da nação – são atribuídos em função de determinadas relações, nas quais prevalecem a memória coletiva²⁰. Justamente a partir do não

¹⁷ FONSECA, M. C. L. *Op. Cit.* p. 49.

¹⁸ OLIVEIRA, L. L. As raízes da ordem: os intelectuais, a cultura e o Estado. In: **A revolução de 30**. Seminário internacional. Brasília: UnB, 1982. p. 508.

¹⁹ CHUVA, M. R. R. **Os arquitetos da memória** [...]. *Op. Cit.* p. 31

²⁰ LE GOFF, J. **Historia e Memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

questionamento dos critérios de escolhas, os “quadros de memória”²¹ de um determinado grupo, passam a designar o passado de toda uma sociedade.

Nesse sentido, o próprio discurso do diretor do órgão, Rodrigo Melo Franco de Andrade, resgata essa característica coletiva. Numa de suas falas o diretor ressalta a propriedade coletiva sobreposta ao bem particular: “zelar pelo patrimônio é obrigação constitucional. Monumentos históricos são propriedades da nação, além de propriedade particular”²².

Ao discorrer sobre a institucionalização do patrimônio no Brasil, com a criação do Sphan em 1937, vemos cristalizar a identidade brasileira calcada na ideia, tão cara aos integrantes do serviço, de reafirmação da originalidade e autenticidade da cultura brasileira. Além disso, é possível ligarmos dois pontos fundamentais na consolidação da lei preservacionista do país: tem-se de um lado, a política estatal de um governo autoritário, empenhado em construir no Brasil uma “identidade nacional”²³ e de outro, o “movimento modernista”, cujos integrantes davam força intelectual ao projeto estadista, com o intuito de colocarem em prática suas ideias de reinterpretação (ou reinvenção) do país.

Sob perspectivas ora simétricas, ora desarmônicas, Estado e intelectuais se uniram para criar o Serviço Federal e selecionarem os bens de considerado valor simbólico para a consolidação da identidade nacional.

1.1 – A criação do Sphan

No Brasil, a consolidação do instrumento jurídico que regulamenta a proteção ao patrimônio nacional é datada de 30 de Novembro de 1937. A criação se dá a partir da emergência do Estado Novo vanguardista e da dissolução do Congresso Nacional, quando o decreto-lei nº 25 – um dos primeiros no estado de exceção que vigorava – foi promulgado. Silvana Rubino reconta de maneira rica e laboriosa as histórias de projetos anteriores que propuseram a salvaguarda patrimonial, mas que não chegaram a ser aprovados.

²¹ HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Apud: CHUVA, M. R. R. **Arquitetos da memória** [...]. *Op. Cit.* p. 64.

²² ANDRADE, R. M. F. de. Zelar pelo patrimônio é obrigação constitucional. In: _____. **Rodrigo e o SPHAN** [...]. *Op. Cit.* p. 39.

²³ OLYMPIO, S. O Paço ou o povo, uma visão possível do cinquentenário. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: Sphan, n. 22, 1987. p. 44. Ver também: NOGUEIRA, A. G. R. **Por um inventário dos sentidos**. São Paulo: Fapesp: hucitec, 2005. p. 230.

Outros dois textos fundamentais para se compreender a criação do Sphan são os livros de Márcia Regina Chuva e de Maria Cecília Fonseca²⁴. A partir dessas leituras, pode-se aferir que o Sphan está diretamente ligado à equação de dois dilemas, como discorreremos no item anterior: a criação da identidade nacional e as aspirações do movimento modernista.

No entanto, antes de prosseguirmos na análise sobre a institucionalização do Sphan, é importante caracterizar mais detidamente o movimento modernista. A saber, admitiremos a hipótese de que esse movimento não foi algo único e coeso. Ao contrário, possuiu vicissitudes e certa pluralidade, apresentando em sua trama uma relativa diversidade conceitual quanto ao que – e qual – seria a identidade brasileira. Pensando nessa diversidade, o movimento pode ser subdividido em vários grupos, cada qual com sua visão de “Brasil”.

Rodrigo Melo Franco de Andrade, ao abordar tal aspecto, aponta no mínimo quatro correntes modernistas: a primeira corrente seria o grupo de Graça Aranha, Ronald de Carvalho, Renato Almeida; a segunda, o grupo verde-amarelo de Plínio Salgado e Menotti Del Pichia; a terceira, o grupo de Guilherme Almeida, de certa tendência esteticista e, por último, a quarta, cujos frequentadores da repartição – Rodrigo Melo Franco, Sérgio Buarque de Holanda, Afonso Arinos, Prudente de Moraes Neto, entre outros – estavam vinculados.

Essa “quarta corrente” do movimento integrou os modernistas reunidos no Rio de Janeiro a partir da organização da revista *Estética* – continuação da extinta *Klaxon*, paulista – espraiando e diversificando o movimento desde 1924, “integrando novas redes, nas quais os mineiros seriam também capturados”²⁵. O grupo mineiro, sobretudo Carlos Drummond de Andrade, pensava a brasilidade a partir das matrizes universalistas da civilização²⁶. Para

²⁴ A esse respeito ler: RUBINO, S. **As fachadas da história**: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico nacional, 1937 – 1968. 206 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP, Campinas, 1992. FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo**: trajetória da política de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 1997. CHUVA, M. R. R. **Os arquitetos da memória**: sociogêneses das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 – 1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

²⁵ CHUVA, M. R. R. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **Topoi**, v. 4, n. 7, jun-dez. 2003. p. 313-333. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi%2007/topoi7a4.pdf>. Acessado em 12. Dez. 2009. p. 315.

²⁶ Bomeny, H. **Guardiães da razão**: modernistas mineiros. Rio de Janeiro: UFRJ: Tempo Brasileiro, 1994. p. 93.

o grupo, cabia aos modernistas libertar o Brasil de seus provincianismos e inseri-lo no cosmopolitismo cultural. A assimilação das concepções mineiras por essa “quarta corrente” foi fundamental na definição das práticas cotidianas e dos critérios gerais que orientariam o órgão na ação preservacionista.

Márcia Chuva aprofunda o debate e lembra que predominou no Sphan a visão do grupo ligado a Rodrigo Melo Franco de Andrade, Carlos Drummond de Andrade e Lucio Costa, partidários das concepções universalistas de arte e cultura nacional. Para a pesquisadora, essa adesão foi o “ponto crucial na concepção de nação que se consagrou no Brasil a partir do Sphan”²⁷. Retomaremos esse ponto adiante, porém antes é necessário entendermos como se deu a relação entre o Estado e os “modernistas” na consolidação do Serviço do Patrimônio brasileiro.

A ligação entre as partes mencionadas teve início quando o ministro do MESP – Ministério da Educação e Saúde Pública –, Gustavo Capanema, solicitou a Mário de Andrade que escrevesse um “anteprojeto”, uma espécie de estudo, sobre a proteção patrimonial no país.

O próprio estadista relata como se deu o contato inicial:

telefonei a Mário de Andrade, então diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo. Expus-lhe o problema e lhe pedi que organizasse o projeto. Mário de Andrade com aquela sua alegria adorável, aquele seu fervor pelas grandes coisas, aquela sua disposição de servir, queria apenas duas semanas para o trabalho. Decorrido o prazo, eis Mário de Andrade no Rio de Janeiro, trazendo o projeto²⁸

Mário levou a Capanema um projeto profundamente alicerçado na antropologia e caracterizado pela “generosidade etnográfica”²⁹. A própria experiência no Departamento de Cultura de São Paulo e na Sociedade de Etnografia e Folclore definia sua visão. Uma visão passadista que não deveria reter somente à nossa tradição manifestadamente lusa no Brasil. Ao contrário, o que Mário propunha era observar, catalogar e tombar as manifestações folclóricas, negras, indígenas e populares, estrangeiras ou nacionais³⁰, num olhar diversificado sobre a arte e o patrimônio brasileiros.

²⁷ CHUVA, M. R. R. Fundando a nação [...]. *Op. Cit.* p. 317.

²⁸ SCHWARTZMAN, S. *et all.* **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra: FGV, 2000. p. 97.

²⁹ MICELI, S. SPHAN: Refrigério da cultura oficial. *Op. Cit.* p. 28.

³⁰ RUBINO, S. *Op Cit.* p. 78.

Porém, como o próprio autor do projeto esperava, o resultado de seu extenso trabalho foi sendo lapidado e adaptado às propostas ideológicas e teóricas de vários grupos em conflitos – governo nacionalista, modernistas, igreja católica, diretores de museus – até se chegar ao seu resultado final: o decreto-lei 25/1937.

A análise desses dois documentos – o anteprojeto e o decreto-lei nº25 – dá dimensão dos interesses e dos limites colocados àquelas personagens que lutavam pela criação do órgão. Nesse sentido, esmiuçando as propostas do primeiro documento e comparando-as com o resultado do segundo, poderemos acompanhar as mudanças operadas no anteprojeto e entender em que medida a condução do Sphan se orientou pelo universalismo da arte e da história defendidos pelos mineiros e pelo diretor do órgão, Rodrigo Melo Franco de Andrade, e em quais pontos absorveu as propostas de Mário de Andrade.

1.2 – Anteprojeto de Mário de Andrade

Na literatura sobre política patrimonial, fundamentalmente aquela divulgada pelo Sphan da “fase heroica”, a imagem de Mário de Andrade consolidou-se como o mito fundador da prática preservacionista no país. Autor do anteprojeto de criação do órgão, até hoje intelectuais e instituições ligadas ao patrimônio cultural recorrem à imagem do escritor paulista no sentido de legitimar suas ações. Rodrigo Melo Franco de Andrade, primeiro diretor do Sphan, também fez uso dessa “legitimação”. No livro: “Brasil: monumentos Históricos e Arquitetônicos” ele escreveu:

Com data de 23 de março de 1936, Mário de Andrade apresentou ao titular da pasta de educação o trabalho de que fora incumbido e que, não obstante visasse diretamente apenas à organização do “serviço do Patrimônio Artístico Nacional”, serviu de base à elaboração do projeto que se converteu na lei vigente de proteção ao patrimônio de arte e de história do país. Artista e crítico dotado de aptidões intelectuais multiformes e de cultura vasta, provido ainda de atributos notáveis de organizador, o escritor paulista procurou conciliar, no seu esboço, os ensinamentos, em defesa dos respectivos valores históricos e artísticos, com as peculiaridades do meio brasileiro³¹.

³¹ ANDRADE, R. M. F. de. **Brasil: monumentos históricos e arqueológicos**. México, Distrito Federal: Inst. Panamericano de Geografia e História, 1952. p. 25.

Mário de Andrade foi sem dúvida o maior nome do modernismo e a rigor não se enquadrava em nenhum daqueles grupos anteriormente citados. Inicialmente ligado ao grupo paulista, o autor de *Macunaíma* serviu de elo entre vários intelectuais modernistas de todo o país por meio de seus contatos pessoais, viagens e correspondência³². Seu estreitamento com as definições de políticas públicas voltadas à preservação da memória inicia-se no governo de Armando Sales de Oliveira, quando assumiu a direção do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo e pôde colocar em prática – ou pelo menos em discussão – algumas de suas ideias em relação à preservação dos acervos patrimoniais.

Ainda atuando no Departamento de Cultura, Mário de Andrade escreve o anteprojeto para a preservação patrimonial em nível federal. Seu trabalho é bastante revelador das concepções que defende, pois descreve de maneira aprofundada e detalhada em quais objetos e situações o Estado deveria intervir para garantir sua proteção e como se estruturaria a repartição responsável pelo cuidado com o acervo.

Nesse sentido, o escritor especificou as formas e as categorias de monumentos que o SPAN – Serviço do Patrimônio Artístico Nacional – deveria intervir. Seriam oito categorias no total:

- 1) Arte arqueológica;
- 2) Arte ameríndia;
- 3) Arte popular;
- 4) Arte histórica;
- 5) Arte erudita nacional;
- 6) Arte erudita estrangeira;
- 7) Artes aplicadas nacionais;
- 8) Artes aplicadas estrangeiras.

Ainda dentro da orientação do anteprojeto, toda a arte patrimonial deveria ter registro num dos quatro livros do tomo:

- 1) Livro do Tombo Arqueológico e Etnográfico;
- 2) Livro do Tombo Histórico;

³² FONSECA, M. C. L. *Op. Cit.* p. 88.

- 3) Livro do Tombo das Belas-Artes e
- 4) Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

E, para cada inscrição, Mário definia os critérios de inventário e catalogação dos monumentos. O complexo e detalhado trabalho trazido pelo escritor, abrangente na concepção da política pública patrimonial, buscava contemplar desde a arte popular até a arte erudita estrangeira, “rompendo com particularismos estaduais e mesmo nacionais”³³.

Segundo Dalton Sala Junior, isso dá ideia da tônica daquele anteprojeto:

em primeiro lugar, uma preocupação equilibrada entre o popular e o erudito, em que pesem as críticas que se podem fazer a essa distinção sumária; em segundo, uma ênfase muito grande nos aspectos imateriais da cultura, naquilo que não é propriamente um bem, móvel ou imóvel, no sentido de propriedade: esse é o aspecto mais arrojado do trabalho [...].³⁴

A pesquisadora Cláudia Malhano corrobora o argumento e sugere que o formato definido por Mário de Andrade procurava contemplar um conjunto de bens culturais enfatizando aspectos não-materiais da cultura, como danças, lendas e manifestações do folclore³⁵. Esse realce do imaterial é nítido, por exemplo, na descrição da “arte ameríndia”, que incluía as manifestações do “folclore ameríndio: vocabulários, cantos, lendas, magias, medicina, culinária ameríndia, etc”³⁶.

O pesquisador Antonio Nogueira ao estudar o assunto sugere a mesma interpretação dos autores supracitados e lembra que além da forte vertente folclórica e etnográfica do anteprojeto, ele é o anteparo das concepções andradinas sobre a nação brasileira. O patrimônio nacional revelaria os diversos “Brasis”, no qual a pluralidade, fruto da mistura de várias raças e a originalidade eram características marcantes e distintas.

Ainda segundo Nogueira, a forte característica etnográfica do anteprojeto deriva das viagens do modernista paulista ao Norte e ao Nordeste do Brasil entre os anos 1927 e 1929.

³³ RUBINO. S. *Op. Cit.* p. 72.

³⁴ SALA Jr., D. P. **O serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**: história oficial e Estado Novo. 1988. 198 f. Dissertação (Mestrado). Escola de Comunicação e Artes-USP, São Paulo, 1988. p. 11.

³⁵ MALHANO. C. E. S. M. de B. **Da Materialização à legitimação do passado**: a monumentalidade como metáfora do Estado 1920-1945. Rio de Janeiro: FAPERJ: Editora Lucena, 2002. p. 123.

³⁶ ANDRADE, M. de. Anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. In: _____. **Cartas de Trabalho**: correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade (1936-1945). Rio de Janeiro: MEC: SPHAN: Pró-Memória, 1981. p. 40.

“Nessas viagens Mário de Andrade vai realizando um verdadeiro trabalho etnográfico [...] e começa a desenvolver uma metodologia de inventário da cultura brasileira”³⁷. A preocupação do autor para a criação do SPAN era estabelecer um diálogo entre a cultura popular e a cultura erudita. A intenção do modernista em equilibrar essas duas noções e valores de arte pode ser observada logo no início de seu trabalho, na definição do que seria o patrimônio brasileiro:

Entende-se por Patrimônio Artístico Nacional [SPAN] todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil³⁸.

Para Mário esses valores artísticos/culturais não seriam contraditórios e representariam a riqueza da nação brasileira perante outras civilizações. Nesse sentido, o paulista também compartilhava do ideário modernista de inserir o Brasil “no concerto universal das nações”³⁹, porém, para isso, propunha investir na singularidade brasileira. Segundo Márcia Chuva, Mário de Andrade apreendia a cultura brasileira como uma “totalidade individual, coesa e unitária. Assim, o folclore, as tradições populares das várias localidades brasileiras foram valorizadas como partes constitutivas da própria nacionalidade”⁴⁰. Era a questão da unidade cultural que lhe interessava, fazendo questão de demarcar a sua oposição a qualquer espécie de regionalismo.

Nesse sentido, Mário, em carta enviada a Carlos Drummond de Andrade, demonstra sua oposição à cópia de modelos franceses ou alemães, tidos como civilizados:

o dia em que formos inteiramente brasileiros e só brasileiros a humanidade estará rica de mais raça, rica de uma nova combinação de qualidades humanas. As raças são acordes musicais. Um é elegante, discreto, cético. Outro é lírico, sentimental, místico e desordenado. Outro é áspero, sensual, cheio de lembranças. Outro é tímido, humanista e hipócrita. Quando realizamos o nosso acorde, então seremos usados na harmonia da civilização. Avanço mesmo que enquanto o brasileiro não se abrigar, é um selvagem. Os tupis nas suas tabas eram mais civilizados que nós nas

³⁷ NOGUEIRA, A. G. R. **Por um inventário dos sentidos**. *Op. Cit.* p. 239.

³⁸ *Idem.* p. 39.

³⁹ CHAGAS, M. S. **Há uma gota de sangue em cada museu**: a ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó, SC: Argos, 2006. p. 55.

⁴⁰ CHUVA, M. R. R. **Os arquitetos da memória** [...] *Op. Cit.* p. 159.

nossas casas de Belo Horizonte e S. Paulo [...]. Rio de todas as civilizações porque já tenho a minha pessoal.⁴¹

Na carta, Mário de Andrade exalta a condição de ser brasileiro e defende a singularidade deste país perante outras nações civilizadas.

Esse pequeno histórico, do qual fiz referência às cartas, às propostas do anteprojeto e à experiência de Mário diante do Departamento de Cultura em São Paulo evidenciam os conflitos existentes em torno da definição do que seria a nação brasileira e como o país se inseriria no “mundo civilizado”. Logo, ficaria claro que o Brasil não era uma coisa dada, pronta, e sim uma construção.

Além do debate acima colocado, interessa-me dissertar sobre outro ponto do anteprojeto, significativo para minha análise: a temática da “arte histórica”. Quanto ao tema, é importante observar que todo o anteprojeto tem a “arte” como fio condutor. Esse seria a categoria-chave, orientadora da política patrimonial, que guiaria todas as oito divisões relacionadas no texto do anteprojeto. O conceito “arte” é unificador e central na concepção de Mário de Andrade.

Quanto a tal proposta, Antonio Nogueira constrói a ideia de ela seria inovadora e “extremamente avançada para a época”⁴². Nesse sentido, o texto não apresentava diferenças entre o que seria patrimônio histórico e o que seria patrimônio artístico, a arte está ali representada como um termo geral. Contudo, a sugestão é suplantada, como podemos observar na justificativa do ministro Capanema ao presidente Vargas:

Modificação que poderá desde logo ser feita e que resultou de conversa que tive com o Sr. Mário de Andrade depois de ter lido o seu trabalho, é que, ao invés de se tratar somente de arte histórica, se cogite de todo o patrimônio histórico, artístico ou não [...] resulta daí que a organização proposta passa a ser o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.⁴³

Atendo-se especificamente à categoria “arte histórica”, percebemos que Mário de Andrade não se distanciava da noção de história predominante no início do século XX,

⁴¹ ANDRADE, M. de. **A lição do Amigo**: cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade. Rio de Janeiro: Record, 1988. p.30-31.

⁴² NOGUEIRA, A. G. R. **O serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**: SPHAN e a redescoberta do Brasil: a sacralização da memória pedra e cal. 184 f. Dissertação (Mestrado em História). PUC, São Paulo, 1995. p. 245.

⁴³ RUBINO, S. *Op. Cit.* p.89.

como observa Maria Cecília Fonseca, pois nessa categoria, o autor incluía todos os monumentos, objetos e iconografias “que de alguma forma refletem, contam, comemoram o Brasil e sua evolução nacional”, bem como “exemplares típicos das diversas escolas e estilos arquitetônicos que se refletiram no Brasil. A data que um exemplar típico possa ser fixado: 1900 para trás, por exemplo, ou de cinquenta (sic) anos para trás”⁴⁴.

Na mesma definição, o uso de expressões como “monumento [...] onde se passaram fatos significativos da nossa história”; “viveram figuras ilustres da nacionalidade”⁴⁵, denunciam a história interpretada de maneira factual, centrada nos eventos políticos referentes aos grupos que detinham o poder. Dessa forma, a característica do que seria a “arte histórica” distanciava-se profundamente das recentes e inovadoras produções de Caio Prado Junior e Sérgio Buarque de Holanda, que imprimiram uma reorientação da historiografia brasileira nos anos 1930⁴⁶. No terceiro capítulo, abordaremos mais especificamente a temática da concepção de história nos textos do Sphan. Contudo, observamos que, se por um lado, Mário de Andrade propunha reelaborar o conceito de arte predominante no país e valorizar a cultura local em detrimento de matrizes estrangeiras; por outro, não o fazia em relação à concepção de história.

Em suma, o texto do anteprojeto é amplo e aborda com detalhes a questão conceitual da preservação – definindo quais obras e critérios serviriam de base para a escolha de um patrimônio – especificando também a estrutura e o funcionamento da órgão federal. Muitos discordam da influência efetiva de Mário na definição do que seria o Sphan. O próprio autor reconhecia o limite do seu trabalho, quando, em carta de 29/07/1936 para Rodrigo Melo Franco de Andrade, responde às críticas feitas por Heloisa Alberto Torres, diretora do museu nacional, que discordava da configuração para os museus proposta no anteprojeto:

dado o anteprojeto ao Capanema, eu bem sabia que tudo não passava de anteprojeto. Vocês ajudem com todas as luzes possíveis a organização definitiva, façam e desfaçam à vontade, modifiquem e principalmente acomodem às circunstâncias o que fiz e não tomou em conta muitas

⁴⁴ ANDRADE, M. de. Anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional.. In: _____, **Cartas de Trabalho: correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade**. Rio de Janeiro: MEC: SPHAN: Fundação Pró-Memória, 1981. p. 41.

⁴⁵ Ibid. p. 41.

⁴⁶ IGLESIAS, F. **Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG: IPEA, 2000. p. 23.

circunstâncias porque não as conhecia. Não sou turrão nem vaidoso de me ver criador de coisas perfeitas. Assim não tema jamais me magoar por mudanças ou acomodações feitas no meu anteprojeto⁴⁷.

No entanto, estudiosos e especialistas em geral concordam, que o projeto foi usado como ponto de partida para o decreto presidencial assinado em novembro de 1937. O próprio Mário de Andrade sugeriu que seu trabalho circulasse entre os intelectuais para ser apreciado criticamente. Assim, tendo o anteprojeto como ponto de partida, Rodrigo M F de Andrade deu início a coleta de informações por meios dos debates que articulou, até chegar ao texto final da lei de proteção patrimonial brasileira.

1.3 – Do anteprojeto à lei

A intenção desse item é demonstrar qual a relação existente entre o referido anteprojeto e os debates que resultaram na criação do Sphan. Por meio disso, será possível clarear a relação entre o órgão federal, os limites do anteprojeto e as propostas para a preservação no país coladas pelo decreto-lei nº25/1937. Buscamos, agora, denotar a visão de Rodrigo Melo Franco de Andrade e do “grupo mineiro” – chamado anteriormente de modernistas mineiros – na configuração do Sphan.

Inicialmente trata-se de estabelecer as semelhanças e diferenças entre o anteprojeto e o decreto-lei nº 25, bem como identificar o ambiente de criação da repartição, para, mais adiante, dimensionar como esse leque de relações se expressou na Revista do Patrimônio. Não se trata apenas de comparar o decreto-lei e o anteprojeto. Coisa, aliás, há tempos feita pela historiografia. Tal dimensão aponta para duas possíveis análises: a primeira recai sobre o distanciamento efetivo entre o documento de Mário de Andrade e o texto legal⁴⁸; a segunda aponta as semelhanças e continuidades entre um e outro⁴⁹. Para esse trabalho, recorreremos ao recurso comparativo a fim de acumularmos referências essenciais à análise das edições do Sphan.

⁴⁷ ANDRADE, M. de. **Cartas de Trabalho** [...]. *Op. Cit.* Carta enviada a Rodrigo dia 29.07.1936. p. 60.

⁴⁸ Sobre esse distanciamento ver: GONÇALVES, J. R. R. S. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.; NOGUEIRA, A. G. R. **O serviço do patrimônio histórico e Artístico Nacional**. *Op. Cit.* e RUBINO, S. **As fachadas da história**. *Op. Cit.*;

⁴⁹ Sobre as semelhanças e continuidade ver: CHUVA, M. R. R. **Os arquitetos da memória**. *Op. Cit.*; FONSECA, M. C. L. *Op. Cit.* e MALHANO, C. E. S. M. de B. *Op. Cit.*

O órgão inicia suas atividades, ainda sob bases provisórias, em 19 de abril de 1936, quando o ministro Capanema apresenta ao presidente Getúlio Vargas a necessidade de se preservar o patrimônio nacional, solicitando o funcionamento do Sphan:

É velha entre nós, a ideia de se fazer, por forma completa e efetiva, a defesa de nosso patrimônio histórico e artístico. Esforços diversos já foram realizados neste sentido. Até agora, porém, pouco se tem realizado. E obra de sentido nacional e de organização sistemática, esta não existe. [...]. Tendo-me ocorrido iniciar qualquer esforço neste terreno, pedi ao Sr. Mário de Andrade, conhecedor como poucos, da questão, que me apresentasse um plano de tombamento do patrimônio artístico do país. Aquele grande escritor brasileiro realizou, em pouco tempo, o trabalho que se traduz neste pelo projeto de criação (sic) de um serviço permanente, o SPAN com o objetivo de ‘determinar, organizar, conservar, defender, enriquecer e propagar o patrimônio artístico nacional’.

No projeto, que ainda não tem forma de uma lei, a matéria foi devidamente estudada. Tudo está, ahi (sic), previsto com clareza e critério. Poder-se-ão introduzir modificações diversas. Mas é fora de dúvida que as linhas mestras da organização não podem ser outras e que o rumo do trabalho ficou devidamente traçada.

Modificação que poderá desde logo ser feita e que resultou de conversa que tive com o Sr. Mário de Andrade depois de ter lido o seu trabalho, é que, ao invés de se tratar somente da arte histórica, se cogite de todo o patrimônio histórico, artístico ou não. Verifica-se, de fato, a impossibilidade de separar os dois assuntos: patrimônio histórico e patrimônio artístico. Resulta daí que a organização proposta passa a ser o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.⁵⁰

A citação é longa, porém oportuna, pois deixa evidente que a proposta de Mário de Andrade não se tornaria a lei de preservação patrimonial, já que a ela caberiam alterações.

A primeira objeção é de ordem conceitual. Por sugestão do próprio ministro, alterasse-se o nome do órgão incluindo a denominação “Histórico”. A mudança sugerida contrapunha-se a ideia de colocar a arte como o fio condutor da empreitada preservacionista, tal como vislumbrou Mário de Andrade. Realmente foi uma alteração significativa, pois até mesmo a arte passaria a ser vista em “sua concretude histórica”⁵¹ pelo grupo do Sphan.

Para dar continuidade à implantação do órgão e realizar as alterações necessárias no anteprojeto, Gustavo Capanema convidou Rodrigo M. F. de Andrade – nome sugerido pelo

⁵⁰ Cópia da exposição de motivos de Gustavo Capanema a Getúlio Vargas para criação do Sphan. IEB: Arquivo Mário de Andrade. Documentação SPHAN – 3, correspondências burocráticas.

⁵¹ SANTOS, M. V. M. Nasce a academia SPHAN. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: Sphan, n. 22, 1987, p.77-95.

próprio Mário de Andrade. A narrativa do ministro deixa clara sua ligação e confiança em Rodrigo:

Estava a ponto de contratar o competente pintor [Pedro Correa de Araújo]. Urgentemente necessário era preservar os monumentos, outras obras de arte de todas as espécies, e não apenas as obras de pintura, mediante um conjunto de procedimentos que não se limitasse à capital federal, mas abrangessem o país inteiro [...]. Optei pelo nome de Rodrigo. Mineiros ambos, eu o conhecia de perto e de longa data. Aos meus olhos, ele estaria, em tais circunstâncias, em primeiro lugar, fosse qual fosse o paralelo.⁵²

A ligação entre os dois homens públicos, sugerida por Capanema, deriva do tempo em que eles se encontravam no *Café Estrela*, nas reuniões dos modernistas mineiros. Lembramos que uns dos principais articuladores desse grupo modernista foi Carlos Drummond de Andrade, que passou à burocracia estatal como chefe de gabinete do Ministro Capanema durante o Estado Novo.

O convite para a direção do serviço federal não era, portanto, casual ou fortuito. Tinha como antecedente a grande experiência e o estreito vínculo de amizade e de colaboração profissional com o ministro Capanema desde os tempos de atuação política local. Nesse sentido, é importante observar que o ministro não confiava em Rodrigo apenas por suas histórias pregressas, mas porque ambos compartilhavam a concepção de nação e defendiam o mesmo projeto intelectual para desenvolvimento daquilo que seria a identidade brasileira.

É também relevante destacar que, para o ministro e seus interlocutores, Rodrigo M. F. de Andrade conciliava duas características indispensáveis no estabelecimento do novo órgão: por um lado, sua refinada cultura e seu entrosamento com diversos grupos intelectuais da época davam-lhe condições para estabelecer diálogos e articular os consensos necessários diante de impasses e objeções ao projeto, como as de Heloisa Alberto Torres sobre a questão dos museus. Por outro lado, sua imagem de gestor público criterioso e incontestável caráter ético⁵³, davam à tarefa do SPHAN ares de indiscutível e heroica realização, longe das disputas ideológicas que um estado de exceção poderia

⁵² CAPANEMA, G. Rodrigo, espelho de critério. CAVALCANTI, L. **A Lição de Rodrigo**. Recife: Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1969. p. 41.

⁵³ Antes de assumir a direção do SPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade foi chefe de gabinete do ministro da educação Francisco Campos.

suscitar. Não é por acaso que Capanema elogiava Andrade por possuir o “pensamento exato” e viver “identificado com a verdade”⁵⁴.

Tendo aceitado a “tarefa”, o principal esforço do jurista/jornalista foi, basicamente, garantir que o órgão surgisse em meios legais de atuação e também legitimar perante a sociedade a importância da proteção patrimonial. Assim, enquanto internamente elaborava o texto da lei que originaria o serviço federal, Andrade liderava ampla “campanha” na imprensa e divulgava a necessidade de salvaguarda do nosso patrimônio, o qual seria o “bem mais valioso da nação” e que teria dado origem à cultura e a tradição local.

1.4 – O Brasil internacionalizado: as concepções universalistas da repartição

Para fundamentar suas teorias na criação de um órgão específico para seleção e salvaguarda do acervo patrimonial do país, era comum a Rodrigo Melo Franco de Andrade em seus textos públicos recorrer à ideia de que o país teria um patrimônio importante tal como o patrimônio das nações civilizadas. Dessa forma, ele tecia um discurso no qual o Brasil se emparelharia às nações estrangeiras, principalmente às europeias que já cuidavam de seus acervos históricos e artísticos. Caberia ao Brasil, para não ser cobrado por suas futuras gerações e por essas “nações civilizadas”, também preservar seu patrimônio.

É importante destacar que o diretor não pretendia delimitar nosso patrimônio à margem do que havia na Europa ou mesmo imitar um modelo externo de preservação. Ao contrário, o Brasil teria seu valor particular e deveria ter seu lugar no modelo internacional de arte e história. Em matéria publicada no jornal “Correio da Manhã” Rodrigo Melo Franco cita:

O patrimônio histórico e artístico nacional de um povo interessa a todos os indivíduos formadores desse povo e, mais ainda, à *coletividade humana* dado o sentido *universal* da arte. O zelo pelas coisas do passado transporta os países para fora das suas próprias fronteiras e merece especial atenção de todos os governos este cuidado pelas coisas que *são marcos evolutivos na formação dos povos* (grifos do autor).⁵⁵

⁵⁴ CAPANEMA, G. *Op. Cit.* p. 41.

⁵⁵ ANDRADE, R. M. F. de. Possuímos jóias (sic) da arte e monumentos que chamam a atenção de técnicos mundiais. *Correio da Manhã* 12 jan. 1939. In: _____. **Rodrigo e o SPHAN**. Rio de Janeiro: Minc: SPHAN: Fundação Pro-Memória, 1988. p. 27.

Por meio desse texto, vemos que o diretor vislumbra a possibilidade de criar uma identidade nacional partir da identificação do povo brasileiro com sua própria história e sua própria arte, ressaltando seus aspectos coletivos. Nesse sentido, quando se trata de fazer referência a algo que é nacional, recorrentemente Rodrigo trouxe a tona a coletividade, sobreposta aos assuntos de interesse individual. Para ele, o cidadão, ao valorizar-se como brasileiro, perceberia que “muito além da propriedade particular existe uma outra, que é a *propriedade coletiva da Nação*, constituída por todos esses elementos que constituem sua cultura” (grifos do autor)⁵⁶. Nesse sentido, seria dever pátrio desse cidadão “zelar pela sua proteção [do patrimônio histórico e artístico nacional], na medida em que ele engendra a própria integridade do Brasil, do qual os nossos monumentos constituem a expressão mais genuína e expressiva”⁵⁷.

Nesses textos do “jornalista” Rodrigo M. F. de Andrade a primeira coisa a se estabelecer é o uso da “dialética entre o localismo e o cosmopolitismo”, segundo as palavras de Antonio Candido, característico na execução das iniciativas culturais nas décadas iniciais do século XX⁵⁸. O diretor não fugia a tal característica e pretendia em seu discurso afirmar que o país possuía uma tradição local e original, ao mesmo tempo em que se equiparava às nações mais avançadas do mundo⁵⁹. A segunda característica possível de se absorver da leitura de seus artigos públicos é sua preocupação em consolidar a ideia do Brasil como uma nação. Uma nação uníssona e coesa, a qual disfarça seus individualismos em prol de um bem coletivo – nesse caso: o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Avançando na leitura dessas defesas enfáticas do patrimônio feita pelo diretor, percebemos que, para ele, o Brasil se tornaria uma nação permanentemente moderna, civilizada e madura, na medida em que os brasileiros reconhecessem, assumissem e defendessem sua cultura e sua “tradição”. Uma tradição que ligaria o Brasil de maneira *sui generis* à civilização universal⁶⁰. Em favor desse discurso, Rodrigo Melo Franco de Andrade engendrava a ligação entre a história brasileira e a história tradicional da Europa. Segundo o autor:

⁵⁶ ANDRADE, R. M. F. de.. Zelar pelo Patrimônio é obrigação constitucional. In: _____. **Rodrigo e o SPHAN**. *Op. Cit.* p. 39.

⁵⁷ Idem.. O Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. In: _____. **Rodrigo e o SPHAN**. *Op. Cit.* p.50.

⁵⁸ CÂNDIDO, A. **Literatura e Sociedade**. Estudos de História Literária. São Paulo: Nacional, 1965. p. 64.

⁵⁹ NOGUEIRA, A. G. R. **O serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. *Op. Cit.* p. 99-100.

⁶⁰ GONÇALVES, J. R. R. *Op. Cit.* p. 46-47.

a nossa história não cabe no espaço exíguo dos quatro séculos que vivemos, a contar do ano 1500, porque se alonga enormemente para trás, ligada à história dos povos que nos constituíram [...]. Ao contrário, dilata-se longamente pela extensão de três continentes, através da vida e da fortuna vária das nações de que procedemos e cujo espólio cultural se fundiu num só monte [...]⁶¹.

Trechos como esses, calcados na valorização do patrimônio nacional – o qual elevaria o Brasil à igualdade perante os países estrangeiros –, na exaltação de uma história pretérita fortemente influenciada pela cultura europeia e no apontamento dos resquícios materiais de nossa civilização, foram constantes nos discursos do diretor.

Para Márcia Chuva, ao defender suas posições sobre os rumos da preservação no Brasil, Rodrigo orquestrou seu trabalho visando reafirmar a herança portuguesa na constituição nacional, ao mesmo tempo em que procurou inserir o país na esfera internacional da cultura, seguindo a concepção de “universalista” de história e de arte defendida pelo grupo dos modernistas mineiros.

É emblemática, no primeiro caso, a querela entre o jornalista/diretor – quando ainda dirigia a “Revista do Brasil” – e Plínio Salgado sobre a influência portuguesa na consolidação do Brasil. No artigo Rodrigo defronta Plínio Salgado por considerar

injustificável [...] que os povoadores portugueses do Brasil tivessem vindo aprender com nossos indígenas a erigir construções de madeira, técnica essa muito antiga e corrente na Europa e na península. Nem se pode admitir que os colonos europeus se resignassem a utilizar por longos anos construções extremamente frágeis e toscas⁶².

As afirmações de Rodrigo Melo Franco nesse debate mais uma vez chamam à atenção para o que predominará na atuação do Sphan: fundamentalmente o bem material, posterior à colonização e característico da herança europeia. Essa predominância cumprirá

⁶¹ ANDRADE, R. M. F. de. O Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Revista Municipal de Engenharia**, v. VI, n. 5, set. 1939. In: _____. **Rodrigo e o SPHAN**. *Op. Cit.* p. 49.

⁶² Idem. Primórdios da Arquitetura Brasileira. **O Estado de São Paulo**, 15 Set. 1927. In: _____. **Rodrigo e seus tempos**: coletâneas de textos sobre artes e letras. Rio de Janeiro: MinC, SPHAN, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986, p.123.

outro papel perseguido pelo diretor: apresentar a fisionomia do país no âmbito das relações internacionais, garantindo seu pertencimento ao “mundo das nações modernas”⁶³.

Por outro lado, a prática preservacionista também se vinculará a ideia que o Brasil participa do contexto internacional de arte e de história por possuir monumentos de valores universais, segundo o próprio diretor. Em relação a esse tema, concordamos com os pressupostos articulados pela pesquisadora Bomeny. Para ela, tal concepção decorreu da tendência universalista característica do modernismo mineiro.

Se retomarmos o início do trabalho, lembraremos que o MESP era um lugar marcado pela atuação de alguns mineiros: o ministro Gustavo Capanema; seu chefe de gabinete, Carlos Drummond de Andrade – Drummond, após sair da chefia do gabinete, assumiu o cargo de chefe da Divisão de Arquivos da repartição – e o diretor do Sphan, Rodrigo Melo Franco de Andrade. Essa tríade materializou o Sphan como *locus* da preservação no Brasil e, por conseguinte, colocaram em práticas as ideias gestadas na capital mineira, local de encontro desses modernistas quando jovens.

Segundo Bomeny, Carlos Drummond de Andrade foi um dos principais articuladores do grupo de intelectuais mineiros, que se denominavam *Grupo Estrela* – nome do café onde se reuniam na Rua Bahia – e divulgava suas ideias por meio do periódico “A Revista”⁶⁴. Pedro Nava, outro integrante do grupo, delimitou os pressupostos que orientaram o programa do periódico:

o que combatíamos eram as ‘tradições tumulares’, os ‘espantalhos acadêmicos’, o passado que nem um apenas museu. Queriamo-lo sempre forte e inspirador do presente e como tanto, delineador do futuro. Renegávamos a ação separadora dos regionalismos – que víamos com maus olhos⁶⁵.

A partir da análise dos textos de “A Revista”, Bomeny, aponta que a proposta de uma política forte, de espírito dominador, e de unidade da diversidade local e nacional marcaria a constituição do discurso deste grupo modernista mineiro desde seu início⁶⁶.

⁶³ CHUVA, M. R. R. A Fundação da nação. *Op. Cit.* p. 316.

⁶⁴ BOMENY, H. **Guardiões da Razão**: Modernistas mineiros. Rio de Janeiro: UFRJ: Tempo Brasileiro, 1994. p. 26.

⁶⁵ *Idem.* p. 71.

⁶⁶ *Idem.* p. 78.

A intenção de se construir uma identidade nacional no Brasil sem seguir os elementos exógenos foi ponto comum entre os modernistas mineiros e o paulista Mário de Andrade. Contudo, se é provável que de início os modernistas mineiros tenham aderido às concepções paulistas – vindas por meio do mentor Mário de Andrade –, é certo que, com o tempo, o grupo de Minas delas se distanciou, inquieto pelos limites impostos por esse tipo de adesão⁶⁷.

Retomando as duas figuras emblemáticas desses “modernismos” e suas relações com a cultura brasileira, observamos que, para Mário de Andrade estávamos ainda numa condição primitiva por que não passamos do estágio da imitação, da “macaqueação, da repetição, sem eco de realidade e sem cor local, do que é produzido nos grandes centros de cultura”⁶⁸. Já Drummond, refletia sobre o Brasil buscando integrá-lo no concerto internacional das Nações, a partir da adesão a símbolos de cultura compreendidos por uma comunidade intelectual mais ampla, “aquela cuja fronteira é delimitada pelos códigos, e não pelo limite territorial”⁶⁹. Nesse sentido, para o mineiro, seríamos primitivos por vivermos em um “Brasil isolado, desligado do movimento universal das ideias”⁷⁰ e só superaríamos essa condição quando adotássemos as leis universais da civilização, próprias a qualquer homem, por serem leis abstratas, formais e desenhadas para o ser humano civilizado⁷¹.

Essa curta comparação coloca em evidência a diferença entre as opiniões de Mário de Andrade e do chefe de gabinete do ministro Capanema. O primeiro quis encontrar categorias que incluíssem a cultura brasileira múltipla e plural. Como ele mesmo cita em sua carta para Drummond: “enquanto o brasileiro não se abrigar, é um selvagem.”⁷².

Já o segundo sustenta a posição compartilhada com o grupo mineiro de “A Revista”, em que a inserção brasileira no mundo civilizado se daria, principalmente, pela identificação de uma arte que se enquadrasse na classificação tradicional da história da arte do mundo ocidental⁷³.

Como mostramos em alguns trechos acima, a narrativa de Rodrigo Melo Franco de Andrade nos artigos, entrevistas e palestras vinculavam-se às ideias do grupo mineiro. Para

⁶⁷ Idem. p. 78.

⁶⁸ ANDRADE, M. de. **A lição do amigo** [...]. *Op. Cit.* p.3.

⁶⁹ BOMENY, H. *Op. Cit.* p. 84.

⁷⁰ ANDRADE, M. de. **A lição do amigo** [...]. *Op. Cit.* p. 5.

⁷¹ BOMENY, H. *Op. Cit.* p.92.

⁷² ANDRADE, M. de. **A lição do amigo** [...]. *Op. Cit.* p.31.

⁷³ CHUVA, M. R. R. A Fundação da nação. *Op. Cit.* p. 317.

ele, o Brasil era o oposto às nações “mais maduras” ou “mais civilizadas” e só passaria a “existir” na medida em que se apropriasse do passado e da tradição que possuía⁷⁴.

Essa concepção universalista, de se pensar o Brasil a partir de leis e símbolos das nações civilizadas, caracterizará as manifestações do Sphan – seja no tombamento, ou em sua produção intelectual – pela escolha de bens que traduzissem a originalidade do país a partir de sua vertente europeia, delimitando sua inserção internacional a partir de referências da arte tradicional europeia.

Deste modo, na reconstrução do passado nacional, sobressaiu-se o patrimônio material originários dos grandes ciclos econômicos, sobretudo os ciclos da cana e do ouro, com privilégio de algumas regiões – Bahia, Pernambuco, Minas e Rio de Janeiro – e reconstituição um tempo homogêneo – do século XVIII para trás – vinculado aos “heróis” nacionais e a colonização europeia.

Em busca do tempo e lugares da memória os intelectuais do SPHAN se apropriaram do barroco mineiro do século XVIII, que ganhou relevância como símbolo e lugar da autêntica tradição brasileira.

Apesar de seu desenvolvimento tardio, somente dois séculos após o descobrimento do Brasil, a região conseguiu acumular em menos de duas décadas um rico e numeroso patrimônio edificado, em sua maioria de arte sacra, mas que, segundo os especialistas do órgão e o diretor Rodrigo, expressava o que de melhor tínhamos de universal⁷⁵.

Vale lembrar que a ideia de universalidade, presente nas manifestações artísticas e históricas ali selecionadas, funcionava como mediação comum para a inteligibilidade de uma civilização. Assim, as manifestações artísticas e arquitetônicas mineiras foram consagradas como paradigma e modelo para o restante do Brasil, cujo patrimônio passou a ser analisado e comentado à luz daqueles monumentos.

Nesse sentido, identificamos o telegrama do presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas enviado à presidência da República, solicitando auxílio na restauração da igreja de Coqueiro Seco, no qual se descreve o monumento da seguinte forma: “monumento de arte colonial [...] salientando-se obras de entalhe lembram antigos

⁷⁴ GONÇALVES, J. R. S. *Op. Cit.* p. 64.

⁷⁵ NOGUEIRA, A. G. R. **O serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** *Op. Cit.* p. 139.

templos de Minas Gerais [...]”⁷⁶. Aquele patrimônio reproduzido, divulgado e exaltado, passou a ser exemplo da originalidade e da grandeza da arte brasileira.

Cecília Londres, ao comentar das concepções que orientaram o Sphan é taxativa e afirma que essa orientação teve “como consequência não só a exclusão de estilos historicamente importantes, como o ecletismo, importante documento da Primeira República”, mas também resultou na não consideração de todo um patrimônio cultural não-monumental. Segundo a mesma autora, tal documentação seria de suma importância para o conhecimento da formação de nossa identidade nacional.

Talvez essa tenha sido a principal consequência da não incorporação das ideias, propostas e experiências de Mário de Andrade, que, apesar da proximidade intelectual e afetiva com o ministro e seus auxiliares e das inúmeras contribuições que prestou ao MESP, não conseguiu um lugar na estrutura do ministério onde pudesse trabalhar de forma sistemática, contínua e integrada à estrutura central do órgão.

1.5. A narrativa de Rodrigo Melo Franco e a defesa do patrimônio

A preocupação do diretor nos anos iniciais do órgão não estava apenas em articular o debate em torno das principais concepções que fundamentariam a repartição. Em artigos de jornais e palestras Rodrigo Melo Franco de Andrade assumiu a postura combativa em defesa do patrimônio e da criação do Serviço Federal.

São exposições que se evidenciam ao longo dos anos em que dirigiu o órgão federal, no qual o diretor pôde manifestar publicamente sobre o papel do Sphan, rebatendo críticas ao modelo que se propunha para a preservação do patrimônio nacional. Nesse aspecto, passaremos a comentar brevemente alguns dos temas trazidos por ele nessas narrativas de legitimação à proteção do acervo patrimonial do Brasil.

Uma de suas primeiras preocupações foi divulgar o estado em que se encontravam as pesquisas de História da Arte no Brasil. Em artigos, entrevistas, prefácios de livros e palestras, o diretor comentava textos fundamentais da área e apontava “modelos” de pesquisas, preocupado sempre em sugerir investigações a serem feitas em arquivos ainda

⁷⁶ Telegrama de Orlando Araújo para o presidente Dutra, em 11 nov. 1949. Arquivo Central do Sphan (ACI-SO 1/9)

não explorados. Ao comentar sobre a biografia de Aleijadinho no artigo “Data de nascimento do Aleijadinho e fontes de sua obra”, o diretor escreve:

Há[,] portanto, grande necessidade de pesquisa intensa e metódica com objetivos de localizar, nas estampas dos missais e outros impressos que possam ter sido na época introduzidos no Brasil, não só a reprodução das obras de arte originais apontadas por Bazin e Lourival Gomes Machado como fontes de determinadas composições do Aleijadinho, mas também quaisquer gravuras aqui circulantes no seu tempo, que porventura tenham inspirado outras produções de autoria dele.⁷⁷

Por meio dessa estratégia jornalística, o diretor divulgava a produção existente e também as realizações da repartição, dentro do leque de atribuições criadas por ela mesma. Assim, tornavam-se público os “achados” dos colaboradores do órgão na medida em que os trabalhos se desenvolviam. Tais pronunciações eram sempre acompanhadas de suas precisas observações sobre o tema em questão.

Ainda na temática de história da arte, foram objetos privilegiados nas exposições de Rodrigo Melo Franco de Andrade, as obras de pintura e arquitetura colonial em Minas Gerais – aliás, objetos privilegiados na atuação do Sphan.

Ao arquitetar seus discursos sobre esse tema, ele ressaltava duas definições: revelava as dificuldades em se realizar as pesquisas devido as “escassíssimas [sic] notícias correspondentes aos pintores” em minas; e, ao mesmo tempo, divulgava a metodologia desejadas pelo órgão: a “rigorosa pesquisa nos arquivos civis e eclesiásticos”⁷⁸.

Suas análises iam de encontro aos estudos tidos como pouco rigorosos, como, por exemplo, os de Manuel Quirino sobre os pintores baianos. Para Andrade, estudos como esses pareciam não estar fundamentados nas “melhores fontes”, pois o

benemérito cronista não cita a procedência das informações que transmite e dá a impressão, pela escassez e a imprecisão das datas que menciona, de se não ter apoiado em documentos contemporâneos dos artistas e obras de que menciona⁷⁹.

⁷⁷ ANDRADE, R. M. F. de. Data do nascimento do aleijadinho e fontes de sua obra. **O Estado de São Paulo**. 23 ago. 1964. In: _____. **Rodrigo e Seus Tempos**. *Op. Cit.* p. 172.

⁷⁸ ANDRADE, R. M. F. de. A pintura mineira anterior a 1750. **O Estado de São Paulo**. 30 jul. 1947. In: _____. **Rodrigo e Seus Tempos**. *Op. Cit.* p. 75.

⁷⁹ Idem. Domingos da Costa Filgueiras. **O Estado de São Paulo**. 15 jul. 1948. In: _____. **Rodrigo e Seus Tempos**. *Op. Cit.* p. 59.

Diante da carência de documentos Rodrigo propunha o recurso à obra, como no caso do estudo das pinturas mineiras anteriores a 1750, que, mesmo não sendo possível identificar nenhuma obra do período e reportá-la a um determinado artista, “à vista de documento de ajuste do serviço ou de pagamento nominal feito ao autor”, poderá ser “estudada com proveito, por meio das obras que se conservam em certas igrejas e capelas de Minas”⁸⁰. Contudo, é preciso esclarecer que, perante a falta de documentação fidedigna e elucidativa, a análise da obra reclamaria os requisitos de perito e crítico de arte especializados, pondera Rodrigo.

Para Rodrigo Melo Franco de Andrade a tradição ligada ao passado histórico e artístico nacional deve ser descrita e explicada em termos científicos e racionais, ao mesmo tempo em que deve ser resgatada e defendida como a fonte da identidade cultural brasileira. Nesse sentido, é interessante observamos que a narrativa de Andrade opõe um discurso profissional sobre o patrimônio histórico e artístico brasileiro – principalmente a história da arte e arquitetura brasileira – àqueles que não creem na existência desse patrimônio, para assim justificar sua preservação⁸¹.

Partia dele, como diretor do Sphan, a tentativa de delimitar o campo dos estudos em História da Arte mais próximo ao campo acadêmico e da pesquisa científica rompendo dessa forma com a tradição ensaística que predominava no país. Ao escrever o artigo “programa”, que introduz o primeiro número da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Andrade opõe os discursos literatos aos científicos e defende a “necessidade de uma ação sistemática e continuada com o objetivo de dilatar e tornar mais seguro e apurado o conhecimento dos valores de arte e história de nosso país”, pois, “a tendência entre nós, quando se trata desses assuntos, é descambar para um gênero de literatura impróprio para o estudo objetivo das questões que há a esclarecer”⁸².

Noutra perspectiva, seus textos também apontavam fontes de investigação e autores importantes que publicaram textos sobre a História da Arte brasileira. Nesse sentido, Andrade lembrou, por exemplo, os trabalhos de Araújo Porto Alegre e Feu de Carvalho,

⁸⁰ ANDRADE, R. M. F. de. A pintura mineira anterior a 1750 [...] *Op. Cit.* p. 77.

⁸¹ GONÇALVES, J. R. S. *Op. Cit.* p.61.

⁸² ANDRADE, R. M. F. de. Programa. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Sphan, n. 1, 1937. p. I.

os quais contribuíram com investigações menos precárias sobre o estudo de Aleijadinho⁸³. As crônicas escritas por Araújo Viana, para o jornal *A Notícia*, também foram lembradas, pois deixaram uma significativa contribuição sobre as “construções civis brasileiras de feição tradicional”⁸⁴. Em relação a esse último autor, os apontamentos de Andrade iam além.

Apesar de o diretor lamentar o fato de Viana destacar sobremaneira as edificações do século XIX, ele elogiava a riqueza, os detalhes e a exatidão das descrições feita pelo autor. Assim, Rodrigo M. F. de Andrade recomendava – mesmo que implicitamente – a incorporação do método pelo Sphan e indicava a necessidade de “se editarem em volumes [os] trabalhos de Araújo Viana, acompanhado de índices remissivos bastante minuciosos e, se possível, de algumas notas elucidativas”⁸⁵.

No artigo em que discute a classificação do acervo da arquitetura civil, Andrade reclama a necessidade de uma investigação minuciosa e sistemática a esse respeito e divulga o método elaborado por Lucio Costa, pelo qual as obras seriam classificadas no Sphan:

- 1º) por sistemas de construção;
- 2º) por época;
- 3º) por finalidade e função;
- 4º) por elementos constitutivos do programa;
- 5º) por elementos estruturais;
- 6º) por características regionais;
- 7º) por particularidades de estilo, modulação e modenatura⁸⁶.

Cabe lembrar que o mesmo procedimento discutido para a pintura é válido para a pesquisa sobre a arquitetura. Dessa forma, priorizava-se a extensa pesquisa documental como fonte comprobatória e a análise plástica do monumento na ação do órgão federal.

Tendo como base os trechos acima, vemos que por meio de suas narrativas de História da Arte e Patrimônio, Rodrigo Melo Franco de Andrade consolidou o campo de atuação do Sphan, delimitando suas fronteiras e refutando teorias que não eram

⁸³ ANDRADE, R. M. F. de. Contribuição para o estudo da obra do Aleijadinho. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Sphan, n. 1, 1938. p. 258.

⁸⁴ Idem. Classificação do acervo de nossa arquitetura civil. **O Estado de São Paulo**. 26 ago. 1947. In: _____, **Rodrigo e Seus Tempos**. *Op. Cit.* p. 84.

⁸⁵ Idem. p.84.

⁸⁶ Idem. p. 85.

compartilhadas internamente por seu grupo. Caso exemplar desses embates foram as polêmicas em que se envolveu contra José Mariano Filho sobre arquitetura neocolonial e tradicional no Brasil.

Em sua construção, ao apontar as lacunas de autores anteriores ao Sphan, o diretor sugeria possibilidade de atuação e, com sentido crítico, debatia sobre a produção intelectual do próprio órgão. Desta maneira, foi recorrente ao diretor retomar publicações da revista do Sphan e acrescentar a elas novas análises. Caso, por exemplo, dos artigos “Antecedentes e modelos dos pintores coloniais” e “Varandas tradicionais”. No primeiro exemplo, ele comenta o uso de modelos utilizados pelos artistas coloniais em suas composições, a partir dos estudos de Hanz Tietze e E. Tietza-Conrat. Nesse artigo é rebatida a ideia que os pintores coloniais brasileiros tenham meramente copiado modelos europeus em suas obras, visto que “o conceito ou preceito de exclusividade, para o uso da invenção artística pelo próprio inventor, não existia” e que “através do Renascimento a imitação direta de modelos condignos permanecia não somente um meio de educação artística, como também um processo de trabalho legítimo”⁸⁷. Apesar do artigo não fazer menção, é importante lembrarmos que na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tomo VIII, de 1944, a autora Hanna Levy publicou um texto no qual comentava o uso de modelos europeus por artistas coloniais.

No segundo caso, a referência é direta e, ao comentar sobre a arquitetura das casas rurais, o diretor relembra os apontamentos das pesquisas de Joaquim Cardoso e de Luis Saia publicadas nos tomos VII e VIII, respectivamente, da referida revista. Nesse caso, seu tom é elogioso e deixa patentes os benefícios dos trabalhos do Sphan ao aprimorar o conhecimento sobre tal assunto.

O caráter amplo e diversificado dos discursos de Rodrigo relaciona-se a várias propostas da instituição e a inúmeras temáticas. Contudo, seja justificando a criação do órgão; seja dando bases teóricas e metodológicas para a pesquisa em História da Arte no Brasil; ou ainda, noticiando e analisando a produção da própria repartição, Rodrigo buscava exaltar os aspectos de originalidade de nosso acervo patrimonial. Aspecto que por um lado

⁸⁷ ANDRADE, R. M. F. de. Antecedentes e modelos dos pintores coloniais. **O estado de São Paulo**. 18 jul. 1947. In: _____. **Rodrigo e Seus Tempos**. *Op. Cit.* p. 125-126.

daria ao acervo nacional a condição de autenticidade incontestável e, por outro, legitimaria perante a sociedade e o Estado a preservação desses bens e os trabalhos do Sphan.

1.6. Início dos trabalhos

A argumentação aqui proposta impõe-nos apresentar as diferenças entre as noções que orientaram as propostas de Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade em seus projetos de preservação. Assim, esperamos delimitar as mudanças sofridas pelo anteprojeto e criar bases sólidas para a interpretação da revista, alicerçada nos pressupostos teóricos defendidos por Rodrigo Melo Franco expressos tanto na lei, e, sobretudo, em seus discursos em defesa do patrimônio.

No biênio 1936-1937, o jurista dedicou-se à consolidação da estrutura jurídico-administrativa da repartição. Nessa empreitada, sua referência foi, obviamente, o anteprojeto de Mário de Andrade, mas outros textos legais de proteção patrimonial também mediarão a produção do decreto-lei nº 25/1937. Nesse sentido, projetos de lei anteriores ao decreto-lei nº 25, além da legislação francesa, facilitaram o trabalho do diretor⁸⁸.

Não nos interessa determo-nos sobre os textos que orientaram o decreto-lei. Fazemos o apontamento para evidenciar que não se trata de defender a concepção patrimonial de Mário de Andrade ou de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Mesmo porque, como citou Fonseca, essa parece ser uma falsa polêmica para aqueles anos da década de 1930.

Nesse sentido, o exercício de comparação só não será em vão por entendemos que o anteprojeto e o decreto-lei nº 25/1937 possuem uma significativa intertextualidade, dada a relação do primeiro como mediador e antecessor imediato do segundo. Portanto, o diálogo entre os dois textos legais e os discursos laudatórios de Rodrigo Melo Franco de Andrade abrirá a janela para compreendermos a concepção patrimonialista do diretor do Serviço Federal.

Mário de Andrade conhecia o limite de suas propostas e a colaboração dele e de Paulo Duarte na materialização do decreto-lei nº 25/1937, minimizam a ideia de que havia

⁸⁸ O texto refere-se aos projetos de: Alberto Chipre; Jair Lins e Luis Cedro. Também faz referência as Inspetorias de Estaduais do Patrimônio criadas antes do decreto-lei n 25/1937: em Minas Gerais (1926), na Bahia (1927) e em Pernambuco (1928). Sobre a influência da legislação francesa na criação do Sphan ler: GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. **A influência francesa no patrimônio histórico e artístico nacional**. Tese (Doutorado). 144 f. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UPS, São Paulo, 2001.

dois projetos distintos disputando a hegemonia na política patrimonial brasileira. Paulo Duarte, no livro “Mário de Andrade por ele mesmo”, relata a preocupação dele e de Mário em apressar para que Getúlio Vargas assinasse o citado decreto dando chancela à lei. No livro, o deputado paulista relata:

O Rodrigo Melo Franco estava desesperado no Rio, pois Capanema, apesar de ministro, não se achava em condições de exigir isso do novo regime pois, ao que parece, a sua posição periclitava. Lembrei-me então do Alcântara Machado que conservava a sua amizade com Getúlio e a quem eu dava a minha colaboração no projeto do novo Código Penal do Brasil. Solicitei-lhe então obtivesse a assinatura daquele referido Decreto-lei. Poucos dias depois, me escrevia Alcântara Machado comunicando que a “nossa lei” sairia sem falta, em princípio de dezembro de 1937, o que realmente aconteceu, não no princípio, mas mais para o fim daquele mês.⁸⁹

Trazendo a tona esse debate, minimizamos a polêmica da contradição entre um e outro documento para pensarmos cada texto dentro do limite tangível de suas aplicações, como, por exemplo, a dificuldade em contornar juridicamente o direito à propriedade – limite que se impôs sobre todos os projetos anteriores ao decreto-lei nº 25/1937. Mais uma vez, o argumento de Fonseca é esclarecedor para evitarmos a controvérsia. Segundo a autora, para a viabilização do projeto patrimonial, dentro do “campo extremamente complexo” da questão da propriedade, era necessário referir-se a “bens móveis e imóveis”, o que marcava a inadequação do instrumento proposto – o tombamento – para proteger manifestações folclóricas, como ‘lendas’, ‘superstições’, ‘danças dramáticas’, levantadas por Mário de Andrade.

Era amplo o universo de bens cujo tombamento Lucio Costa defendia, mas, naquela época, restringia-se aos exemplares passíveis de serem enquadrados no critério de monumento, o que pressupunha, primordialmente, bens cujos atributos eram de ordem artística ou histórica. Este era o condicionamento da época⁹⁰.

Não resta dúvida que o trabalho de Mário de Andrade é um trabalho conceitual, bastante ligado ao campo da etnografia, no qual está previsto detalhadamente o que deveria ser preservado segundo os pressupostos totalizantes de arte e cultura do escritor paulista.

⁸⁹ DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: Hucitec: Secretaria da Cultura Ciência e tecnologia, 1977. p. 154-155.

⁹⁰ CARRILHO, M. J. **Lucio Costa, Patrimônio Histórico e Arquitetura Moderna**. 342 f. Tese (Doutorado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP, São Paulo, 2002. p. 125.

Foi a partir desse copioso trabalho que o decreto-lei nº 25 se formou. Esse, porém, é mais sucinto, formal e abrangente, como é característico de um texto legal.

Segundo Judith Martins, a primeira funcionária do Sphan e braço direito de Rodrigo Melo Franco de Andrade, o trabalho de sistematização da proposta de Mário foi longo e difícil, tendo ela passado por diversas discussões entre os protagonistas da ação cultural no Brasil até que se chegasse ao resultado final. Afirmava Judith:

reduzir o projeto inicial a esse decreto-lei foi uma luta tremenda [...]. O Mário de Andrade subordinava todos os museus ao Patrimônio. Os diretores de museus se insurgiram, não quiseram concordar. E o trabalho de elaboração desse decreto-lei foi muito grande, levou muitos meses para concatenar todos os pareceres e reduzi-los à essência⁹¹.

Assim, após os debates promovidos por Rodrigo Melo Franco de Andrade, dos quais o diretor fez sua própria leitura e interpretação, chegou-se à redação final do texto legislativo. Nele, o patrimônio histórico e artístico nacional é caracterizado como “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, artístico ou bibliográfico”⁹².

Mais adiante, o texto do decreto define as categorias nas quais se enquadrarão o patrimônio nacional, mantendo as oito categorias e os quatro livros do tomo descrito por Mário no anteprojeto, acrescentando apenas o item paisagístico ao primeiro livro.

Art 4º - O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:
1º) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular [...];
2º) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica
3º) no Livro do Tombo das Belas-Artes, as coisas de arte erudita nacional ou estrangeira
4º) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que incluírem na categoria das artes aplicadas ou estrangeiras.⁹³

⁹¹ MARTINS, Judith. **Memória Oral**. Rio de Janeiro: Sphan/Pró-Memória, 1987. P. 26. (Memória Oral, 1)

⁹² Decreto-lei nº 25, de 30 de Novembro de 1937. Apud: CHUVA, M. R. R. Anexo 4. In: _____. **Os arquitetos da memória**. *Op. Cit.* p. 451.

⁹³ Idem. p. 452.

Vê-se que o documento ao detalhar o que seria o patrimônio histórico e artístico brasileiro mantém algumas palavras utilizadas por Mário de Andrade. Contudo define-o de forma mais genérica, utilizando expressões vagas, tais como “fatos memoráveis” e “valor excepcional”, sem conceituá-las, como o fez o escritor paulista. Além disso, enquanto Mário entendia que “todas as obras de arte” compunham patrimônio brasileiro, o decreto-lei nº 25 limitou essa denominação para os “bens móveis e imóveis de interesse público”.

Para a pesquisadora Silvano Rubino, essas características evidenciam a definição mais contida, menos detalhada e também mais abrangente⁹⁴ do decreto, o que o distancia da proposta do anteprojeto. Nogueira também ressalta a abrangência e indefinição contida no texto legal, contudo observa que ao optar pela amplitude conceitual, “o órgão denuncia sua preocupação com o jogo de forças que deverá se estabelecer no campo dos aspectos jurídicos ligados ao direito de propriedade”⁹⁵.

Márcia Chuva, outra pesquisadora que se deteve na análise desses textos, aponta para a preocupação do decreto-lei nº 25/1937 em detalhar as normas jurídicas e os procedimentos administrativos para alcançar seus objetivos⁹⁶. Para ela, a abrangência e a subjetividade do texto ao tratar daquilo que compunha o patrimônio histórico e artístico nacional dariam possibilidade ao próprio órgão definir seu conteúdo em sua prática preservacionista.

Essa possibilidade de definir conceitualmente o que era patrimônio no exercício da preservação deu aos atores do Sphan o poder de determinar os rumos que o órgão tomaria. Encampando uma luta constante contra opiniões diversas, o diretor colocava seus pressupostos na orientação da repartição e, junto com a equipe da sede, centralizava as decisões do Serviço.

Novamente entraram em conflito as concepções que orientaram Mário de Andrade no anteprojeto e as concepções que orientaram o Sphan em sua prática cotidiana – para nós fortemente influenciada pela visão de Rodrigo Melo Franco e pelo universalismo do modernismo mineiro, como vimos.

Argumentando contra a existência desse “conflito” de ideias, alguns pesquisadores observam que o órgão se aproximou daquilo que propunha o anteprojeto em seus trabalhos

⁹⁴ RUBINO, S. *Op. Cit.* p. 98.

⁹⁵ NOGUEIRA, A. G. R. **O serviço do Patrimônio** [...] *Op. Cit.* p. 95.

⁹⁶ CHUVA, M. R. R. **Os arquitetos da memória** [...] *Op. Cit.* p. 166.

diários de seleção e conservação do acervo patrimonial. Outros autores, no entanto, divergem dessa opinião, ressaltando o privilégio dado à arquitetura, em detrimento da etnografia e do “saber-fazer” que propôs Mário de Andrade em seu esboço.

Lauro Cavalcanti é taxativo e observa que o “predomínio da arquitetura foi uma das poucas e, com toda certeza, mais substancial alteração que Rodrigo Melo Franco [imprimiu] ao projeto de Mário de Andrade”⁹⁷. Não se trata aqui discutir a escolha clássica do órgão nos tempos em que Rodrigo dirigiu-o, apenas reiterar que havia uma concentração do processo de seleção e de decisão do que seriam os bens históricos e artísticos nacionais nas mãos da direção da repartição. Lembramos que, pela estrutura criada no decreto-lei nº 25/1937, cabia à direção do órgão e ao Conselho Consultivo – colegiado que reunia: o diretor do Sphan, os diretores dos museus nacionais e mais dez membros escolhidas pelo presidente da República⁹⁸ – tais atribuições.

Voltando à relação entre o decreto-lei e o anteprojeto, há duas importantes diferenças para destacarmos nesse trabalho: a primeira trata da metodologia do inventário; a segunda aborda a escolha do “perfil profissional” da instituição. Ambas esclarecerão um pouco mais como as lacunas do texto legal tornou possível ao Sphan definir seus critérios e escolhas na execução de suas atividades. Com isso, também possibilitou a grande concentração de poder na figura central de seu diretor e da sede da repartição.

Quanto ao primeiro ponto, Mário de Andrade indica uma metodologia de inventário bastante detalhada e para o “tombamento” assim propondo:

- 1) Fotografia ou várias fotografias;
- 2) Explicação dos caracteres gerais da obra, tamanho, condições de conservação, etc;
- 3) Quando possível, nome do autor e biografia deste;
- 4) Datas;
- 5) Justificação de seu valor arqueológico, etnográfico ou histórico no caso de pertencerem a uma destas categorias;
- 6) no caso de ser obra folclórica, a sua reprodução científica exata (quadrinhas, provérbios, receitas culinárias, etc)
- 7) No caso de ser obra musical folclórica, acompanhará a proposta uma descrição geral como é executada, se possível a reprodução da música por meio manuscritos; descrição de danças e instrumentos que as

⁹⁷ CAVALCANTI, L. O cidadão moderno. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: Sphan, n. 22, 1987. p. 114.

⁹⁸ Mais detalhes sobre o Conselho Consultivo, desde os embates enfrentados por seus membros contra proprietários de bens históricos até o modo como estava composto esse colegiado, ver: CHUVA, M. R. R. *Op. Cit.* p. 221-240.

acompanham, datas em que estas cerimônias se realizam, para a Chefia do Tombamento, de concerto com o Museu Etnográfico e Etnológico, mandar discar ou filmar a obra designada;

8) No caso de ser arte aplicada popular também deverá propor-se a filmagem científica da sua manufatura (fabricação de rendas de cuias, de redes, etc.).⁹⁹

Também nesse aspecto o decreto-lei nº 25/1937 é indefinido e não cita nada sobre a metodologia que o órgão deveria utilizar para realizar o inventário dos bens tombados. Será a prática mais uma vez quem determinará a política da repartição para esse ramo da atividade.

Aparentemente Rodrigo Melo Franco de Andrade pretendia absorver algumas das ideias propostas por Mário, como podemos observar na carta de 15/04/1937, na qual ele descreve ao paulista o método que pretende utilizar para os tombamentos do Sphan:

As propostas de tombamento formuladas pelos delegados regionais deverão ser instruídas pelo histórico da obra, sua descrição pormenorizada (técnica quando possível), informações sobre seu estado atual de conservação, assim como sobre as alterações que tiver sofrido, referências bibliográficas que houver a seu respeito e documentação fotográfica [...].¹⁰⁰

No entanto, passado alguns anos de atividade, o Sphan reviu seus critérios metodológicos e passou a seguir a recomendação elaborada por Lucio Costa, como vimos anteriormente¹⁰¹.

Além do modelo para a “Classificação da Arquitetura Civil”, Costa escreveu o plano de trabalho da Diretoria de Estudos e Tombamento (DET), onde detalhou ainda mais a metodologia de inventário esperada pelo órgão. Marcos Carrilho, ao estudar esses dois documentos, acredita que, tomando-se como

referência o programa original de atividades proposto por Mário de Andrade, verifica-se, de imediato, uma redução significativa do universo de preocupações em relação ao patrimônio cultural. Enquanto a formulação [de Lucio Costa] destacava as expressões histórico-artísticas associadas à arquitetura, a proposta de Mário de Andrade e a classificação nela implícita buscam abranger o universo global das artes. O universo a ser inventariado não se restringia, portanto, apenas às expressões associadas à arquitetura, mas contemplava as mais variadas manifestações

⁹⁹ ANDRADE, M. de. Anteprojeto [...]. *Op. Cit.* p. 47.

¹⁰⁰ ANDRADE, R. M. F. de. **Rodrigo e o Sphan**. *Op. Cit.* p. 123.

¹⁰¹ Ver página 34 e 35, do capítulo 1 desse trabalho.

da cultura, incluindo, pioneiramente, o chamado patrimônio intangível, que seria objeto de inventário, por meio de filmagens e registros fotográficos e fonográficos¹⁰².

Mais adiante o autor continua:

o enquadramento apresentado [por Lucio Costa] para organizar um parâmetro classificatório inicial estava, desde o início, apoiado em bases conservadoras, oriundas de enfoques decorrentes de parâmetros historiográficos e concepções arquitetônicas acadêmicos. As consideráveis reduções dos objetos de pesquisa, que depois se tornaram modelos de análise, enquadram as várias vertentes regionais a partir de perfis muito simplificados [...] ¹⁰³

A carta a Mário de Andrade e os modelos de classificação previsto por Lucio Costa são indicativos da proposta de inventário pretendido pelo Sphan. Além desses dois documentos, é recorrente na historiografia notas sobre Rodrigo Melo Franco de Andrade fazendo a alusão à rigidez metodológica requerida por ele nos trabalhos do Sphan. Lygia Martins Costa e Gilberto Freyre caminham nesse sentido ao escreverem sobre os artigos publicados na *Revista* e citam a cobrança do diretor quanto a rigidez nos estudos para os ensaios¹⁰⁴, no entanto nada falam sobre as características e os limites desse “rigor”. Há de se imaginar que tal exatidão seria cobrada também nos inventários, mesmo que sua forma não estivesse delimitada no decreto-lei nº 25/1937.

O destaque, ao contrário do que se esperava de uma política pública, é que mais uma vez seria o diretor e a estrutura central do Sphan quem determinariam o padrão a ser seguido. Com esse formato, a lei deixou margens para que critérios pessoais e escolhas subjetivas orientassem a política de inventário.

É interessante notar que o método de inventário dos bens patrimoniais expresso na proposta de Mário de Andrade está ligado a sua concepção totalizante de patrimônio, a qual não sobrepuja o ato de tombar ao ato de inventariar. Mário, não via diferenças entre catalogar e preservar, contudo a prática do Sphan acaba limitando sua proposta de inventário. Nesse sentido, verificou-se que o tombamento tinha limites e sua aplicabilidade

¹⁰² CARRILHO, M. J. *Op. Cit.* p. 144.

¹⁰³ *Idem.* p. 144.

¹⁰⁴ Ver: COSTA, L. M. Comentários. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: IPHAN, n. 26, 1997. p. 54 e FREYRE, Gilberto. Mestre Rodrigo, **O Cruzeiro**, 25 de setembro de 1966. In: CAVALCANTI L. **A lição de Rodrigo**. *Op. Cit.* p. 39.

era pouco eficaz para dar conta da complexidade das manifestações culturais imateriais do patrimônio imaginado por Mário. Inventariar ganhou aspecto de registro de obras e bens de “valores excepcionais”, como previa o decreto-lei¹⁰⁵. É nessa direção que aponta o relatório de Lucio Costa para a Divisão de Estudos e Tombamento, em 1947. Cita o autor:

a importância dessa tarefa fundamental [fazer o inventário dos bens] é de tal ordem, que não me vexaria de recomendar a paralisação quase completa das obras em andamento e o cancelamento dos novos serviços [...], a fim de que as verbas da dotação anual do DPHAN fossem integralmente aplicadas, durante dois ou três exercícios consecutivos, nessa empresa de colheita e compilação maciça de informações – *fundamento sobre o qual deverão assentar todas as iniciativas da Repartição* (grifos nossos).¹⁰⁶

A sugestão de inventário defendida por Mário de Andrade nos leva diretamente ao outro ponto que destacamos em seu anteprojeto: o “perfil profissional” do Serviço. O referido autor não se restringiu à conceituar o patrimônio. Ele também mencionou o perfil técnico-especializado que o órgão deveria contratar, delimitando os profissionais apropriados para atuar na preservação que propunha.

O SPAN de Mário previa contar com os serviços de um arqueólogo, um etnólogo, um historiador e um professor de história da arte, em sua sede, assessorando a direção. O mesmo quadro profissional se repetiria nas divisões regionais. Ainda sobre os futuros trabalhos da seção de tombamento, Mário pregava a “absoluta necessidade” de se ter um fotógrafo e um técnico em cinematografia e discagem para se registrar em “documentação perfeitamente científica e de absoluta perfeição técnica, os objetos, os costumes, bailados, cantigas populares, monumentos, quadros, etc”¹⁰⁷. Do mesmo modo, a variedade

¹⁰⁵ NOGUEIRA, A. G. R. **Por um inventário dos sentidos** *Op. Cit.* p. 251.

¹⁰⁶ GUEDES, M. T. Inventário Nacional dos Bens Imóveis Tombados. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: Sphan, n. 22, 1987. p. 86-89.

¹⁰⁷ ANDRADE, M. de. **Cartas de trabalho** *Op. Cit.* p. 50-51.

profissional também deveria ser percebida dentro do Conselho Consultivo do órgão, o qual teria seus membros renovados periodicamente.

Mais uma vez o decreto-lei percorre o sentido oposto da proposta de Mário de Andrade. Não há nenhuma determinação sobre o assunto e assim como em outros casos, a definição do profissional atuante no Sphan se faria na prática. Para Márcia Chuva, essa indefinição não resultou de esquecimento, mas da “conveniência de se manter em aberto uma amplitude de possibilidades”¹⁰⁸. Segundo a autora, essa característica deriva dos limites e dos recursos formais impostos aos textos legais, os quais devem assumir um caráter normativo e lido como uma “verdade universal”¹⁰⁹, desprezando certos detalhes.

Entretanto a amplitude incerta do decreto-lei nº 25/1937 foi diluída no decorrer dos anos, chegando-se em finais da década de 1940 à consolidação da figura do arquiteto como profissional privilegiado pelo órgão. O Brasil, nesse sentido, absorvia o modelo francês, no qual se apoiou Rodrigo Melo Franco de Andrade para construir a lei de preservação brasileira, pois também naquele país o arquiteto tornou-se o especialista das ações de proteção ao patrimônio nacional¹¹⁰. Tendo o privilégio dentro da repartição, foram esses peritos, a partir da figura central de Rodrigo Melo Franco de Andrade, quem definiram e caracterizaram os princípios metodológicos que fundamentaram as ações práticas do Sphan.

Essa síntese comparativa que vai desde a análise da definição conceitual do patrimônio, até o perfil profissional privilegiado pela instituição presentes no anteprojeto de Mário e no decreto-lei nº 25/1937, não só evidencia duas concepções distintas. Certamente as tônicas presentes em cada documento são diferentes e apresentam ênfases distintas na

¹⁰⁸ CHUVA, M. R. R. **Arquitetos da memória**. *Op. Cit.* p. 165.

¹⁰⁹ *Idem.* p. 166.

¹¹⁰ GUEDES, M. T. F. **A influência francesa** [...]. *Op. Cit.* p. 97.

práxis da preservação – o forte apelo à etnografia, no primeiro e o privilégio da arquitetura, no segundo diferenciam fortemente os dois textos.

Ao demonstrar as concepções impressas no decreto-lei nº 25/1937 a partir do anteprojeto de Mário de Andrade buscamos estabelecer um contraponto, no qual vemos a materialização de uma lei “vaga” e “abrangente” – condicionada pelas limitações do contexto histórico em que estava inserida. Esse marco legal consolidou os instrumentos necessários para a atuação do Sphan e, ao mesmo tempo, permitiu que o gabinete central do órgão fosse moldando seus critérios de seleção e preservação do patrimônio histórico e artístico nacional na prática cotidiana.

Superadas as disputas conceituais na redação do texto final da lei, o entrave burocrático de um Estado de exceção e o dilema da propriedade privada, iniciou-se o trabalho do Sphan e, em torno do diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade, um grupo de intelectuais e acadêmicos deu ‘vida’ ao patrimônio. Os arquitetos, como disse, tornaram-se privilegiados, mas no núcleo central do Serviço Federal uma gama incontestável de intelectuais se reuniu para pensar e discutir o patrimônio nacional.

A seguir, discorreremos sobre ambiente acadêmico na sede da repartição, pondo em evidência, sobretudo, dois tipos de especialistas desse quadro: o arquiteto e o historiador, pois suas escolhas e suas interpretações nortearam em grande parte do que analisaremos adiante nas *Revistas do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*.

1.7. Intelectualidade do Sphan: os acadêmicos nas fileiras do patrimônio

Temos defendido aqui que a ação do Sphan se caracterizou fundamentalmente a partir de sua prática, tendo ela recaído principalmente sobre monumentos de “valor

excepcional”, que por sua originalidade e autenticidade recontavam a história do Brasil e o equiparava às nações civilizadas do ocidente.

Também destacamos que o efetivo instrumento jurídico de proteção patrimonial delimitou vagamente os conceitos e as metodologias que orientaram o cotidiano da repartição, por conseguinte, também deixou ‘em aberto’ a definição do perfil profissional da instituição.

Já vimos que a maioria dos técnicos que compuseram o Serviço de proteção patrimonial nos anos em que Rodrigo esteve sob sua direção, foram os arquitetos. Esses profissionais estavam, principalmente, na Seção Técnica e nas regionais dirigindo os trabalhos do Sphan. Contudo a repartição abrigou uma relativa diversidade de profissionais de outras áreas, os quais se vincularam às estruturas internas da sede e, especialmente, como interlocutores de Rodrigo Melo Franco nos dilemas da atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Lauro Cavalcanti e Mariza Veloso Motta Santos relatam o clima acadêmico que pairava sobre o sétimo andar do edifício do MESP, sede do Sphan, no Rio de Janeiro. “Sabemos que a sala do ‘doutor Rodrigo’ [...] estava sempre de portas abertas e era frequentada, no final da tarde, pelos intelectuais modernistas de então”¹¹¹, indica Santos. Para Cavalcanti, “havia um clima de seminário quase permanente nas reuniões de final de tarde no gabinete do dr. Rodrigo, quando se sentavam em volta de uma mesa o próprio diretor, os funcionários do órgão e visitas constantes para discutir com profundidade os mais variados temas”¹¹². Faziam parte dessas rodas de debates intelectuais como: Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Gilberto Freyre, Heloísa Alberto Torres, Carlos

¹¹¹ SANTOS, M. V. M. Nasce a academia Sphan. *Op. Cit.* p. 86.

¹¹² CAVALCANTI, L. O Cidadão moderno. *Op. Cit.* p. 114.

Leão, Sérgio Buarque de Holanda, Pedro Nava, Gastão Cruls, Mário Pedrosa, Afonso Arinos, entre outros.¹¹³

Enquanto esse diversificado leque de intelectuais esteve ligado informalmente ao Sphan, dentro da estrutura jurídica do órgão a variedade profissional era encontrada no Conselho Consultivo. Como citamos acima, ele não possuía a rotatividade e a pluralidade imaginada por Mário de Andrade em seu anteprojeto, mas ainda assim, sua composição era diversificada. Participavam dele antropólogos, historiadores, artistas plástico, entre outros profissionais. Márcia Chuva dá uma ideia da diversidade característica desse colegiado enunciando os componentes do Conselho: estavam nele “os diretores do Museu Nacional de Belas Artes (Oswaldo Teixeira, artista), do Museu Nacional (Heloísa Alberto Torres, antropóloga), do Museu Histórico Nacional (Gustavo Barroso, advogado e historiador) e do Museu Imperial (Alcindo de Azevedo Sodré, historiador)”¹¹⁴. Nos anos iniciais de trabalho – os anos de consolidação do serviço federal –, também compunham o colegiado Edgar Roquette-Pinto (antropólogo), Raimundo Lopes da Cunha e Alberto Childe (respectivamente antropólogo e arqueólogo, ambos do Museu Nacional), Francisco Marques dos Santos (historiador da arte), Gilberto Ferrez (historiador), Manuel Bandeira (escritor), Afonso Arinos (jurista e político), Augusto José Marques Júnior e José Otávio Correa Lima (ambos artistas) e Carlos Azevedo Leão (arquiteto) – esse se desvinculou do Sphan em 1938, sendo substituído provisoriamente por Lucio Costa (arquiteto)¹¹⁵.

A diversidade profissional e o reconhecimento intelectual desses personagens em meios sociais eram fundamentais para a legitimação da tutela do Estado nas ações de

¹¹³ Ver: Costa, L. Prefácio. In: ANDRADE, R. M. F. de. **Rodrigo e Seus Tempos**. *Op. Cit.* e RUBINO, S. Lucio Costa e o patrimônio histórico e artístico nacional. **Revista USP**, n. 53. Disponível em: <www.noafvanfvanvnav.com.br>. Acessado em 19 jun. 2009. p.6-17.

¹¹⁴ CHUVA, M. R. R. **Os arquitetos da Memória**. *Op. Cit.* p. 224.

¹¹⁵ Idem. p.224. A autora publicou em seu livro um quadro detalhado com os nomes e atuação profissional de todos os conselheiros no período entre 1938 – 1946. Ver página 226.

proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional¹¹⁶. Nesse sentido, percebe-se que o critério da notoriedade profissional e intelectual orientou a escolha dos componentes do Conselho, sendo que, na maioria das vezes, suas trajetórias estavam ligadas às instituições de pesquisa e ensino, como a USP, a Faculdade Nacional de Filosofia, a Universidade do Brasil e o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil.

No entanto, independentemente das nuances adquirida pela instituição no acolhimento à pluralidade intelectual dentro do Conselho Consultivo, foi o arquiteto a figura predominante no órgão, principalmente no seu quadro técnico. Esse profissional tornou-se hegemônico na prática da seleção do patrimônio, sendo, coautor dos critérios de seleção do Sphan. Dessa forma, foram eles que acabaram determinando, de fato, as características básicas que delinearão o patrimônio histórico e artístico brasileiro, como distinguiu Chuva¹¹⁷.

A historiografia aponta algumas razões para esse predomínio: o primeiro motivo seria de ordem circunstancial, já que muitas estratégias de atuação do Sphan foram definidas na prática da preservação; outro motivo seria o privilégio dado ao tombamento de bens vinculados a chamada “arquitetura tradicional”, tendo como consequência a necessidade de intervenção nesses bens; por último, a falta um corpo técnico especializado nas questões de patrimônio no Brasil.

Judith Martins, em depoimento à Lilia Coelho Frota para o projeto Memória Oral do Sphan/ Pró-Memória, legitima essa última hipótese. Diz a ex-funcionária da repartição:

ganhava-se muito pouco, mas trabalhava-se com muito amor. E foi uma verdadeira alfabetização no setor, porque ninguém conhecia nada. O que é que os arquitetos recém-formados conheciam desse trabalho de

¹¹⁶ MALHANO, C. E. S. B. *Op. Cit.* p. 103.

¹¹⁷ CHUVA, M. R. R. **Os arquitetos da memória.** *Op. Cit.* p. 207.

restauração de obras? Foi tudo aprendido aqui, na prática, na própria execução. Fazendo e aprendendo.¹¹⁸

Lucio Costa, certamente o mais influente dentre os arquitetos da repartição, também revela o papel da prática na formação dos critérios do Sphan. Em seus escritos ele deixa transparecer a natureza empírica do trabalho de preservação, destacando a importância dada a “experiência adquirida no trato mais íntimo e no manuseio diário [dos bens tombados], em consequência (sic) das obras de restauração, conservação e asseio empreendidas por todo o país”¹¹⁹. No mesmo texto, Costa relata a falta de pessoal especializado:

não sendo possível contar com artistas e críticos experimentados no ofício, ou entre colecionadores, antiquários ou conservadores de museus (...) a escolha deverá recair sobre elementos dotados de cultura geral e conhecimentos afins à especialização e que, pela sua natural disposição se mostrem capazes de, em condições propícias e *pelo próprio esforço*, tornarem-se, com o tempo, especialistas na matéria (grifos nossos).¹²⁰

Para Carrilho, o caráter prático que predominava nas atividades desenvolvidas pelo Sphan se dava, principalmente, pela falta de formação teórica e definição de critérios gerais para sua equipe¹²¹. Nesse sentido, a empiria relatada por Costa em seus escritos também revelam que muitas vezes a instituição recorreu ao colecionador ou *connaisseur*, nas palavras de Carrilho, que inventaria ao acaso seu material, sem uma abordagem a partir de um método fundado no necessário apoio da historiografia.

Nesse contexto, caberia aos arquitetos dar o suporte de representação para aqueles bens eleitos como perpetuadores da história brasileira¹²², tendo-se a partir daí a predileção pelo valor estético sobre o valor histórico dos bens tombados, embora o órgão jamais tenha admitido isso. Também foi notório o afastamento do profissional historiador na prática do Sphan. Lucio Costa mesmo acreditava que o historiador não era dado à objetividade considerada no exercício diário de proteção ao patrimônio, reservando-se para esse os espaços discursivos do órgão – as publicações, por excelência. Para o arquiteto, não era

¹¹⁸ MARTINS, J. *Op. Cit.*

¹¹⁹ COSTA, L. Plano de trabalho para a divisão de estudo e tombamento da DPHAN. In: PESSOA, J. (org). **Lucio Costa**: documentos de trabalho. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999. p. 84.

¹²⁰ PESSOA, J. *Op. Cit.* p. 86.

¹²¹ CARRILHO, M. J. *Op. Cit.* p. 147.

¹²² GUEDES, Tarcila. **O lado doutor e o gavião de penacho**: movimento modernista e patrimônio cultural no Brasil: o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). São Paulo: Anablume: Fapesp, 2002. p. 66.

“necessário, nem mesmo talvez aconselhável, o recurso exclusivo a historiadores de profissão, uma vez que a curiosidade do ofício os conduz insensivelmente a pesquisas laterais demoradas e absorventes, com prejuízo de informações simples e preciosas”¹²³. Segundo o autor, o estudo da arquitetura brasileira era um “trabalho a ser feito, senão pelo homem de ofício, ao menos com a assistência dele, afim de garantir exatidão técnica e objetividade, sem o que perderia a própria razão de ser”¹²⁴.

Assim, pode-se dizer que a “academia do Sphan” foi marcada pela ambiguidade: de um lado absorveu na estrutura do Conselho Consultivo, em conversas informais no gabinete de Rodrigo Melo Franco de Andrade e nos espaços discursivos, os principais intelectuais que redirecionaram o conhecimento das mais variadas áreas do saber no país; porém, por outro lado, priorizou a especialização do arquiteto na ação da preservação, ratificando suas escolhas e dando legitimação às suas representações sobre a história pretérita da nação, mesmo que delas resultassem uma análise pouco inovadora dos símbolos consagrados como patrimônio nacional.

¹²³ PESSOA, J. *Op. Cit.* p. 93.

¹²⁴ COSTA, L. Documentação Necessária. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 1. Rio de Janeiro, 1937. p.33.

Capítulo 2: Civilização material do Brasil: a escolha teórica da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Avançamos na compreensão das ideias que nortearam a criação do Sphan. Agora, voltaremos nossa atenção à análise das publicações do órgão. A perspectiva é captar a relação entre artigos e tombamentos e investigar as noções teóricas que diretamente influenciaram a criação e o cotidiano produtivo da Revista.

Vimos no item anterior que os arquitetos tornaram-se figuras predominantes na prática cotidiana do Sphan, seus posicionamentos foram inclusive determinantes nas escolhas da repartição. Contudo, preocupado com a formação conceitual de seus funcionários e a orientação teórica dos técnicos, Rodrigo Melo Franco de Andrade promoveu, com exclusividade para aqueles, diversos cursos dentro da estrutura do órgão. Como, por exemplo, exemplo o curso de Heloisa Alberto Torres sobre “etnografia indígena”; o curso de Hanna Levy sobre “História da Arte” e o curso de Afonso Arinos de Melo Franco sobre o “Desenvolvimento da civilização material no Brasil”.

Para nossa análise, interessa-nos, sobretudo, o curso ministrado por Afonso Arinos, pois acreditamos que alguns dos conceitos difundidos nesse curso foram essenciais na seleção, no inventário e nos tombamentos empreendidos pelo Sphan e, por conseguinte, refletiram nos artigos da “Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”. O curso, ministrado nos meses outubro e novembro de 1941, contabilizou cinco palestras e resultou no livro *O Desenvolvimento da civilização material no Brasil*, a décima primeira monografia editadas pelo Sphan, em sua série “Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”, em 1944.

Cada conferência foi transformada em um capítulo do livro, o qual se inicia com o estudo sobre os “fatores primitivos” que conduziram a ocupação do território brasileiro, resultando na miscigenação das raças – indígena, africana e portuguesa. Esse capítulo evidencia o processo de “civilização” pelo qual passou o Brasil em sua origem. Os quatro capítulos restantes apontam as etapas do desenvolvimento civilizacional brasileiro nos XVI, XVII, XVIII e XIX, respectivamente.

O livro, base de nossa análise, marca um esforço original na interpretação da história brasileira, principalmente quando relacionada às questões de preservação do

patrimônio nacional no contexto das décadas de 1930 e 1940, coincidindo com os anos iniciais do Sphan.

Arinos tenta delimitar qual civilização está representada nos monumentos da nação e qual passado nacional o órgão deveria resgatar. Tal esforço deixou marcas significativas nos critérios que presidiram as ações do Sphan e o recorte temático dos artigos publicados na revista do órgão.

Rodrigo M. F. de Andrade cita no prefácio da obra, que o livro seria de grande valia, sobretudo, por esclarecer as “ocorrências de ordem material na formação e no desenvolvimento do Brasil”, prejudicadas devido a preferências dos historiadores pelos “fenômenos políticos e sociais”¹ em suas análises. Inclusive, essa é a novidade do estudo de Afonso Arinos: seu ineditismo está em reorganizar as fontes já existentes, de maneira sintética e inteligente, dando bases às suas hipóteses interpretativas para a formação da nação. Essa reorganização de fontes já havia sido proposta anteriormente no livro “Conceito de civilização no Brasil”, no qual Arinos cita:

Chamamos, portanto de História do Brasil a esse esforço, sem dúvida respeitável e grandioso, de reunião de fatos passados, mas feitos sem propósito orgânico, sem visada sintética sem orientação filosófica. A transformação desse depósito de matérias primas em uma estrutura lógica, concentrada, que seja ao mesmo tempo uma explicação do passado e uma indicação do futuro, eis a passagem da História do Brasil para o que chamaremos de História da Civilização Brasileira.²

Não tão inédito quanto Andrade destaca, ressalvamos que as interpretações feitas por Afonso Arinos nesse estudo aproximam-se em alguns pontos das teses defendidas por autores consagrados na historiografia brasileira, tais como Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre. Nesse sentido, o que propomos aqui é compreender o pensamento de Arinos relacionando-o com a produção historiográfica da época em que escreve, quando os métodos e as perspectivas da historiografia foram revisitados, suscitando uma verdadeira renovação na disciplina³.

¹ ANDRADE, R. M. F. de A. Prefácio. In: MELO FRANCO, A. A. **O desenvolvimento da civilização material no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks: Academia Brasileira de Letras, 2005. p. 19.

² MELO FRANCO, A. A. **Conceito de civilização Brasileira**. *Op. Cit.* p. 19. Nas transcrições que fizemos da obra, optamos por adequá-las às regras ortográficas atuais.

³ LAPA, José Roberto do Amaral. **Historiografia Brasileira Contemporânea: A história em Questão**. Petrópolis, Vozes, 1981 p. 53.

Ao argumentarmos que o Sphan utilizou critérios fundamentados nas hipóteses de Afonso Arinos, não defendemos que a Revista, ou mesmo o órgão, tenha se afastado do protocolo divulgado pelos institutos históricos espalhados pelo território nacional, segundo o qual o documento escrito, oficial e inédito assumia um papel central na escrita da história.

Retomando o que escreveu Afonso Arinos, a intenção da sua obra é pormenorizar um novo objeto de análise histórica: os resquícios da civilização no Brasil. Assim, passo a passo, viajamos pelo período que cobre toda a existência do país – desde a chegada dos portugueses, passando pelas primeiras feitorias e engenhos, até o desenvolvimento das vilas e das cidades. Nessa reconstrução, Arinos faz uso do típico esquema dos ciclos econômicos, que vai da extração do pau-brasil até a industrialização, enfatizando a evolução – no sentido de progresso do grau menos avançado para o grau mais avançado – pela qual passou o Brasil nesses períodos.

Como destacou José Murilo de Carvalho, a ideia de civilização material já vinha sendo trabalhado por Arinos desde a publicação de *Conceito de Civilização Brasileira*, obra anterior de Arinos, na qual o autor inicia a definição de quais seriam as origens da civilização no Brasil. Nesta obra, o autor apresenta o conceito de “civilização” como oposto ao conceito de “cultura”. Este último teria relação com a consciência coletiva e o “domínio do mundo subjetivo” pelo homem, enquanto o primeiro seria o “produto da cultura [...] materializado em objetos práticos”⁴. Assim, para Afonso Arinos:

Os valores culturais se consubstanciam numa configuração da vida social, numa constatação inteligente da sua existência, dos seus processos e dos seus fins. São, por assim dizer, uma espécie de teoria da vida social [...] [já] a civilização aparece como a segunda etapa deste processo, isto é, como a *realização dos valores culturais*[...]. Eis aqui a palavra decisiva que era necessário(sic) pronunciar: a civilização é a cultura, realizada pela técnica⁵.

Dessa forma, a partir dessa definição, o autor conclui que o Brasil teria em sua origem várias culturas – a indígena, a europeia e a negra – porém apenas uma civilização: a civilização portuguesa⁶.

⁴ CARVALHO, José Murilo de Carvalho. Prefácio. In: MELO FRANCO, A. A. **O desenvolvimento da civilização material no Brasil**. *Op. Cit.* p. 10.

⁵ MELO FRANCO, A. A. **Conceito de Civilização**. *Op. Cit.* p. 36-47.

⁶ CARVALHO, J. M. de. Prefácio. In: MELO FRANCO, A. A. *op. Cit.* p. 14.

Para Luciano Teixeira, no entanto, Arinos modifica tal definição em 1941, ano do curso ministrado no Sphan. Segundo aquele historiador, em *O desenvolvimento da civilização material no Brasil*, Arinos teria reestruturado seu pensamento e “a ideia de uma única civilização – a europeia – influenciando na constituição da civilização brasileira foi [...] nuançada com a aceitação de civilizações distintas: a europeia, a africana e a indígena, além da referência às civilizações tupis e à civilização material dos negros, feita a partir dos estudos de Artur Ramos sobre o negro no Brasil⁷.

Certamente não se trata de anular uma ideia pela outra, Arinos vê a Europa como estágio último do progresso civilizacional, num típico modelo evolucionista. Assim, a importância de Portugal na colonização brasileira é destacada por ele, que acredita que:

O desenvolvimento da nossa civilização material é de base portuguesa, entendida no seu complexo luso-afro-asiático. A contribuição negra e índia, muito notável na elaboração do psiquismo nacional, é pouco importante na nossa civilização material, não somente por ter sido absorvida no choque com um meio muito mais evoluído mas também porque as condições de sujeição em que viviam as raças negra e vermelha não permitiam a expansão plena das suas respectivas formas de cultura. Por isto mesmo, os elementos negros e índios, presentes na nossa civilização material, salvo um ou outro mais notáveis, são de difícil identificação⁸.

Essas observações são muito similares as que fizeram outros importantes estudiosos da época, tais como Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre. Segundo o historiador Edgar de Decca, Holanda reconhece a presença de negros e indígenas, mas atribui toda a responsabilidade da formação brasileira à cultura portuguesa europeia, que se trasladou e se instalou em terras tropicais. Desta maneira, seria impossível apregoar uma suposta igualdade de condições e responsabilidades socioculturais entre brancos, índios e negros⁹.

Aproximando-se teoricamente de Gilberto Freyre, de Sérgio Buarque de Holanda e de Paulo Prado, Afonso Arinos não negou o poder incomparável de aclimatabilidade e miscigenação do povo português. Porém, ao refletir mais demoradamente sobre a contribuição das civilizações formadoras de nossa cultura, o autor destaca a dificuldade em

⁷ TEIXEIRA, Luciano Santos. História e Civilização Material na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. In: **Seminário nacional do Centro de Memória**: “memória e patrimônio”, n. 6, 2009, Campinas. *Anais...*Campinas: Unicamp, 2009. 1 CD.

⁸ MELO FRANCO, A. A. **Desenvolvimento da civilização material no Brasil**. *Op. Cit.* p. 37.

⁹ DECCA, Edgar Salvadori de. Cidadão, mostre-me a identidade!. In. **Caderno Cedex**, v. 22, n. 58, Campinas: *Unicamp*, 2002. p.11-12.

identificar a “pureza” de qualquer uma dessas contribuições, alegando a miscigenação portuguesa mesmo antes do processo colonial na América, com a presença de negros africanos e, sobretudo de judeus, em sua formação étnica. Nesse sentido, cita Arinos:

Estamos, pois, fixados em que, quando nos referimos à influência lusa, desejamos aludir ao complexo português tal como o recebemos, enriquecido de elementos mouros, amarelos e judeus. Quando falamos em resíduos negros ou índios estamos lembrando as forças que vieram se juntar àquele complexo, para impulsionarem a civilização brasileira¹⁰.

Outra característica marcante em seu estudo é a associação entre o desenvolvimento civilizacional brasileiro e os ciclos econômicos. Nesse ponto, mais uma vez, Arinos chegou a conclusões parecidas as de outros estudiosos da época, principalmente aqueles vinculados ao viés da história econômica.

Como notou José Murilo de Carvalho, eram poucos os estudos sobre aquilo que Arinos chamou de “ocorrências de ordem material” e havia uma escassez de estudos abrangentes de história econômica no Brasil¹¹. Somente em 1939, começaram a ser publicados estudos vinculados a área: a monumental *História do café no Brasil*, obra de E. Taunay; a *Evolução econômica do Brasil*, de F. F. Normano e *A Evolução Industrial do Brasil*, de Roberto Simonsen datam desse ano.

Segundo Carvalho, “o único estudo importante publicado logo antes das conferências foi *História Econômica do Brasil*, de Roberto Simonsen, que saiu em 1937”; segundo ele, “é provável que Afonso Arinos não tivesse tido conhecimento dessa obra, pois não a incluiu em sua bibliografia”¹². Da mesma forma, Arinos não conhecia a obra de Caio Prado Júnior, *A história econômica do Brasil*, publicada somente em 1945, no entanto, antecipou um esquema que se tornaria um clássico da historiografia brasileira: a análise da história a partir dos ciclos econômicos brasileiros.

Nesse sentido, em *O Desenvolvimento da civilização material*, a primeira manifestação da civilização no Brasil se dá com a ocupação do litoral e uma pequena interiorização da colônia nos séculos XVI e XVII, com atividades ligadas ao complexo canavieiro – destacando-se as regiões norte e nordeste brasileiras. Cita Arinos:

¹⁰ MELO FRANCO, A. A. **Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil**. *Op. Cit.* p. 27-28.

¹¹ CARVALHO, J. M. Prefácio. *Op. Cit.* p.10.

¹² *Idem* p.10.

O século XVII completa o povoamento do litoral e das suas cercanias, cujo aumento era agora questão de tempo. Também se procedera, vimos, ao reconhecimento do interior e à sua conquista, desde que por conquista se entenda um apossamento mais ou menos simbólico.¹³

Já o século XVIII é o “século de ouro” da colonização do Brasil – o século do ciclo aurífero – que conduz a população ao interior da colônia e produz as “mais belas obras”¹⁴ da cultura artística nacional. A ideia do ciclo econômico está presente na análise de Arinos quando cita, por exemplo, a ocupação territorial:

A importância da bandeira, como elemento de fixação e de civilização, se revela somente mais tarde, no ciclo do ouro, desbravando a princípio os sertões das Gerais, mais tarde os de Goiás e Mato Grosso, determinando neles a fundação de cidades e a criação de uma alta civilização¹⁵.

E por meio desses ciclos econômicos Arinos define a relevância do desenvolvimento brasileiro num determinado período, destacando sobremaneira a importância do século XVIII na formação do Brasil. Esse século, segundo o autor:

fixou a população no interior, estabeleceu ligações internas entre as mais distantes capitais, deu ao Brasil, afinal, a sua configuração física. Durante ele, o país começa a se apresentar na sua diversidade material, mas também mostra fatores que determinaram, mais tarde, sua unidade política¹⁶.

Assim, na medida em que o estudo ganha forma, percebemos que Arinos constrói um mapa do Brasil: um mapa da ocupação e da cultura material no território brasileiro, tal qual fez o Sphan em seus tombamentos e, por conseguinte, em sua Revista¹⁷. O Brasil litorâneo e canavieiro – com as ocupações jesuíticas no sul e no nordeste; o Brasil aurífero e “barroco” – com a figura do bandeirante no centro-oeste e sudeste; o Brasil da corte e da cafeicultura – no sudeste.

¹³ MELO FRANCO, A. A. **O desenvolvimento da civilização material**. *Op. Cit.* p. 87.

¹⁴ *Idem* p. 100.

¹⁵ *Idem* p. 101.

¹⁶ *Idem* p. 119.

¹⁷ RUBINO, S. Lucio Costa e o patrimônio histórico e artístico nacional. **Revista USP**, n. 53. Disponível em: <www.noafvanfvanvnav.com.br>. Acessado em 19 jun. 2009.

Essa divisão territorial vem acompanhada de um recorte temporal das escolhas. Assim, coincide com o período canavieiro e ocupação litorânea com o século XV, XVI e início do século XVII. Já os períodos aurífero e da corte coincidem com os séculos XVIII e XIX, respectivamente.

Ao observarmos a obra como um todo, vemos que Arinos:

- 1) sugere a presença portuguesa como predominante sobre as demais culturas na colonização do país;
- 2) indica que é nos resquícios da produção material dessa colonização que se deveria focar o trabalho de preservação patrimonial – fonte de conhecimento da cultura
- 3) vincula essa produção aos ciclos econômicos, tendo relevância o ciclo do ouro, em Minas Gerais.

Segundo Maria Cecília Fonseca, o conceito de civilização material, tal como elaborou Afonso Arinos possibilitou uma leitura dos bens e conjuntos tombados pelo Sphan a partir de sua relação com o processo histórico de ocupação das diferentes regiões brasileiras¹⁸.

Um bom exemplo desse tipo de leitura é a conferência “Panorama do Patrimônio Artístico e Histórico de Minas”, proferida por Rodrigo M. F. de Andrade em Ouro Preto, em 1968. Nesse texto, a civilização material que surge em Minas no século XVIII, resultado da descoberta de metais preciosos, é analisada a partir do processo de ocupação da região e do papel que os diferentes grupos étnicos exerceram nesse processo.

A “feição peculiar” das obras produzidas nessa área fez surgir uma “escola mineira” de arte, pois elas assumiram um caráter único em todo o território da capitania¹⁹. Sendo praticamente nula nessas produções a marca dos indígenas carijós – que permaneceram no local como cativos – e dos paulistas que por ali passaram.

Segundo o diretor, “a influência dos paulistas na arquitetura, na talha e nas artes menores de Minas Gerais parece ter sido reduzida e fugás (sic)”, por “sua tendência ao

¹⁸ FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 1997. p. 118.

¹⁹ ANDRADE, R. M. F. de. Panorama do Patrimônio Artístico e Histórico de Minas. In: _____. **Rodrigo e o SPHAN**. Rio de Janeiro: Minc: SPHAN: Fundação Pro-Memória, 1988. p. 74.

nomadismo e pela rusticidade de seus costumes”²⁰. Do mesmo modo, para Rodrigo, “a mão-de-obra escrava do período do povoamento não imprimiu sinais de sua origem africana ou ameríndia nas produções de arquitetura escultura e pintura aqui ocorridas”²¹.

Nesse sentido, para o diretor, essa civilização era de “autoria”, em primeiro lugar dos portugueses, vindos do Minho e do Douro, que ali se radicaram e, em segundo, dos escravos Angolas e Benguelas por eles trazidos para a região²².

Outro texto significativo no qual Rodrigo indica a prevalência portuguesa na produção material brasileira é o prefácio de “Mocambos do Nordeste”, de Gilberto Freyre. Nele, o diretor reafirmava o que recorrentemente considerava fundamental: a apropriação *brasileira* da produção lusa – também no tangente ao aspecto “popular”. Embora os mocambos do nordeste analisados por Freyre fossem, sem dúvida, bastante distintos das casas tombadas em conjunto nas cidades mineiras, a importância dos portugueses em sua edificação é considerada marcante pelo diretor.

Tendo em vista esse discurso, não é demais reafirmar a importância do conceito de *civilização material* na *práxis* do órgão. Certamente, ele não foi a linha condutora da revista, mas, na medida em que o periódico em muitos aspectos refletiu o trabalho dos técnicos do Sphan, verifica-se que o conceito pautou inúmeros artigos da publicação.

Dessa forma, destacamos a noção de civilização material como um conceito-chave para entendermos a *Revista do Patrimônio* e, nesse sentido, concordamos com as observações de Luciano Teixeira, para quem a ideia carregou em si uma série de conteúdos configuradores de um novo espaço de conhecimento que o Sphan buscava criar a partir das suas linhas editoriais.

Fundamentado num novo ângulo de abordagem, mais próxima da história social, mesmo que um tanto quanto herdeira de aspectos da “história política”, a noção de civilização material se impôs no cotidiano do Sphan, dando conta da complexidade e da originalidade da tarefa assumida pelo órgão, que variava entre a seleção, preservação e divulgação do patrimônio histórico e artístico nacional. E assim como fez Arinos, o Sphan, por meio de sua Revista, sugeriu estudos incomuns para a época, tais como a técnica

²⁰ Idem p. 74.

²¹ Idem p. 75.

²² Idem p. 75.

construtiva e suas origens portuguesas, formas de ocupação do território e análises da arquitetura das cidades e do campo, desde os monumentos religiosos até os populares.

2. 1. – A política editorial do Sphan na constituição de um saber

Robert Smith, no texto “Historiadores da Arte Brasileira”, apontou o ano de 1937 como a gênese do período mais recente da História Arte Brasileira, pois desse ano data o primeiro volume da *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*²³.

A *Revista* serviu como um dos instrumentos privilegiados de divulgação das atividades, das propostas e das orientações teórico e técnicas do Serviço, legitimando diante da sociedade seu papel de órgão público.

Rodrigo entendia que a publicação seria fundamental para a formação da consciência patrimonial, e, por isso, antes mesmo da decretação da lei que instituiu o Sphan, já articulava sua publicação²⁴. Assim, tão rápido quanto possível foi lançado o número 1 da sua Revista. A data da capa é de 1937, porém a edição só foi lançada em 1938, “provavelmente, por falta de verba, ou pelos artigos que chegavam com atraso”²⁵.

A qualidade pretendida pelo diretor do Sphan e, por conseguinte, editor da *Revista*, não tardou a refletir no alcance e na importância do periódico, que revolucionou o estudo da História da Arte no Brasil²⁶. Francisco Iglésias e Antonio Cândido são categóricos em afirmar a importância do periódico para o pensamento brasileiro. Para o primeiro, a publicação da *Revista* trouxe grande contribuição à historiografia brasileira, com informações precisas baseadas em fontes primárias e rica documentação²⁷; já o segundo,

²³ SMITH, Robert C. Historiadores da arte brasileira. In: MORAES, R. B. e BERRIEN, W. **Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros**. Rio de Janeiro: Souza, 1949. p. 18. Quando Smith escreveu seu texto a Revista ainda possuía em seu nome o termo “Serviço”. A partir do nono volume da coleção seu nome se altera para Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

²⁴ O fato pode ser observado pela análise da correspondência entre Mário de Andrade e Rodrigo Melo. Em carta de 05/06/1937, Rodrigo solicitava de Mário sua colaboração para a *Revista*: “[...] estou providenciando agora no sentido de reunir material para o primeiro número da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que desejo publicar no fim do mês. Será uma publicação semestral, pois parece impossível fazê-las mais frequente, atendendo-se a escassez de trabalhos aproveitáveis para a sua finalidade. Para o primeiro número sai colaboração é imprescindível. Consulto-o, portanto, se você terá aí alguma coisa pronta que sirva para a revista [...]”. In: ANDRADE, R. M. F. de. **Rodrigo e o Sphan**. Rio de Janeiro: MEC: SPHAN: Pró-memória. p. 128.

²⁵ In: MALHANO, C. E. S. M. de B. **Da materialização à legitimação do Passado: a monumentalidade como metáfora do Estado (1920-1945)**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Editora Lucena, 2002. p. 141.

²⁶ SMITH, R. C. *Op. Cit.* p. 18.

²⁷ IGLÉSIAS, Francisco. **Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG: IPEA, 2000 p. 154.

indicou o “papel iluminador” que o periódico teve para sua geração²⁸. Lygia Martins Costa e Gilberto Freyre também exaltaram a qualidade e a importância da *Revista*, por enriquecer a historiografia brasileira com seu rigor metodológico, com o uso de fontes primárias e com a obra objetiva, fundada na investigação, sem o lirismo da literatura²⁹, que tanto defendia Andrade.

A importância da *Revista* é relatada por esses historiadores, que apontam para o rompimento com a tradição ensaística dos anos 40 e 50, trazendo à tona temas de história da arte, ciências sociais, etnografia, arqueologia, entre outros³⁰.

Tal empenho brevemente refletiu em reconhecimento internacional. Já em 1942 a *Revista* foi agraciada com o diploma de honra na “Segunda Exposição Internacional de Publicações Periódicas”, realizada pela Biblioteca Pública de Santiago Alvarez da Escola Provincial de Artes Plásticas Tarascá de Cuba.

No “Relatório de Atividades do Sphan 1936-1940” vemos outra indicação do reconhecimento internacional da revista. O documento transcreve o parecer contido no *Handbook of Latin American Studies*, de 1938, editado pelo *Committee on Latin American Studies*, o qual enfatiza o merecimento das publicações do Serviço Federal: “the Sphan, organization witch for the last few years has been doing admirable service in the various fields of Brazilian art and archeology”³¹.

Da mesma forma, ao analisarmos as correspondências institucionais do Sphan, também averiguamos a importância da revista para diversos centros de pesquisas e bibliotecas internacionais, os quais solicitavam e respondiam com satisfação a remessa do periódico pelo Sphan.

É essencial denotar que as *Revista do Patrimônio* – “a menina dos olhos” do Dr Rodrigo, como citou Lucio Costa – era parte da estratégia editorial do órgão junto com a série das *Publicações do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, uma coleção de

²⁸ CANDIDO, A. A prosa do grande amigo. In: CAVALCANTI, Lauro. **A Lição de Rodrigo**. Recife: Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1969. p. 24.

²⁹ FREYRE, Gilberto. Mestre Rodrigo. **O Cruzeiro**, 25 de setembro de 1966. In: CAVALCANTI, L. *Op. Cit.* p. 39.

³⁰ RUBINO, Silvana. **As fachadas da história**: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico nacional, 1937 – 1968. 206 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP. Campinas, 1992. p. 159.

³¹ Relatório de Atividades do SPHAN 1936-1940. Série Técnico-Administrativo, subsérie Relatório, caixa 311, Pasta 4, Folha 23.

monografias editadas pela repartição, que continham estudos mais detalhados sobre o patrimônio e o passado nacional.

Interessa-nos o momento em que essas publicações vieram a público. Ambas surgem durante o Estado Novo, período em que o Estado empenhou-se na construção de uma política cultural para Brasil, na tentativa de consolidar a nação brasileira, materializada por meio da criação de centros e serviços, como o próprio Sphan e na valorização dos traços tidos como autenticamente nacionais. Para Sergio Miceli, o regime de Vargas definiu e constituiu o domínio da cultura como um “negócio oficial”, implicando em um orçamento próprio, na criação de uma “intelligentzia” e na invenção de todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico³². A historiadora Ângela de Castro Gomes seguiu a mesma linha de pensamento e identificou nesse período a publicação de diversas revistas de cultura, a maioria empenhada no resgate do passado brasileiro e na defesa do “espírito nacional”, presente nas intenções do Estado³³.

As publicações, sobretudo a *Revista do Patrimônio*, nosso objeto de estudo, inseriram-se, portanto, em um momento de debate sobre a formação da nacionalidade brasileira e contribuíram ativamente para criar, como parte das ações do Sphan, um campo específico de discussão, no qual a história da civilização material, seu desenvolvimento e suas formas de proteção foram pontos centrais. A partir disso, o periódico buscou referir-se a aspectos referentes ao passado nacional que deveríamos resgatar nos monumentos da nação³⁴.

A importância e necessidade do órgão trabalhar com publicações especializadas já havia sido apontada anteriormente por Mário de Andrade no Anteprojeto de 1936. Para esse autor, as publicações em livros, (especialmente os livros do tombo com suas inscrições) e revistas seriam importantes instrumentos pedagógicos e de publicidade, os quais informariam com mais clareza as ações do Serviço.

As revistas, em particular, seriam “indispensáveis como meio permanente de propaganda e força cultural”, publicando em suas páginas “as obras pertencentes ao patrimônio histórico e artístico nacional, estudos técnicos, críticas especializadas, pesquisas

³² MICELI, S. SPHAN: Refrigério da cultura oficial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 22. Rio de Janeiro: Sphan, 1987

³³ GOMES, A. de C. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. p. 143. O espírito nacional a que se refere a autora seria os costumes, a “raça”, a língua e a memória de um povo.

³⁴ TEIXEIRA, L. *Op. Cit.*

estéticas e todo material folclórico do país”³⁵, o que seriam acompanhadas por livros e monografias referentes à temática do patrimônio.

A historiadora Márcia Chuva nota que a estrutura e os objetivos das publicações do Serviço, propostos por Mário de Andrade, foram mantidos no conteúdo dos estudos publicados na *Revista* e na série *Publicações*. Tais publicações, de certo modo, supririam algumas lacunas deixadas pelo Sphan na preservação patrimonial. Porém, grosso modo, os temas por elas editados, também giravam em torno das práticas cotidianas do órgão.

Discordamos de Chuva, pois observaremos mais adiante que o modelo de Mário de Andrade foi significativamente alterado da forma ao conteúdo, contudo, tais publicações trouxeram um peso significativo à nova política do Estado, construindo e difundindo um discurso sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, tornando-o apropriável a um certo público – mesmo que restrito – e demarcando as fronteiras e concepções do trabalho da nova agência estatal.

Luciano Teixeira também defende que as publicações atuaram de modo complementar às ações do Sphan, ora propunham uma ampliação do escopo de ações possíveis por parte da Instituição, ora reforçavam os critérios e abordagens lançados por esta, ora, ademais, incentivavam o debate com outros setores da sociedade, centrando-se em aspectos da civilização material no Brasil³⁶.

Para conseguirmos dimensionar melhor os limites e propostas do programa editorial da repartição, diferenciaremos brevemente essas duas linhas editoriais.

Inicialmente, observamos que a série *Publicações* foi uma “coleção de monografias”, que, a cada número, publicava o estudo de um único autor. Seu objetivo “era produzir estudos minuciosos sobre objetos específicos da cultura material, basicamente aqueles integrantes do universo selecionado como *patrimônio histórico e artístico nacional*”³⁷. Também fez parte dessa série, a publicação de catálogos e índices de coleções, além de volumes comemorativos.

³⁵ ANDRADE, M. de. Anteprojeto de Criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. In: _____. **Cartas de Trabalho**: correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade. Rio de Janeiro: MEC: SPHAN: Pró-memória. p. 48.

³⁶ TEIXEIRA, L. *Op. Cit.*

³⁷ CHUVA, M. R. R. **Os arquitetos da memória**: sociogêneses das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 – 1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. p. 210.

Nela escreveram intelectuais de renome, amigos de Rodrigo Melo Franco de Andrade e assíduos frequentadores de seu gabinete. Alguns deles compunham o Conselho Consultivo, como o próprio Afonso Arinos³⁸.

Alguns dos títulos publicados sob sua rubrica são: “Mocambos do Nordeste: algumas notas sobre o tipo de casa popular mais primitivo do nordeste do Brasil” (de Gilberto Freyre, 1937); “Catálogo do Museu Coronel David Carneiro” (1940); “Em torno da História de Sabará” (de Viana Zoroastro Passos, 1940); “Arte indígena da Amazônia” (de Heloísa Alberto Torres, 1940); “História das missões orientais do Uruguai” (de Aurélio Porto, 1943); “Alcântara: subsídios para a história da cidade” (de Antonio Lopes, 1957) e etc.

A regularidade quase anual dessa série atesta a importância dada pelo Estado à construção da memória e da identidade nacional por meio dos órgãos institucionais e suas publicações. Nesse sentido, vemos o período do Estado Novo – de 1936 a 1945 – como o de maior favorecimento da política editorial do Sphan. O ano de 1940 foi o mais vistoso em termos de publicação, foram ao todo 5 volumes da série *Publicações* editados naquele ano e ao longo dos 9 anos de ditadura varguista foram 14 volumes.

Também nas questões ligadas à política editorial do órgão, Rodrigo de Andrade exercia a centralidade das funções, convidando autores, indicando estudos a serem feitos e discutindo pontos – principalmente referentes às ilustrações – de artigos enviados para a edição, como fica evidente em duas de suas correspondências com Silvio de Vasconcelos. A primeira, em 1957, solicitou que o remetente providenciasse fotografias detalhadas do altar-mor da igreja de Matozinho de Itaberito, para ilustrar o trabalho de Carlos Del Negro sobre pintura mineira³⁹; já a segunda, comentou o artigo que Silvio enviou para ser publicado no volume 14 da *Revista do Patrimônio*:

Com sua carta nº 412, de 23 de maio, tive ontem a grande satisfação de receber seu estudo excelente sobre (sic) a formação urbana do arraial do Tejuco [...] Entretanto não receie o risco de sua contribuição se poder considerar inferior ao nível dos artigos incluídos em nossa revista, pois, na medida em que se esteja a meu alcance ajuizar do mérito dos trabalhos

³⁸ CHUVA, M. R. R. **Arquitetos da Memória**. *Op. Cit.* p. 249.

³⁹ Referimo-nos ao trabalho: “Contribuição ao Estudo da Pintura Mineira”, do Professor Carlos Del Negro, publicado em 1958, no volume 20 da *Série Publicações*.

escolhidos para a mesma publicação, estou certo de que o texto de sua autoria é dos mais interessantes e adequados⁴⁰.

Esses dois apontamentos mostram que, nas *Revistas* ou na série *Publicações*, Rodrigo M. F. de Andrade interveio em suas produções segundo seus pressupostos e para ambas determinou modelos completamente distintos.

Diferentemente das *Publicações*, o perfil da *Revista*, pelo menos num primeiro momento, seguia outra concepção. Para o diretor, caberia a ela editar artigos especializados, com estudos preliminares, sobre temas variados e diretamente ligados ao cotidiano da repartição. Dessa forma, já no primeiro número da revista, o diretor tentava esclarecer seu “programa”:

O objetivo visado aqui consiste antes de tudo em divulgar o conhecimento dos valores de arte e de história que o Brasil possui e contribuir empenhadamente para o estudo[...] O presente número desde logo se ressentido de grandes falhas, versando quase todo sobre monumentos arquitetônicos, como se todo o patrimônio histórico e artístico nacional consistisse principalmente nestes. A verdade, entretanto é que tal como foi definido pelo decreto-lei de 30 de Novembro, aquele patrimônio se constituiu do “conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico[...]”⁴¹.

Ao longo do período estudado (1937:1978) foram dezoito volumes editados e mais de uma centena e meia de trabalhos publicados⁴² – média superior a 10 artigos por revista – com participação de 80 estudiosos. A ligação desses últimos à agência Federal se operava de maneiras bastante distintas: alguns eram técnicos; outros eram membros do Conselho Consultivo e alguns deles escreveram como convidados do diretor. Como podemos perceber, a atuação desses agentes era bastante díspar, o que garantiu um leque maior de abordagens, quando comparada à série *Publicações*.

A diversificação temática, no entanto, não foi recorrente como propunha o “programa”, mesmo assim a série pulverizou possibilidades e lançou mão de estudos que variam da história da arte à antropologia, tal como o trabalho de Heloisa Alberto Torres:

⁴⁰ Série técnico-administrativo, subsérie correspondências, caixa 09, pasta 06. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro. Ambos os documentos citados encontram-se na mesma série, caixa e pasta.

⁴¹ ANDRADE, R. M. F. de. Programa. In: **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 1 Rio de Janeiro: SPHAN, 1937. p. I.

⁴² Entre ensaios e inventários, 170 artigos foram publicados na revista, entre 1937-1978.

“Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil”, publicado no 1º volume da revista, em 1937.

É preciso destacar que desde a edição do primeiro volume, em 1937, até a publicação do décimo oitavo volume, em 1978, a *Revista* foi se remodelando e, nesse sentido, é possível constar mudanças significativas no perfil editorial da mesma. Nos primeiros anos, possivelmente pelas disputas de concepções e pelo “programa” ainda por se definir, ela comportou uma diversidade expressiva de temas, havendo espaço para a arqueologia, etnografia indígenas e para o mobiliário nacional, como se pode aferir no texto de Heloisa Alberto Torres supracitado e em outros textos, tais como, os de Gastão Cruis, Raimundo Lopes, e Curt Nimuendaju. Voltaremos adiante nessa ideia, contudo, destaco o papel da revista na ampliação daquilo que seria a abrangência do patrimônio brasileiro, absorvendo pesquisas de diversas áreas e promovendo, mesmo que timidamente, o debate acerca da formação da cultura patrimonial no Brasil.

Os textos das revistas e as diversas monografias publicadas pelo órgão traduziam, explicavam e materializavam o “patrimônio”. Nesse sentido, afirmava-se por meio dos textos editados uma “memória instruída pela história”⁴³ sobre o patrimônio histórico e artístico nacional, conferindo-lhe a legibilidade, que na sua ausência configuraria apenas uma memória coletiva⁴⁴, segundo o pensamento de Certeau.

Retomando a ideia trabalhada no capítulo anterior, segundo a qual a nação é o resultado da construção simbólica de uma “comunidade imaginada”, conforme postulado por Benedict Anderson. Ao longo de nossa investigação, percebemos que o trabalho daqueles autores que publicaram na revista, ratificou uma memória coletiva, na qual múltiplos códigos culturais foram confrontados, as fontes (des)construídas e suas linguagens decodificadas, estabelecendo saberes ao público leitor por meio de diversos “protocolos de escrita e leitura”⁴⁵, dando portanto inteligibilidade aos fragmentos do passado. Assim, por meio de suas publicações, o Sphan procurou ampliar a categoria “patrimônio” e disseminar o alcance e o conhecimento dos monumentos elegidos pelo mesmo.

⁴³ RICOEUR, P. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: Editora UNICAMP, 2007. p. 152-155.

⁴⁴ CERTEAU, M. de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 65-121.

⁴⁵ Usamos aqui uma expressão de CHARTIER, R. **Práticas da Leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p. 98.

Para Márcia Chuva, a seriedade dos estudos publicados pela instituição tornava-a “autora legítima” tanto na ação, quanto na concepção do que deveria ser enquadrado como categoria de patrimônio histórico artístico nacional. Pensamento similar ao de Silvana Rubino, para quem a publicação ao mesmo tempo definia o que se deveria preservar e justificava o que se estava preservando⁴⁶.

Tal aspecto vem de encontro à argumentação de Tarsila Guedes. Segundo a autora, grande parte dos estudos feitos pelo órgão carecia de legitimação social, pois ficaram restritos à divulgação em seus departamentos e entre técnicos da instituição não chegando ao domínio público. Essa historiadora observa que “os trabalhos publicados pela Revista do Sphan são, em sua maioria, mais descritivos do que analíticos, geralmente voltados para suprirem informações técnicas de divulgação”⁴⁷, distanciam-se portanto do diálogo aberto com a sociedade.

Maria Cecília Fonseca corrobora tal ideia, pois também vê um certo lapso no alcance do público em geral às pesquisas do órgão federal. Para ela, “os critérios adotados pelo Sphan eram sustentados não tanto por estudos e pesquisas – sendo essas “pouco acessíveis à opinião pública” – mas pela autoridade dos agentes e da instituição que respondia pelos tombamentos⁴⁸”.

A dificuldade em tornar as pesquisas da repartição acessíveis ao público que não participava direta ou indiretamente de seu cotidiano é compreensível, já que a existência do órgão coincidiu com sua precariedade de recursos financeiros e estrutura física. Não é possível ser categórico sobre dados orçamentários do Sphan, principalmente durante o Estado Novo, pois há poucas informações, relatórios e planilhas que discriminem a situação financeira da repartição nesse período. Nenhum documento indica a tiragem ou os valores corretos gastos com as publicações da revista e da série de monografias. No entanto, o “Relatório de Atividades de 1936 a 1940” indicam que os três primeiros números da revista já haviam entrado em circulação.

Em 1942, podemos ver a dotação orçamentária do Sphan apresentada no relatório orçamentário do Ministério da Educação e Saúde no ano em questão. Foram destinados

⁴⁶ RUBINO, S. *As fachadas da história*. *Op. Cit.* p. 184.

⁴⁷ GUEDES, T. *O lado doutor e o gavião de penacho: movimento modernista e patrimônio cultural no Brasil: o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)*. São Paulo: Anablume: Fapesp, 2002. p. 69.

⁴⁸ FONSECA, M. C. L. *Patrimônio em processo*. *Op. Cit.* p. 120.

50:000\$00 para as publicações, valor extremamente baixo quando comparado aos gastos com inventários e obras em edifícios patrimonializados, que chegavam a 1.5000:000\$00⁴⁹.

A situação de escassez se repete em 1944, no Relatório de Atividades referente a esse ano, no qual o diretor assinala: “Iniciada anteriormente a preparação do nº 7 da “Revista do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional”, não pôde entretanto vir a lume essa publicação, em conseqüência (sic) de irremovível dificuldades materiais”⁵⁰.

Para se ter uma ideia de como os valores eram baixos, no ano de 1945 houve um aumento na dotação orçamentária “na subconsignação 38 (Publicações), de 120:000\$00 para 140:000\$00”, mesmo assim a edição dos números 7 e 8 da revista “sofreu com a falta de verba”⁵¹.

As constantes reduções e atrasos no repasse orçamentário, ano a ano ficaram ainda mais complicados após o período Vargas, quando o descaso do executivo com o órgão indignou o diretor, que, em carta a Juscelino Kubitschek, escreveu:

Meu caro presidente,
Peço permissão para recorrer, em última instância, a sua autoridade presidencial a fim de determinar uma providência que venha atenuar a situação extremamente aflitiva a que chegou a repartição confiada a minha chefia.
Sucedeu, em verdade, que deixou de ser entregue à D.P.H.A.N. no 2º semestre do exercício de 1959, nada menos que a metade da dotação orçamentária global concedida a este órgão para a conservação e reparação de monumentos em todo o país.⁵²

A situação aflitiva referida por Andrade em nada se alterou, pois ele escreve a David James alertando-o que não pode precisar quando será impresso o número 13 da revista devido as “medidas rigorosas de economia” que o governo tem adotado e que impendem a “continuidade das publicações da D.P.H.A.N.”⁵³.

⁴⁹ Arquivo Gustavo Capanema, “f”, 1936, 05.28 (não microfilmado). Arquivo CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Valores anotados conforme a grafia do documento.

⁵⁰ Relatório de atividades 1943 - 1945. Série Arquivo técnico-administrativo, Subsérie Relatório, Caixa 11, Pasta 05, Envelope 60. Arquivo Central do IPHAN.

⁵¹ Idem.

⁵² Correspondência de Rodrigo Melo Franco de Andrade com o presidente Juscelino Kubitschek em Março de 1960. Série Arquivo técnico-administrativo, Subsérie Correspondência, Caixa 08, Pasta 04. Arquivo Central do IPHAN.

⁵³ Carta enviada ao estudioso David James: Série técnico-administrativo. Subsérie correspondência, caixa 145, página 51, folha 26.

Diante das dificuldades e da precária condição, o Sphan teve que priorizar ações mais urgentes, daquelas estabelecidas pelo seu programa, como providenciar o inventário e o tombamentos dos bens de representação artística e histórica nacional e a execução de obras de restauro e conservação nos monumentos selecionados. Assim, mesmo sendo importante na construção dos saberes ligados ao patrimônio, mesmo valorizada pelo diretor do órgão, a política editorial enfrentou constantes atrasos e ficou a mercê das possibilidades financeiras do órgão.

Contudo, driblando os entraves burocráticos, a Revista foi além da divulgação dos trabalhos executados pelo órgão e alcançou destaque no meio institucional e intelectual, por isso podemos efetivamente identificar a partir dessas edições a criação de um campo específico de conhecimento centrado no Sphan, ressaltando seu papel articulador do debate não somente sobre o patrimônio determinado e selecionado pela repartição, mas sobre a história da civilização e da cultura material no Brasil.

Nesse sentido, vamos ao encontro do que escreveu Márcia Chuva, para quem a política editorial do Sphan foi

capaz de conquistar legitimidade para prescrever os atributos [do patrimônio histórico e artístico nacional] e para fixar um mapa de possibilidades. Com a revista, o Sphan passaria a balizar e polarizar os debates sobre essa temática, fazendo com que, ao se falar de preservação cultural no Brasil, se tornasse impossível não se remeter à sua produção, ainda que para criticá-la ou questioná-la⁵⁴.

Por isso acreditamos que a revista teve papel articulador do debate entre intelectuais e protagonistas da ação institucional, uma vez que o Sphan legitimava, e, ao mesmo tempo divulgava o conhecimento especializado prescrito pela agência do Estado.

2.2 – A constituição da revista

Temos indicado até aqui possibilidades teóricas que abrangem o universo da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nesse sentido, comentamos sobre a política nacionalista do Estado Novo, as aspirações modernistas mineiras, a ideia de civilização

⁵⁴ CHUVA, M. R. R. CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. *Topoi*, v. 4, n. 7, jun-dez. 2003. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_antteriores/Topoi%2007/topoi7a4.pdf>. Acesso em 12. Dez. 2009. p.322.

material de Afonso Arinos e a importância da política editorial do Sphan para definição do que é patrimônio.

Nesse item, pretendemos avançar na compreensão do ambiente produtivo da *Revista*, pensando seus limites e suas perspectivas, seu alcance e sua relação com a consolidação de um campo específico do saber: a História da Arte. Nosso estudo inicia-se com a publicação do primeiro volume e segue até a publicação do décimo oitavo.

Levando-se em conta os anos publicados na capa de cada volume tem-se 41 anos (1937:1978). Nesse período a caracterização física da revista foi constante: encadernação tipo livro, com dimensões de 17,5 x 23,5 cm; média aproximada de 322 páginas por edição e muitas ilustrações. As páginas de texto eram impressas em papel *offset* e as ilustrações impressas em papel *couché* de alta qualidade – o que colocava a revista em destaque – sem que houvesse qualquer tipo de propaganda ou anúncio nas páginas do periódico.

No entanto, houve duas mudanças significativas na revista que merecem destaque: a primeira nos remete a seu nome e a segunda está relacionada à estrutura de seus artigos. No primeiro caso, a publicação manteve o nome de *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* até a nona edição, datada de 1945, se considerarmos o ano indicado na capa do volume⁵⁵. Do décimo número em diante seu nome foi alterado para *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. É provável que a mudança na designação do Serviço, que, a partir de 1946 passou a se denominar Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), tenha refletido no nome da *Revista*. O décimo volume leva o ano de 1946 em sua capa, justamente o ano da alteração dos nomes – tanto da *Revista*, quanto da repartição.

É também a partir desse volume que sua estrutura interna se modifica. Os artigos ficam mais extensos e ao mesmo tempo, mais escassos, diminuindo a quantidade de estudos por revista. Apesar da média de páginas da *Revista* manter-se inalterada, os artigos, que até então contabilizavam cerca de 12,8 (na média) por edição, caem para 6 (na média) por volume, isto é, menos da metade a partir de 1946.

É difícil precisar a causa de tais mudanças. Luciano Teixeira sugere que a extinção

⁵⁵ É curioso notar que os anos de publicação impressos nas capas de cada número das revistas não correspondem necessariamente ao ano de impressão/circulação da mesma. Adiante, quando comentarmos a distribuição do periódico voltaremos ao assunto.

da série *Publicações*⁵⁶ no ano de 1945 motivou as alterações. Assim, a revista passaria a cobrir a lacuna deixada pela série. No entanto, é pouco provável que esse seja o motivo, primeiro por que houve outras publicações da série de monografias após 1945, tendo havido apenas uma pausa na impressão entre 1945 e 1951. Segundo por que ambas as edições do Serviço eram encaminhadas ao mesmo tempo às instituições parceiras do Sphan, como indicam os ofícios que chegavam à repartição acusando seu recebimento, mesmo depois de 1945. A descontinuidade, que produziu o lapso mencionado por Teixeira, pode ser explicada pela ausência de verbas, e não pela extinção da série de monografias.

As possibilidades para se esclarecer o real motivo da mudança na *Revista* são muitas: a baixa produção teórica na área patrimonial, os constantes atrasos no envio de artigos ou ainda, a tentativa de se tornar o debate sobre o patrimônio nacional mais aprofundado, após quase 10 anos de publicações.

Não se sabe ao certo o porquê das mudanças, mas atendo-se ao periódico vemos seu décimo volume como um “divisor de águas” na continuidade da publicação. Até 1945 a revista procurou abranger variados temas, cedendo espaços para inúmeros estudiosos. Nesse momento houve espaço para a arqueologia, etnologia, coleções de museus e publicação de inúmeros documentos inéditos. A partir do número 10 alguns desses temas desapareceram e só retornam ao periódico nos números 17 e 18, quando a revista já não estava mais sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Também é possível notar que os artigos editados até o número 9 da *Revista* tinham um caráter mais ensaístico, no qual definia-se um tema e daí suas possibilidades ao leitor. Nesse sentido, eram textos que propunham pesquisas a serem feitas, indicavam – direta ou indiretamente – metodologias de pesquisas e arquivos a serem explorados ou, ainda, apresentavam teóricos e teorias da história da arte aos interessados. Além, é claro, de vincularem um significativo volume de documentos e histórias ligadas aos patrimônios.

Os artigos de Gilberto Freyre⁵⁷ na revista número 01 e de Rodrigo Melo Franco de Andrade⁵⁸, na revista número 02 são exemplos de textos que propunham ao pesquisador

⁵⁶ TEIXEIRA, L. *Op. Cit.*

⁵⁷ FREYRE, Gilberto. Sugestões para o estudo da arte Brasileira em relação com a de Portugal e a das Colônias. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 1. Rio de Janeiro: Sphan, 1937.

⁵⁸ ANDRADE, R. M. F. de. Contribuição para o estudo da obra do Aleijadinho. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 1. Rio de Janeiro: Sphan, 1938.

uma metodologia de estudos. No primeiro caso, Freyre cita:

Creio que em nenhum gênero de estudos se impõe com maior insistência a cooperação de brasileiros com portugueses e lusos-descendentes de outras terras do que neste: o estudo de problemas de arte culta e popular comuns aos nossos países. O inventário, a análise e a interpretação das obras de arte realizadas pelos portugueses na Europa, principalmente depois das conquistas e navegações e, por influência deles, nos países onde predominou o tipo lusitano de colonização.

Só por esse esforço, em comum, será possível determinar com segurança as características gerais da arte de sabor português e as suas diferenciações, nas várias terras onde se fez sentir não só a influência do sangue como a da cultura da gente de Portugal⁵⁹.

No trecho citado podemos ver expressas algumas das características que apontamos em itens anteriores, como, por exemplo, a busca pelo elemento português na arte nacional. Ainda nesse artigo, Freyre comenta de obras de pintura e arquitetura importantes à nacionalidade brasileira e que merecem atenção dos “novos pesquisadores”.

No segundo caso, o que vale é o “exemplo” prático. Andrade traz no texto uma miríade de documentos que “comprovam” suas hipóteses. O artigo torna-se um modelo a ser seguido por pesquisadores, pela acurada pesquisa documental que apresenta e por demonstrar a necessidade em se explorar arquivos eclesiásticos na construção histórica.

Hannah Levy, por sua vez, é a autora que mais apresenta aos leitores teorias da História da Arte, como no texto “A propósito de três teorias sobre o Barroco”, publicado na Revista número 5, de 1941. Nele a autora retoma as teorias de Woelfflin, Dvorak e Balet. Levy explora o exame crítico do material-fonte, divulgando teóricos pouco conhecidos no Brasil e expondo uma metodologia a ser seguida.

Entretanto, mesmo identificando uma mudança estrutural no formato dos artigos, um aspecto das pesquisas impressas na revista não sofreu alterações, salvo algumas exceções: a orientação metodológica dos textos. Eles se mantiveram ao longo de todos esses anos bastante descritivos e sem muitas articulações teóricas. Dalton Sala Junior, que estudou o Sphan nesse período, alega que a metodologia empregada pelos técnicos e intelectuais do órgão era destituída de qualquer “corrente filosófica ou pensamento político”. Para ele:

⁵⁹ FREYRE, Gilberto. Sugestões para o estudo da arte Brasileira em relação com a de Portugal e a das Colônias. *Op. Cit.*

[a] coesão metodológica se dá por exclusão: afastamento teórico dos dados históricos materialistas num momento em que a questão social continuava sendo caso de polícia e o marxismo de qualquer tendência o inimigo público número um. Não há, ao longo de toda a série de publicações do Sphan, nenhuma carta de intenções relativa aos pressupostos metodológicos de alguma escola de historiadores ou de críticos de arte, ou mesmo de vínculo a alguma corrente filosófica ou grupo de pensamento político⁶⁰.

Outro aspecto a levar-se em consideração, o qual não exclui a hipótese de Sala Jr., é que os trabalhos do Sphan estiveram frequentemente vinculados ao seu cotidiano, como demonstramos no capítulo anterior. Dessa forma, muitas vezes a observação em *locus* foi o ponto de partida para escrever sobre um determinado tema. Assim, o caráter descritivo dos textos complementaria o trabalho dos técnicos, possibilitando um diálogo entre o conhecimento empírico dos objetos patrimoniais e o conhecimento teórico dos mesmos; além de legitimar o trabalho da agência perante a sociedade.

Ao observamos o “Plano de trabalho da diretoria de estudos e tombamentos”, vemos as fontes principais de informação necessárias para o estudo e a seleção do universo de bens a serem considerados para a preservação. Dividiam-se em dois grupos: de um lado, as informações de natureza técnico-artística, obtidas tanto por levantamentos fotográficos e desenhos dos bens, como da sua observação direta; e, de outro, as informações de natureza histórico-elucidativa, correspondentes à compilação de dados sobre a trajetória da construção desses monumentos, sobre os artistas e artífices que as executaram e sobre as circunstâncias em que foram realizadas⁶¹.

Assim, sem dúvidas é possível observar que os trabalhos difundidos pelo Sphan, nessa fase, foram mais descritivos do que analíticos. Entretanto, divergindo do que sugeriu Sala Jr, entendemos que esses trabalhos, ao designar o que se enquadraria na categoria patrimônio, denotaram um esforço crítico bastante próximo da crítica tradicional ao documento, aprimorada no século XIX pela escola positivista, ao procurarem essencialmente a *autenticidade* do documento, atribuindo-lhe uma importância fundamental

⁶⁰ SALA Jr, D. P. **O serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**: história oficial e Estado Novo. Dissertação (Mestrado em comunicação) – Escola de Comunicação e Artes – USP. São Paulo, 1988. p. 88.

⁶¹ CARRILHO, Marcos José. **Lucio Costa, Patrimônio Histórico e Arquitetura Moderna**. 342 f. Tese (Doutorado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP, São Paulo, 2002. p. 145.

à datação e à verdade histórica⁶².

Dessa forma, utilizou-se métodos pelos quais se pretendia provar a relevância histórica e artística dos objetos patrimonializados, destacando a pertinência de seus valores artísticos e históricos para a formação da nação e, assim, realçando a necessidade de preservá-los. Os artigos da revista caminhavam na direção de uma garimpagem documental, apresentando o patrimônio como únicos, legítimos, originais e autênticos representantes da nação brasileira. Como, por exemplo, o texto de Anibal Fernandes, “A igreja dos Montes Guararapes”, publicado no primeiro volume da *Revista*:

No mesmo local que se travavam as batalhas de 18 de abril de 1648 a 19 de fevereiro de 1649 levanta-se, como um monumento do patriotismo e de fé, a igreja Nossa Senhora dos Prazeres [...] quem conhece as igrejas de Recife vê logo que sua construção está bem no espírito do século XVIII, que foi o nosso grande século místico, o das melhores construções religiosas⁶³.

Podemos perceber claramente que o autor ao falar de um monumento do século XVIII recorre ao passado longínquo – primeira metade do século XVII – exaltando sua importância na formação da nação.

Da mesma forma, também foi comum encontrarmos nos textos descritivos da revista, a tentativa de se chegar ao ponto de origem – da concepção – do patrimônio abordado no artigo. Nesse sentido, deparamo-nos, por exemplo, com o texto de Salomão de Vasconcelos, “Como nasceu Ouro Preto: sua formação cadastral desde 1712”, publicado em 1955 na revista número 12. Uma quantidade enorme de documentos é apresentada caracterizando a formação de Ouro Preto desde seu primeiro rancho até a data do estudo.

Segundo Luciano Teixeira, faziam parte dos procedimentos científicos dos textos do periódico, a “repetição de um certo número de protocolos de verdade, considerados capazes de garantir a autenticidade e originalidade do recorte patrimonial”⁶⁴. Nesse aspecto, tem-se, por exemplo, o amplo uso de fontes documentais inéditas, a transcrição de documentos como argumento de autoridade, as lacunas do conhecimento preenchidas pelas fontes, a preocupação com a verdade histórica, o caráter narrativo e descritivo dos textos e o recurso

⁶² CHUVA, M. R. R. **Arquitetos da Memória**. *Op. Cit.* p. 75.

⁶³ FERNANDES, A. A Igreja dos Montes Guararapes. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n 1. Rio de Janeiro: SPHAN, 1937.

⁶⁴ TEIXEIRA, L. *Op. Cit.*

aos instrumentos de erudição e seriedade acadêmica dos profissionais ligados à “causa” do patrimônio.

Confirmamos a partir disso, que o Sphan esteve muito próximo a corrente positivista do pensamento histórico, a qual buscava extrair dos documentos tudo o que neles contivessem, sem análises teóricas aprofundadas, na ilusão de que nada seria acrescentado, mantendo-se, assim, o mais próximo possível da verdade dos acontecimentos⁶⁵. A carta de Mario de Andrade a Rodrigo Melo Franco de Andrade sobre seu texto para a biografia do Padre Jesuíno do Monte Carmelo, deixa claro essa ideia. Nela, o escritor relata o processo de escrita que deriva de suas pesquisas sobre o padre, indicando a estrutura da obra:

A parte sobre a obra tratará primeiro do problema cronológico das pinturas, em seguida do arrolamento das conhecidas e discussões das que imagino serem do padre e enfim de uma crítica meramente expositiva dos caracteres da obra, *sem emitir julgamento de valor, que não me parece próprio de funcionário do SPHAN, em função.*⁶⁶

Essa origem positivista não se deu por acaso. Simon Schwartzman, no livro “Tempos de Capanema”, observa que a historiografia desenvolvida até a década de 30 do século passado ainda foi liderada pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e também pela Academia Brasileira de Letras⁶⁷. Por um lado a metodologia praticada pelos membros do Sphan ia ao encontro daquela praticada no IHGB; por outro, o objeto sobre o qual se debruçava – a arte colonial brasileira – dizia respeito a diversos elementos então importantes para a noção de civilização material.

Embora os anos 30 tenham sido decisivos na reorganização da nossa historiografia⁶⁸ – como vimos, foi nessa década que apareceram os grandes clássicos de nossa ensaística – o Sphan pouco absorveu dessa nova historiografia.

É importante atentar que o paradigma não era exatamente o mesmo do IHGB, dado as novas fontes, os novos olhares e principalmente os novos objetos que estavam sendo

⁶⁵ Algo mais sobre a corrente positivista da história pode ser vista em: BURKE, Peter. **A escrita da História**. São Paulo: Unesp, 1992. E em, DOSSE, Francois. **A História em migalhas**: dos Annales a Nova História. Florianópolis: EDUSC, 2003.

⁶⁶ Carta de Mário de Andrade a Rodrigo Melo Franco, em 3/12/1941. In: ANDRADE, M. de. *Cartas de Trabalho. Op. Cit.* p. 145.

⁶⁷ SCHWARTZMAN, Simon, *et ali.* **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra: FGV, 2000. p.75.

⁶⁸ Ver Carlos Guilherme Mota em “Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)”. São Paulo: Editora 34, 2008.

privilegiados. A cultura material como foco, a valorização do elemento português como civilizador e a consagração do século XVIII como auge da cultura original brasileira tornam as pesquisas do Sphan diferentes. Contudo, concordamos com Fonseca, para quem “a noção de valor histórico adotado pelo Sphan dos anos 40 era balizada pela historiografia da época – em que a obra de Caio Prado Júnior era ainda uma exceção – e pelos imperativos teóricos e práticos da preservação”⁶⁹.

Nesse sentido, a historiografia do Sphan se aproximou daquela praticada por Capistrano de Abreu e, principalmente, por Varnhagem, pela importância da datação e reconstrução do fato histórico, segundo o viés documental. Para Francisco Iglésias, esses autores haviam assimilado a nova historiografia praticada em centros, como os de alguns estados alemães, valorizadora do documento a ser buscado em arquivos – divulgado em revistas, livros ou coleções – como fonte indispensável para comprovar qualquer trabalho. Ainda segundo Iglesias, tal método “pouco se interessou por outro aspecto inovador de então, a teoria, para fundamentar o esforço do historiador, colocando-o além da narrativa, na busca da compreensão ou da interpretação. Faltou-lhe sensibilidade, não dedicando a esse aspecto o empenho [da teoria] posto no outro [da busca documental]”⁷⁰.

Para Capistrano de Abreu e Varnhagem, é o convívio com os documentos que afasta o historiador do ficcionista e do pesquisador imaginoso. A “verdade” histórica – que existia objetivamente e podia ser descoberta – assentava-se nessa base material que vinha sendo construída por outros infatigáveis “investigadores” desde o século XIX⁷¹.

Ainda segundo Angela de Castro Gomes, a “verdade dos fatos” – aquela que Capistrano estaria estabelecendo – exigia procedimentos capazes de garantir objetividade e neutralidade por parte do historiador. Assim, ele não poderia assumir preconceitos que conduzissem sua pesquisa para a confirmação de ideias e valores que esposasse e desejasse defender, ainda que com finalidades morais louváveis⁷². Tal como almejaram – e fizeram – os “historiadores” da Revista do Patrimônio.

Essas considerações esclarecem muito a produção dos artigos, principalmente, o vínculo entre a produção teórica e o exercício prático das atividades do Sphan e seu caráter

⁶⁹ FONSECA, M. C. L. **Patrimônio em processo**. *Op. Cit.* p. 119.

⁷⁰ IGLÉSIAS, F. *Op. Cit.* p. 72.

⁷¹ GOMES, A. de C. *Op. Cit.* p. 92.

⁷² *Idem.* p. 93.

descritivo. Além disso, é interessante lembrar a citação de Lauro Cavalcanti sobre a procedência desses estudos. Segundo o autor, eles eram originados de duas formas:

a partir de uma ‘encomenda’ feita por Rodrigo a um técnico, que debruçava-se ‘exclusivamente’ sobre um tema [...] até então pouco estudado da cultura brasileira; em uma segunda modalidade eram ensaios consequências de descobertas feitas nas viagens de ‘redescoberta’ do Brasil que caracterizou a fase ‘heróica’⁷³.

Pela indicação de Cavalcanti, é possível verificar que vários dos artigos publicados coincidiam com as ações de proteção do SPHAN, analisavam-nas ou ainda buscavam complementá-las. Nesse sentido, a temática dos artigos, nessa primeira fase da revista, não se distinguia dos temas privilegiados pelas ações de proteção do patrimônio precedida pelo Sphan. Vimos, nesse contexto, avultar os estudos sobre monumentos de arquitetura religiosa datados do período colonial, assim como descrições da pintura e escultura decorativa religiosa dessas edificações e trabalhos biográficos sobre os artistas e engenheiros responsáveis por tais obras. Rubino, atenta para a frequente coincidência entre os bens descritos e analisados nas revistas e aqueles tombados pelo Serviço⁷⁴, não por acaso, grande parte dos textos da primeira edição, em 1937, abordou bens cujos processos de tombamento foram abertos entre 1938 e 1939.

Esse ponto, bem como a caracterização da revista por meio de uma análise minuciosa da sua produção, será realizada no próximo capítulo. Nele tentaremos delimitar o *corpus* constitutivo da revista e suas bases analíticas.

⁷³ CAVALCANTI, L. O cidadão moderno. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 22. Rio de Janeiro: Sphan, 1987. p. 114.

⁷⁴ RUBINO, S. **As fachadas da história**. *Op. Cit.* p. 99.

Capítulo 3: O mosaico revelado: quadros analíticos dos 18 volumes da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Desde o primeiro capítulo perseguimos o contexto histórico e as teorias que sustentaram a criação do SPHAN e o legitimou como o órgão preparado para a tarefa da preservação no Brasil. Pretendemos nesse terceiro capítulo articular os dados coletados ao longo dos 18 volumes da *Revista* com a historiografia nela vinculada, verificando a importância do conceito de “civilização material” nas formulações teóricas dos autores dos artigos. Tal análise parte da compilação estatística dos artigos, a qual proporcionará uma ideia geral sobre a linha editorial das edições.

Ao imaginarmos esse capítulo, pensamos em estruturá-lo por meio de quadros sinóticos. Assim, numa análise pormenorizada, número a número, conseguiremos dar forma ao mosaico constituído pelos artigos do periódico, identificando seus traços característicos e demonstrando suas peculiaridades.

3.1 – A periodicidade da Revista

O primeiro ponto de nossa análise é referente à periodicidade das *Revistas*. Como vimos no capítulo anterior, Rodrigo Melo Franco de Andrade orquestrou uma suposta periodicidade para a publicação, a qual nunca existiu de fato. No artigo inaugural da primeira revista intitulado “Programa”, Andrade informa que as publicações seriam semestrais. Nas palavras do autor: “Essa revista registrará semestralmente uma pequena parte do que houver tentado ou conseguido com esse objetivo” [de divulgar os valores de História e de Arte do Brasil]¹. Entretanto, por diversos motivos, as edições sofreram problemas quanto a regularidade.

Do volume número 1 ao volume número 11, a sequência dos anos impressos nas capas é contínua (1937 – 1947). Já o volume número 12, segundo a data impressa na capa, levou oito anos para ser publicado. Desde então, foram constantes interrupções até a publicação, em 1978, do décimo oitavo volume.

¹ ANDRADE, R. M. F. de. Programa. In: **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 1. Rio de Janeiro: SPHAN, 1937.

A verdade é que, se considerarmos o ano de circulação da revista e não o ano editado em sua capa, notaremos que a publicação da revista jamais foi contínua. Márcia Chuva observou esse aspecto em “Os arquitetos da memória”, trabalho que nos ajudou a sistematizar os dados colhidos no Arquivo Central do Sphan.

Vasculhando os ofícios e relatórios não encontramos nenhuma referência específica às publicações entre 1937 e 1940. Apenas no “Relatório de Atividades do Sphan de 1936 a 1940” lê-se: “Publicação de 3 números da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e 3 números das monografias especializadas”. O relatório informou ainda que o quarto número da revista estava no prelo². Nada que indicasse o ano de publicação das revistas números 5 e 6 (ano de capa 1941 e 1942, respectivamente) foi encontrado.

Já a de número 7 (ano de capa: 1943) verifica-se uma dificuldade de entendimento: um dos relatórios de atividades de 1944 afirmava que tal volume foi editado. Contudo, ainda no mesmo ano, outro relatório indicou a preparação do sétimo volume da revista, porém “irremovíveis dificuldades materiais” impediram sua edição³. Esse mesmo relatório informava que o volume seguinte da revista se encontrava no prelo. O volume 8 (ano de capa: 1944), no entanto, só se tornaria público em 1947, conforme consta no relatório de atividades daquele ano. Foi simples confirmar essa data, pois, a partir desse volume, o ano de impressão passou a ser estampado no verso das capas. Muitas vezes os próprios textos publicados revelavam ao leitor mais atento a incongruência de datas. Por exemplo, o texto “Temas Pastoris na Arte Tradicional Brasileira”, de D. Clemente Maria da Silva-Nigra, publicado na revista número 8. Nele o autor comenta: “As atuais comunicações de após-guerra, porém, são ainda tão precárias que por enquanto não permitem um estudo completo sobre (sic) a sua origem no ultramar”⁴. Ao mencionar o contexto “após-guerra”, é pouquíssimo provável que D. Clemente esteja se referindo a I Guerra Mundial, ocorrida entre 1914-1918. Isto nos sugere que o texto fora enviado ao Sphan após 1945, data que marca o fim do conflito mencionado. Vale observar, ainda, que a primeira publicação de D. Clemente na revista data de 1937.

² Relatório de atividades 1936-1940 Arquivo Série Técnico-administrativo, subsérie relatórios, Caixa 313, pasta 11, folha 37.

³ Idem.

⁴ SILVA-NIGRA, D. Clemente: Temas Pastoris na arte Tradicional Brasileira. In: **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 8. Rio de Janeiro: SPHAN, 1944. p. 325.

Os números 9 (ano de capa: 1945) e 10 (ano de capa: 1946), por exemplo, foram impressos em 1952 e 1953, respectivamente. Não há nada, além do dado impresso no final dos volumes, que confirme as incongruências e justifique os conflitos de datas desses dois volumes.

A impressão do número 11 (ano de capa: 1947) também não coincide com o ano editado na capa, porém a situação de atraso está relatada no Relatório de Atividades de 1949, conforme avaliamos no trecho a seguir: “encontram-se no prelo mais um número da ‘Revista da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional’ e o volume dedicado a história da capela de São Francisco da Penitência de São Paulo, elaborado pelo Frei Adalberto Ortmann”⁵. No mesmo relatório notifica-se o preparo do volume da monografia dedicada ao estudo de Francisco Antonio Lisboa⁶. O cruzamento das datas de impressão e circulação de cada volume citado, mais os ofícios confirmando o recebimento da revista, faz crer que o relatório supracitado tratava do número 11 da revista, muito embora ela só passasse ao conhecimento do público em 1954.

Seguindo a numeração, o volume 12 (ano de capa: 1955) foi impresso mesmo em 1955, como indicado na capa e nos ofícios recebidos pelo órgão. No ano seguinte, o volume 13 (ano de capa: 1956) foi publicado, conforme indica a correspondência entre Andrade e David James (autor de um dos artigos desse número). Em 02 de janeiro de 1957, o diretor afirma a James que o volume havia sido impresso um mês antes, o que nos faz acreditar que em dezembro o volume já estava impresso.

O relatório de atividades de 1957 também confirma essa data. Nele lemos:

“[dentre outras edições] igualmente, se imprimiu o tomo XIII da ‘Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional’, entre outras matérias de interesse para a história da arte no Brasil, apresenta, com introdução do doutor historiador da arte David James, reproduções de quinze aquarelas e desenhos inéditos de Rugendas”⁷.

Em 1959 foi publicado o número 14 (ano de capa: 1959), com circulação em 1960, como indica carta de Rodrigo à Carlos Ott: “há pouco providenciei para expedir-lhe um dos

⁵ Relatório de atividades de 1949 (até novembro, inclusive). Série Técnico-administrativo, subsérie relatórios, caixa 312, p. 7, folha 21.

⁶ Série Publicação do Sphan número 15, de autoria de Rodrigo José Bretas. O relatório de atividades de 1958 informa que a publicação “conquanto preparada de há muito, só em 1957 teve concluída sua feitura gráfica”. Cx 313 p. 10 folha 36

⁷ Relatório de atividade de 1958. Cx 313 p. 10 folha 36

primeiros exemplares do volume 14 da Revista do P.H.A.N., saído nos últimos dias de dezembro”⁸. Na mesma carta, o diretor inicia as articulações para a publicação do próximo volume.

Pudemos notar que, em meados de Janeiro de 1960, foram enviados convites à Alfredo Galvão, Ivo Porto de Menezes, Cônego Raimundo Trindade, Wanderley Pinho E Dom Clemente Maria da Silva-Nigra⁹ para terem seus textos publicados na Revista. Desses, apenas Ott, Menezes e Galvão atendem ao pedido. A revista número 15 (ano de capa: 1961), foi impressa em 1961, conforme indica as correspondências recebidas. Contudo, ao que parece, sua tiragem foi bastante limitada, pois ela se esgotou rapidamente, antes mesmo que a “Publicação nº 20”¹⁰ se esgotasse.

A partir de 1961 a revista foi descontinuada. Em 1968 foi publicado o 16º número da revista, certamente preparada durante o último ano de Rodrigo na direção do Sphan¹¹. Dois indicativos dão força a essa hipótese: primeiro, não há nada na revista que indique o afastamento do diretor. Fato estranho, principalmente se pensarmos na figura venerada que Rodrigo M. F. de Andrade se tornou no comando da repartição. Segundo, o prefácio do novo diretor do órgão, Renato Soeiro, no 17º volume do periódico. Nesse texto lemos:

“[Rodrigo Melo Franco de Andrade] editou, além de monografias (PUBLICAÇÕES DO DPHAN), **16 números da REVISTA** com a colaboração de: Afonso Arinos de Melo Franco, Afonso de E. Taunay, Alberto Lamego [...]. Este é o número 17 e o primeiro que não conta mais com a sua iniciativa e supervisão. Faleceu a 11 de maio de 1969, nesta cidade [Rio de Janeiro]”¹²

O volume 17 (ano de capa: 1969) circulou no mesmo ano indicado em sua capa, segundo informações do relatório anual de atividades. Nove anos depois veio a lume o número 18 da revista (ano de capa: 1978). Nada, além do ano impresso na capa confirma a data.

⁸ Carta enviada a Carlos Ott, em 13 de Janeiro de 1960. Série técnico-administrativo. Subsérie correspondência, caixa 145, página 49, folha 30.

⁹ Os ofícios encaminhados encontram-se na Série técnico-administrativo, subsérie correspondências, caixa 145, página 49, folha 30. Arquivo central do IPHAN, Rio de Janeiro.

¹⁰ Ver resposta de Rodrigo Melo Franco ao pedido de Jouve Canasesse (?): série técnico-administrativo, subsérie correspondências, caixa 145, página 49, folhas 30-31.

¹¹ Rodrigo Melo Franco de Andrade se aposentou em 1968 da direção do órgão. Assumiu seu lugar na direção o arquiteto Renato Soeiro.

¹² SOEIRO, Renato. *Apresentação*. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 17. Rio de Janeiro: DPHAN, 1969. p. 9. **Grifos Nossos**.

Esmiuçado as vicissitudes de cada publicação consegue-se ter uma ideia global, das dificuldades da repartição e de como se operavam os preparativos das publicações. Apontamos quatro complicadores a partir dos dados coletados e acima apontados:

1º) *atrasos*: A Revista apresentou constantemente atrasos em sua edição, justificados pela falta ou limitação de recursos financeiros, pelas “dificuldades de ordem gráfica” – que seriam problemas na edição, falta de qualidade das pranchas de imagens, entre outras – e morosidade no envio dos textos;

2º) *prioridade da era Vargas*: Percebe-se que os volumes iniciais tinham uma defasagem menor entre o tempo indicado na capa e sua real publicação. Isso ocorre até, pelo menos, na revista de número 8. Retomando as datas de publicação desses volumes, vemos que elas corresponderam justamente aos anos do período varguista, momento em que o órgão gozou de prestígio e beneficiou-se com a política cultural nacionalista do governo.

3º) *controle de Rodrigo*: Os convites eram expedidos por Rodrigo Melo Franco de Andrade, ele fazia a seleção dos autores que publicariam na Revista, os comentários dos textos entregues, a solicitação das imagens para ilustrar o estudo e as cartas de resposta aos pedidos de envio das edições. A multiplicidade de suas funções, evidencia que o diretor controlava a edição da revista do começo ao fim – do planejamento à distribuição do periódico.

4º) *política de memória*: A estratégia editorial incluía criar a ideia de continuidade da revista. Dessa forma, até o número 11 da publicação, o ano de impressão não coincide com o ano publicado na capa. Para um leitor desatento passarão despercebidas as dificuldades das publicações. Além, é claro, de criar-se a ideia de que os textos se articulavam entre si, ano após ano, impressionando, assim, pela quantidade e qualidade da produção e pelo debate teórico sobre patrimônio insinuado pela continuidade, que de fato não existiu. Afinal, entre os tomos 1 e 11 foram editados 124 artigos, isto é, 72% do total publicado nos dezoito volumes, impressos descontinuamente.

É importante observar que não discordamos que tenha havido um debate e uma certa articulação teórica entre os textos publicados. Como indicamos nos capítulos anteriores, eles foram definidores da política patrimonial, da metodologia de inventário, das iniciativas para novas pesquisas, dentre outros fatores. Inclusive, em inúmeros textos, a

citação de artigos publicados em números anteriores foi direta. O esforço caminha apenas no sentido de investigar a “estratégia de memória” articulada pelo Sphan, por meio da ideia da suposta continuidade entre os números da Revista.

3.2 – O periódico revistado

Analisamos um total de 18 volumes. Salvo a unidade, pregada pelo órgão, cada número guardou suas especificidades, ora guiadas estrategicamente, ora norteadas pelas condições implícitas da sua própria organização. Assim, cada parte manteria uma particularidade dentro do todo. Na tentativa de desvendar o fio que costurou toda essa produção, apresentaremos brevemente as características de cada volume. Ao final esperamos dar ideia das características que unem essas partes.

O volume número 1 é o que contém maior número de artigos, 22 ao todo. Essa é a única revista que está dividida em 4 seções. O diretor Rodrigo lamentou apenas que as contribuições desse volume foram em grande parte sobre arquitetura religiosa. Contudo, o volume é um dos mais abrangentes quanto as temáticas publicadas. Contrariando a ideia divulgada pelo diretor, a revista contém ricas contribuições nas áreas de arqueologia e etnografia, teoria de história da arte, transcrição de documentos, comentários sobre mobiliário nacional e, é claro análise sobre a arquitetura – civil, oficial e religiosa – brasileira. Dessa forma, a repartição se inseria no campo do patrimônio – pelo menos em termos teóricos – expandindo suas possibilidades para aquilo que suas ações cotidianas não contemplavam. Ainda é relevante destacar o cuidado gráfico que o órgão teve com a edição, estampando inúmeras imagens – 86 no total – com ótima qualidade gráfica.

Nesse número encontramos artigos essenciais para a compreensão das escolhas do Sphan e dos debates teóricos sobre a área patrimonial que se faziam naquele período. Dessa forma, artigos como o de Lucio Costa – “Documentação necessária” – e Gilberto Freyre – “Sugestões para o estudo da arte brasileira em relação com a de Portugal e a das colônias” – são fundamentais para a caracterização metodológica e para a concepção patrimonial adotadas pelo Sphan. Já artigos como os de Heloísa Alberto Torres – “Contribuição para o Estudo da Proteção ao Material Arqueológico e Etnográfico no Brasil” – e Raimundo Lopes – “A Natureza e os monumentos culturais” – denotam a tentativa de se ampliar a abrangência da política patrimonial e os conflitos que tal política geraria. Lembremos da

insatisfação manifestada por Torres diante da sugestão de Mário de Andrade de reorganizar os museus no país. Tendo já contestado veementemente essa possibilidade antes da criação do Sphan, Torres escreveu no artigo uma listagem de instituições que desenvolviam pesquisas nas áreas de arqueologia e etnografia, demonstrando, com base nisso, como esses órgãos poderiam auxiliar nos trabalhos do Sphan.

Destacam-se ainda nesse primeiro volume os textos sobre arquitetura de Afonso de E. Taunay – “O forte de São Tiago da Bertiooga” – Anibal Fernandes – “A igreja do monte Guararapes” – e Nuto Sant’Anna – “A igreja dos remédios”. Tais artigos revelam-se documentos comprobatórios do conteúdo predominante da revista. De maneira analítica, os artigos reconstróem as histórias dos monumentos analisados, fornecem comentários sobre sua originalidade e pontuam a importância dos mesmos para a formação da nação.

Os dois volumes seguintes – números 2 e 3 da revista – podem ser interpretados como uma extensão do primeiro volume. São 29 artigos versando sobre variados temas – todos aqueles que o Sphan abordou ao longo das suas 18 edições, desde etnografia até arquitetura, com muitas transcrições de documentos e textos sobre artes plásticas. Mais uma vez foi dada bastante atenção ao aspecto arquitetônico do patrimônio, contudo os textos de etnografia demarcaram seu espaço na publicação e os textos de artes plásticas apareceram com grande força.

Nesse sentido, a revista do órgão apresentava uma variedade de possibilidades de objetos “patrimoniáveis”: fortalezas, igrejas, sambaquis, vestígios arqueológicos, artes indígenas, mobiliário, gravura, casas de fazenda, acervos de museus. Além disso, a produção teórica apontava para contribuição de diferentes áreas do saber para a constituição e estudo da área patrimonial, tais como: história, arquitetura, antropologia, fotografia, acervos, mobiliários, entre outras. Desse conjunto inicial, fazemos duas ressalvas: a primeira delas é que ficou a cargo dos autores vinculados diretamente à repartição a produção dos principais artigos de orientação teórica sobre a importância e seleção dos objetos patrimoniais, tais como os artigos de Paulo Thedim Barreto, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Lucio Costa e Luis Saia¹³. Andrade, por exemplo, no artigo sobre Aleijadinho

¹³ Referimo-nos aos textos: “O Piauí e sua arquitetura”, de Paulo Thedim Barreto e “Contribuição para o estudo da obra de Aleijadinho”, de Rodrigo Melo Franco de Andrade, ambos publicados na revista número 2 e “Notas sobre a evolução do mobiliário Luso-Brasileiro”, de Lúcio Costa e “O Alpendre das capelas brasileiras”, de Luis Saia, esses publicados na revista número 3.

apresenta uma quantidade enorme de documentos que comprovariam a atribuição de obras ao escultor mineiro. Contudo, para além de identificar a produção do artista, o diretor apontava, pela prática, a importância do documento para a comprovação de uma hipótese de pesquisa.

Em segundo lugar, é interessante notar que havia um significativo diálogo entre o Sphan e outras instituições culturais quando o assunto era patrimônio nacional. Citamos isso porque a revista recebeu colaboração de muitos diretores de museus e institutos de pesquisas nacionais e internacionais que de alguma maneira contribuiriam com a causa do patrimônio brasileiro. Tais artigos versavam basicamente sobre formas não contempladas pelo tombamento, como os artigos sobre arqueologia e etnografia ou sobre “objetos” pouco comuns ao cotidiano da repartição. São representantes notórios desse grupo, os artigos de Estevão Pinto – “Alguns Aspétos (sic) da cultura artística dos Pancarús de Tacaratú (índios dos sertões de Pernambuco)”; Raimundo Lopes – “Pesquisa etnológica sobre a pesca Brasileira no Maranhão”, Carlos Estevão – “A cerâmica de Santarém” – e Deoclécio Redig de Campos – “Um desenho preparatório para a ‘libertação de São Pedro’, obra da escola de Rafael, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro”.

O quarto volume das revistas mantém uma relativa pluralidade temática, no entanto nenhum artigo sobre arqueologia e etnografia circula nessa edição. A história aparece como grande mote dos artigos. Quando não se trata diretamente de um texto histórico, percebe-se o cuidado com a abordagem histórica da peça analisada, como, por exemplo, no primeiro artigo da revista: “aqueduto da carioca”, de Noronha Santos. Nesse caso, o estudo do aqueduto citado, abre espaço para o autor examinar a cidade do Rio de Janeiro e sua política de ocupação. Também numa abordagem histórica, Alberto Lamego escreve sobre “Os sete povos das missões”. É curioso observar que esse é um dos poucos artigos a abordar *diretamente* um monumento do Rio Grande do Sul¹⁴. Em outros artigos as artes plásticas, o mobiliário nacional e a arquitetura fazem parte do conteúdo da revista.

A análise do número cinco da publicação indica uma redução da amplitude temática. A partir desse volume os temas editados pela *Revista* são mais restritivos e certos

¹⁴ Foram apenas três artigos cujos focos estavam em objetos da região Sul do país. Além do artigo de Lamego, apenas os artigos “Museu Coronel David Carneiro, em Curitiba”, sem indicação de autoria, publicado na primeira revista e “Colégio dos Jesuítas em Paranaguá”, de David Carneiro, publicado na revista número 4, puderam ser classificados assim.

temas passam a predominar em cada volume da *Revista*. No caso do quinto volume, a articulação teórica se dá, sobretudo pela exposição documental e pela predominância de textos sobre as artes plásticas. O primeiro artigo é de Lúcio Costa: “A arquitetura jesuítica no Brasil”. Essa foi a terceira aparição do autor na revista, que deixou importantes impressões sobre as características dessa arquitetura no país. Sérgio Buarque de Holanda, historiador já consagrado na época, também contribuiu com a publicação com o artigo: “As capelas antigas de São Paulo”. No entanto, é à área de artes plásticas que estão vinculados dois importantes artigos dessa revista: “Os dois grandes lampadario (sic) do mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro”, de D. Clemente Maria da Silva-Nigra e “A propósito de três teorias sobre o Barroco”, de Hannah Levy. No primeiro caso, trata-se da contribuição inicial de D. Clemente, um dos colaboradores mais assíduos das Revistas. No segundo, Hannah Levy apresenta aos leitores brasileiros três historiadores da arte europeus já consagrados. Sua apresentação envolve comentários sobre a produção de cada um dos estudiosos, supostamente de difícil acesso para época.. Arqueologia e etnografia, com o texto de Gastão Cruls, “Decoração das malocas indígenas”, também compõe a publicação.

Outro estudo de Hannah Levy – “Pintura Colonial no Rio de Janeiro” – abre o sexto volume da Revista. Seguindo a mesma linha da edição anterior, esse volume apresenta pouca variedade de temas. Chama-nos atenção a sequência de textos que abordam a região amazônica. São eles: “Roteiro histórico das fortificações no Amazonas”, de Arthur César Ferreira Reis; “Arqueologia Amazônica”, de Gastão Cruls e “O colégio de S. Alexandre e a Igreja de S. Francisco Xavier, de Belém do Grão-Pará”, de Serafim Leite. Também fazemos destaque ao último artigo dessa revista: “O estilo brasileiro de D. Maria ou Colonial brasileiro”, de José Almeida Santos, sobre as formas de classificação do mobiliário nacional. Esse é o único artigo, de todos os 18 volumes analisados, em que o “Sphan” manifestou seu desacordo em relação às ideias do autor, discordando da necessidade de se criar uma nova designação para a classificação do mobiliário nacional.

O número sete das revistas manteve o caráter restritivo, porém as contribuições foram variadas, destacamos os temas sobre a Artes plásticas e o viés histórico das análises. Outro destaque vai para a predominância do “nordeste” nos textos da revistas. São quatro artigos abordando diretamente algum monumento da região: “Os azulejos do convento de São Francisco da Bahia”, de Carlos Ott; “Casa de residências no Brasil”, transcrição do

diário de Louis L. Vauthier; “Das condições defensivas da capitania do Pará ao findar o século XVIII”, de Arthur César Ferreira Reis e “Muxarabis e Balcões”, de Estevão Pinto. Além desses, outros dois textos podem ser colocados nessa mesma classificação por suas análises estarem circunscritas aos acontecimentos da região. São os artigos de Gilberto Freyre – “Casas de residência no Brasil - Introdução” – no qual é apresentada a transcrição do diário de Vauthier e de Michel Benisovich, – “Frans Post e Albert Eckout, pintores holandeses do Brasil, e as “Tapeçarias das índias” dos Gobelins” - no qual discute-se sobre os modelos utilizados pela *Tapeçaria de Gobelins* em suas criações.

A publicação seguinte é iniciada com o artigo de Hannah Levy. Em seu texto, “Modelos europeus na pintura colonial”, ela é bastante impactante ao mapear os modelos utilizados pelos pintores coloniais em suas composições, principalmente quanto às pinturas de Manuel da Costa Ataíde, chegando a tratar como cópia as obras já realizadas. O artigo repercutiu no interior do Sphan mesmo depois de anos de sua publicação, pois Rodrigo Melo Franco de Andrade volta ao assunto em um texto publicado no jornal o Estado de São Paulo, em 1947, contestando a condição de cópia nas pinturas desse período. O diretor nega que à época existisse o preceito de exclusividade das obras por seu próprio inventor, como já apontamos no primeiro capítulo.

Nessa edição, a predominância temática mantém-se pelo viés histórico dos artigos, porém a abrangência regional é mais bem distribuída se comparada ao número anterior. Destacam-se no volume, os textos de Curt Nimuendaju, Luis Saia e D. Clemente Maria da Silva-Nigra. O primeiro apresenta o estudo: “A habitação Timbira”, único sobre etnografia do volume. É interessante notarmos que essa é a derradeira contribuição sobre o tema etnografia enquanto a *Revista* esteve sob a direção de Rodrigo Melo Franco. O segundo autor publica: “Notas sobre arquitetura rural paulista do segundo século”, único artigo da revista que seguiu o esquema tradicional de análise da arquitetura postulado pelos funcionários da repartição. Por último, o texto de D. Clemente Maria da Silva-Nigra, “Temas pastoris na arte tradicional brasileira”, tal artigo analisou a repetição da temática pastoril na pintura nacional, relatando sua ocorrência em todo o território brasileiro.

O nono volume foi o último a apresentar uma relativa variedade temática e vasta quantidade de contribuições. Os textos, em grande medida ensaísticos, apresentavam impressões iniciais sobre um tema pouco estudado e tinham a preocupação de abrir

caminhos para novas pesquisas. Esse também é o último volume com contribuições de três assíduos autores da revista: D. Clemente Maria da Siva-Nigra, que assina o artigo “Francisco de Frias da Mesquita, engenheiro mor do Brasil”; Robert C. Smith, autor de “Documentos baianos” e Hannah Levy, com o artigo “Retratos coloniais”.

Tal constatação não está diretamente relacionada às mudanças internas da revista, mesmo porque, não há nenhum tipo de indicação sobre esses distanciamentos. D. Clemente, por exemplo, não respondeu ao convite de Andrade para que um texto seu fosse publicado na revista número 15¹⁵. Hannah Levy casou-se e mudou-se para os Estados Unidos e não participou mais como colaboradora do Sphan. Apenas Robert Smith voltou a cooperar no volume 17, porém a edição do periódico já não estava mais a cargo de Rodrigo.

Ao debruçarmo-nos sobre o nono volume, percebemos que a arquitetura voltou a ser o tema principal. Nesse contexto, destacam-se os textos de José Wash Rodrigues, “A casa de moradia no Brasil” e de Aluisio de Almeida, “casas do século 18 e 19 em Sorocaba”. Nos artigos, o paradigma teórico do Sphan em suas pesquisas é reificado. Vemos neles: a valorização da cultura material; o destaque ao elemento português na formação da cultura nacional; e a análise da história da arquitetura, por meio do esquema evolução = progresso.

Na mesma revista, dois textos confirmam a presença portuguesa na formação brasileira: o artigo de Hannah Levy, cuja análise dos retratos coloniais apontou para a semelhança entre a produção da metrópole e da colônia. E o artigo de Salomão de Vasconcelos, o qual recontou a história do surgimento de Sabará, cidade, segundo o autor, de matriz tipicamente portuguesa.

O número dez das revistas expõe as mudanças estruturais que já destacamos. A quantidade de artigos diminui apesar do número de páginas manter-se inalterado, indicando que os textos ficaram mais longos e, portanto, mais conclusivos quanto aos assuntos abordados. O volume apresenta somente quatro artigos, com forte predominância de temas ligados a arquitetura. Destoa deste conjunto o texto de Gilberto Ferrez, “Fotografia no Brasil e um de seus mais dedicados servidores: Marc Ferrez (1843 – 1923)”, no qual o autor traça um histórico dos principais fotógrafos e suas técnicas, apresentando uma rica documentação iconográfica do Brasil imperial.

¹⁵ Ver carta convite em: série técnico administrativo, subsérie correspondência, caixa 145, pasta 49, folha 30. É importante ressaltar que D. Clemente foi o tradutor dos manuscritos de J. Moritz Rugendas, publicados na revista número 13, porém o clérigo não aparece como o autor do texto.

Repetindo o volume anterior, o número onze apresenta quatro contribuições, todavia a arquitetura divide espaço com a história e com a documentação. O volume conta com o magistral texto de Paulo Thedim Barreto, “Casas de Câmara e Cadeia”, compilação de sua tese para o provimento da cadeira de Arquitetura do Brasil apresentada à Congregação da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil. Trata-se de um dos estudos mais completos da Revista. Nele, Barreto analisa a origem das casas de Câmara e Cadeia e dos municípios brasileiros, segundo os métodos dos professores da História e da História da Arquitetura, tais como, Cabelo y Aso, Choisy, Cloquet, Durant, Guadet, Planat, Reynaud, Tubeuf e Viollet-le-Duc¹⁶. Apesar de Barreto deixar claro que esses autores fundamentaram sua tese, imaginamos que eles também “orientaram” a prática do Sphan, na medida em que os técnicos do órgão (principalmente os arquitetos) tinham contato com essa bibliografia e absorviam tais teorias.

Além da contribuição de Barreto, também publicaram na revista, Carlos Ott – “Noções sobre a procedência d’arte da pintura na província da Bahia” –, Noronha Santos – “Vestígios de fortim colonial no Engenho Novo” – e Arthur César Ferreira Reis – “Guia histórico dos municípios do Pará”. Esses artigos abordam as três regiões brasileiras mais comentadas pelo Sphan – Nordeste, Norte e Sudeste, respectivamente –, sendo que o estudo de Barreto extrapola recortes geográficos

O número doze segue a proposta dos anteriores e se mantém enxuto na temática e na quantidade de artigos. Dos cinco estudos publicados, três são apresentações de documentos, apenas um é sobre artes plásticas e outro sobre arquitetura. Esse último fica a cargo de José de Souza Reis, com o artigo “Arcos da Carioca”. Nele, o autor sugere que todos os monumentos desse tipo – os aquedutos – possuam a mesma filiação técnica e artística: a Roma Antiga. Nesse sentido, sua ascendência credenciaria a obra como a mais remota do Brasil e estabeleceria um elo direto de ligação entre a nação americana e a civilização europeia.

O número treze volta a publicar uma quantidade maior de artigos. São ao todo oito ensaios, com relativa variação temática. Os textos variam entre Artes plásticas, História, Arquitetura e Documentação. A edição publica na íntegra a tradução do texto de J. Moritz

¹⁶ BARRETO, P. T. Casas de Câmara e Cadeia. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. v. 11. Rio de Janeiro: SPHAN, 1947. p. 12.

Rugendas, “Imagens e notas do Brasil”, caracterizando as percepções do viajante sobre as mudanças ocorridas no Brasil desde sua primeira passagem pelas terras tupiniquins. O artigo está diretamente relacionado ao estudo de David James – “Rugendas no Brasil: obras inéditas” – no qual se reproduz 15 obras inéditas de Rugendas no Brasil.

O décimo quarto e décimo quinto volumes tentam seguir a variedade temática encontrada na revista número treze. São as duas últimas revistas editadas por Rodrigo Melo Franco de Andrade antes de sua aposentadoria. Muitos artigos desses números estão vinculados à artes plásticas ou à apresentação de documentos transcritos. Apenas três artigos, de um total de 13, abordam a arquitetura e seus aspectos estruturais ou estéticos. Nesse conjunto há também uma forte predominância de artigos que abordam monumentos ou fatos históricos da região sudeste.

Destaca-se no volume 14 a contribuição de Sylvio de Vasconcelos – “Formação do Arraial do Tejuco” –, no qual o autor reconstrói a história da cidade de Diamantina por meio de dados referentes a ocupação de seu território desde o primeiro rancho. Já no número 15 avulta-se o artigo de Judith Martins – “Novos subsídios acerca de Manoel Francisco Lisboa” – no qual a autora revisita seu próprio texto, publicado na revista número 4, acrescentando novos dados biográficos do artista mineiro e apresenta uma relação de trabalhos por ele realizados. Ambos impressionam pela pesquisa documental, característica dos textos apresentados na revista do órgão e também por apresentarem uma quantidade infinda de documentos muitas vezes sem análises, outra marca dos artigos publicados pela revista.

Os números dezesseis, dezessete e dezoito foram volumes posteriores à saída de Rodrigo Melo Franco de Andrade da direção do serviço. Eles, no entanto, compõem um significativo rol de contribuições que seguiram as orientações metodológicas e estruturais do ex-diretor. Na verdade, o volume dezesseis foi organizado por Rodrigo, como deixa claro a apresentação feita por Renato Soeiro, na revista número dezessete: “[Rodrigo Melo Franco de Andrade] Editou, além de monografias (PUBLICAÇÃO DO SPHAN), 16 números da REVISTA [...]”¹⁷. Nesse sentido, quando observamos a estrutura de seus artigos – autores, temas e quantidade de contribuições – vemos uma semelhança entre ela e

¹⁷ SOEIRO, R. Apresentação. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. v. 17. Rio de Janeiro: DPHAN, 1969. p. 9.

os números imediatamente anteriores; enquanto os números 17 e 18 retomam pontos estruturais dos primórdios das publicações.

Analisando o número dezesseis, encontramos uma estrutura diminuta, com apenas cinco artigos e contribuições de autores bastante assíduos em números anteriores, tais como José Souza Reis e Paulo Thedim Barreto. A contribuição de maior vulto foi a de Augusto C. da Silva Teles, com um estudo sobre as casas urbanas de Vassoura, no Rio de Janeiro. Já Barreto retoma o tema da revista número 11, e escreve sobre a “Casa de Câmara e Cadeia de Mariana”. Reis, num trabalho breve, problematiza a prática preservacionista no Brasil, incitando a necessidade do planejamento urbano e especialização técnica para melhorar o trabalho de proteção no país. O texto de Reis aponta as novas percepções que surgiram na estrutura da repartição, contudo, sem questionar os paradigmas estabelecidos pelo órgão desde sua criação. Os dois textos que seguem, trazem reproduções de documentos.

O número dezessete da publicação vem a lume no ano da morte do diretor. Ela retoma algumas características do seu formato primitivo. Nesse sentido, apresenta artigos de cunho ensaísticos, que apontam para metodologias de análises e caminhos para novas pesquisas e retoma temas abandonados anteriormente, tais como arqueologia e etnografia. A revista tem sete estudos, quase todos sobre Artes plásticas e História, com destaque para a reprodução de um trabalho de Rodrigo Melo Franco de Andrade – “Palestra proferida por Rodrigo M. F. de Andrade, em Ouro Preto, a 1-7-68”.

Divergem desse aspecto o estudo de Robert C. Smith – “Arquitetura Civil do Período Colonial” e o trabalho de Maria da Conceição M. Coutinho Beltrão e Roque de Barros Laraia – “O método arqueológico e a interpretação etnográfica”. No primeiro estudo citado, o autor analisa as casas de habitação brasileiras. O método é comparativo, tal como demonstrado por ele em artigos anteriores da revista. Nesse sentido, ele coteja as plantas originais das casas com as construções existentes e a tipologias das habitações paulistas em relação às pernambucanas. O trabalho de Beltrão e Laraia traz evidências históricas e etnológicas dos povos Tupis. Contudo, o grande mote do artigo é difundir um método de pesquisa interdisciplinar envolvendo a etnologia e a arqueologia.

O volume dezoito é a última das revistas estudadas por nós. Ela foi publicada nove anos após o falecimento de Rodrigo Melo Franco de Andrade e, assim como o número 17, apresenta um tom saudosista. A apresentação de Renato Soeiro relembrou os anos de gestão

de Rodrigo e o intuito da revista. A novidade é que os artigos desse volume trazem predominantemente nomes inéditos ao contexto da publicação. Nesse sentido, temos um texto de Lygia Martins Costa – “Inovação de Antonio Francisco Lisboa na estrutura arquitetônica dos retábulos”, Herculano Gomes Mathias – “Novas contribuições para o arquivo do patrimônio histórico”, Fernando Machado Leal – “A antiga comercial Vila dos Lençóis” e Ariele Alice Schmit e Igor Chmyz – “Possíveis manifestações da cultura Payaguá em território brasileiro”. Como contribuição de colaboradores antigos, temos os textos de Rodrigo Melo Franco – “A pintura colonial em Minas Gerais” –; de Lucio Costa – “Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho” – e de Ivo Porto de Menezes – “Manoel Francisco de Araújo” e “Índice, por monumentos, do “dicionário de artista e artífice dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais” – 1º Volume, de Judith Martins”. É curioso o fato de Ivo Porto de Menezes ter publicado dois artigos na mesma revista. Esse foi o único caso de dupla contribuição observado nos 18 volumes.

Tendo apresentado um panorama geral de cada revista, segue adiante um quadro dos dezoito volumes da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nela poderemos conferir as vicissitudes da publicação por meio do mapeamento de cada artigo, demonstrando as seguintes especificidades: nome do autor, título, categoria temática, delimitação temporal e circunscrição espacial. Para a classificação, foram considerados, como variáveis: o título, a escrita, o recorte histórico, o objetivo, a metodologia e a linguagem utilizada no artigo. Após a análise inventariamos o artigo segundo uma das seis categorias abaixo discriminada:

- 1) Arquitetura – essa categoria está subdividida em três outras: arquitetura civil, que inclui fazendas, engenhos, casas e sobrados em áreas urbanas e rurais; arquitetura religiosa, que inclui todo tipo de arquitetura vinculada à igreja e arquitetura oficial, que inclui fortificações militares, melhoramentos públicos, palácios de governos, chafarizes e obras relacionadas diretamente à administração pública.
- 2) Artes plásticas – item que inclui todos os textos com análises de gravuras, pinturas, desenhos e teoria de história da arte.
- 3) História – item que inclui os artigos que recontam a história do monumento ou vilarejo, sem contudo abordar seus aspectos estéticos e estruturais.

- 4) Fontes (de pesquisa) – nesse item incluímos todos aqueles artigos que veicularam transcrição de documento, fotografia, cartas, inventário de acervos e coleções de museus. A categoria foi separada do item “história”, pois a apresentação do documento como fonte é a única intenção do artigo, sem análises demoradas e profícuas dos mesmos.
- 5) Mobiliário – item classificatório para artigos sobre mobiliário nacional
- 6) Arqueologia / Etnografia – nesse item, de formato duplo, incluímos textos de interesse sobretudo antropológico. Procuramos por uma definição dupla, pois, na maioria dos casos, o texto etnográfico estava fortemente subsidiado na pesquisa arqueológica, estabelecendo um diálogo intenso entre essas duas áreas do conhecimento.

É importante lembrar, entretanto, que esse tipo de classificação serve apenas para um diagnóstico geral e não substitui uma análise pormenorizada de cada artigo. Logo, foi comum classificarmos um artigo como arquitetônico, entretanto sua construção argumentativa envolvia aspectos históricos do objeto. A confusão também pode surgir quando se classifica um artigo como “histórico” ou “documental”.

A escolha foi criteriosa no sentido de tentar absorver dos artigos seus aspectos mais relevantes. Citemos, por exemplo, um artigo cuja análise recai sobre um bem arquitetônico. Quando se abordava sua história, optou-se por ordená-lo na categoria “história”; porém, quando o estilo, as características estéticas, a evolução interna e a atribuição da obra se sobressaía no texto, optou-se por ordená-lo na categoria “arquitetura”. A dificuldade e ambiguidade da classificação pode ser constatada no exemplo que segue. Lacombe, ao escrever sobre a casa dos Correias no município de Petrópolis citou:

“O prédio ocupado atualmente pelo sanatório D. Pedro, encerra a história do nascimento de Petrópolis; e neste momento em que a Prefeitura da Cidade Imperial reúne grandes nomes no assunto, para dignamente comemorar o centenário de fundação do antigo Córrego Seco, não queremos perder a oportunidade de evocar o passado do velho casarão¹⁸.”

¹⁸ LOURENÇO, Luis Lacombe. A mais velha casa de Correias. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. v. 2. Rio de Janeiro: SPHAN, 1938. p. 93.

Vê-se claramente que o artigo trata de um bem arquitetônico, porém suas características formais, seus aspectos construtivos, sua implantação é deixada de lado para ser vir apenas de mote à história edificante da cidade de Petrópolis. Por isso, tal artigo fora classificado no item “história” e não “arquitetura”.

Outro artigo que nos causou inquietude na classificação foi o texto de Roquette Pinto: “Estilização”¹⁹. O autor analisou as manifestações gráficas, principalmente de povos primitivos brasileiros, buscando a origem da chamada “estilização” e concluir se tratar de um fenômeno sobretudo psíquico. Apesar de esse texto abordar aspectos estéticos e artísticos, ele não foi classificado no item artes plástica, pois tanto o discurso como a linguagem empregada vinculam-se à área antropológica.

As dúvidas e ambiguidades perseguiram-nos em muitos casos, por exemplo, como separar o tema “fontes” do tema “história”. Os temas são complementares e em muitos casos indistinguíveis, isto porque “o entendimento da especificidade da pesquisa histórica predominante no período [dos trabalhos do Sphan] estava relacionado ao trabalho minucioso nos arquivos, lugar onde as fontes poderiam ser identificadas para se alcançar a verdade histórica – método que distinguiria 'o historiador do ficcionista ou do pesquisador imaginoso’”²⁰, como bem delimitou Ângela de Castro Gomes. Assim, consideramos artigos pertinentes ao tema “fontes” transcrições literais e publicações de *fac-símile* de documentos escritos ou reproduções iconográficas que não vieram acompanhados de reflexões teóricas por seu autor. Nesse casos, é de se supor que o objetivo da *Revista* era disponibilizar o conteúdo de tais fontes para o leitor a fim de estimular novas pesquisas. Isso fica claro nas palavras de Robert Smith, em seu artigo “Códice de Frei Cristovão de Lisboa”: “Não foi minha intenção estudá-lo minuciosamente, mas apenas tornar conhecida, entre os brasileiros doutos, aquela coleção de desenhos, como um importante dado histórico, digno de cuidadosa investigação”²¹.

Dessa forma, percebemos que selecionar e classificar significou optar muitas vezes por caminhos dúbios e pouco confortáveis para nós mesmos. Porém o fizemos para

¹⁹ ROQUETTE-PINTO, Edgar. Estilização. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. v. 1. Rio de Janeiro: Sphan, 1937. pp. 51-67.

²⁰ GOMES, A. de C. **História e Historiadores**. *Op. Cit.* p. 92.

²¹ SMITH, Robert. Códice de Frei Cristovão de Lisboa. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. v. 5. Rio de Janeiro: Sphan, 1941. p. 122.

conseguirmos um retrato da revista, em amplo aspecto e, a partir daí, concluir sobre suas prioridades.

Quanto aos aspectos da definição do recorte histórico e recorte “espacial” do artigo, procuramos estabelecer a temporalidade e a localização do monumento (ou situação) abordada pela escrita. A mesma lógica foi seguida para objetos móveis, imóveis, histórias e biografias. Assim, por exemplo, quando se tratava de um artigo sobre Aleijadinho, inventariamo-lo como um texto que aborda geograficamente Minas Gerais, historicizando o “século XVIII”.

Em artigos teóricos, tais como o de Hannah Levy ou de ampla abrangência, tal como o de Tedim Barreto sobre as Casas de Câmara e Cadeia, deixamos marcados “sem definição” (S/D). A mesma lógica foi utilizada para artigos em que não conseguimos precisar com aceitável exatidão o tempo e o sítio do qual se falava. Nesse sentido, esses artigos foram classificados como “sem definição” (S/D). Quanto à distribuição espacial, é preciso fazer mais uma ressalva. As indicações de lugares seguiram a regionalização oficial do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 1969 em cinco regiões já que nosso intuito é apenas localizar o espaço geográfico do qual trata o artigo. Nesse sentido, temos a seguinte divisão:

Região Sul: Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina;

Região Sudeste: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, estado da Guanabara e Espírito Santo;

Região Centro-Oeste: Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal;

Região Nordeste: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, e o Território de Fernando de Noronha,

Região Norte: Amazonas, Pará, Territórios de Rondônia, Roraima e Amapá

Feita as ressalvas tem-se o:

Quadro 1: Panorama Geral dos 18 volumes das Revista

Autor	Nome do artigo	Classificação	Século	Região
Revista do Sphan, nº1, 1937				
Rodrigo Melo Franco de Andrade	Programa	**	**	**
Afonso de E. Taunay	O forte de são Tiago da Bertioga	Arquitetura Oficial	XV	Sudeste
Heloísa Alberto Torres	Contribuição para o Estudo da Proteção ao Material Arqueológico e Etnográfico no Brasil.	Arqueologia/ Etnografia	S/D	Norte
Lúcio Costa	Documentação Necessária	Arquitetura Civil	S/D	S/D
Gilberto Freyre	Sugestões para o estudo da arte brasileira em relação com a de Portugal e a das colônias	Artes Plásticas	S/D	S/D
Francisco Marques dos Santos	A Litografia no rio de Janeiro sua instituição, seus primeiros mestres, alunos e trabalhos	Artes Plásticas	XIX	Sudeste
Edgar Roquete Pinto	Estilização	Arqueologia/ Etnografia	S/D	S/D
Sem indicação de autoria	Mobiliário Nacional	Mobiliário	S/D	S/D
Paulo Thedim Barreto	Uma Casa de Fazenda em Jurujuba	Arquitetura Civil	XVIII	Sudeste
Raimundo Lopes	A Natureza e os monumentos culturais	Arqueologia/ Etnografia	S/D	S/D
Sem indicação de autoria	Igreja do antigo Colégio dos Jesuítas em S. Pedro da Aldeia	Fontes	XVIII	Sudeste
Godofredo Filho	Seminário de Belém da cachoeira	Arquitetura Religiosa	XVIII	Nordeste
Anibal Fernandes	A igreja dos montes Guararapes	Arquitetura Religiosa	XVIII	Nordeste
Sem indicação de autoria	Planta da igreja de Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto	Fontes	XVIII	Sudeste
Mário de Andrade	A capela de Santo Antonio	Arquitetura Religiosa	XVIII	Sudeste
Nuto Sant'Anna	A igreja dos Remédios	Arquitetura Religiosa	XVIII	Sudeste
Noronha Santos	A igreja de São Francisco Xavier	Arquitetura Religiosa	XVIII	Sudeste

Epaminonda Macedo	A capela de nossa Senhora de Sant'Ana	Arquitetura Religiosa	XVIII	Sudeste
Sem indicação de autoria	Louis Vauthier. O seu diário inédito de uma viagem ao Brasil	Fontes	XIX	Nordeste
Sem indicação de autoria	Museu Regional de Olinda	Fontes	S/D	Nordeste
Sem indicação de autoria	Museu Mariano Procópio	Fontes	S/D	Sudeste
Sem indicação de autoria	Museu Coronel David Carneiro, em Curitiba	Fontes	S/D	Sul
Revista do Sphan, nº2, 1938				
Carlos Estevão	Resumo História do Museu Paraense Emílio Goeldi	Fontes	S/D	S/D
Alberto Lamego	O solar do Colégio	Arquitetura Religiosa	XVII	Sudeste
Salomão de Vasconcelos	Relíquias do Passado	Fontes	XVIII	Sudeste
Estevão Pinto	Alguns Aspétos (sic) da cultura artística dos Pancarús de Tacaratú (índios dos sertões de Pernambuco)	Arqueologia/ Etnografia	XV	Nordeste
Lourenço Luiz Lacombe	A mais velha casa de Corrêas (Município de Petrópolis)	Arquitetura Civil	XVIII	Sudeste
Augusto de Lima Junior	Ligeiras notas sobre Arte Religiosa no Brasil	Artes Plásticas	XVII e XVIII	Sudeste
A. L. Pereira Ferraz	Real Forte do Príncipe da Beira	Arquitetura Oficial	XVIII	Norte
Manuel Bandeira	Manuel da Costa Ataíde, Dourador	Artes Plásticas	XVIII	Sudeste
Raimundo Lopes	Pesquisa etnológica sobre a pesca Brasileira no Maranhão	Arqueologia/ Etnografia	S/D	Nordeste
Paulo Thedim Barreto	O Piauí e a sua Arquitetura	Arquitetura Civil	XVII - XIX	Nordeste
Romulo Barreto de Almeida	A capela de São José do Genipapo	Arquitetura	XVIII	Sudeste
Francisco Marques dos Santos	José Joaquim Viégas de Menezes.	Artes Plásticas	XVIII	Sudeste
Francisco Venâncio Filho	A barraquinha de Euclides da Cunha	História	XIX	Sudeste
Rodrigo Melo Franco de Andrade	Contribuição para o Estudo da Obra do Aleijadinho	Artes Plásticas	XVIII	Sudeste

Revista do Sphan, nº 3, 1939				
Carlos Estevão	A cerâmica de Santarém	Arqueologia/ Etnografia	S/D	Norte
Deoclécio Redig de Campos	Um desenho preparatório para a “libertação de São Pedro”, obra da escola de Rafael, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	Artes Plásticas	XVI	Sudeste
Joaquim Cardoso	Notas sobre a Antiga Pintura Religiosa em Pernambuco	Artes Plásticas	XVII e XVIII	Nordeste
Luis Jardim	Pinturas decorativas em algumas igrejas de minas	Artes Plásticas	XVIII	Sudeste
Nair Batista	Pintores do Rio de Janeiro Colonial (notas bibliográficas)	Fontes	XVII e XVIII	Sudeste
Francisco Marques dos Santos	Dois artistas Franceses no Rio de Janeiro	Artes Plásticas	XIX	Sudeste
Lucio Costa	Notas sobre a Evolução do Mobiliário Luso-Brasileiro	Artes Plásticas	XVI - XVIII	S/D
Hélcia Dias	O mobiliário dos inconfidentes	Mobiliário	XVIII	Sudeste
Afonso Arinos de Melo Franco	O primeiro depoimento estrangeiro sobre Aleijadinho (pp. 173-178).	Fontes	XVIII	Sudeste
Judith Martins	Apontamentos para a Bibliografia referente a Antonio Francisco Lisboa	Fontes	XVIII	Sudeste
José de Souza Reis	O adro do Santuário de Congonhas	Arquitetura Religiosa	XVIII	Sudeste
Salomão de Vasconcelos	Um velho solar de Mariana	História	XVIII	Sudeste
Luis Saia	O Alpendre na capelas Brasileiras	Arquitetura Religiosa	S/D	S/D
Godofredo Filho	A torre e o castelo de Garcia D'Ávila	Arquitetura Civil	XVI	Nordeste
Luiz Camilo de Oliveira Neto	Do Rio de Janeiro a Vila Rica	Fontes	XVIII	Sudeste
Revista do Sphan, nº 4, 1940				
Noronha Santos	Aqueduto da Carioca	Arquitetura Oficial	XVII	Sudeste
Alberto Lamego	Os sete povos das Missões.	História	XVIII	Sul
Luiz Camilo de Oliveira Neto	João Gomes Batista (nota preliminar)	Artes Plásticas	XVIII	Sudeste

Judith Martins	Subsídios para a biografia de Manuel Francisco Lisboa	Fontes	XVIII	Sudeste
Luiz Jardim	A pintura do Guarda-Mor José Soares de Araújo em Diamantina	Artes Plásticas	XVIII	Sudeste
Hanna Levy	Valor artístico e valor História: importante problema da História da Arte	Artes Plásticas	S/D	S/D
Maria de Lourdes Pontal	A sacristia da catedral da Baía e a posição da igreja Primitiva	Arquitetura Religiosa	XVII	Nordeste
Robert C. Smith	Alguns desenhos de arquitetura existentes no arquivo História Colonial Português	Arquitetura Oficial	XVII	Nordeste
W.P.	Mobiliário, Vestuário, Jóias e Alfaias dos tempos coloniais	Mobiliário	XVI e XVII	S/D
Nair Batista	Valentim da Fonseca e Silva	História	XIX	Sudeste
Salomão de Vasconcelos	Ofícios mecânicos em Vila Rica durante o século XVIII	Fontes	XVIII e XIX	Sudeste
David A. da Silva Carneiro	Colégio dos Jesuítas em Paranaguá	Arquitetura Religiosa	XVII	Sul
Joaquim Cardoso	Observações em torno da história da cidade do Recife, no período Holandês	História	XVII	Nordeste
Revista do Sphan, nº 5, 1941				
Lúcio Costa	A arquitetura Jesuítica no Brasil	Arquitetura Religiosa	XVI-XVIII	S/D
Sérgio Buarque de Holanda	As capelas antigas de São Paulo	Arquitetura Religiosa	XVII	Sudeste
Robert C. Smith	O Códice de Frei Cristovão de Lisboa	Fontes	XVII	Norte
Nair Batista	Caetano da Costa Coelho e a Pintura da igreja da ordem Terceira de São Francisco da Penitência	Fontes	XVIII	Sudeste
Gastão Cruls	Decoração das malocas indígenas	Arqueologia/ Etnografia	S/D	Norte
Artur Cesar Ferreira Reis	Vestígios artísticos da Dominação Lusitana na Amazônia	História	XVII e XVIII	Norte
E. Orosco	As avarias nas esculturas do Período Colonial	Fontes	S/D	Sudeste

Mário de Andrade	Uma carta do Padre Jesuíno do Monte Carmelo	Fontes	XVIII	Sudeste
Francisco Marques dos Santos	O ambiente artístico Fluminense à chegada da Missão Francesa em 1816	Artes Plásticas	XIX	Sudeste
Salomão de Vasconcelos	Os primeiros aforamentos e os primeiros Ranchos de Ouro Preto	Fontes	XVII e XVIII	Sudeste
Hannah Levy	A propósito de três teorias sobre o Barroco	Artes Plásticas	S/D	S/D
D. Clemente Maria da Silva-Nigra	Os dois grandes Lampadarios do mosteiro de S. Bento do Rio de Janeiro	Artes Plásticas	XVIII	Sudeste
Revista do Sphan, nº 6, 1942				
Hannah Levy	A pintura colonial no Rio de Janeiro	Artes Plásticas	XVII e XVIII	Sudeste
Manuel Bandeira	D. Sebastião Leme	Fontes	XX	S/D
Alberto Rangel	O álbum de Highcliffe	Artes Plásticas	XIX	Sudeste
Arthur Cesar Ferreira Reis	Roteiro História das fortificações no Amazonas	Arquitetura Oficial	XVII e XVIII	Norte
Gastão Cruls	Arqueologia Amazônica	Arqueologia/ Etnografia	S/D	Norte
Serafim Leite	O colégio de S. Alexandre e a Igreja de S. Francisco Xavier, de Belém do Grão-Pará	Arquitetura Religiosa	XVII	Norte
Dom Clemente Maria da Silva-Nigra	A prataria seiscentista do mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro	Artes Plásticas	XVII	Sudeste
Ayrton Carvalho	Algumas notas sobre o uso da pedra na arquitetura religiosa do nordeste	Arquitetura religiosa	S/D	Nordeste
Noronha Santos	Um litígio entre marceneiros e entalhadores no rio de janeiro	Fontes	XVIII	Sudeste
José de Almeida Santos	O estilo brasileiro D. Maria ou Colonial brasileiro	Mobiliário	XVIII e XIX	S/D
Revista do Sphan, nº 7, 1943				
C. F. Ott	Os azulejos do convento de São Francisco da Bahia.	Artes Plásticas	XVIII	Nordeste
Michel Benisovich	Frans Post e Albert Eckout, pintores holandeses do	Artes Plásticas	S/D	S/D

	Brasil, e as “Tapeçarias das índias” dos Gobelins			
Raimundo Trindade	A igreja de São Francisco de Assis de Mariana.	Arquitetura Religiosa	XVIII	Sudeste
J. W. Rodrigues	Móveis Antigos de Minas Gerais.	Mobiliário	XVIII e XIX	Sudeste
Gilberto Freyre	Casas de Residência no Brasil – Introdução.	História	S/D	S/D
L. L. Vauthier	Casas de residência no Brasil.	Fontes	XIX	Nordeste
Joaquim Cardoso	Um tipo de casa rural do Distrito Federal e Estado do Rio.	Arquitetura Civil	XVII e XVIII	Sudeste
D. Clemente Maria da Silva-Nigra	A antiga fazenda de São Bento em Iguazu.	Arquitetura Religiosa	XVIII	Sudeste
Arthur Cezar Ferreira Reis	Das condições defensivas da capitania do Pará ao findar o século XVIII	Fontes	XVIII	Norte
Estevão Pinto	Muxarabís e Balcões.	Arquitetura Civil	S/D	Nordeste
Revista do Sphan, nº 8, 1944				
Hannah Levy	Modelos europeus na Pintura colonial	Artes Plásticas	XVII - XVIII	Sudeste
Arthur Cesar Ferreira Reis	Aspectos da Amazônia na sexta década do Século XVIII.	Fontes	XVIII	Norte
Curt Nimuendaju	A habitação dos Timbira.	Arqueologia/ Etnografia	S/D	Norte
Noronha Santos	O parque da praça da república, antigo da aclamação.	História	XVIII	Sudeste
Lourenço Luís Lacombe	A fazenda de Santo Antonio em Petrópolis.	História	XVIII	Sudeste
Serafim Leite	Aldeia dos Reis Magos.	História	XVI e XVII	Nordeste
Luis Saia	Notas sobre a arquitetura rural paulista de segundo século.	Arquitetura Civil	XVII	Sudeste
Raimundo Trindade	A casa de São Francisco em Mariana.	História	XVIII	Sudeste
Dom Clemente Maria da Silva-Nigra	Temas pastoris na arte tradicional brasileira.	Artes Plásticas	XVIII	Nordeste/ Sudeste

Revista do Sphan, nº 9, 19945				
D. Clemente Maria da Silva-Nigra	Francisco de Frias da Mesquita, engenheiro mor do Brasil.	Arquitetura Oficial	XVII	S/D
Robert C. Smith	Documentos Baianos.	Fontes	XVIII e XIX	Nordeste
Joaquim de Souza-Leão Filho	Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae.	Artes Plásticas	XVII	Nordeste
J. W. Rodrigues	A Casa de moradia no Brasil antigo.	Arquitetura civil	S/D	S/D
Mário A. Freire	O convento da Penha.	Arquitetura Religiosa	XVI	Sudeste
Raimundo Trindade	A casa Capitular de Mariana.	História	XVIII	Sudeste
Hannah Levy	Retratos Coloniais.	Artes Plásticas	XVI – XVIII	Sudeste
Salomão de Vasconcelos	Como nasceu Sabará.	História	XVI – XIX	Sudeste
Augusto de Lima Junior	A congregação do oratório e suas igrejas em Pernambuco.	Arquitetura Religiosa	XVII	Nordeste
Aluísio de Almeida	Casas dos séculos 18 e 19 em Sorocaba.	Arquitetura Civil	XVIII e XIX	Sudeste
Mário Ferreira França	A Fortaleza de Villegagnon.	Arquitetura Oficial	XVI	Sudeste
Revistas do Patrimônio, nº 10, 1946				
Noronha Santos	Fontes e Chafarizes do Rio de Janeiro.	Arquitetura Oficial	XVIII e XIX	Sudeste
Joaquim de Souza-Leão Filho	Palácio das Torres.	Arquitetura Oficial	XVII	Nordeste
Gilberto Ferrez	Fotografia no Brasil e um de seus mais dedicados servidores: Marc Ferrez (1843-1923).	Artes Plásticas	XVII	S/D
Artur Cesar Ferreira Reis	O palácio Velho de Belém.	Arquitetura Oficial	XVII	Norte
Revista do Patrimônio, nº 11, 1947				
Paulo Tedim Barreto	Casas de Câmara e Cadeia	Arquitetura Oficial	S/D	S/D
Carlos Ott	Noções sobre a Procedência D'Arte de Pintura na Província da Bahia	Fontes	XIX	Nordeste

Noronha Santos	Vestígios de Fortim Colonial no Engenho Novo	Arquitetura Oficial	XVIII	Sudeste
Artur César Ferreira Reis	Guia História dos Municípios do Pará	História	XIX	Norte
Revista do Patrimônio, nº 12, 1955				
José de Souza Reis	Arcos da Carioca	Arquitetura Oficial	XVII e XVIII	Sudeste
Cônego Raimundo Trindade	Ourives de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX	Fontes	XVIII e XIX	Sudeste
David James	Um pintor inglês no Brasil do Primeiro Reinado	Artes Plásticas	XIX	Sudeste
Salomão de Vasconcelos	Como nasceu Ouro Preto – sua formação cadastral desde 1712	Fontes	XVIII	Sudeste
Dom Bonifácio Jansem, O. S. B.	Livro do gasto da Sacristia do Mosteiro de São Bento de Olinda 1756 – 1802	Fontes	XVIII e XIX	Nordeste
Revista do Patrimônio, nº 13, 1956				
David James	Rugendas no Brasil: obras inéditas	Artes Plásticas	XIX	S/D
J. Moritz Rugendas	Imagens e notas do Brasil	Fontes	XIX	S/D
Carlos Ott	O forte do Mar, na Bahia	Arquitetura Oficial	XVII e XVIII	Nordeste
Cônego Raimundo Trindade	A igreja de São José, em Ouro Preto (documentos do seu arquiteto)	Fontes	XVIII	Sudeste
Alfredo Galvão	Almeida Junior: sua técnica sua obra	Artes Plásticas	XIX	Sudeste
Joaquim de Souza Leão	Dois engenhos Pernambucanos	Arquitetura Civil	XVII	Nordeste
Artur César Ferreira Reis	O estado das fortificações da Amazônia na quinta década do século XVIII	Fontes	XVIII	Norte
Frei Venâncio Willeke, O. F. M.	O convento de Santo Antonio de Ipojuca	História	XVII	Nordeste
Revista do Patrimônio, nº 14, 1959				
João Miguel dos Santos Simões	Azulejaria no Brasil – comunicação destinada ao colóquio de Estudos Luso-Brasileiros, na Bahia, 1959	Artes Plásticas	XVII e XVIII	S/D
Alfredo Galvão	Manuel de Araújo Porto Alegre – sua influência na Academia Imperial de Belas Artes	Fontes	XIX	Sudeste

Sylvio de Vasconcelos	Formação do Arraial do Tejuco	História	XVIII	Sudeste
Carlos Ott	Forte de Santo Antonio da Barra	Arquitetura Oficial	XVII	Nordeste
Cônego Raimundo Trindade	Igreja das Mercês de Ouro Preto – documentos do seu arquiteto	Fontes	XVIII	Sudeste
Mario Barata	Manuscrito inédito de Lebreton – Sôbre (sic) o estabelecimento de dupla Escola de Artes no Rio de Janeiro, em 1816	Fontes	XIX	Sudeste
Revista do Patrimônio, nº 15, 1961				
José Antônio Gonsalves de Mello	Cristóvão Álvares – Engenheiro em Pernambuco	História	XVII	Nordeste
Carlos Ott	José Joaquim da Rocha	Artes Plásticas	XVIII	Nordeste
Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança	A Formação artística da Imperatriz Dona Leopoldina	Artes Plásticas	XIX	Sudeste
Judith Martins	Novos Subsídios acerca de Manoel Francisco Lisboa	Fontes	XVIII	Sudeste
Alfredo Galvão	Obras no Antigo Edifício da Academia Imperial de Belas Artes	Arquitetura Oficial	XIX	Sudeste
Ivo Porto de Menezes	O palácio dos governadores de Cachoeira do Campo	Arquitetura Oficial	XVIII	Sudeste
Anêmona Xavier de Basto Ferrer	Monumentos construídos pelos portugueses no Brasil	Fontes	S/D	S/D
Revista do Patrimônio, nº 16, 1968				
Augusto C. da Silva Telles	Vassouras (Estudo da Construção residencial Urbana)	Arquitetura Civil	XVIII e XIX	Sudeste
Alfredo Galvão	Feliz Emílio Taunay e a Academia das Belas Artes	Fontes	XIX	Sudeste
Paulo Thedim Barreto	Análise de Alguns Documentos relativos a Casa de Câmara e Cadeia de Mariana	Arquitetura Oficial	XVII e XVIII	S/D
Frei Venâncio Willeke, O. F. M.	Livros dos guardiões do convento de Santo Antonio da Paraíba	Fontes	XVIII	Nordeste
José de Souza Reis	Evidencia dos Monumentos Histórias	História	S/D	S/D
Revista do Patrimônio, nº 17, 1969				
Rodrigo Mello Franco de Andrade	Palestra proferida por Rodrigo M. F. de Andrade, em Ouro Preto, a 1-7-68	Artes Plásticas	XVIII	Sudeste

Robert C. Smith	Arquitetura Civil do Período Colonial	Arquitetura Civil	S/D	S/D
René Laclette	O “Aleijadinho” e suas doenças	História	XVIII	Sudeste
Clarival do Prado Valadares	O ecumenismo a pintura religiosa Brasileira dos setecentos	Artes Plásticas	XVIII	Sudeste
Maria da Conceição M. Coutinho Beltrão e Roque de Barros Laraia	O método arqueológico e a interpretação etnográfica	Arqueologia/ Etnografia	S/D	S/D
Gilberto Ferrez	As primeiras telas paisagísticas da cidade	Artes Plásticas	XVIII	Sudeste
Lucio Costa	Risco Original de Antonio Francisco Lisboa	Fontes	XVIII	Sudeste
Revista do Patrimônio, nº 18, 1978				
Rodrigo Mello Franco de Andrade	A pintura colonial em Minas Gerais	Artes Plásticas	XVIII	Sudeste
Lucio Costa	Antonio Francisco Lisboa - o "Aleijadinho"	História	XVIII	Sudeste
Ivo Porto de Menezes	Manoel Francisco de Araújo	Fontes	XVIII	Sudeste
Fernando Machado Leal	A antiga comercial Vila dos Lençóis	História	XVII e XVIII	Nordeste
Ariele Alice Schmit e Igor Chmyz	Possíveis manifestações da cultura Payaguá em território brasileiro	Arqueologia/ Etnografia	S/D	S/D
Herculano Gomes Mathias	Novas contribuições para o arquivo do patrimônio História	Fontes	XVIII	Sudeste
Lygia Martins Costa	Inovação de Antonio Francisco Lisboa na estrutura arquitetônica dos retábulos	Artes Plásticas	XVIII	Sudeste
Ivo Porto Menezes	Índice, por monumentos, do “dicionário de artista e artífice dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais” - 1º Volume, de Judith Martins	Fontes	S/D	S/D

Fonte: Elaborado pelo autor (Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)

3.3 – A escolha temática nas *Revistas*.

Delineado o perfil estrutural da Revista e indexado todos os artigos publicados ao longo dos quarenta e um anos estudados, partimos agora para a tabulação de alguns aspectos da revista, tais como: temática privilegiada, autores mais frequentes e composição espaço-temporal dos artigos. Os dados serão apresentados basicamente na formas de tabelas comparativas e de porcentagens ambas comentadas pelo autor.

A primeira e certamente mais curiosa análise trata-se da temática, curiosa, pois a partir dela pode-se questionar alguns conceitos arraigados sobre o Sphan. O principal deles refere-se a arquitetura como objeto central das atenções do Sphan. A intenção não é refutar tantas análises perspicazes que indicam o privilégio do arquiteto na repartição. Longe disso, também reafirmamos essa posição. Contudo, observamos que essa conclusão deriva principalmente do exame dos tombamentos e do perfil profissional dos funcionários do serviço federal, como indica o apontamento feito por Márcia Chuva:

a concentração de tombamentos de bens arquitetônicos foi um dado flagrante e já é bastante conhecido, perfazendo um total, no período [1938-1946], de 93,76%”¹. Ao analisar as Revistas, pudemos notar que a arquitetura dividiu espaço com outras temáticas.

Como evidenciamos no item anterior, cada artigo foi classificado segundo seis categorias. No total foram 170 artigos, após a tabulação dos mesmos, apresentamos a seguinte configuração:

¹ CHUVA, M. Os arquitetos da memória. *Op. Cit.* p. 206.

Quadro 2: Revistas do Sphan: Temáticas por categoria

Temática	Até o número 9	A partir do número 10	Total 18 dos volumes
Arquitetura	38	13	51
Fontes	24	19	43
Artes Plásticas	26	12	37
História	13	8	21
Arqueologia/ Etnologia	9	2	11
Mobiliário	5	0	6

Fonte: Elaborada pelo autor (Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)

Esse quadro aponta os principais temas abordados pelos 18 volumes da publicação, sendo que os dados estão divididos em “até o número 9” e “a partir do número 10”.

Levando-se em consideração o “todo”, vemos que a arquitetura realmente foi o principal foco dos estudos do Sphan, contemplando 30% do volume total, logo em seguida vem os artigos apresentando fontes históricas 25% e de Artes Plásticas 22% do total, respectivamente. Artigos com temática específica de história compõe 12% do volume e Arqueologia/ Etnografia e Mobiliário juntos compõe 10% do total de artigos.

No entanto, aprofundando as análises, podemos observar que a partir do número 10 da Revista há mudanças significativas em seu comportamento editorial. A arquitetura perdeu espaço para artigos que tem como foco a documentação. Além disso, se analisados em bloco os temas “história”, “fontes” e “Artes Plásticas” – que são áreas muitas vezes correlatas – ficará evidente a superioridade dessas variáveis na revista, alcançando a marca de 59,4% do total de artigos publicados, quebrando o mito da arquitetura como tema prioritário da repartição.

Conclui-se, por esses números, como o viés historiográfico deu unidade ao periódico, delimitando inclusive a abordagem da arquitetura e do mobiliário, por exemplo. Outro dado interessantíssimo sobre a composição temática referente à arquitetura, cuja análise simplificada do total dos artigos deixa escapar, é o afastamento de estudos sobre *arquitetura religiosa* das revistas com o passar do tempo, assim como os temas de mobiliário, arqueologia e etnografia.

Verificando apenas a distribuição dos temas no interior da categoria arquitetônica, tem-se a seguinte tabela:

Quadro 2.1: O tema “arquitetura” na revista do Patrimônio (1937-1978)

	Até o número 9	A partir do número 10	Total
Arquitetura Oficial	8	11	18
Arquitetura Civil	10	3	13
Arquitetura Religiosa	19	0	19

Fonte: Elaborada pelo autor (Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)

Analisando os dados, vemos que, num primeiro momento, os estudos sobre *arquitetura religiosa* se sobressaíram e estavam presentes em 51% do total de 38 artigos editados até o número 9 da *Revista*. No entanto, a partir do número 10, esse tema desaparece e no total de 14 artigos nenhum deles versa sobre *arquitetura religiosa*. Sobressaem, nesse segundo momento da publicação, os artigos sobre *arquitetura oficial*, contemplando 78,5% do total.

Acerca da análise desses dados, verificamos que das seis categorias indicadas para indexação dos artigos, “arquitetura” é predominante, porém apresenta suas próprias peculiaridades ao longo dos 41 anos de publicação.

Também concluímos que o tema menos abordado foi “mobiliário nacional”, estando as análises dessa categoria vinculado principalmente ao primeiro período da revista; e que a história foi a linha orientadora da publicação.

É bastante provável que essas escolhas temáticas estivessem vinculadas fundamentalmente à prática do Sphan e as determinações do diretor. Silvana Rubino e Márcia Chuva defendem essa hipótese. Elas associam a atuação cotidiana do Sphan – seus tombamentos e as pesquisas realizadas pelos funcionários – com as escolhas temáticas da revista.

Realmente quando cruzamos os dados entre os objetos tombados e foco temático dos textos da revista, confirma-se esse prognóstico, sendo que 30% dos artigos abordam diretamente algum bem arquitetônico ou conjunto paisagístico tombado pelo Sphan. Esse

número sobe para além de 50% quando se colhe informações que não tem relação direta, mas remetem a um bem tombado, como, por exemplo, atribuições de obras, autorias de plantas, análises de aspecto isolados da arquitetura, análise de interiores (as pinturas e as esculturas, por exemplo) de algum objeto patrimonializado.

Dessa forma, é possível perceber que os funcionários e colaboradores mais assíduos, ao realizarem seus trabalhos para o Sphan, cumpriram também o papel de pesquisadores, além de autores da revista. Judith Martins confirma essa hipótese e em seu depoimento à Teresinha Marinho, quando questionada se o “Dr. Rodrigo” estimulava às pesquisas afirma:

“ – Sim , estimulava. Foi a primeira coisa que começou a fazer desde que nós chegamos aqui. Eu, inteiramente alheia a esses assuntos, já em 1938 publicava uma pequena bibliografia comentada sobre Aleijadinho. Por imposição dele”².

O quadro abaixo sintetiza algumas de nossas conclusões sobre o cotidiano da repartição e as pesquisas realizadas.

Quadro 3: Artigos que abordam diretamente bens tombados

Nome do artigo	Livro de inscrição e ano do tombamento
A antiga comercial Vila dos Lençóis	Livro Arqueologia/Etnografia/Paisagístico - 17/12/1973
A antiga fazenda de São Bento em Iguazu.	Livro Belas Artes - 10/07/1957
A barraquinha de Euclides da Cunha	Livro Histórico - 30/08/1939
A capela de nossa Senhora de Sant’Ana	Livro Belas Artes - 08/09/1939
A capela de Santo Antonio	Livro Belas Artes - 22/01/1941
A casa Capitular de Mariana.	Livro Belas Artes - 06/12/1949
A casa de São Francisco em Mariana.	Livro Belas Artes - 08/07/1938
A fazenda de Santo Antonio em Petrópolis.	Livro Belas Artes - 12/04/1951
A igreja de São Francisco de Assis de Mariana.	Livro Belas Artes - 08/07/1938
A igreja de São Francisco Xavier	Livro Belas Artes - 20/05/1938
A igreja de São José, em Ouro Preto (documentos do seu arquiteto)	Livro Belas Artes - 08/09/1939
A igreja dos montes Guararapes	Livro Histórico - 30/10/1961

² MARTINS, Judith. *Memória Oral*. Rio de Janeiro: MEC/SPHAN/Fundação Pró-Memória, 1987.

A mais velha casa de Corrêas (Município de Petrópolis)	Livro Histórico - 30/04/1940
A prataria seiscentista do mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro	Livro Belas Artes e Livro Histórico - 15/07/1938
A sacristia da catedral da Baía e a posição da igreja Primitiva	Livro Belas Artes - 25/05/1938
A torre e o castelo de Garcia D'Ávila	Livro Belas Artes - 30/04/1938
Aqueduto da Carioca	Livro Belas Artes e Livro Histórico - 05/04/1938
Arcos da Carioca	Livro Belas Artes e Livro Histórico - 05/04/1938
As capelas antigas de São Paulo	Livro Belas Artes e Livro Histórico: 21/10/1938 (Igreja de N. S. do Rosário, Embú); 21/10/1938 (Igreja de São Miguel, São Paulo); 19/02/1941 (Capela N. S. da Conceição, Voturuna); 25/01/1941 (Capela São João Batista, Carapicuíba); 22/10/1941 (Capela do Sítio Santo Antônio, São Roque).
Colégio dos Jesuítas em Paranaguá	Livro Belas Artes e Livro Histórico - 24/05/1938
Fontes e Chafarizes do Rio de Janeiro.	Livro Belas Artes e Livro Histórico - 11/05/1938
Forte de Santo Antonio da Barra	Livro Belas Artes e Livro Histórico - 24/05/1938
Igreja das Mercês de Ouro Preto – documentos do seu arquiteto	Livro Belas Artes - 08/09/1939
Igreja do antigo Colégio dos Jesuítas em S. Pedro da Aldeia	Livro Belas Artes e Livro Histórico - 12/08/1938
Livro do gasto da Sacristia do Mosteiro de São Bento de Olinda 1756 – 1802	Livro Belas Artes – 1938
Livros dos guardiões do convento de Santo Antonio da Paraíba	Livro Belas Artes - 16/10/1952
Manuel da Costa Ataíde, Dourador	Livro Belas Artes - 20/04/1938
Museu Mariano Procópio	Livro Belas Artes e Livro Histórico - 16/02/1939
Muxarabís e Balcões.	Livro Belas Artes - 28/06/1950 (Casas em Minas gerais); 27/04/1939 (Casas em Pernambuco);

O adro do Santuário de Congonhas	Livro Belas Artes - 08/09/1939
O colégio de S. Alexandre e a Igreja de S. Francisco Xavier, de Belém do Grão-Pará	Livro Histórico - 03/01/1941
O convento da Penha.	Livro Belas Artes, Livro Histórico - 21/09/1943
O convento de Santo Antonio de Ipojuca	Livro Belas Artes - 21/03/1938
O forte de são Tiago da Bertioga	Livro Belas Artes - 19/02/1940
O forte do Mar, na Bahia	Livro Belas Artes e Livro Histórico - 24/05/1938
O palácio Velho de Belém.	Livro Belas Artes e Livro Histórico - 21/08/1944
O Piauí e a sua Arquitetura	Livro Belas Artes e Livro Histórico – 6 monumentos de que tratava o texto, inscritos entre 1938 e 1940
O solar do Colégio	Livro Belas Artes e Livro Histórico - 24/07/1946
Os azulejos do convento de São Francisco da Bahia.	Livro Belas Artes e Livro Histórico - 31/03/1938
Os dois grandes Lampadarios do mosteiro de S. Bento do Rio de Janeiro	Livro Belas Artes e Livro Histórico - 15/07/1938
Real Forte do Príncipe da Beira	Livro Histórico - 07/08/1950
Resumo História do Museu Paraense Emílio Goeldi	Arq/Etn/Psg - 30/05/1940
Seminário de Belém da cachoeira	Livro Belas Artes - 17/06/1938
Um velho solar de Mariana	Livro Histórico - 06/07/1962
Vassouras (Estudo da Construção residencial Urbana)	Arq/tn/Psg - Conj. Urbanístico - 26/06/1958

Fonte: Elaborada pelo autor (Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)

3.3.1 – *Temáticas secundárias*

Ainda relacionada às temáticas dos artigos, duas curiosidades foram notadas. Primeiro, muitos artigos apontavam a necessidade de se criar uma estratégia pedagógica, como política de conservação do patrimônio. Em segundo lugar, poucos foram os artigos técnicos publicados na revista.

Quanto à educação patrimonial, Heloísa Alberto Torres em seu texto, “contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil” defendeu a ideia de que o governo deveria cuidar para que a população de uma determinada área preservada fosse educada para compreender seu significado e auxiliar em sua proteção. Andrade também se preocupava criar no Sphan ações que focassem na educação patrimonial.

Consciente dessa necessidade ele escreveu:

Em verdade só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e de história do país: é o da educação popular. Ter-se-á de organizar e manter uma campanha vingente visando a fazer o povo brasileiro compenetrar-se do valor inestimável dos monumentos que nos ficaram do passado³.

E adiante prosseguiu:

Nunca houve momento tão oportuno quanto o que vivemos para defender-se o acervo de arte e o patrimônio do Brasil, utilizando-se os meios proporcionados pela legislação em vigor, que se podem tornar mais eficazes na medida da facilidade de comunicações e com o reforço de uma propaganda intensa e permanente, de alcance nacional, organizada na base de instrumentos disponíveis da imprensa, da radiodifusão e da crescente rede de televisão. Há que apelar igualmente para a cooperação decidida dos órgãos de finalidade educativa⁴.

Aloísio de Magalhães vê na própria opção do Sphan pelo monumento arquitetônico uma opção educativa, pois, para o ele:

inexistiria no Brasil, naquela época, uma consciência a favor da preservação do patrimônio cultural. Criar esta consciência, que a médio prazo conferiria legitimidade à atuação do [Sphan] teria sido o primeiro

³ ANDRADE, R. M. F. de. **Rodrigo e o Sphan**. MEC: SPHAN: Pró-Memória. Rio de Janeiro, 1988. p. 64.

⁴ Idem. p. 65.

objetivo dos intelectuais que comandaram inicialmente esse órgão. Diante de recursos humanos e financeiros escassos, o monumento de pedra e cal, por sua visibilidade física e presença na história oficial, seria a opção de maior e mais imediato impacto educativo⁵.

Apesar de reconhecida a importância e dos apontamentos feitos pelos autores da revista, as ações do Sphan no sentido de promover educação patrimonial foram pouco concretas.

Já em relação ao segundo ponto, encontramos apenas um estudo técnico publicado em toda a revista. Trata-se do texto de Eros Orosco, “As avarias nas Esculturas do Período Colonial”. O texto é bastante simples, evidenciando testes laboratoriais que comprovam os desgastes sofridos pela pedra-sabão ao longo dos anos quando expostas às intempéries climáticas. Apesar de taxativo quanto a depreciação dos monumentos, o artigo resulta em pouca – ou nenhuma – mudança na política do órgão. Nem sequer estimula o debate sobre a questão em artigos posteriores. A fora o estudo de Orosco, dentro dos 170 artigos da revista apreendemos vez ou outra um comentário técnico, porém longe de ser um estudo específico, como no caso de Luiz Jardim revela os estudos feitos nas pinturas das igrejas:

Da natureza material da pintura e de seu veículo ou ‘medium’, não temos ainda meios para uma conclusão segura. Tudo é aparente e portanto duvidoso. Os registros antigos de contas não raro aumentam a incerteza relativamente ao verdadeiro processo dessa tinta chamada ‘cola’, não propriamente indelével, em algumas igrejas, mas conservando-se quasi (sic) perfeita na pureza de sua cor⁶.

Lúcio Costa também menciona a disposição para os estudos técnicos da repartição, porém sem aprofundá-los:

Quanto a procedencia (sic) daqueles nossos retábulos, parece mais verossímil (sic) – os da igreja do Castelo, pelo menos – que, muito embora fabricados com madeira do país, tivessem vindos já prontos da metrópole, pois a análise dessa madeira, feita pelo Instituto Tecnológico de São Paulo, revelou tratar-se de ‘freijó’ ou louro amarelo, espécie vegetal abundante na bacia amazônica e, segundo nos consta, desconhecida aqui (sic)⁷.

⁵ FALCÃO, Joaquim de Arruda. Política Cultural e Democracia: a preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. In: **Estado e Cultura no Brasil**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1984. p. 29. Aloísio de Magalhães tornou-se diretor do IPHAN em 1979.

⁶ JARDIM, Luiz. A pintura decorativa em algumas igrejas de minas. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico**. v. 3. Rio de Janeiro: Sphan, 1939. p. 71.

⁷ COSTA, Lucio. A arquitetura Jesuítica no Brasil. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico**. v. 5. Rio de Janeiro: Sphan, 1941. p.70.

A ausência de estudos técnicos detalhados a *Revista* é curiosa, pois o Sphan era o centro de toda a política patrimonial no Brasil, desde a seleção até o restauro daquilo que seriam os monumentos nacionais, no entanto, o conhecimento técnico adquirido pela repartição ficou restrito aos seus pares. Exemplo claro dessa restrição, vimos no relatório de atividades de 1950. Um extenso e detalhado trabalho que contém a “relação completa das telas restauradas no Mosteiro de S. Bento, bem como referência pormenorizada dos trabalhos nelas procedidos [...]”⁸. Nesse trabalho, Jordão de Oliveira Nunes, enumera 15 obras restauradas e pormenoriza os trabalhos executados em cada uma delas. Ao final, ele deixa claro a competência do órgão na condução dos restauros, registrando:

O nosso maior trabalho no Mosteiro de S. Bento, consistiu precisamente, em desfazer a restauração anterior, lavado a efeito por quem não estava aparelhado como hoje se encontra a D. P. H. A. N., a única autoridade capaz até agora em todo o país⁹.

Sem dúvida o Sphan era a autoridade competente para a tarefa, a questão é: por que textos como esses do relatório não foram publicados? É difícil até mesmo imaginar, talvez por questões de sigilo; ou por padrões estilísticos da revista. Contudo, ausências desse tipo e a carência de debates em relação à condução dos trabalhos do Sphan – não só em termos de restauro – evidenciam o viés historiográfico seguido pela revista e ratificam a ideia de que os textos da Revista complementavam a política do Sphan, sem questioná-la.

3.4 – A configuração espacial do Brasil nos limites do patrimônio

A política editorial do Sphan também delineou um mapa geográfico e histórico do Brasil¹⁰. Pelo viés das pesquisas e pela seleção e análise dos temas, os autores da *Revista do Patrimônio* deixaram transparecer as intencionalidades, os conflitos e o “lugar da memória” a que se refere cada artigo, determinando o que impulsionou a constituição de cada região no caminho civilizatório pelo qual passou o Brasil.

Buscaremos reconstituir esse “mapa” ilustrado nos textos da Revista, indicando a partir das análises dos textos, as regiões e o tempo histórico recortado pelos autores. Nesse

⁸ Relatório de Atividades ano 1950, terceiro quadrimestre. Arquivo técnico-administrativo, subsérie relatórios, caixa 310, pasta 8, folha 35.

⁹ Idem.

¹⁰ Esse item está inspirado no texto de RUBINO, Silvana. “O Mapa do Brasil Passado”, in *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, no 24. Rio de Janeiro, Iphan, 1996.

sentido, apresentamos o primeiro quadro, sintetizando as principais ocorrências por Região nos artigos. Ressaltamos que a classificação seguiu a regionalização do IBGE por cinco regiões de 1969, período posterior a atuação do Sphan. Além disso, salientamos que o artigo “Programa”, de Rodrigo Melo Franco de Andrade, não foi utilizado nesses cálculos. Para efeito de interpretação criamos a categoria “*Sem definição de região*”. Nela incluímos artigos que não deixam claro sua regionalização ou que abordam várias partes do território brasileiro, tal como o trabalho de Paulo Thedim Barreto, “Casas de câmara e cadeia”.

Quadro 4: Ocorrência de Regiões por Artigo

Região	Até no número 9	A partir do número 10	Total
Sudeste	60	28	88
Nordeste	21	11	32
Norte	12	03	15
Centro Oeste	01	00	01
Sul	03	00	03
Sem definição de Região	18	12	30
			169

Fonte: Elaborada pelo autor (Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)

Pelo exame do quadro, vemos que há uma predominância da região sudeste nos estudos publicados nas revistas, ao todo 52% dos artigos abordaram temas, monumentos, biografias ou fontes ligados às produções históricas e artísticas dessa região. Em seguida, porém em quantidade bastante inferior, vem a região Nordeste, com 19% do total. Norte, Centro-Oeste e Sul, somados, não chegam a 10% dos artigos, cada região aparece respectivamente em 8%, 1% e 1% dos estudos. Artigos que não indicamos a região somam 18% do volume total.

Ao olharmos mais atentamente às publicações, vemos que dentro dessa regionalização também há preferências e peculiaridades. Por exemplo, quando se tratou do sudeste, a maioria dos artigos abordam os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, quase que a totalidade dos estados dessa região. Contudo, as regiões Norte e Nordeste apresentam análises concentradas no Amazonas e em Pernambuco e Bahia,

respectivamente. Esse tipo de olhar sobre o passado apresentado pelo Sphan está estritamente calcado na ideia de desenvolvimento da civilização brasileira defendido por Afonso Arinos.

Antes de continuarmos nesse caminho, é interessante juntamos outro dado ao panorama: o quadro dos recortes “temporais” vinculadas aos artigos. Para estabelecer essa classificação procuramos resgatar do artigo seu principal tema e sua linha argumentativa e associá-los a um determinado período histórico. Nesse sentido, quando se tratava da apresentação de um documento sobre um artista/ arquiteto, estabelecemos o século de atuação do artista como *tempo histórico* do artigo. Assim, artigos como o de Judith Martins, “Subsídios para a biografia de Manuel Francisco Lisboa”, por exemplo, foram enquadrados como do século XVIII, por tratar de um artista do século XVIII.

Há artigos que abrangem claramente dois séculos, como o estudo de Noronha Santos, “Fontes e Chafarizes do Rio de Janeiro”, para os quais indexamos os dois séculos identificados, separando-os pela letra “e” (‘século a’ e ‘século b’). Há artigos cujo recorte temporal ultrapassa dois séculos, como o artigo de Lucio Costa, “Arquitetura Jesuítica no Brasil”. Para tais estudos, classificamos o século inicial e o século final como recorte temporal do artigo, separando as datas por um traço (‘século inicial’ – ‘século final’). Por último, há artigos que não indicamos nenhuma datação, pois o foco principal do artigo estava em apresentar resultados laboratoriais, dados arqueológicos, metodologia de pesquisa ou teoria de História da Arte. Nesse sentido, encontramos artigos como os de Hannah Levy, “A propósito de três teorias sobre o Barroco” e Eros Orosco, “As avarias nas esculturas do Período Colonial”. Em ambos os textos, é possível estabelecer um recorte temporal do “objeto” estudado, porém o que sobressai do artigo são as conclusões a que se chega a partir desse “objeto” e não análises sobre ele. Uma vez estabelecido os parâmetros principais, apresentamos o:

Quadro 5: o recorte temporal nas revistas do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Temporalidade	Até o número 9	A partir do número 10	Total
XV	02	00	02
XVI	04	00	04
XVI e XVII	02	00	02

XVI - XVIII	03	00	03
XVI - XIX	01	00	01
XVII	14	07	21
XVII e XVIII	10	05	15
XVII - XIX	00	01	01
XVIII	41	20	61
XVIII e XIX	05	04	09
XIX	08	11	19
XX	01	00	01
Sem definição de data	24	06	30

Fonte: Elaborada pelo autor (Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)

Olhando mais de perto os percentuais de cada “temporalidade” estabelecida vemos sobressaltar o século XVIII, como o *período histórico* mais abordado em artigos da revista. Ao todo 36% de artigos foram classificados nesse período.

Logo em seguida têm-se os estudos classificados como “sem definição de data”, 18% dos textos das revistas. Esse número é composto basicamente por artigos da categoria “Arqueologia/ Etnografia” (ver quadro 1) e por trabalhos teóricos/metodológicos vinculados diretamente a categoria “Artes Plásticas” (ver quadro 1). O dado demonstra a relevância desses itens para a revista, principalmente até a nona edição da mesma, quando os trabalhos publicados davam bases para novos estudos e quando se aceitou mais recorrentemente pesquisas da área antropológica.

O terceiro e significativo “*período histórico*” mais comentado na revista, é o século XVII, cujo volume compõe 12% do total de artigos das publicações. Interessante, entretanto, é pensar essa periodização em grupos de análises. Assim, artigos que abrangem o século XVII, o século XVIII e os dois ao mesmo tempo, compõem juntos aproximadamente 60% do total de artigos publicados. Essa observação deixa evidente a preferência do Sphan pelo período colonial. O século XIX, isolado ou em conjunto com século XVIII chega aproximadamente a 16% do volume total de artigos publicados.

Cruzando os quadros 4 e 5, é possível visualizar mais precisamente o recorte espaço-temporal dos artigos da revista. A partir daí, o mapa do Brasil desenhado pela Revista do Patrimônio ficará mais concreto para nós.

Quadro 6: Dados do cruzamento entre as e o recorte temporal e geográfico dos artigos publicados na Revista.

Século	Região	Total
s/d	s/d	17
S/D	Nordeste	3
S/D	Norte	5
S/D	Sudeste	2
S/D	Sul	1

Século	Região	Total
XVII e XVIII	Nordeste	3
XVII e XVIII	Norte	2
XVII e XVIII	Sudeste	7
XVII e XVIII	Sul	0
XVII e XVIII	Centro-Oeste	0
XVII e XVIII	S/D	2

Século	Região	Total
XV e XVI	Nordeste	3
XV e XVI	Sudeste	4
XV e XVI	S/D	1

Século	Região	Total
XVIII	Nordeste	7
XVIII	Norte	4
XVIII	Sudeste	56
XVIII	Sul	1
XVIII	Centro-Oeste	1
XVIII	S/D	1

Século	Região	Total
XVII	Nordeste	10
XVII	Norte	3
XVII	Sudeste	5
XVII	Sul	1
XVII	S/D	2

Século	Região	Total
XIX	Nordeste	3
XIX	Norte	1
XIX	Sudeste	13
XIX	S/D	2

Fonte: Elaborada pelo autor (Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)

Do quadro acima extraímos duas importantes conclusões. Primeiro, é nítido o privilégio de determinados recortes espaço-temporais em detrimento a outros. Nesse sentido, sobressaem as análises sobre monumentos localizados no sudeste e vinculados ao século XVIII. Segundo, o norte e o nordeste aparecem, sobretudo, em análises com recortes temporais do século XVII e início do XVIII.

No entanto, o caminho mais interessante a seguir após a apresentação desses dados é a comprovação de que a revista, na seleção de seus artigos, seguiu a mesma lógica dos tombamentos do Sphan. Assim, houve o privilégio pela busca de resquícios daquilo que indicariam o “desenvolvimento da civilização material brasileira”, a partir do processo ocupação e exploração do território brasileiro.

Para ilustrar esse debate, apresentamos abaixo um quadro elaborado por Silvana Rubino em sua dissertação de mestrado, que demonstra o número de bens tombados em cada estado da união entre 1938 e 1967:

Quadro 7: Numero de Bens Tombados em cada Estado da União

Estado	Nº	%
Alagoas	5	0,7
Amazonas	1	0,1
Amapá	1	0,1
Ceará	3	0,4
Distrito Federal	1	0,1
Espírito Santo	11	1,6
Fernando de Noronha	1	0,1
Goiás	17	2,5
Maranhão	8	1,2
Minas Gerais	165	23,9
Mato Grosso	1	0,1
Para	16	2,3
Paraíba	15	2,2
Pernambuco	56	8,1

Piauí	6	0,9
Paraná	8	1,2
Rio de Janeiro	140	20,3
Rio Grande do Norte	10	1,5
Rio Grande do Sul	13	1,2
Rondônia	1	0,1
Santa Catarina	8	1,2
São Paulo	41	6,0
Total	689	100,0

Fonte: RUBINO, Silvana. **As fachadas da história**. *Op. Cit.* p.134.

O quadro ratifica a ideia de que desde o período colonial as lógicas de organização do espaço brasileiro já apontavam para a concentração da região sudeste, esse processo não foi descontextualizado da política preservacionista, vejamos a preferência para o tombamento nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, tal qual a seleção de artigos da Revista. Em seguida aparece os tombamentos dos Estados compreendidos na região nordeste. E, assim como nos artigos da revista, os estados da região Norte e Sul do país são minoritários nos tombamentos.

Acrescentando à essa tabela os dados obtidos no quadro 6, vemos que a política editorial do Sphan seguiu os passos do trabalho cotidiano executado pela repartição. Nesse sentido, priorizou a região sudeste, além de consolidar o passado nacional ligado aos ciclos econômicos.

Dessa forma, quando se abordou as regiões norte e nordeste brasileira, o recorte temporal variou entre os séculos XV-XVI e XVII. Nesse recorte couberam textos que tratavam dos primórdios da conquista portuguesa no Brasil e do auge do ciclo canavieiro, denotados por fortificações militares, palácios de governo, arquitetura civil rural e resquícios da dominação holandesa em Pernambuco.

Já em relação ao período compreendido entre o final do século XVII e o XVIII, as análises recaíram sobre o ciclo bandeirista e minerador. Nesse sentido, denotava-se nos artigos o desenvolvimento das cidades, a arquitetura urbana, a arquitetura religiosa barroca, os mestres-oficiais, dentre outros elementos característicos desse “ciclo econômico”

brasileiro. Nunca é demais citar que o século XVIII é tratado pela historiografia como o século do Sphan. Para os funcionários da instituição, é nele que se encontra o período auge do desenvolvimento nacional, elegendo-se o Barroco (mineiro) como elemento mais característico da autenticidade e originalidade nacional.

O século XIX também apresenta certa relevância no percentual de artigos publicados, 11% no total. Vinculado a esse recorte temporal, vemos destacar-se a região sudeste. Tal fato seria explicado pela quantidade de artigos relacionados à Corte Portuguesa no Rio de Janeiro – os quais dissertavam sobre os planos de melhoramentos urbanos, sobre a missão artística francesa, sobre a Escola Nacional de Belas Artes antes da independência – e estudos relacionados aos primórdios do governo imperial no Brasil.

No entanto, quando analisamos esses recortes temporais em conjunto, levando-se em consideração os períodos históricos, vemos que o Sphan buscou resgatar o passado colonial como marca da nação. Nesse sentido, artigos que abrangem o período colonial chegam a 70% do total de estudos, isso sem levarmos em consideração artigos da categoria arqueologia e etnografia, os quais, geralmente, classificamos como “sem definição de data”, mas que, não necessariamente, estariam assim classificados se a análise fosse outra.

Contraposto ao período colonial, temos o período republicano. Esse, excluído da atenção do Sphan, precisava se consolidar e para isso deveria inspirar-se no passado colonial, como modelo de plasticidade e originalidade. Tal apontamento remete ao contexto do Estado Nacional que emergia, pois o Sphan, preocupado em definir uma ancestralidade para a nação, procurou consolidar sua unidade no resgate da produção artística e arquitetônica do período colonial. Dessa forma, fez uma ligação direta: o passado – colonial e longínquo – surgia como paradigma do futuro edificado pelos atores do Sphan, por meio da sua política patrimonial.

Essas conclusões, não minimizam, ou contradizem, o fato da *Revista* ter ampliado as possibilidades do Sphan, tanto na pluralização temática, quanto na abrangência territorial da política de preservação. Isso se traduz em artigos sobre etnografia indígena e na inclusão de regiões nas quais o recurso do tombamento era pouco viável, como a Amazônia, que se inseria no debate patrimonial por meio dos textos publicados na *Revista do Patrimônio*.

3.5 – Os colaboradores da Revista do Patrimônio

Tendo indicado as características dos textos da Revista, passamos agora à análise da procedência dos mesmos. Quem foram seus principais colaboradores e quais as trajetórias temáticas seguidas por eles?

Foram 82 autores diferentes que publicaram textos na revista. Abaixo apresentamos o quadro geral deles, dividindo-os entre os “mais frequentes” e os “menos frequentes”.

Quadro 8: Quantidade de artigos por autor

Frequência	Número de Artigos	Autores
Mais Frequentes	7	Artur César Ferreira Reis
	6	Cônego Raimundo Trindade; Noronha Santos; Salomão de Vasconcelos
	5	Carlos Ott; D. Clemente Maria da Silva-Nigra; Hannah Levy; Lúcio Costa
	4	Alfredo Galvão; Francisco Marques dos Santos; Paulo Thedim Barreto; Robert C. Smith; Rodrigo Mello Franco de Andrade
	3	Ivo Porto de Menezes; Joaquim de Souza-Leão Filho; Joaquim Cardoso; José de Souza Reis; Judith Martins; Nair Batista;
Menos Frequentes	2	Alberto Ribeiro Lamego; Augusto de Lima Junior; Carlos Estevão; David James; Estevão Pinto; Frei Venâncio Willeke, O. F. M.; Gastão Cruls; Gilberto Ferrez; Gilberto Freyre; Godofredo Filho; J. W. Rodrigues; Lourenço Luís Lacombe; Luis Jardim; Luis Saia; Luiz Camilo de Oliveira Neto; Manuel Bandeira; Mário de Andrade; Raimundo Lopes; Serafim Leite
	1	A. L. Pereira Ferraz; Afonso Arinos de Melo Franco; Afonso de E. Taunay; Alberto Rangel; Aluísio de Almeida; Anêmona Xavier de Basto Ferrer; Anibal Fernandes; Ariele Alice Schmit e Igor Chmyz; Augusto C. da Silva Telles; Ayrton Carvalho; Clarival do Prado Valadares; Curt Nimuendaju; David A. da Silva Carneiro; Deoclécio

Menos Frequentes	1 artigo publicado	Redig de Campos; Dom Bonifácio Jansem, O. S. B.; Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança; E. Orosco; Edgar Roquete Pinto; Epaminondas de Macedo; Fernando Machado Leal; Francisco Venâncio Filho; Hércia Dias; Heloísa Alberto Torres; Herculano Gomes Mathias; J. Moritz Rugendas; João Miguel dos Santos Simões; José Antônio Gonçalves de Mello; José de Almeida Santos; L. L. Vauthier; Lygia Martins Costa; Maria da Conceição M. Coutinho Beltrão e Roque de Barros Laraia; Maria de Lourdes Pontal; Mário A. Freire; Mario Barata; Mário Ferreira França; Michel Benisovich; Nuto Sant’Anna; René Laclette; Romulo Barreto de Almeida; Sérgio Buarque de Holanda; Sylvio de Vasconcelos; José Wanderley Pinho.
	7	Sem indicação de autoria

Fonte: Elaborada pelo autor (Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)

Quadro 9: Percentual de artigos por autor

Quantidade de artigos	Quantidade de Autores	Porcentagem do total
1	44	54%
2	19	23%
3	6	7%
4	5	6%
5	4	5%
6	3	4%
7	1	1%
Total de autores		82

Fonte: Elaborada pelo autor (Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)

Pela análise dos quadros acima, vemos que a maior parte dos autores da revista foram esporádicos. Ao todo, 54% deles contribuíram com apenas 1 artigo, sendo que os “menos frequentes” (aqueles que contribuíram com 1 ou 2 artigos) somam 77%. Já os

“mais frequentes” (aqueles que contribuíram com 3 ou mais artigos) representam 23% do total. Classificamos esses autores como os “mais frequentes”, pois juntos eles escreveram 49% do total de artigos da revista.

Os 82 autores escreveram sobre seis diferentes categorias temáticas, as quais estipulamos inicialmente. Cabe observar quais autores escreveram sobre cada um dos temas, atentando para a concentração temática gerada a partir das escolhas autorais.

Quadro 10: Temas por autores na Revista do Patrimônio

Frequência	Autor	Classificação Temática
Mais frequentes	Arthur Cesar Ferreira Reis	Arquitetura (2x)
		Fontes (3x)
		História (2x)
	Cônego Raimundo Trindade	Arquitetura
		Fontes (3x)
		História (2x)
	Noronha Santos	Arquitetura (4x)
		Fontes
		História
	Salomão de Vasconcelos	Fontes (4x)
		História (2x)
	Carlos Ott	Arquitetura (2x)
		Fontes
		Artes Plásticas (2x)
	D. Clemente Maria da Silva-Nigra	Arquitetura (2x)
		Artes Plásticas (3x)
	Hannah Levy	Artes Plásticas (5x)
	Lúcio Costa	Arquitetura (2x)
Fontes		

		História
		Artes Plásticas
	Alfredo Galvão	Artes Plásticas
		Arquitetura
		Fontes (2x)
	Francisco Marques dos Santos	Artes Plásticas (4x)
	Paulo Thedim Barreto	Arquitetura (4x)
	Robert C. Smith	Arquitetura (2x)
		Fontes (2x)
	Rodrigo Mello Franco de Andrade	Artes Plásticas (3x)
	Ivo Porto de Menezes	Fontes (2x)
		Arquitetura
	Joaquim Cardoso	Artes Plásticas
		Arquitetura
		História
	Joaquim de Souza-Leão Filho	Arquitetura (2x)
		Artes Plásticas
José de Souza Reis	Arquitetura (2x)	
	História	
Judith Martins	Fontes (3x)	
Nair Batista	Fontes (2x)	
	História	
Menos Frequentes	Alberto Lamego	Arquitetura
		História
	Augusto de Lima Junior	Artes Plásticas
		Arquitetura
	Carlos Estevão	Fontes
		Arqueologia/ Etnografia
David James	Artes Plásticas (2x)	
Estevão Pinto	Arqueologia/ Etnografia	

	Arquitetura
Frei Venâncio Willeke, O. F. M.	História
	Fontes
Gastão Cruls	Arqueologia/ Etnografia (2x)
Gilberto Ferrez	Artes Plásticas (2x)
Gilberto Freyre	Artes Plásticas
	História
Godofredo Filho	Arquitetura (2x)
J. W. Rodrigues	Mobiliário
	Arquitetura
Lourenço Luís Lacombe	História
	Arquitetura
Luis Jardim	Artes Plásticas (2x)
Luis Saia	Arquitetura (2x)
Luiz Camilo de Oliveira Neto	Fontes
	Artes Plásticas
Manuel Bandeira	Artes Plásticas
	Fontes
Mário de Andrade	Fontes
	Arquitetura
Raimundo Lopes	Arqueologia/ Etnografia (2x)
Serafim Leite	Arquitetura
	História
Afonso Arinos de Melo Franco	Fontes
A. L. Pereira Ferraz	Arquitetura
Afonso de E. Taunay	Arquitetura
Alberto Rangel	Artes Plásticas
Aluísio de Almeida	Arquitetura
Anêmona Xavier de Basto Ferrer	Fontes
Anibal Fernandes	Arquitetura

Arielle Alice Schmit e Igor Chmyz	Arqueologia/ Etnografia
Augusto C. da Silva Telles	Arquitetura
Ayrton Carvalho	Arquitetura
Clarival do Prado Valadares	Artes Plásticas
Curt Nimuendaju	Arqueologia/ Etnografia
David A. da Silva Carneiro	Arquitetura
Deoclécio Redig de Campos	Artes Plásticas
Dom Bonifácio Jansem, O. S. B.	Fontes
Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança	Artes Plásticas
E. Orosco	Fontes
Edgar Roquete Pinto	Arqueologia/ Etnografia
Epaminondas de Macedo	Arquitetura
Fernando Machado Leal	História
Francisco Venâncio Filho	História
Hélcia Dias	Mobiliário
Heloísa Alberto Torres	Arqueologia/ Etnografia
Herculano Gomes Mathias	Fontes
J. Moritz Rugendas	Fontes
João Miguel dos Santos Simões	Artes Plásticas
José Antônio Gonsalves de Mello	História
José de Almeida Santos	Mobiliário
L. L. Vauthier	Fontes
Lygia Martins Costa	Artes Plásticas
Maria da Conceição M. Coutinho Beltrão e Roque de Barros Laraia	Arqueologia/ Etnografia
Maria de Lourdes Pontal	Arquitetura
Mário A. Freire	Arquitetura
Mario Barata	Fontes
Mário Ferreira França	Arquitetura

	Michel Benisovich	Artes Plásticas
	Nuto Sant'Anna	Arquitetura
	René Laclette	História
	Romulo Barreto de Almeida	Arquitetura
	Sérgio Buarque de Holanda	Arquitetura
	Sylvio de Vasconcelos	História
	W.P.	Mobiliário

Fonte: Elaborada pelo autor (Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)

A Primeira impressão que extraímos do quadro é que ocorre uma alta difusão de autores segundo os temas catalogados. Nesse sentido, o tema “arquitetura”, o mais recorrente na revista, teve colaboração de 36 autores diferentes (sendo que 21 escreveram sobre o tema mais de uma vez); 24 autores diferentes escreveram sobre os temas “Artes Plásticas” e “Fontes” (sendo que 8 deles contribuíram cerca de duas ou mais vezes); 17 autores colaboraram com o tema “história” (destes, 3 escreveram mais de 1 artigo sobre o assunto); outros 9 autores escreveram sobre “arqueologia/etnografia” (com 2 deles repetindo a temática) e 4 autores escreveram sobre o tema “mobiliário”.

Essa compilação aponta para dois aspectos diferentes quanto a participação dos autores na Revista: primeiro, nas temáticas menos recorrentes a ela (“arqueologia/etnografia e mobiliário) houve uma espécie de domínio de alguns autores, enquanto que, nos quatro principais temas abordados ao longo dos 18 volumes, houve uma diversificação autoral. Segundo, na maioria dos casos não houve uma especialização do autor, dessa forma, o mesmo autor pôde contribuir com temáticas diferentes.

No primeiro caso, o que chama a atenção é que dos 19 autores indicados como “mais frequentes”, nenhum escreveu sobre arqueologia, etnografia ou mobiliário. Suas propostas de análises orbitaram em torno dos quatro temas principais da Revista. Quantificando esses dados, temos clareza da importância desse grupo de autores na totalidade da Revista: 61% do total de artigos relacionados ao tema “história”; 58% do total de artigos relacionados ao tema “documental”; 50% das análises de Artes Plásticas e 48% dos estudos sobre “arquitetura” foram escritos pelo grupo dos “mais frequentes”.

Já quanto ao segundo apontamento, observamos que os autores não se especializaram nas temáticas. Foi recorrente que pesquisadores “mais frequentes” publicassem sobre dois ou mais temas, caso de Arthur César Ferreira Reis, do Cônego Raimundo Trindade e de Noronha Santos, que escreveram sobre arquitetura, Fontes e história. Conclui-se, daí, que não havia – ou haviam poucos – especialistas e que houve na maioria dos casos uma dispersão temática.

Essa particularidade demonstra que os autores provinham de diferentes áreas do saber e que produziram textos que permeavam a área do patrimônio – tais como os de artes plásticas, história da arte e arquitetura – a partir da história e da ampla documentação. Por isso, a recorrência constante à história nos textos da Revista.

Do grupo de autores “mais frequentes” apenas três especializaram-se num tema. São eles: Francisco Marques dos Santos, Paulo Thedim Barreto e Hannah Levy. Deles, Hannah Levy e Paulo Thedim Barreto foram funcionários do Sphan e Francisco Marques dos Santos convidado de Rodrigo Melo Franco para colaborar na publicação.

Dentre aqueles que mais escreveram para o periódico 12 (63%) pertenceram ao quadro de funcionários do Serviço¹¹ ou foram contratados para ali atuarem em algum momento. Somente Alfredo Galvão, Joaquim de Souza Leão Filho, Noronha Santos e Robert Smith não foram, em nenhum momento, vinculados ao Sphan, apesar de terem contribuído com pesquisas sobre o patrimônio.

3.5.1 – Os colaboradores e outras instituições

No primeiro capítulo vimos que Mário de Andrade, no anteprojeto de criação do Sphan, tratou da cooperação entre o novo órgão e os museus já existentes. Tal anteprojeto propôs a absorção dos museus para dentro da estrutura do novo órgão, com a expansão de uns e a desativação ou reorganização de outros. A proposta gerou atritos e desconfortos, porém Rodrigo Melo Franco soube contornar a situação e os museus e outros centros de estudos foram importantes colaboradores da Revista do Patrimônio. Essas instituições completavam a política de preservação, cooperando com pesquisas e descobertas no campo

¹¹ Para chegarmos nesse percentual, recolhemos informações do livro de Márcia Regina Romeiro Chuva, **Arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 – 1940)**. Rio de Janeiro: UERJ, 2009. p. 198.

preservacionista e articulando relações favoráveis ao tombamento e ao estudo dos monumentos nacionais.

Nesse sentido, observamos na revista, durante os anos de 1937 a 1978 uma intensa participação de pesquisadores autônomos, ou vinculados a museus, institutos históricos, associações e membros eclesiásticos, sendo que até o volume número 9 encontramos mais espaço para a atuação dos colaboradores. De maneira geral, eles publicaram um ou dois textos na revista. Contudo, mais que a quantidade, o conteúdo e, fundamentalmente, a forma “científica” que eles propuseram como modelo de pesquisa foi o que se sobressaltou nesses textos.

Nesse sentido, encontramos estudos e pesquisas de autores vinculados aos institutos históricos e geográficos, tais como Noronha Santos, Wanderley Pinho, Afonso Arinos, Gilberto Ferrez e o próprio diretor do Sphan, Rodrigo de Andrade, todos eles membros do IHGB e Salomão de Vasconcelos, diretor do IHGMG¹².

Mapeando as produções desses estudiosos, vemos que geralmente eles publicaram, principalmente, textos de análises históricas ou apresentação documentais referente aos temas correlatos à preservação patrimonial no Brasil. Neste caso, percebemos que os institutos históricos aparecem como um referencial a ser seguido e como uma importante fonte de conhecimento, sobretudo o IHGB, que, por meio da sua centenária revista foi constantemente lembrado nos artigos da Revista do Patrimônio.

Colaboradores atuantes em museus também figuraram na *Revista*. Seus textos apresentavam acervos e polarizavam o debate sobre a importância dos museus e suas atividades para a cultura brasileira, além, é claro, de demarcar seu espaço na nova política cultural que se formava no país, com a implantação do Estado Novo. Nesse sentido, encontramos os textos de Heloísa Alberto Torres e Carlos Estevão. A primeira argumenta a importância da antropologia na consolidação do campo patrimonial e indica um rol de instituições dedicadas a essa área do conhecimento, com as quais o recém-criado serviço

¹² IHGB: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e IHGMG: Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

deveria estabelecer relações¹³. O segundo aborda o Museu Arqueológico e Etnográfico Emilio Goeldi, lamentando o descaso sofrido por instituições como essas¹⁴.

Dessa forma, notamos que, no grupo de autores vinculados aos museus, há uma forte ligação com a temática: “arqueologia/etnografia”. Eles foram os principais responsáveis pelos artigos sobre o tema e levantaram pontos e propuseram soluções para casos em que o tombamento, instrumento principal do Sphan para a preservação, não era viável. Assim, formaram um conjunto de textos respeitável, pois demarcaram a importância dos museus para o país, apontaram caminhos para o Sphan e, indiretamente, criticaram a ausência do órgão em alguns aspectos.

Outra observação significativa sobre os colaboradores da Revista é a presença de eclesiásticos nos volumes considerados. Cônego Raimundo Trindade (diretor do arquivo eclesiástico da Arquidiocese de Mariana¹⁵), Dom Clemente Maria da Silva-Negra (arquivista da Ordem Beneditina Brasileira), Frei Venâncio Willeke, Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança, Dom Bonifácio Jansen e o jesuíta Serafim Leite estavam vinculados à igreja católica quando contribuíram com textos para a revista. Carlos Ott, que veio ao Brasil para executar trabalhos relacionados à Ordem dos Franciscanos, mas que aqui abdicou a batina, também publicou estudos nas revistas.

Em grande parte das vezes que contribuíram com a revista, esses autores pesquisaram e publicaram análises relacionadas à temática religiosa, apresentando dados e documentos sobre arquitetura, registrando histórias da catequização e cristianização no Brasil e analisando obras de arte associadas aos conventos, igrejas, seminários e demais “lugares” religiosos.

É importante registrar que a relação do Sphan com esses intelectuais não era apenas intelectual. Por meio dela, o órgão construía uma aliança estratégica com a igreja católica, uma vez que era fundamental o apoio dessa instituição para conseguir cumprir a tarefa do “patrimônio”. Não foram raros os embates entre clérigos da igreja e o Serviço. Esses defendendo o tombamento de um monumento e aqueles defendendo sua autonomia para

¹³ TORRES, H. A. Contribuição para o Estudo e a proteção do material Arqueológico e Etnográfico no Brasil. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. v. 1. Rio de Janeiro: Sphan, 1937. p. 09-30.

¹⁴ ESTEVÃO, C. Resumo Histórico do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Revista do Serviço Histórico e Artístico Nacional**. v. 2. Rio de Janeiro: Sphan, 1938. p. 7-19.

¹⁵ Ele também foi diretor do Museu da Inconfidência.

reformá-lo, ampliá-lo ou demoli-lo. Desse modo, a intervenção de colaboradores do Serviço junto a outros eclesiásticos era imprescindível. É significativo, quando se pensa nessa relação, que o único texto da Revista do Patrimônio que teve o século XX como “recorte histórico” seja justamente a transcrição da circular do arcebispo do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme, solicitando a colaboração da “igreja” com as atividades do Sphan¹⁶.

Ainda sobre os colaboradores e suas origens queremos destacar outros dois pontos: primeiro, a ligação de alguns deles com o ensino; segundo, a especialização regional quanto ao tema e o local sobre o qual tratava os artigos de alguns autores.

Na década de criação do Sphan e posteriores, o magistério era fonte de renda e de prestígio, especialmente quando se tratava de professores de faculdades. O próprio Sphan esteve vinculado ao organograma do Ministério da Educação e Saúde Pública, o que nos dá dimensão da concepção que o órgão seguiria. Nesse sentido, foi comum encontrarmos colaboradores da Revista que atuavam no ensino. Artur César F. Reis, Carlos Ott, Hannah Levy, Alfredo Galvão, Francisco Marques dos Santos, Joaquim Cardoso, Mario Barata, Sérgio Buarque de Holanda, Paulo Thedim Barreto e Robert Smith, por exemplo, foram professores universitários; D. Clemente Maria da Silva-Nigra, atuou no ensino secundário; Lúcio Costa foi diretor da Escola Nacional de Belas Artes; Mário de Andrade desenvolveu vários cursos ligados à área do folclore quando esteve no Departamento de Cultura, em São Paulo. O reconhecimento intelectual que esses autores traziam consigo tornavam-nos “autoridades” em qualquer assunto que abordassem, conferindo ao Sphan a legitimidade de que necessitava, calcada no respeito que essas personalidades inspiravam. Tais autores foram os que mais diversificaram quanto aos temas de suas pesquisas. Contudo, suas abordagens mantiveram-se dentro dos quatro principais temas da revista – Fontes, história, arquitetura e Artes Plásticas.

Já em relação ao segundo ponto destacado, vemos que foi recorrente um intelectual debruçar-se sobre estudos referentes ao seu Estado Natal. Dessa forma, o regionalismo nas especificidades temáticas se fazia presente. Isso era favorável à intenção do Sphan de criar a ideia de unidade em torno do sentimento nacional, pois, ao receber colaborações de Estados distantes dos principais centros políticos e econômicos do país, a importância de

¹⁶ BANDEIRA, M. D. Sebastião Leme. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. v. 6. Rio de Janeiro: Sphan, 1942. p. 81.

cada uma das unidades da nação era destacada. Além disso, a área de abrangência da Revista e, por conseguinte, da política patrimonial, era ampliada expressivamente. Exemplo disso foi o autor Arthur César F. Reis que escreveu sete artigos sobre a região amazônica, pouquíssimo contemplada com outras ações do Sphan.

O mesmo pode ser dito a outros autores, principalmente entre os “mais frequentes”, pois muitos concentraram suas produções intelectuais sobre o patrimônio da região onde nasceram e/ou atuaram. O problema é que a procedência deles era também a dos estados que mais tiveram bens tombados no período: Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pernambuco. Assim, a memória dessas regiões foi mantida não só por meio dos tombamentos, mas também por meio das pesquisas e artigos sobre esses locais.

Capítulo 4: Os textos da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Ao traçarmos um perfil para os 18 volumes da revista, vimos o privilégio dos temas vinculados às “Fontes”, à “História” e à “Arquitetura”. Tal privilégio alinha-se a preocupação de Rodrigo Melo Franco de Andrade em marcar os resquícios da “civilização material” como parâmetro do patrimônio nacional. Acompanhamos também a evolução da revista por meio dos quadros comparativos. Partindo desses dados analisaremos alguns trechos dos artigos, articulando o repertório teórico e os pressupostos de método dos autores àquela captação primária evidenciada nos capítulos anteriores. Diante do volume de material catalogado – desde a síntese dos artigos, até documentos em arquivos – abandonamos a construção de uma análise minuciosa de cada artigo. Em suma, tivemos que operar recortes, excluir e eleger artigos dentro daquilo que consideramos essencial a essa dissertação, assim, optamos por percebê-los em conjunto, como anteparo das orientações e práticas do Sphan.

A revista foi vista como o fecho daquilo que debatemos anteriormente. Nesse sentido, vemos a publicação expressar o nacionalismo ancorado nos símbolos do passado; proclamar a universalização da arte brasileira; anunciar a metodologia descritiva como forma de análise; e a reproduzir uma enorme quantidade de documentos até 1969.

Voltemos ao contexto no qual se insere a revista. É notória na historiografia brasileira sobre o Sphan, a ideia de que Rodrigo Melo Franco de Andrade articulou em torno de si um grupo de intelectuais renomados. Dentre os colaboradores do Sphan e, por conseguinte, da *Revista* estão aqueles que inovaram o pensamento em suas respectivas áreas do conhecimento. Podemos citar, por exemplo, Gilberto Freyre, na antropologia cultural e Sérgio Buarque de Holanda na historiografia, ambos denominados chamados de “interpretes do Brasil” por suas teorias; ou Lúcio Costa e o grupo de arquitetos modernistas na arquitetura e urbanismo nacionais.

Cabia a Rodrigo M. F. de Andrade dar sentido a esse grupo, ponderando escolhas e amenizando discordâncias ao definir o caráter da instituição e a conduta de seus trabalhos. Era também função de Andrade editar a *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* e a série *Publicações*. Ambas serviam como interlocução entre o órgão

federal e a população. Combinando “a tradição ensaística de meados do século XX, com um campo específico, construído pela ação do próprio órgão”¹⁷, que convergia os conhecimentos de arte, história, sociologia, etnografia e arquitetura, as publicações se tornaram as porta-vozes privilegiadas do Sphan, com efeito, ao revelar os bens tombados, atribuindo-lhes valor ao mesmo tempo em que promovia debates sobre o que merecia ser tombado, justificando o mérito da iniciativa.

Tendo isso em vista, a premissa desse quarto capítulo é entender qual foi o fio condutor da revista em seus 18 volumes, para assim dimensionar em que medida os textos apresentaram os conceitos de “civilização” e nacionalismo, os pressupostos metodológicos e os debates em torno do patrimônio nacional e da história da arte brasileira.

4.1 – O Brasil e a Europa: vínculos de um passado longínquo

O debate sobre a universalidade do patrimônio brasileiro colocou em divergência dois dos principais articuladores do modernismo brasileiro: o paulista Mario de Andrade e o mineiro Carlos Drummond de Andrade. Vimos que o órgão oficial de preservação seguiu a linha dos modernistas mineiros e recorreu à tradição para justificar o patrimônio brasileiro. Tradição essa que ligava o Brasil ao passado longínquo das nações europeias, as quais, segundo Rodrigo Melo Franco de Andrade foram responsáveis por nossa formação.

Alinhados com a direção do Sphan, os intelectuais que escreveram na Revista também recorreram ao referencial externo como chave explicativa do nosso patrimônio. Podemos acompanhar em inúmeros textos tal fato. Das obras menos importantes no âmbito das revistas até os textos mais consagrados, vários autores expressaram suas concepções sobre a nação brasileira a partir da semelhança (ou comparação) com o europeu.

Alberto Lamego, por exemplo, exalta a antiguidade dos nossos edifícios ao escrever sobre o “Solar do Colégio”, construído no século XVIII, em Petrópolis. Lamego comenta: “o interior do monumento reafirma o aspecto externo do convento. E a aparência (sic) é

¹⁷ Rubino, Silvana. **As fachadas da história:** os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968. Dissertação de Mestrado (206p). Campinas: Unicamp, 1991. p.159.

medularmente solarenga, na solidez e no conforto. Todos os compartimentos bafejam um hálito de antiguidade”¹⁸.

Esse desejo de antiguidade encontrava referenciais ainda mais longínquos, tal como o fez Paulo Tedim Barreto, no artigo “Casa de Fazenda em Jurujuba” e José de Souza Reis, em “Arcos da Carioca”, nos números 1 e 12 da revista, respectivamente. No primeiro caso, o autor aponta a influência da antiguidade romana na edificação da Casa de Fazenda ao escrever que no “centro da planta encontramos, não o pátio de influência luso-espanhola, mas o *cavaedium* romano, de forma quadrangular, para onde têm comunicação direta todas as casas. O *compluvium* e o *impluvium* das casas de Pompéia encontram aplicação em terras de Santa Cruz”¹⁹, segundo Barreto.

O segundo também recorre a tradição romana para explicar a edificação dos “Arcos da Carioca”. Reis vai além e deixa claro em seu texto que o monumento é um patrimônio universal, como podemos acompanhar em suas palavras: “o estudo que vamos empreender refere-se a uma determinada espécie de monumentos do patrimônio histórico e artístico universal [...]”²⁰. Sendo ainda mais categórico, afirma adiante: “o aqueduto mostra claramente nas suas características construtivas e formais a filiação à arquitetura romana das *arcuatum opus*, ainda que numa versão de menor magnificência”²¹. Para esse autor

entre tôdas (sic) [as obras de arte construídas no Brasil] não sabemos de alguma que se possa indicar como elo de uma tradição arquitetônica mais recuada no tempo do que aquela que deu origem ao Aqueduto da Carioca²².

Tendo em vista essa conduta, a história da cultura brasileira se mesclava à história das culturas ocidentais desde os mais remotos tempos, o que validaria a entrada do Brasil no rol das nações mais importantes do mundo. Mesmo tendo o Brasil sido ocupado pelos europeus a partir de 1500, foi comum os autores utilizarem a periodização tradicionalmente vinculada à história europeia para classificar a arte brasileira.

¹⁸ LAMEGO, Alberto. O Solar do Colégio. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 2. Rio de Janeiro, 1938. p. 29.

¹⁹ BARRETO, P. T. Casa de Fazenda em Jurujuba. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 1. Rio de Janeiro, 1937. p. 70.

²⁰ REIS, J. de S. Arcos da Carioca. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 12. Rio de Janeiro, 1955. p. 9-10.

²¹ Idem. p. 9-10.

²² Idem. p. 99.

Lucio Costa, talvez o mais proeminente intelectual ligado à arquitetura a atuar no Sphan, cita:

do primeiro estilo [arquitetônico] – o mais caracterizadamente jesuítico – até ao estilo mineiro da última fase, cuja obra prima é a capela-mor da igreja de São Francisco de Assiz (sic), em Ouro Preto, estilo apenas alcançado pelos padres, as transformações sucessivas repetem, curiosamente e na mesma cadencia (sic), as varias (sic) etapas que percorreu o conjunto da arte europeia, na sua evolução da idade clássica à Renascença, através dos estilos medievais – românico e gótico²³.

Adiante Costa prossegue:

do exposto, resulta que se pode razoavelmente falar de um 'classicismo barroco', de um 'romantismo' e de um 'goticismo' barrocos e, finalmente, de um 'renascentismo barroco', sem pretender significar com essas expressões semelhança formal – embora ela de fato exista, algumas vezes, nas linhas gerais ou num ou noutro pormenor, - senão uma concordância (sic) no processo evolutivo muito curiosa e, principalmente, muito util (sic) para permitir às pessoas menos familiarizadas com o assunto aprenderem mais facilmente o que há de fundamental nessa evolução²⁴.

A citação é longa, porém reveladora de uma “periodização” que será seguida por inúmeros autores posteriores na revista. Contudo, não é só pela tentativa de aproximar a história brasileira aos estilos internacionais que escolhemos esse trecho. Há explicitamente nele uma análise evolutiva – contínua e delimitada – da arte nacional. Esse critério de análise foi recorrente aos escritores da Revista do Sphan, os quais buscavam explicar o patrimônio brasileiro por meio de um processo constante e linear. Adiante falaremos de maneira mais aprofundada sobre o método de análise privilegiado pelo Sphan, agora, voltemos ao ponto de onde partimos: o vínculo entre o Brasil e a Europa segundo periodização criada e utilizada pelos intelectuais do Sphan. Wash Rodrigues e Paulo Tedim Barreto utilizaram-se da mesma estratégia para justificar e enaltecer o patrimônio local. No primeiro caso, Rodrigues escreveu que os:

portais, dos fins do século XVII e começo (sic) do XVIII, como no Paço do Saldanha, nos solares Berquó, Ferrão, Gregório de Matos e Sete

²³ COSTA, L. A arquitetura dos jesuítas no Brasil. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 5. Rio de Janeiro, 1941. p. 43.

²⁴ Idem. p. 47.

Candeeiros e muitos outros, em barroco clássico italiano, com frisos de caneluras ou folhagens, cartelas com escudos de armas entre as volutas da cornija, e guarnição ao longo da porta ou nas pilastras, em entrelaçados, são peças que nos ligam à arquitetura erudita do renascimento, e que lembrando similares da Itália, de Portugal e da Espanha, elevam e enobrecem sobremaneira nossa arquitetura civil, no seu conjunto simples e mesmo pobre²⁵.

Já Barreto afirma que “algumas orientações artísticas da Renascença de certo modo ainda refletiram no movimento arquitetural da colônia. Vitruvio, Albert, Vignola, Pallácio, Sérlio e outros autores codificaram proporções da antiguidade clássica, e seus princípios ainda encontram aplicação, embora limitada, nas Casas de Câmara e Cadeia”²⁶.

Os textos citados deixam claro que a análise da história brasileira se apoiaria na matriz europeia. A partir dela construir-se-ia o conceito de arte nacional. Na identidade artística almejada por Rodrigo Melo Franco de Andrade interessava a universalidade, não a particularidade brasileira – pelo menos nesse primeiro momento. Portanto, mesmo quando os autores tratassem de obras “menores”, “limitadas” ou “mais pobres”, sobressaltava-se o grandioso, de cuja característica somos herdeiros. Realmente é possível estabelecer um vínculo entre a produção brasileira e a produção europeia, visto que fomos colonizados por portugueses. Porém, a partir daí, estabelecer um vínculo entre o que aqui foi produzido e os textos de Vitruvius, Albert soa exagerado.

Mesmo que tais obras fossem conhecidas em terras americanas, é de se duvidar que os artistas, arquitetos e construtores brasileiros tivessem nelas sua referência. No entanto, nos contornos talhados pelo Sphan, o Brasil se aproximava da Europa na mesma proporção em que se afastava da cultura negra ou ameríndia.

Analisando especificamente os textos da revista, a estratégia apresentava duas outras situações. Primeiro, a relevância do português na formação nacional. Assim, não era preciso ao cidadão assimilar um passado tão distante para estabelecer o paralelismo pretendido. Segundo, o destaque para a capacidade de adaptação do português às mais difíceis circunstâncias na América. Lembramos que a historiografia da época caminhava por essa trilha. Autores, como Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda, comentavam a

²⁵ RODRIGUES, W. A casa de moradia no Brasil Antigo. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 9. Rio de Janeiro, 1945. p.189.

²⁶ BARRETO, P. T. Casa de Câmara e Cadeia. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 11. Rio de Janeiro, 1947. p. 184.

adaptação dos portugueses ao trópico e a sua capacidade de miscigenação – cultural, inclusive.

Portanto, nossa intenção não é ser maniqueísta com a história do Sphan, tão pouco afirmar que tudo fazia parte de um planejamento pré-determinado, já negamos essa possibilidade anteriormente. Apontamos apenas que havia uma seleção intencional daquilo que seria publicado e que Rodrigo Melo Franco de Andrade era o “mentor privilegiado” na instituição para poder fazer essa seleção.

4.2 – O português nos trópicos e a originalidade brasileira

Apesar dos exemplos que resgatamos acima, os intelectuais do Sphan buscavam um paralelo mais evidente, inclusive mais didático para um cidadão leigo entre Brasil e Europa. Daí surge a figura do colonizador: o português. Não por acaso, a exaltação do colonizador e de sua experiência vencedora tornou-se um lugar comum nos textos da revista, principalmente naqueles relativos às igrejas coloniais e seu chamado “estilo jesuítico”, do qual falaremos adiante.

Retomando Afonso Arinos, perceberemos que a valorização do português dava-se em detrimento da cultura colonizada. Segundo o referido autor

[...] nas sociedades primitivas, onde civilização (sic), tomada como aproveitamento do mundo, quase não existe, ocorre que esta civilização (sic) inicial está, por isso mesmo, muito mais proxima (sic) da cultura que lhe deu origem, do que as civilizações (sic) avançadas se encontram das suas respectivas gêneses: as culturas superiores²⁷.

O português aparece, então, como o elo que une o Brasil às nações europeias, exatamente por ser o civilizador desse país. Seguindo a ideia de Afonso Arinos, de que o português teria uma cultura mais “evoluída” que o ameríndio, Heloísa Alberto Torres, na revista número 1 escreveu:

Nas regiões pantanosas, que forma exatamente propícias a formação de conchais, pobres em pedras, não existe outro material mais adequado para tal fim [o estudo fala de pedras empregadas na pavimentação de estradas]. O meio e o homem primitivo parecem ter colaborado no preparo do

²⁷ ARINOS, A. **Conceito de Civilização Brasileira**. São Paulo: comp. Ed. Nacinaol, 1936. p. 15.

elemento a que recorreria mais tarde o homem, em estágio de cultura mais desenvolvido, para expandir o seu progresso²⁸.

Observamos que ao analisarmos todo o artigo de Torres, algo inviável de se apresentar aqui, vimos que a autora não nega a influência indígena, como o fez Rodrigo Melo Franco de Andrade, ao considerar

[...] injustificável [...] que os povoadores portugueses do Brasil tivessem vindo aprender com nossos indígenas a erigir construções de madeira, técnica essa muito antiga e corrente na Europa e na península. Nem se pode admitir que os colonos europeus se resignassem a utilizar por longos anos construções extremamente frágeis e toscas²⁹.

A antropóloga do museu nacional é mais ponderada que o diretor do Sphan e relativiza a influência portuguesa. Contudo, ambos seguem o esquema traçado por Arinos ao valorizar a ação do português em detrimento da cultura local na formação do Brasil. Tal abordagem se repete nos textos de Arthur Cesar Reis, para o qual:

o gentil, pela primitividade de suas culturas não criaram também a aparelhagem política que atravesse o tempo ao choque da cultura política do lusitano conquistador. Suas fórmulas jurídicas eram as fórmulas jurídicas dos grupos que começavam a viver estádios (sic) muito rudes ainda. Falta-lhe o amadurecimento das leis escritas, faltava-lhe o equipamento material que lhes permitisse a resistência mais funda às fórmulas novas que o íbero (sic) trazia³⁰.

Adiante, o mesmo autor continua o discurso de exaltação do português:

“No século seguinte, o século XVIII, a paisagem alterou-se profusamente, com a criação de novas riquezas, fruto da lavoura de espécies (sic) indígenas ou alienígenas admiravelmente adaptadas, com a chegada de grosso contingente de colonos das ilhas açoreanas ou do próprio Reino, de degredados, de escravos africanos, com os descimentos de dezenas de tribus (sic) que vieram fortificar a urbanização intensa que tomou alento às margens do Amazonas ou de afluentes”³¹.

²⁸ TORRES, H. A. Contribuição para o Estudo ao material Arqueológico e Etnográfico no Brasil. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n.1. Rio de Janeiro, 1937. p. 17.

²⁹ ANDRADE, R. M. F. de; Plínio Salgado; a anta e o curupira. **Revista do Brasil**. ano 1. v.9. Rio de Janeiro, 15/01/1927. In: **Rodrigo e seus tempos**: coletânea de textos sobre artes e letras. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, SPHAN, Fundação Nacional Pró- Memória, 1986, p. 230.

³⁰ REIS, A. C. Guia Histórico dos monumentos Pará. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 11. Rio de Janeiro, 1947. p.235.

³¹ Idem. p. 237.

Lembremos que Gilberto Freyre na revista nº 1 indicava a necessidade de se estudar a arte brasileira pelo vínculo com Portugal, tal como citou: “Do mesmo modo é preciso que se estude nos objetos de arte brasileira, a influência da Índia, África, da China, do Japão, através de Portugal, onde tantos traços exóticos foram assimilados, antes de se comunicarem ao Brasil”³². Resgatando suas mais distintas obras, percebemos que Freyre também sugere aos pesquisadores nacionais a análise da culinária brasileira, dos jardins e dos azulejos, para que o pesquisador possa entender a influência lusitana em terras tupiniquins, seja nos ingredientes, na ornamentação com planas ou nos motivos das pinturas. Trazendo novas possibilidades de análises e novas fontes de pesquisa, esse pesquisador influenciou diretamente o cotidiano da repartição³³.

A partir desse pressuposto os autores que publicaram na revista construía seus argumentos. Para Estevão Pinto, “o colono português, de fato, quando se implantou no Brasil, trazia consigo uma tão boa dose de cultura e de sangue berbero-arábico [...]”³⁴ que deixou no país um rastro de antiguidade, sendo os muxarabis um dos elementos mais antigos da cultura mencionada.

A ideia da circulação cultural entre oriente e ocidente propiciada pelos portugueses, como indicou Gilberto Freyre no artigo supracitado, também ecoou em Godofredo Filho, que no texto “Seminário de Belém da Cachoeira” reconheceu a influência oriental no telhado da composição que analisava. Para ele, “em nenhum exemplar da arte portuguesa no Brasil vemos, como ali, a influência exata, nítida, inconfundível (sic), da beleza oriental”³⁵.

Fora a influência colonizadora na transposição de parâmetros italianos, franceses ou orientais para o Brasil, o próprio português foi digno de notas e reconhecimento nos textos da revista. Seguindo o esquema dos ciclos econômicos tradicionais na historiografia do período, os textos propagavam a conquista portuguesa, como o fez Tedim Barreto:

³² FREYRE, G. Sugestões para o estudo da arte brasileira em relação com a de Portugal. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n.1. Rio de Janeiro, 1937. p. 42.

³³ Ver: RUBINO, S. **As fachadas da história**. *Op. Cit.*

³⁴ PINTO, E. Muxarabis e Balcões. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n.7. Rio de Janeiro, 1943. p. 310.

³⁵ FILHO, G. Seminário de Belém da Cachoeira. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n.1. Rio de Janeiro, 1937. p.106.

sucedendo pois (sic) ao ciclo das feitorias de caráter 'econômico-militar' e ao 'prólogo guerreiro da colonização', Portugal padroniza e embarca a civilização para o Brasil, remetendo-nos em série 'religião, legislação e as instituições municipais'³⁶.

Vê-se nesse trecho claramente a ideia de que o Brasil civilizou-se pela ação portuguesa. Tal concepção criava uma ligação entre o nosso país e toda a história de Portugal, derivando daí, inclusive as técnicas construtivas e o gosto decorativo. Wash Rodrigues, por exemplo, escreveu:

interessante sob muitos aspectos, sobretudo como um dos principais entre os elementos auxiliares para a melhor compreensão da nossa história é sem dúvida, o estudo da casa antiga no Brasil. Interessante, pelas características permanentes dessa casa principalmente pela unidade do seu aspecto em todo o território, e pela imutabilidade, através do tempo, dos princípios que presidiram à sua construção, fenômeno êsse (sic) comparável, pela semelhança [...] ao da língua e ao da religião³⁷.

O que quero demonstrar a partir desses dois exemplos é que nos textos das Revistas do Sphan eleva-se o legado colonizador, longe de caracterizá-lo como uma atividade exploratória, a qual tenha deixado pequenos rastros de civilização por onde passou. O Brasil e seu patrimônio foram vistos como homogêneo e “imutável” diante dos resquícios portugueses. Preconizou-se uma ilusória uniformidade, mesmo num território tão vasto, que foi ocupado em diferentes momentos históricos e que viveu distintamente a experiência colonizadora ao longo dos séculos.

Nesse sentido, o português jamais foi visto como degradado ou degradante, responsável pela matança e aculturação indígena. Ao contrário ele era o mestre que regia os acontecimentos coloniais com sabedoria e “gênio criativo” ao se adaptar às dificuldades do meio. Tal como o fez David Carneiro, que escreveu:

os filiados à ordem inaciana, com habilidade e o tato que os caracterizava no trato com os indígenas, captaram-lhes as simpatias a eles e aos povoadores todos que, aos poucos, não satisfeitos com as missões volantes e a casa pobre do Superaguí, desejaram um Colégio em Paranagua³⁸.

³⁶ BARRETO, P. T. Casas de Câmara e Cadeia. *Op Cit.* p. 29.

³⁷ RODRIGUES, W. A casa de Moradia no Brasil Antigo. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 9. Rio de Janeiro, 1945. p. 160.

³⁸ CARNEIRO, D. Colégio dos Jesuítas em Paranagua. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 4. Rio de Janeiro, 1940. p. 362.

No artigo “Solar do Colégio”, Alberto Lamego reproduz a mesma lógica de David Carneiro, comentando que

traçar-lhe o perfil arquitetônico é reviver os idos coloniais. É rememorar intensamente a existência dos religiosos que o erigiram, *mestreando artífices indígenas* (sic), quando em toda redondeza os insubmissos goitacás começavam a tartamudear a língua portuguesa³⁹.

Adiante no mesmo texto, o autor é taxativo: “prova de tecanhissima (sic) parcialidade e de completa ignorancia (sic) dos nossos grandes historiadores, é o cotestar-se a formidável (sic) influencia (sic) do primitivismo jesuíta na cimentação da nacionalidade brasileira”⁴⁰.

Resgatando as qualidades dos mestres de obra, Lucio Costa denota claramente o que debatemos acima. Cita o autor:

verifica-se, assim, que os mestres de obra estavam, ainda em 1910, no bom caminho. *Fieis à boa tradição portuguesa* de não mentir, eles vinham *aplicando, naturalmente*, às suas construções meio feiosas todas as novas possibilidades da técnica moderna, como, além das fachadas quasi (sic) completamente abertas, as colunas finíssimas de ferro, os pisos de varanda armado com duplo T e abobadilhas[...]⁴¹.

Conectando os exemplos acima, quero demonstrar que para os autores da Revista, principalmente entre os mais assíduos, a nacionalidade brasileira é fruto da orientação religiosa – trazida por Portugal – e que da colonização tiramos nosso maior benefício: a vinda efetiva da civilização para os trópicos.

Na mesma linha de raciocínio, quando se tratava de valorizar os benefícios da conquista, valia inclusive a detração. Deparamo-nos com esse tipo de abordagem ao analisarmos os textos que trataram da exploração holandesa no nordeste. Foi comum aos autores colocarem em comparação os resquícios das conquistas holandesas e portuguesas. E, de maneira velada ou escancarada, vários desses textos destacaram a importância lusitana em contraposição à efemeridade dos holandeses naquele território.

³⁹ LAMEGO, A. Solar do Colégio. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 2. Rio de Janeiro, 1938. p. 22. Grifos meus.

⁴⁰ Idem. p. 23.

⁴¹ COSTA, L. Documentação Necessária. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 1. Rio de Janeiro, 1937. p.36-37. Grifos meus.

Lucio Costa, por exemplo, afirma:

[...] uma vez que os holandeses, apesar das carpintarias vistosas de Boa Vista e de Freiburg, pouco ou quasi (sic) nada deixaram, neste particular, em troca do muito que destruíram ou impediram se concluíssem, como se pode facilmente aferir ao simples exame dos panoramas de Olinda, pintados por Franz Post⁴².

Nem mesmo na arte da azulejaria é possível lembrar a dominação holandesa. Para João Miguel dos Santos Simões,

a presença no Recife [...] de azulejos holandeses [...] prova quanto o azulejo já estava acreditado na decoração pernambucana. Aliás essa *presença não teve consequências* e mesmo durante o período holandês – mais precisamente cêrca (sic) de 1640 – se instalaram azulejos portugueses, magníficos por sinal, como na Igreja de Nossa Senhora do Amparo, em Olinda⁴³.

Assim, ganhou ares de notoriedade na revista os resquícios materiais deixados por Portugal e pelos cristãos, como demonstra o texto de Augusto Lima Junior:

além da prática de grandes e numerosas benemerências, que enchem as páginas da história religiosa do Brasil, a Congregação do Oratório dotou a cidade do Recife com um dos seus mais notáveis monumentos de arte religiosa: a igreja da Madre de Deus⁴⁴.

Quanto a colonização holandesa, mereceu reconhecimento obras destruídas pela ação do tempo ou as pequenas modificações na organização urbana quando comparada ao projeto português⁴⁵.

Os textos sempre se mostraram amistosos quanto a colonização ibérica e na maioria das vezes rechaçou a colonização holandesa, com raras exceções. Holandeses e colonizadores de regiões não lusitanas eram tratados como detratores e exploradores que

⁴² COSTA, L. Arquitetura do jesuítas no Brasil. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 5. Rio de Janeiro, 1941. p. 91.

⁴³ SIMÕES, J. M. dos S. Azulejaria no Brasil. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 14. Rio de Janeiro, 1959. p. 12. Grifos meus.

⁴⁴ LIMA JUNIOR, A. de. A Congregação do Oratório e suas igrejas em Pernambuco. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 9. Rio de Janeiro, 1945. p. 346.

⁴⁵ Sobre o assunto, ver os textos de: Joaquim Cardoso, “Observações em torno da história da cidade do Recife, no período holandês”, publicado na Revista do Sphan n. 4; as cartas originais de C. Louis Vauthier, “Casas de residência no Brasil”, publicadas na Revista do Sphan n. 7 e o texto de Joaquim de Souza-Leão Filho, “Palácio das torres”, publicado na Revista do Sphan n. 10.

não pretendiam deixar raízes no país. Reis, no texto “Guia Histórico dos Municípios do Pará”, citou:

Ingleses irlandeses e holandeses, pela própria condição de homens de negócio, numa empresa mercantil, nada criaram no sentido da organização política, que definisse uma intenção mais firme de plantar colônia de povoamento [...]. Quanto aos portugueses e seus colaboradores mamelucos, fincada a primeira pedra do edifício da colônia no extremo-norte do Brasil, logo trataram de dar-lhe a demão definitiva, à moda europeia e à moda do que vinham fazendo nas outras partes da sulamérica, isto é, lançando fundamentos da ordem política [...]⁴⁶.

Signo de uma época, a análise que aproximava os vínculos entre Brasil e Portugal e destacava a importância lusitana na origem da civilização brasileira, além de ser uma chave interpretativa utilizada nas revistas do Sphan, foi o meio usado para que o patrimônio brasileiro ganhasse *status e* reconhecimento nacional e internacional.

4.3 – O Clima e a originalidade do patrimônio nacional

Apesar de enaltecer a herança portuguesa, não se pode afirmar que a revista ou mesmo o Sphan tentaram “recolonizar” o país, fazendo crer que somos uma cópia – mal feita – da nação lusitana. Pelo contrário, o fato da influência portuguesa ter sido tão presente não nega à arte e arquitetura colonial o caráter de autenticidade e originalidade. Aqui cabe inclusive uma hipótese já levantada por nós: seria via herança artística lusitana, representada pelo barroco, nosso passaporte de entrada para o rol das nações civilizadas? Vemos surgir, a partir do referencial português, uma nação brasileira, tida como única e original.

Emergem daquele quesito de antiguidade e da influência de várias culturas artísticas – da oriental à italiana – uma arquitetura religiosa destoante, uma série de acontecimentos marcantes e inúmeros personagens ilustres na formação do Brasil, os quais a revista se empenhou em criar/destacar. Pode-se dizer que as Revistas do Serviço do Patrimônio, ao manifestarem seu ufanismo patriótico, retratou principalmente essas três abordagens.

Porém, se a origem era portuguesa, o que tornava as obras brasileiras originais? Quando se analisa os textos da revista é simples responder: a adaptação ao meio e ao clima

⁴⁶ REIS, A. C. F. Guia Histórico dos Municípios do Pará. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 11. Rio de Janeiro, 1947 p. 235.

tropical. As possibilidades escassas de materiais e a limitada comunicação com o reino forçaram o colono a criar estratégias próprias de desenvolvimento, impedindo a simples transposição de concepções e projetos da metrópole para a colônia. Tal análise não foi tão inovadora, tão pouco partiu do Sphan. O clima foi apontado como fator central na análise de muitos estudiosos da história brasileira. No período histórico recorrente a essa pesquisa, principalmente nos anos iniciais dos trabalhos da repartição federal, teóricos como Gilberto Freyre utilizavam amplamente esse tipo de interpretação⁴⁷.

Vejamos como exemplo um longo trecho do texto “Casas de residência no Brasil” escrito por Gilberto Freyre na revista número 7:

É de todo interêsse (sic) compararmos as plantas de casas-grandes e sobrados apresentados por Vauthier com as que figuram no livro de Debret, para efeitos de discriminação de diferenças de época e de região entre as habitações nobres do Sul e as do Norte, nos trechos igualmente patriarcais e de base igualmente agrária de vida doméstica tanto quanto da organização econômica das duas regiões, uma compreendida no começo (sic), outra quase no meado do século XIX. As diferenças são consideráveis, porém muito mais fortes se apresentam as semelhanças entre as duas expressões arquitetônicas do mesmo tipo de patriarcado e das mesmas tendências da colonização portuguesa do Brasil no sentido de adaptação ao meio americano e tropical de tradições enriquecidas pelo contacto do lusitano com o mouro e com o extremo Oriente⁴⁸.

Esse excerto é emblemático para nosso argumento. Veja que é clara a concepção da origem lusitana e sua adaptação ao meio tropical. Tal recurso se repetiu em Lucio Costa e em Luis Camilo de Oliveira Neto. O primeiro afirmava que “a distância e necessidade de natureza vária e mais urgente concorreram também para uma diferenciação maior, notando-se nas realizações d'aqui um certo atraso sobre as da metrópole e, de um modo geral, acentuado desinteresse por toda sorte de inovações⁴⁹. O segundo destacou que “a diversidade do clima, maior em algumas regiões que em outras, estabelecia necessidade de adaptações a serem atendidas com materiais locais, o que representava muitas vezes verdadeiro trabalho

⁴⁷ Sobre o assunto ler o copioso trabalho de: BARBATO, Luis Fernando Tosta: **Brasil, um país tropical: o clima na construção da identidade brasileira (1839 – 1889)**. (Dissertação de mestrado) p. 207. Campinas: Unicamp, 2010.

⁴⁸ FREYRE, G. Casas de residência no Brasil. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 7. Rio de Janeiro, 1943. p. 102.

⁴⁹ COSTA, L. Documentação Necessária. *Op. Cit.* p. 32.

de criação”⁵⁰. Assim, surge desse ser adaptado às condições tropicais um brilhantismo próprio do brasileiro.

Luis Jardim também sugere que o patrimônio nacional é merecedor de destaque por ter sua particularidade. Para esse autor, “a ausência de conventos em terras auríferas, consequência da proibição da corte, contribuiria em grande parte para isso: a criação de um tipo de igreja menos universal que particular”⁵¹. Destacamos que o autor utiliza a palavra “universal” de maneira pejorativa, como se ela trouxesse consigo a ideia de cópia daquilo que é universalmente aceito. Jardim nega essa possibilidade para enfatizar que o patrimônio mineiro é particular, isto é, originário da própria terra.

E assim como em Minas, onde os artistas tiveram que se adaptar a natureza primitiva local, quando os artigos abordaram o nordeste vimos a construção do mesmo pensamento. Segundo Artur de Carvalho, no uso de pedra na arquitetura religiosa do nordeste “há uma forte influência regional na composição da fachada, cujos elementos são inspirados ora na própria natureza da região, ora nas igrejas levantadas sob inspiração erudita”⁵².

Adaptando-se ao meio, os artistas vindos ao Brasil tornavam sua arte peculiar em relação à portuguesa. Cralos Ott elogiou em seu artigo a capacidade de adaptação do artista José Joaquim da Rocha, artista que “deixou cinco ou seis obras” na Bahia:

O que nos interessa no pintor José Joaquim da Rocha é a sua produção artística e a adaptação do homem ao ambiente local: dois aspectos: um histórico, outro etnológico. Ambos de grande interesse. Mas no estudo presente, um não fica separado do outro, embora se pudesse proceder perfeitamente desta maneira [...]. [O artista] adaptava-se facilmente às circunstâncias e não criava dificuldades onde as podia evitar. Não possuía um talento extraordinário que se sentisse constrangido num ambiente dêsses (sic) para se entregar aos vãos aéros, característico aos espíritos geniais. Com isto não queremos diminuir o valor do homem, mas realçar apenas que num ambiente desambientado, vivendo uma vida feliz, tôda dedicada a arte, desprezando até o ambiente feliz de um lar próprio [no caso, sua vida em Lisboa].⁵³

⁵⁰ NETO, L. C. de O. João Gomes Batista. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 4. Rio de Janeiro, 1940. p. 84.

⁵¹ JARDIM, L. A pintura decorativa em algumas igrejas antigas de Minas. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 3. Rio de Janeiro, 1939. p. 69.

⁵² CARVALHO, A. de. O uso da pedra na arquitetura religiosa do Nordeste. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 6. Rio de Janeiro, 1942. p. 288.

⁵³ OTT, C. José Joaquim da Rocha. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 15. Rio de Janeiro, 1961. p. 73.

Porém, se para Ott e Carvalho os artistas comentados não esbanjavam talento, para outros autores a possibilidade de adaptação portuguesa resultou em algo esplendido. Reis talvez seja o mais entusiasta desse tipo de interpretação postulando que:

a dominação lusitana exerceu-se, na Amazônia, mercê desses imperativos [dificuldades locais com o clima e com os indígenas], durante dois séculos. Foi uma dominação que se condicionou admiravelmente à natureza da região, aceitando, sem reservas gritantes, as imposições de toda espécie que ela, tão diferente, tão autônoma na paisagem brasileira, lhe dito [...]. Não constituísse o português aquele plástico extraordinário que tão bem provaria nessas latitudes tropicais, expressando um grau de adaptabilidade que tomou corpo e se fez sentir mesmo fora. De tal maneira circulando essa impressão que levaram S. M. o Rei Luiz XV, de França a determinar um plano de ação nas Guianas, de certo modo copiado da experiência lusitana na Amazônia⁵⁴.

O autor, no trecho acima, demonstra seu entusiasmo com os resquícios da colonização lusitana na Amazônia. A experiência portuguesa foi tão boa que era digna de “cópia” pela corte francesa. Isto é, a condição de adaptação do português tornou-o original e único, portanto, um exemplo a ser seguido.

Lembremos, entretanto, que a região norte foi a que menos teve monumentos tombados durante todo o período em que Rodrigo Melo Franco de Andrade dirigiu o órgão. Essa negligência, transformada em lacuna para o patrimônio do país, jamais foi comentada nas revistas. Ao contrário, os textos que retrataram aquela região reproduziram um discurso que corrobora a unidade do território nacional e com a originalidade do patrimônio brasileiro. É certo que a limitação de recursos dificultava a ação do Sphan, contudo ressaltamos aqui a unidade do discurso empregado na revista, criando a representação de um patrimônio, que em muitos aspectos não existiu.

4.4 – A arquitetura jesuítica: uma “invenção” brasileira

Seguindo na análise que propusemos anteriormente, deparamo-nos com os textos sobre a arquitetura brasileira. Essa seria então o símbolo de toda originalidade nacional. Tendo de se adaptar ao meio, necessitando colonizar a terra e catequizar os ameríndios, o

⁵⁴ REIS, A. C. F. Vestígios artísticos da dominação lusitana na Amazônia. *Op. Cit.* p. 170.

português e os clérigos que com ele aqui apartaram tiveram que se reinventar e utilizar toda gama de técnicas e materiais construtivos.

Lucio Costa foi o grande articulador desse pensamento dentro do Sphan. Para ele a arquitetura brasileira era singular, ainda que “pobre” em relação a europeia. O autor fala ainda da ideia de “coisa decadente” que acompanhou a arte barroca, mas observa que ela constitui autêntica obra de arte, não resultando de “nenhum processo de degenerescência, mas, pelo contrário, de um processo legítimo de renovação”⁵⁵. Desse modo, ele reinterpreta a arquitetura barroca brasileira, dando-lhe novo valor, agora positivo: “Não se trata, por conseguinte, de uma arte bastarda, como pretendem alguns, mas de uma nova concepção plástica, liberta dos preconceitos anteriores e fundada em princípios lógicos e sãos”⁵⁶. E se o argumento foi construído em torno da arquitetura religiosa, ele também validou a arquitetura civil. Desse modo, “os aspectos de nossa antiga casa de moradia que ressaltam ao primeiro exame, e dignos de imediata análise, são: a absoluta naturalidade do seu modo de ser, a simplicidade do seu aspecto sempre enquadrado pelo bom senso, e a pobreza dos seus elementos decorativos”⁵⁷.

Segundo Silvana Rubino, Lucio Costa e os arquitetos ligados ao Sphan elegeram a casa tradicional brasileira como exemplo a ser seguido, já que ela trazia consigo “a ‘pureza de formas’ que encanta o arquiteto moderno”⁵⁸. A “verdade construtiva” chegava pelo imperativo da simplicidade e da pureza, da qual o arquiteto moderno se originara. Até mesmo

os antigos aquedutos, grandes estruturas de outros tempos, também se fundamentaram rigorosamente, com relação à respectiva técnica, no mesmo princípio arquitetônico de verdade construtiva. E, da mesma maneira que as obras da arquitetura e do urbanismo contemporâneo, êles (sic) tiram fôrça (sic) plástica das grandes leis de ritmo e simetria, da simplicidade e proporções dos vastos planos e superfícies [...]⁵⁹

Aqui vemos fundir dois eixos importantes na concepção que Costa construiu para interpretar a arquitetura nacional. Por um lado o autor tinha em mente o ‘traço puro’ de Le Corbusier, essencial aos modernistas daquele período; por outro a explicação mais

⁵⁵ Costa L. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. p. 106

⁵⁶ Idem. p. 106.

⁵⁷ RODRIGUES, J. W. A casa de moradia no Brasil Antigo. *Op. Cit.* p. 160.

⁵⁸ RUBINO, S. **As fachadas da história**. *Op. Cit.* p. 164.

⁵⁹ REIS, J. de S. Arcos da Carioca. *Op. Cit.* p. 102.

‘sociológica’, visivelmente inspirada em Gilberto Freyre, quando descreve a influência do clima e dos índios e negros na arquitetura que veio dos moldes europeus e aqui sofreu um “amolecimento”.

A construção dessa vertente nacional da arquitetura teve início logo no primeiro número da revista, quando se sustentava a ideia de que aqui no Brasil existiu um “estilo jesuítico” na arquitetura. Um estilo que se aproximava das produções europeias em relação ao tempo histórico, porém se afastava pela singularidade.

Noronha Santos cita, por exemplo, que o interior da Igreja de São Francisco Xavier em tudo denuncia sua “ancianidade”. Suas paredes “de grande dimensões, as pesadas portas, as almofadas destas, do *estilo jesuítico* do século da descoberta”⁶⁰.

Augusto de Lima Junior, no segundo número da revista, tenta adequar a definição a estudos mais aprofundados. Nesse sentido, vê-se a delimitação mais “rigorosa” daquilo que seria o “estilo jesuítico”:

A generalizada qualificação de ‘barroco-jesuítico’, que se tornou clássica entre nós para os velhos estilos arquitetônicos religiosos, parece-me impropriedade. Excetuando um ou outro raro exemplar que inclui (sic) razoavelmente nessa classificação, nossas capélas (sic) são pré-românicas portuguesas ou barrocos da escola de Mafra ou de Nasoni⁶¹.

Contudo ainda vigora a imprecisão e o impressionismo das análises, como em Alberto Lamego, que escreve: “o interior do monumento reafirma o aspecto externo de convento. E a aparência (sic) é medularmente solarenga, na solidez e no conforto. Todos os compartimentos bafejam um hálito de antiguidade”⁶². O tema se repete nos números subsequentes e, ainda carente de argumentação teórica, suplantava a adjetivação pouco metódica. O dito “estilo” aparece sempre imponente por sua “beleza, seu ar de simplicidade e elegância (sic) sóbria”⁶³.

Lúcio Costa retoma o assunto em “A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil”. Nesse artigo, Costa estabelece definições acerca do objeto estudado e corrige alguns erros, como

⁶⁰ SANTOS, N. Igreja de São Francisco Xavier em Niterói. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 1. Rio de Janeiro, 1937. p. 140.

⁶¹ LIMA JUNIOR, A. de. Ligeiras notas sobre arte religiosa no Brasil. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 2. Rio de Janeiro, 1938. p. 101.

⁶² LAMEGO, A. O solar do Colégio. *Op. Cit.* p. 29.

⁶³ PONTAL, L. A sacristia da catedral da baía e a posição da igreja primitiva. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 4. Rio de Janeiro, 1940. p. 200-201.

no trecho em que refuta “a denominação comum de ‘arte jesuítica’ [para] todas as manifestações de arte religiosa dos séculos XVII e XVIII”, observando que “atribuir-se, pois, à designação de ‘arte jesuítica’ uma tão grande amplitude é, evidentemente, incorreto”⁶⁴. Além disso, o arquiteto diferencia o caso europeu do brasileiro, positivando este último:

Com efeito, enquanto para os europeus, saturados de ‘renascimento’, o falar-se em estilo jesuítico traz logo à lembrança, além das formas compassadas iniciais, as manifestações mais desenvoltas do barroco; enquanto para os hispano-americanos, onde a ação da Companhia prosseguiu ininterruptamente durante todo o século XVIII, a ideia da arte jesuítica abrange o ciclo barroco completo; para nós, no Brasil, onde a atividade dos padres, já atenuada na primeira metade do século, foi definitivamente interrompida em 1759, as obras dos jesuítas, ou pelo menos grande parte delas, representam o que temos de mais ‘antigo’. Conseqüentemente, quando se fala aqui em ‘estilo jesuítico’, o que se quer significar, de preferência, são as composições mais renascentistas, mais moderadas, regulares e frias, ainda imbuídas do espírito severo da contra-Reforma⁶⁵.

Contudo, o arquiteto reitera o argumento mais utilizado pelos autores da Revista do Sphan, segundo o qual “o programa das construções jesuíticas era relativamente simples”⁶⁶ e que

a arquitetura da Companhia, no Brasil, foi quasi (sic) sempre inimiga de derramamentos plásticos, despretenciosa (sic), muitas vezes pobre, obedecendo, em suas linhas gerais, a uns tantos padrões uniformes. E se devêssemos resumir, numa só palavra, qual o traço marcante da arquitetura dos padres, diríamos que foi a sobriedade. Sobriedade presente também (sic) nos retábulos, mesmo os mais ricos⁶⁷.

Seja numa análise mais prolongada, como a de Lucio Costa, ou em citações breves como a de Lourdes Pontal há predomínio de uma denominação subjetiva, oposto àquilo Rodrigo Melo Franco dizia combater.

Não que faltassem estudos técnicos à repartição. Pelo contrário. Exemplo disso é o texto de Barreto sobre as “Casas de Câmara e Cadeia”. Apesar de se tratar de um texto

⁶⁴ Costa, L. **Registro de uma vivência**. *Op. Cit.* p. 105.

⁶⁵ Costa L. A arquitetura dos jesuítas no Brasil. *Op. Cit.* p. 11.

⁶⁶ Idem. p. 13.

⁶⁷ Idem. p.43.

produzido num âmbito externo ao da revista⁶⁸, o autor deixa claro que a obra resulta das análises e estudos desenvolvidos ao longo de seu trabalho no Sphan. Barreto cita: “Daí em diante [da criação do Sphan, 1937] passamos a fazer viagens de estudos e a acompanhar trabalhos de conservação e restauração de monumentos nacionais, que paulatinamente vêm sendo realizados segundo o programa que Rodrigo M. F. de Andrade elaborou para a D.P.H.A.N [Sphan]”⁶⁹.

Também é possível resgatar nas entrelinhas da publicação, artigos – ou citações – que seguem na contramão dos pressupostos de Lucio Costa. Tais como o artigo supracitado de Augusto de Lima Junior, ou a análise de Luis Jardim sobre “a pintura decorativa em algumas igrejas de minas”, na qual o autor refuta a ideia de que a ação da igreja na colônia tenha sido de caráter reformista, como pregou Costa.

Entretanto, a tendência sempre foi exaltar a sobriedade das formas, sem análises mais detidas. Elegia-se a “simplicidade” como marco da essência brasileira: “esta igreja é um dos grandes monumentos artísticos e históricos do Pará, pleno de dignidade, equilíbrio e nobreza”⁷⁰, citou Serafim Leite. E não se explicava a origem ou o porquê aquele equilíbrio e simplicidade tornava o patrimônio único.

Era como se ao ser eleito pelo Sphan, isto é, ao ser selecionado por aquele grupo de intelectuais que guiava a repartição, o monumento se tornasse uma verdade irrefutável, que por si só justificava a proteção a ele reservada. Aos textos da revista restava aclamar e ratificar tal escolha.

4.5 – Das análises sobre a arquitetura nacional

Nos estudos sobre a arquitetura nacional publicadas pela revista a descrição do objeto também era prioridade, sem análises profundas sobre os aspectos sociológicos ou históricos da construção, salvo raras exceções. Wash Rodrigues cita que nas casas onde se

dispõe de terreno lateral é comum haver aí um alpendre, coberto, como o da casa de Chica da Silva em Diamantina [...]. Por toda a parte, em casas térreas rurais, engenhos ou fazendas observa-se ampla varanda na frente,

⁶⁸ O texto foi adaptado da Tese de Livre Docência do autor, apresentado para a cátedra de Arquitetura no Brasil, da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil.

⁶⁹ BARRETO, P. T. Casas de Câmara e Cadeia. Op. Cit. p. 11.

⁷⁰ LEITE, S. O colégio de Santo Alexandre. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n. 6. Rio de Janeiro, 1942. p. 231.

com colunas ou pilastras de alvenaria ou esteios de madeira, tôda (sic) aberta, ou tendo no eixo a escadaria, e de lado a capela ou um cômodo a fechá-la⁷¹.

Ainda em relação ao estudo da arquitetura civil, temos o artigo de Cardoso, que analisou as casas rurais do Rio de Janeiro. Segundo ele:

Todo o edifício, porém, que fica além da varanda é de grande simplicidade construtiva, tem esquadrias modestas e revestimentos de material pobre; há, entretanto, alguns forros cuidados e, as vezes, também, alguns elementos decorativos ou de efeito decorativo como a janela de rêxas da casa de Viegas e o interessantíssimo vigamento de uma das dependências dessa mesma casa; há mesmo certo emprego de azulejos cõo os que ornaram os espelhos dos degraus da escada externa em Engenho d'Água⁷².

Vemos repetir-se o enredo de tantos outros textos da revista: descrição dos principais elementos da obra, o que nos fornece a possibilidade de “materializar” o objeto narrado, porém sem profundas análises históricas.

O mesmo recurso foi válido para os textos de arquitetura religiosa. Carvalho, por exemplo, que estudou a arquitetura religiosa do nordeste menciona:

na sua obra [Igreja de Nossa Senhora da Guia] há traços de extraordinário lirismo e espontaneidade, ao lado de incontestáveis influências de obras semelhantes que êle (sic) viu. Frutas regionais, saborosamente plásticas, êle (sic) as esculpiu em pedra, em tórno (sic) ao nicho de Santos Elias, de mistura com florões e frisos quasi (sic) acadêmicos, num conjunto de fato impressionante. No interior da Igreja há certos elementos, como as taças dos púlpitos, de puro sabor clássico; outros, como o arco cruzeiro, de espírito romântico⁷³.

Por meio do texto conseguimos identificar o que há na decoração arquitetônica mencionada e os elementos que compõe a totalidade da obra. Porém, ainda vemos persistir a superficialidade descritiva no estudo do monumento, sobressaltada pela “tendência” ao lirismo e à exaltação do monumento pelo autor.

⁷¹ RODRIGUES, J. W. A Casa de moradia no Brasil Antigo. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 9. Rio de Janeiro, 1945. p. 173.

⁷² CARDOSO, J. Um tipo de casa rural do distrito federal e Estado do Rio de Janeiro. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 7. Rio de Janeiro, 1943. p. 238.

⁷³ CARVALHO, A. O uso da pedraria na arquitetura religiosa do nordeste. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 6. Rio de Janeiro, 1942. p. 293.

Contudo, a análise dos textos sobre arquitetura não devem ser tão direta assim. Por isso, apontamos três ressalvas quanto a tais artigos na revista.

Primeiro: Gilberto Freyre e Lucio Costa foram os grandes interpretes da arquitetura selecionada pela repartição. O sociólogo ligado as implicações sociais dos edifícios nacionais e o modernista, estudando principalmente a arquitetura religiosa brasileira, determinaram os rumos dos discursos praticados na repartição. Mesmo Luis Saia, que discordava de Gilberto Freyre na questão envolvendo os alpendres nas capelas brasileiras, tem no sociólogo uma referência teórica. Fazemos alusão aqui ao artigo “Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século”, de Luis Saia. Nele, o autor analisa 12 exemplares de residências rurais do município de São Paulo e seus arredores. Para além de apresentar os dados coletados, o autor colocou sua interpretação sobre os modelos catalogados. É aí, quando a análise teórica se sobressai ao texto, que podemos perceber a influência de Gilberto Freyre no pensamento da repartição. No caso supracitado, Saia indica que o “elemento que qualifica a importância deste tipo de residência rural é o seu condicionamento preciso ao tipo de vida dos fazendeiros abastados do segundo século”⁷⁴. Ou, como diria Gilberto Freyre, um tipo de vida patriarcal.

Segundo: em inúmeros estudos percebe-se a ideia de “progresso” da arquitetura ao longo da história nacional, isto é, uma análise que considera o processo de transformação cultural um caminho que vai do estágio menos evoluído para o estágio mais evoluído. Encontramos esse tipo de análise em diversos textos ao longo dos 18 volumes, contudo é quando se interpreta a arquitetura que ele ganha relevância. Relembremos que exatamente essa ideia de evolução esteve presente nas concepções de Afonso Arinos sobre a civilização material.

Nesse sentido nos deparamos novamente com o texto de Wash Rodrigues, que é taxativo ao evidenciar a evolução das janelas pelo emprego do vidro⁷⁵. Lucio Costa também recorre ao mesmo procedimento em suas análises:

Ora, as transformações por que passou a arquitetura religiosa, juntamente com a civil durante esse longo período, obedecendo a um processo evolutivo normal, de natureza, por assim dizer, fisiológica: uma vez

⁷⁴ SAIA, L. Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 8. Rio de Janeiro, 1948. p. 232.

⁷⁵ Sobre o assunto ver RODRIGUES, J. W. *Op. Cit.* p. 193.

quebrado o tabu das fórmulas neo-clássicas renascentistas, gastas de tanto se repetirem, ela teria mesmo de percorrer – independentemente da existencia (sic) ou não da Companhia de Jesús (sic) – o caminho que efetivamente percorreu, até quando o barroco, por sua vez impossibilitado de renovação, teve de ceder o lugar à nova atitude classicista e já o seu tanto acadêmica de fins do século XVIII e começo do XIX⁷⁶.

Anteriormente, em “Documentação Necessária”, o mesmo autor já havia esboçado seu conceito, evidenciando a evolução como uma linha contínua e sequencial. Segundo Costa, ao se analisarem os telhados, portas e janelas de guilhotina resultariam “observações curiosas [...] mostrando, mesmo, como ela [a ‘arquitetura moderna’] também se enquadra dentro da evolução que se estava normalmente processando⁷⁷.”

Mesmo José de Souza Reis, ao citar que sente “muito claramente a correlação existente entre conceitos estéticos mais atuais [e às] chamadas *Arcuatum opus* dos romanos”⁷⁸, constrói uma linha do tempo única e contínua, que atravessa os períodos históricos até chegar ao seu ponto de evolução mais avançado – isto é, a arquitetura praticada pelos modernistas da metade do século XX.

O *terceiro* e último ponto que observamos nos artigos da revista foi a constante tentativa do órgão de enumerar dados e determinar métodos ordenatórios para os exemplares da arquitetura brasileira. Tais propostas de classificação longe de negar os conceitos de evolução acima debatidos reafirmaram, por meio de agrupamentos, os estágios de “progresso” pelos quais o país passou. Temos nesse sentido as propostas de Lucio Costa, Joaquim Cardoso e Luis Saia como principais linhas de condução para nosso debate.

O primeiro dos autores citados, além de propor uma classificação geral para o nosso acervo de arte, resgatando seu desenvolvimento interno, o qual estaria supostamente relacionado aos períodos artísticos vivenciados na Europa⁷⁹, propõe um “padrão” de estudo aos pesquisadores da arquitetura:

Quando se estuda qualquer obra de arquitetura, importa ter primeiro em vista, alem (sic) das imposições do meio físico e social, considerados no seu sentido mais amplo, o ‘programa’, isto é, quais as finalidades dela e as

⁷⁶ Costa, L. A arquitetura dos jesuítas no Brasil. *Op. Cit.* p. 9.

⁷⁷ Costa, L. Documentação Necessária. *Op. Cit.* p. 35.

⁷⁸ REIS, J. de S. Arcos da Carioca. *Op. Cit.* p. 102.

⁷⁹ Como apontamos anteriormente, Lucio Costa, no texto “Arquitetura dos jesuítas no Brasil”, julga que as etapas do desenvolvimento da arte brasileira podem ser classificadas como um “classicismo, romanicismo e goticismo barrocos”.

necessidades de natureza funcional a satisfazer em seguida, a ‘técnica’, quer dizer, os materiais e o sistema de construções adotados; depois, o ‘partido’ ou seja, de que maneira, com a utilização dessa técnica, foram traduzidas, em termos de arquitetura as determinações daquele programa; finalmente a ‘comodulação’ e a ‘modenatura’, entendendo-se por isto as qualidades plásticas do monumento⁸⁰.

O trecho é preciso em delimitar a proposta metodológica de Costa às futuras pesquisas. Vale lembrar que internamente o Sphan já adotava as propostas do arquiteto para suas análises⁸¹. Agora, os leitores da revista passavam a ter acesso aos pressupostos da repartição. E, marcando a importância de seu método, Costa analisa as igrejas jesuíticas, orientado pela busca de um padrão desses edifícios:

o programa das construções jesuíticas era relativamente simples. Pode ser dividido em três partes, correspondendo cada uma destas a uma determinada utilização: para o culto, a igreja com o coro e sacristia; para o trabalho, as aulas e oficinas; para residência (sic), os ‘cubículos’, a enfermaria e mais dependências de serviço, além da ‘cerea’, com horta e pomar⁸².

Ainda nesse texto, Costa indica inúmeros outros “padrões” da arquitetura jesuítica, os quais vão da determinação de três grupos de plantas até os diferentes frontispícios desses monumentos segundo cada época e contexto socioeconômico. Ao indicar métodos, operar sínteses para agrupamento e resgatar particularidade, Costa tentou delimitar de maneira mais precisa – coisa rara nos números da revista – a arquitetura jesuítica, principalmente pelo uso de inúmeros exemplos.

Na mesma linha de Costa, os autores Joaquim Cardoso e Luis Saia, ao apresentarem suas análises sobre a arquitetura civil brasileira, também fizeram apontamentos classificatórios. O primeiro, apesar de considerar a documentação exposta em seu artigo sobre as casas rurais do Rio de Janeiro “bastante reduzida”, oferece ao pesquisador “uma perspectiva bem clara da orientação que se poderá tomar mais tarde em trabalhos mais sérios e definitivos”⁸³.

⁸⁰ COSTA, L. “Arquitetura dos jesuítas no Brasil”. *Op. Cit.* p. 12. Sobre o assunto ver também o estudo de Lúcio Costa, “Documentação Necessária”. Publicado Revista do Sphan, n. 1, página 34.

⁸¹ Ver páginas 46 e 47 desta dissertação.

⁸² COSTA, L. “Arquitetura dos jesuítas no Brasil”. *Op. Cit.* p. 13.

⁸³ CARDOSO, J. “Um tipo de casa rural do distrito federal e Estado do Rio”. *Op. Cit.* p. 212.

Assim, para suprir a falta de estudos sobre as casas rurais brasileiras, que ainda não teriam passado por nenhum processo de inventário⁸⁴, a não ser escassos levantamentos “conseguidos de meras circunstâncias ocasionais, sem obedecer a qualquer plano de estudo ou pesquisa”⁸⁵, Cardoso publica seu artigo. Nele são apresentadas as residências em quatro categorias distintas, segundo seu telhado, varanda, vigamento e a técnica construtiva de seus alpendres e escadarias.

A primeira classe se caracterizou por um corpo de fachadas retangulares e de iguais dimensões, grande número de portas e janelas, de planta muito simétrica e em forma de U ou um quadrado [...]. A segunda classe reúne casas rurais mais modestas, apresentando como principal caráter distintivo uma linha de fachada bem curiosa, obtida pelo prolongamento das duas águas principais do telhado; com alpendre ou sem ele [...]. Esse (sic) tipo revela processos construtivos mais primitivos e rudimentares do que os que foram empregados em todos os outros, parecendo pertencer a uma época mais remota [...]. A terceira classe é constituída de um outro conjunto de habitações rurais diferente do anterior, casas com uma fachada principal mais cuidada, com a parte central elevada em sobrado e duas alas laterais simétricas, com mais requinte no emprêgo (sic) das esquadrias, melhor acabamento na execução da alvenaria e nos revestimentos [...]. O quarto grupo dessa classificação [...] se caracteriza de um modo geral por um corpo principal coberto por um telhado de quatro águas, terminando numa das fachadas em larga varanda [a qual tem] como suporte do telhado, colunas de alvenaria de tijolo muito bem construídas [...]”⁸⁶.

Ao delimitar os quatro tipos de ordenamento possíveis, o autor buscava o “ritmo de apreciação estética que dominou a coletividade agrícola dessa região [...] encarada como arquitetura de um grupo fixado no espaço e no tempo, fazendo parte de uma família ou ‘campo’ mais geral que poderá envolver toda a atividade colonial brasileira.”⁸⁷. Examinando as constantes que representariam a arquitetura rural brasileira, seriam essas as possibilidades de classificação que o pesquisador sintonizado com as diretrizes do Sphan teria para seus estudos.

Na mesma linha, Luis Saia orientou seus estudos na tentativa de demarcar características comuns e delimitar um sistema que se repetem ao longo dos anos na arquitetura nacional. Em “notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século” Saia formatou um padrão de classificação para as casas seiscentistas, diferenciando-as das casas mais

⁸⁴ Idem. p. 212.

⁸⁵ Idem. p. 212.

⁸⁶ Idem. p. 223-224.

⁸⁷ Idem. p. 253.

modernas, pelo agrupamento de três dados – planta retangular, paredes de taipa e telhado de quatro águas. Segundo ele, as pequenas variantes não rompem a integridade dessa aliança, assim, a primeira “constante verificada em exemplares de ambas as épocas [isto é, século XVII e XVIII] é a maneira de escolher o local onde se assentava a residência, e o próprio modo de agenciá-la num determinado terreno [...]”⁸⁸, revela o autor. “Uma segunda constante é que todos os exemplares estão assentados sôbre (sic) plataformas; mesmo quando as condições de topografia não favorecem a libertação do edifício com relação aos acidentes do terreno [...]”⁸⁹. E assim como seus antecessores, Saia reiterou: “a análise dêste (sic) tipo de residência não se deve prender somente a planta”⁹⁰.

Temos com isso, um artigo extenso e abrangente, que além de muito detalhado, possui alto nível técnico na abordagem, o que torna sua leitura densa para leigos, fato incomum nesses números “iniciais” da publicação. O estudo vai além da mera apresentação dos tipos de arquitetura existente, tentando mesmo interpretar o que se vê e se descreve:

Que a sala contígua ao alpendre [na casa-grande do bairro Tatuapé, em São Paulo] servia como local de trabalho, eis o que se pode concluir pela interpretação de uma espécie de tensor, que a atravessa na altura do seu ponto médio, à altura do pé-direito. Este tensor apresenta na região central uma seção aumentada, e um orifício, provavelmente para encaixe de um eixo. Quer se tratasse de um moinho de mandioca, tal como reza a tradição, quer estivesse aí instalada uma outra máquina qualquer, o certo é que aí estaria uma instalação de beneficiamento⁹¹.

Saia indica os caminhos para as pesquisas futuras e demonstra como lidar com os dados coletados. Tais recursos foram essenciais ao Sphan na construção de um método de análise – e não apenas nos estudos sobre arquitetura. É importante notarmos que os três autores citados escreveram seus textos, respectivamente, nas revistas 5, 7 e 8. Período no qual a revista se preocupou essencialmente em criar um amplo repertório de análises e delimitar padrões de pesquisa para o patrimônio nacional.

⁸⁸ SAIA, L. Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 8. Rio de Janeiro, 1944. p. 213.

⁸⁹ Idem. p. 213-214.

⁹⁰ Idem. p. 215.

⁹¹ Idem. p. 225.

É, então, oportuno comentarmos algumas outras propostas da revista para o campo da historiografia da arte brasileira, saindo do foco da arquitetura e debatendo outros textos que também se ocuparam com apontamentos de fontes de pesquisa.

4.6 – Os ilustres personagens do patrimônio brasileiro

Claro que ao criar uma “arquitetura própria”, com características – mesmo que subjetivas como a “simplicidade” – o Sphan criou personagens ilustres ligados a esse patrimônio. São mestres de obras, administradores ou proprietários de bens móveis e imóveis que produziram, ou mantiveram da destruição do tempo, os mais autênticos bens representantes da nacionalidade. Assim, enquanto os monumentos materializavam a nação que almejavamos seus patronos tornavam-se “heróis” que mereciam destaque.

Rubino lembrou em seu mestrado que o Sphan resgatou os mestres e artífices por trás das obras, em minúcias e pormenores revelados com as atribuições e biografias. Realmente, houve muito espaço nas páginas da revista para comprovação e atribuição de obras. No entanto, ganhou destaque artistas cujas obras representavam a mais autêntica criação nacional, ou personagens ligados a obra, mas que não foram necessariamente seus criadores.

Os monumentos eram, então, circunscritos numa esfera áurea de benevolência e exemplo de dignidade. Nesse sentido, vemos Alberto Lamego criar um discurso extremamente emotivo para enaltecer o “solar do colégio”, monumento da cidade de Petrópolis:

À despedida do monarca [D. Pedro I], Paula Barroso [Tenente-Coronel Francisco de Paula Gomes Barroso (1822-1892), terceiro proprietário da fazenda] tem mais um gesto de grandeza, que humedece (sic) os olhos bons ao Magnanimo. Por uma das suas netas faz entregar aos seus cinco melhores escravos – e os que mais falta lhe faziam – a carta de alforria. Antevendo a abolição, o Tenente-Coronel liberta o elemento servil antes de 13 de Maio. Deu-se então um acontecimento que desvenda de relance a nobreza moral da gente do Colégio⁹².

Envolto na consagração idealizada pelo texto, tal monumento mereceria proteção:

⁹² LAMEGO, A. O Solar do Colégio. *Op. Cit.* p. 38.

“Que jamais se desmorem tuas muralhas, solar venerável, que aninhastes os êmulos de Anchieta, que acolhestes os índios perseguidos, que educastes o povo, rude, pelo exemplo dos senhores rurais, que amaciastes a tortura da escravidão e que vistes tantas vezes, na farda de um almirante brasileiro, curvar-se respeitosamente o mais perfeito dos cavalheiros para beijar a mão calorosa de uma negra velha”⁹³.

Quem foi o idealizador da obra? Quais as características construtivas ou reparos necessários à sua conservação? Qual vínculo entre a obra e a população local? Que construção histórica o povo que a margeia fez dela? Nada disso é tratado no texto. Apresenta-se ao leitor um relato descritivo e edificante do monumento.

Francisco Venâncio Filho, ao defender o tombamento e a proteção do local onde Euclides da Cunha “teria escrito os sertões”, em Santa Fé do Sul, retomou o argumento dos personagens ilustres, tão caro ao Sphan. Para o autor “há uma variedade da geografia humana a que se poderia apelidar geografia biográfica, evocativa dos lugares marcados pelas passagens das grandes figuras”⁹⁴. E tal como fizeram inúmeros autores quando escreveram sobre a arquitetura, Venâncio Filho aproximou Brasil e Europa ao discutir à memória nacional em torno dos grandes nomes da literatura:

Vitor Hugo está naquela casa da Place des Voges, tão original e tão característica, onde tudo o que pertenceu ao maior gênio verbal da França, se acha religiosamente guardado, sob a direção de Escholié, que lhe consagrou um livro formosíssimo (sic). Goethe, cujo genio (sic) sobranceia toda a Alemanha, é cultuado em varios (sic) lugares e à “Goethehaus”, em Frankfort, só falta aparecer, de repente o criador de Fausto⁹⁵.

Observa-se também que na memória edificada pelo Sphan ganhou destaque os grandes personagens e os grandes eventos. Tal como a “torre e o castelo de Garcia D'Ávila”, que “durante a guerra da independência, serviu de base de operações do Exército Libertador, comandado pelo último Senhor do Morgado, Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque”⁹⁶. Ou a igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, levantada “no mesmo local em

⁹³ Idem. p. 41

⁹⁴ VENÂNCIO FILHO, F. A Barraquinha de Euclides da Cunha. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 2. Rio de Janeiro, 1938. p. 241.

⁹⁵ Idem. p. 241.

⁹⁶ GODOFREDO FILHO. A torre e o castelo de Garcia D'Ávila. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 3. Rio de Janeiro, 1939. p. 275.

que se travaram as batalhas de 18 de abril de 1648 e 19 de fevereiro [...] como um monumento de patriotismo e de fé”⁹⁷.

Reparemos que surgia juntamente com lugares e fatos memoráveis nomes “exemplares”, os quais construíram o ideário da nação. Personagens de gênio criativo e formidável senso de generosidade, os quais deixaram exemplos marcantes a serem seguidos.

Com esta superabundância de nomes [D. Luiz de Almeida Portugal Soares Alarcão Essa Mello Pereira Aguilar Fiel de Lugo Mascarenhas Silva Mendonça e Lencastre, segundo Marquês de Lavradio e quarto conde de Avintes; terceiro Vice-Rei do Brasil, no Rio de Janeiro], coisa comum na época, apresenta-se-nos quem realmente grande foi não só nos qualificativos e títulos, mas, igualmente, na arte de administrar; pois que “soube governar sem ofender, obrigar sem oprimir, repreender sem agravar”, pondo ao “serviço de tão vasto império tôda (sic) inteligência, tôda (sic) sua energia, tôda (sic) sua atividade e até a sua fortuna pessoal”⁹⁸.

Entretanto, na “busca” dos grandes personagens empreendida pela repartição dois nomes tornaram-se constantes na *Revista*: Mestre Valentim da Fonseca e Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. O primeiro atuante no Rio de Janeiro e o segundo em Minas Gerais. Ambos com grande número de obras vinculadas ao século XVIII, o século eleito pelo Sphan como o grande momento da arte brasileira.

Textos de Rodrigo Melo Franco de Andrade, José de Souza Reis, Afonso Arinos, Judith Martins, Nair Batista, Luis Camilo de Oliveira Neto, Noronha Santos, Lucio Costa⁹⁹, entre outros, publicaram provas para as atribuições de obras a esses artistas e destacaram suas qualidades. Nair Batista, por exemplo, publicou um artigo rico em reproduções de documentos que revelam as atribuições de obras ao Mestre Valentim, tal com a portada da igreja do Carmo, para a qual ela transcreve “um documento datado de 1760, que esclarece a

⁹⁷ FERNANDES, A. A Igreja dos Montes Guararapes. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 1. Rio de Janeiro, 1937. p. 113.

⁹⁸ FRANÇA, M. F. A fortaleza de Villegagnon. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 9. Rio de Janeiro, 1945. p. 370.

⁹⁹ Os textos são respectivamente: “Contribuição para o Estudo da Obra do Aleijadinho”, *Revista do Sphan*, n. 2; “O adro do Santuário de Congonhas”, *Revista do Sphan*, n. 3; “O primeiro depoimento estrangeiro sobre Aleijadinho”, *Revista do Sphan*, n. 3; “Apontamentos para a Bibliografia referente a Antonio Francisco Lisboa”, *Revista do Sphan*, n. 3; “Valentim da Fonseca e Silva”, *Revista do Sphan*, n. 4; “João Gomes Batista (nota preliminar)”, *Revista do Sphan*, n. 4; “O parque da praça da república, antigo da aclamação”, *Revista do Sphan*, n. 8; “Antonio Francisco Lisboa - o 'Aleijadinho'”, *Revista do patrimônio*, n. 18.

procedencia (sic) da referida obra”¹⁰⁰. A autora também se preocupa em corrigir algumas imprecisões biográficas, por meio da farta documentação coligida:

Da mesma forma que na Igreja do Carmo, sabia-se que Valentim trabalhara na de São Francisco de Paula. Moreira de Azevedo, que foi o primeiro escritor a atribuir a Valentim a autoria de algumas obras da referida Igreja, tais como o seu altar-mor e a capela de Nossa Senhora das Vitorias (tambem (sic) chamada de Noviciado), não esclareceu suficientemente, porem (sic) em que se baseavam suas conclusões. Em recente pesquisa no Arquivo da Ordem 3ª dos Mínimos de São Francisco de Paula, conseguimos encontrar lançamentos de contas pagas a Valentim durante um período de 12 anos consecutivos isto é, de 1801 a 1813. Esses pagamentos, entretanto, não esclarecem de forma alguma quais as obras realizadas por Valentim [...]”¹⁰¹.

Interessante nesse texto não é só a correção feita por Batista. Ao observar que o pesquisador Moreira de Azevedo não havia documentado suficientemente seu estudo, ela coloca o Sphan como seu simétrico oposto, já que o órgão se preocupa essencialmente com o documento comprobatório em suas pesquisas.

Noronha Santos, tanto quanto Nair Batista, foi cauteloso ao escrever sobre o Mestre Valentim, citando fontes bibliográficas que atribuem ao artista do Rio de Janeiro a obra do chafariz da praça Quinze de Novembro. Nesse sentido o artigo segue a linha daquilo que encontramos na publicação, pois explora as lacunas em torno das atribuições feitas ao Mestre Valentim, construindo um debate historiográfico, raro, diga-se de passagem, na revista. São seis páginas dedicadas ao tema, coisa nunca vista na revista até então – mesmo no texto de Nair Batista, que comenta sobre obras bibliográficas relativas ao Mestre Valentim – e que raramente se repetiu nos 18 volumes¹⁰².

No entanto, resulta do debate elaborado por Noronha Santos um

¹⁰⁰ BATISTA, N. Valentim da Fonseca e Silva. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 4. Rio de Janeiro, 1940. P. 305. Nesse caso, a autora transcreve uma ordem de pagamento ao mestre Valentim do “livro 2º da Receita e Despesa da V. Ordem 3ª de N. S. do Monte do do (sic) Carmo, - Rio, 1757, pg. 271-V”.

¹⁰¹ Idem. p. 306.

¹⁰² É importante lembrar que o Sphan ao inscrever o monumento no livro do tomo de Belas Artes e livro Histórico atribuiu-lhe o nome de: “Chafariz da praça 15 de Novembro, do Mestre Valentim”, mesmo diante da atribuição imprecisa. In: **Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do**

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: 1938-2009. Org. LIMA, Francisca Helena Barbosa; MELHEM, Mônica Muniz; POPE, Zulmira Canário. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC. p. 84.

trabalhador inteligente, que se recomendara na escultura de ornatos e na estatuária em madeira, Valentim impusera-se por suas obras, dando-lhes um cunho nacionalista. Adquiriu maiores conhecimentos no domínio da grande escultura, deixando a torêutica pela modelagem no barro e a fundição de ferro e de chumbo, ambas estas operações praticadas pela primeira vez no país¹⁰³.

Tão ou mais mítico que Valentim da Fonseca foi Aleijadinho – principalmente aquele “divulgado” pela revista. Para os pensadores envolvidos na publicação, tratava-se de uma lenda, por isso mesmo inquestionável do ponto de vista humano, como também da criação artística.

Um ano após Rodrigo Melo Franco publicar no tomo II da revista uma série de documentos que comprovariam os trabalhos de Aleijadinho, Afonso Arinos ratifica seu misticismo. Após comparar dois documentos escritos sobre Aleijadinho, um do Barão Eschwege, que esteve viajando pelo Brasil no começo do século XIX, antes ainda da morte do artista e outro de Saint-Hilaire, que também viajou pelo Brasil, porém após a morte do artífice mineiro, Arinos escreveu: “pela comparação dos dois depoimentos tão próximos, já se pode notar o nascimento da lenda em torno à misteriosa figura do Aleijadinho”¹⁰⁴.

Ainda na revista número 3 encontramos o artigo sobre as esculturas do Adro do Santuário de Congonhas. Nele, José de Souza Reis transcreve uma série de documentos que comprovavam a autoria da obra por Aleijadinho.

Ao determos-nos mais nesse número da revista, podemos inferir a intervenção de Rodrigo Melo Franco de Andrade na escolha dos textos. Isso porque, no número anterior, o próprio diretor escreveu um artigo para rebater as críticas feitas por Feu de Carvalho quanto ao fato de haver poucas provas para as atribuições à Aleijadinho. Ao todo foram três artigos trazendo documentos comprobatórios de obras do artista nesses dois volumes. O número de artigos que abordam o artista mineiro aumenta se considerarmos os textos de Judith Martins, “Apontamentos para a Bibliografia referente a Antonio Francisco Lisboa” e “Subsídios para a biografia de Manuel Francisco Lisboa” e o texto de Camilo Neto, “João Gomes Batista (nota preliminar)” – o primeiro publicado na revista número 3 os dois

¹⁰³ SANTOS, N. Fontes e Chafarizes do Rio de Janeiro. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 10. Rio de Janeiro, 1946. p. 53.

¹⁰⁴ MELO FRANCO, A. A. O primeiro depoimento sobre Aleijadinho. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 3. Rio de Janeiro, 1939. p. 176.

últimos na revista número 4 –, que tratam do aprendizado do artista e não de atribuições de obras suas.

Havia uma unidade na revista quando se tratava de construir a imagem de Aleijadinho, pois, para o Sphan, “o que o longo período colonial produziu de forte e de certa originalidade foi sem dúvida a arquitetura e a escultura arquitetural do Aleijadinho”¹⁰⁵.

4.7 – Metodologia posta em prática

Comentamos anteriormente que o Sphan, em seus escritos, nunca pareceu seguir uma metodologia padrão. Como não há um registro criterioso do programa da revista pouco se sabe sobre as determinações de Rodrigo Melo Franco de Andrade para a seleção dos artigos. Sabe-se, porém, que o diretor primava pelo largo uso do documento comprobatório e da fonte primária nas análises.

Essa preocupação refletiu nos textos da revista, os quais demonstravam a rigorosidade da pesquisa publicada e combatia tudo aquilo que não fosse “cientificamente comprovado”. Tal como o fez Cônego Raimundo Trindade, em “a casa de São Francisco de Assis em Mariana”, ao negar a hipótese de Diogo de Vasconcelos, segundo a qual o *Palácio da Vila do Carmo* teria sido construído em 1714. Para Trindade, “o autor, note-se, concluiu, mas, sem documentos, sem premissas legitimamente assentadas”¹⁰⁶ tal fato. Nesse artigo, Trindade ‘verificou’ a validade das hipóteses levantadas por Diogo de Vasconcelos no livro *História Antiga das Minas Gerais*, amparando-se numa extensa documentação coligida em arquivos episcopais.

Hannah Levy também indicou o valor do documento para as pesquisas históricas. Para ela: “o estudo das fontes constitui (sic) a base indispensável, a mais importante e, não raro, a parte mais difícil de qualquer trabalho histórico que pretenda ser mais do que simples enumeração de fatos isolados”¹⁰⁷. Então, a documentação era apontada e transcrita

¹⁰⁵ JARDIM, L. A Pintura do guarda-mor José Soares de Araujo em Diamantina. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 4. Rio de Janeiro, 1940. p. 161.

¹⁰⁶ TRINDADE, R. A casa de São Francisco de Assis em Mariana. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 8. Rio de Janeiro, 1944. p. 276.

¹⁰⁷ LEVY, H. A pintura colonial do Rio de Janeiro. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 6. Rio de Janeiro, 1942. p. 7.

para elucidar problemas, como o fez Noronha Santos, que usou “as fontes [sobre os chafarizes do Rio de Janeiro] para comprovar a atribuição de obras aos oficiais que as construíram”¹⁰⁸.

Documentos que na verdade iam além da comprovação das obras aos seus respectivos artistas. Serviram de prova ao leitor da conduta rígida que o Sphan propunha a si mesmo em suas pesquisas.

Já em relação ao texto, sobressaía mesmo o gosto de seus produtores. Em alguns casos eles denotavam novas abordagens e novas propostas historiográficas recém-chegadas ao Brasil. Em outros caminhavam para o lirismo poético e sem formalidades vinculadas a uma escola historiográfica específica.

Porém se fosse necessário afirmar algo, diríamos que a metodologia do Sphan foi sobretudo descritiva e “positivista”, colecionando documentos e narrando histórias heroicas em torno dos monumentos, sendo inúmeras vezes teleológica quanto aos resultados apresentados. Negar, entretanto, tudo aquilo que a revista fez, tendo em perspectiva os mais recentes ensaios historiográficos, não é o caminho que propomos. É preciso entender a publicação como um elo que unia público leigo e gestores políticos/intelectuais, num campo ainda em definição no país, por isso mesmo carente em análises, divulgação e compreensões amplas. A revista teve um caráter pedagógico, que precedeu seu aspecto acadêmico.

A partir daí, dimensiona-se melhor o periódico, que, dentro dos seus limites, procurou indicar fontes de pesquisas, possibilidades de análises e de métodos a serem seguidos pelos estudiosos do patrimônio, usando como recurso estratégico o próprio texto – um exemplo a ser seguido pelos que se arriscariam nessa nova área do conhecimento.

Para construirmos esse trecho, recuperamos o debate anterior e destacamos nossa primeira observação sobre o período: há claramente dois momentos em sua trajetória que vai de 1937 a 1968. O primeiro até a publicação do nono volume, em 1945, quando a revista apresentava vários ensaios por edição, sendo esses estudos mais sintéticos e menos aprofundados quanto as vicissitudes do patrimônio em questão. O segundo momento vai do décimo volume em diante, quando a publicação, ainda sob a regência de Rodrigo Melo

¹⁰⁸ SANTOS, N. Fontes e Chafarizes do Rio de Janeiro. *Op. Cit.* p. 17.

Franco de Andrade, reduz o número de artigos por volume e apresenta ensaios mais extensos e elaborados quando comparados aos números anteriores.

Observar esses dois momentos é importante para nós, pois no primeiro ciclo de artigos vislumbrava-se apresentar os trabalhos da repartição ao público leitor e as possibilidades de análises sobre o material catalogado. Como indicou José Wash Rodrigues em seu texto:

Há alguns anos o Governo (sic) Federal tomou a si a criação de museus em Minas; o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tomba os monumentos, forma arquivos de todo o material esparso, fiscaliza por meio de seus delegados regionais as reformas nos templos e prédios históricos, enfim tudo o que é possível fazer vai sendo feito¹⁰⁹.

Diferente do segundo ciclo, quando os artigos dialogaram com um público específico dentro das diversas áreas de estudo, o texto acima evidencia a importância de se divulgar o trabalho da instituição e o esforço descomunal que tem sido feito por essa causa.

Ambos os momentos, no entanto, mantiveram o caráter descritivo e o potencial de divulgar fontes de pesquisa. Peguemos como exemplo dois textos para fins comparativos. O primeiro é de Raimundo Trindade, sobre “a igreja de São Francisco de Assis de Mariana”:

Dessa entrega falem por mim os termos (sic) que irei transcrever, não sem precedê-los da seguinte advertência: o arquivo de São Francisco está em termos de se perder [...]. Não é demais, portanto, que se acautelem aqui da ruína iminente cópias das cousas mais interessantes e que constam de vários cadernos do meu arquivo particular [...]. O termo (sic) que passo a transladar é daqueles que se não podem perder sem prejuízo irremediável para a história da igreja de que se trata, um dos mais formosos monumentos de que se ensoberbece, não só a velha cidade episcopal, senão todo o Estado de Minas¹¹⁰.

A preocupação do autor é clara: transcrever o documento. Por isso não há no artigo nenhum tipo de análise histórica sobre o mesmo. Quem o teria produzido? Quais as intenções daquele que criou o documento? Que leitura ‘a contrapelo’ pode ser feita dele? Nada disso temos no artigo.

¹⁰⁹ RODRIGUES, J. W. Móveis Antigos de Minas Gerais. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 7. Rio de Janeiro, 1943. p. 87.

¹¹⁰ TRINDADE, R. A igreja de São Francisco de Assis de Mariana. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 7. Rio de Janeiro, 1943. p. 66.

Já no tomo XIV da publicação nos deparamos com o texto de David James: “Rugendas no Brasil: Obras inéditas”. No artigo, James apresenta uma série de obras de Rugendas, até então inéditas no Brasil e que foram catalogadas junto ao Arquivo Imperial da Rússia. Merece destaque no artigo o trabalho do autor com a historiografia sobre o viajante germânico, algo incomum na revista. Nesse sentido, por meio do artigo de James tomamos nota da biografia de Rugendas, o “estudo mais completo e existente do (sic) vida e obra [do artista], publicada em Munique, em 1952, na Filzer-Verlag, pela Dra. Gertrud Richet, professora da cultura ibérica, na Universidade de Berlim”¹¹¹. Não por acaso, ao aprofundar as análises trazendo à tona pesquisas bibliográficas, os artigos também passam a registrar a bibliografia consultada em sua preparação; outro aspecto incomum na revista até antes do décimo volume. Porém, sobressai dessa publicação as obras do artista alemão apresentadas pelo autor.

O artigo “um pintor inglês no Brasil – do Primeiro Reinado”, também de David James, pode ser colocado em questão nesse momento. Nesse artigo, James comenta 21 obras do pintor Augustus Earle sobre o Brasil. Segundo o autor:

entre os retratos executado por Agustos (sic) no Rio de Janeiro, o mais significativo é sem dúvida o de D. Pedro I no dia de sua Coroação. As particularidades da imperial indumentária correspondem de perto às que foram assimiladas por Debret, mas é provável que Earle haja modificado o caráter do trono, simplificando sua decoração. Os traços fisionômicos do Imperador neste retrato revelam aspectos carnis e letárgicos de se temperamento¹¹².

James, não só apresenta a obras, ele as analisa, inclusive arrisca uma comparação com outra pintura contemporânea. É essa mudança que apontamos ao leitor. Claro que sempre houve exceções na revista. Autores como Noronha Santos, Hanna Levy, Robert Smith, Lucio Costa e Rodrigo Melo Franco de Andrade sempre se preocuparam em construir análises mais detalhadas e apresentar debates bibliográficos acerca do objeto estudado. Augusto Lima Junior, por exemplo, na segunda revista editada procurou desvendar os significados da simbologia cristã nos objetos artísticos:

¹¹¹ JAMES, D. Rugendas no Brasil: obras inéditas. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 13. Rio de Janeiro, 1956. p. 11.

¹¹² JAMES, D. Um pintor inglês no Brasil – do Primeiro Reinado. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 12. Rio de Janeiro, 1955. p. 163. A imagem comentado no excerto está impressa na página 168 da mesma revista.

No cristianismo, quando se trata de mistérios intraduzíveis (sic) ou que envolvam concepções transcendentais, intervêm os símbolos. A Santíssima Trindade, por exemplo, cuja personificação é impossível (sic) na definição teológica, ‘Três pessoas (sic) distintas e uma verdadeira’, encontra nos símbolos ou figuras emblemáticas, sua representação¹¹³.

Adiante o autor escreveu

Ainda dos primeiros cristãos encontramos como usuais a palma para a alegria e o triunfo e como o martírio era o triunfo celestial, dêle (sic) se tornou o símbolo. A coroa de louro ou *láurea*, foi outro símbolo triunfal que na funerária cristã traduzia igualmente o martírio¹¹⁴.

O texto é uma das exceções da qual falei. Contudo não pretendo mapeá-las, a proposta aqui é apontar as tendências da publicação. Daí ser taxativo: havia preponderância do método descritivo. Um texto fundamentalmente preocupado em apresentar as fontes, sem traduzi-las ao leitor. Não digo isso em desmerecimento da obra. Ao contrário, somos levados a pormenorizar os detalhes das obras comentadas, criando imagens dos objetos pela leitura dos artigos.

D. Clemente da Silva e Nigra ao escrever sobre a prataria seiscentista do mosteiro de São Bento, relata que muitos objetos de prata do século XVI foram perdidos devido a (re)fundição para a feitura de novas peças, tal como os lampadários que lá se encontram:

Também o lampadário do altar de Nossa Senhora do Pilar pertence ao fim do século XVII. Mede 102 cm. de comprimento, e pesa 9,2 kg. A parte inferior, que termina numa ponta aguda e não combina com seu estilo, foi colocada numa infeliz restauração em tempo passado. Existe mais outro lampadário em tudo igual, diante do altar de Santa Gertrudes, de época talvez um pouco anterior [...] ¹¹⁵.

A sensibilização criada por D. Clemente coloca-nos diante dos lampadários, que parecem se solidificarem ao sabermos do peso a eles atribuído, tornando-se volumoso e tático, mesmo

¹¹³ LIMA JUNIOR, A. Ligeiras Notas sobre a arte religiosa no Brasil. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 2. Rio de Janeiro, 1938. p.108.

¹¹⁴ Idem. p. 123.

¹¹⁵ SILVA-Nigra, d. C. A prataria seiscentista do mosteiro de São Bento. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 6. Rio de Janeiro, 1942. p. 257.

que apenas em nossa mente. Tal estratégia nos faz compactuar com a tristeza pela perda de inúmeros objetos de prata de séculos atrás.

Dessa forma, o método descritivo foi funcional e ajudou o leitor a “enxergar” o patrimônio. Na verdade, até hoje ele é utilizado em análises iconográficas pelos pesquisadores de história da arte. Joaquim Cardoso demonstra-nos sua importância ao descrever uma pintura religiosa de Pernambuco:

É interessante registrar algumas particularidades na composição desses quadros; em ambos a figura do Cristo ocupa o centro (em um deles o rosto de Jesús (sic) está rigorosamente na interseção das diagonais), as demais figuras estão dispostas formando círculos em torno da personagem principal; estes arcos de círculos são cortados por duas linhas horizontais nas partes superior e inferior do dois painéis [...]. A pintura é sólida, vigorosa e rica de colorido, sendo assinaláveis (sic) a felicidade de certas soluções, a robustez de modelado, acentuando a nota dramática e lembrando já o barroco¹¹⁶.

Vemos que o texto sintetiza muito bem para o leitor as particularidades da obra analisada. Tais apontamentos seguidos das imagens que a revista sempre se preocupou em reproduzir levavam o leitor a compreender mais didaticamente suas pretensões. No entanto, pouco – ou quase nada – se comenta das vicissitudes da obra. Inclusive nesse artigo de Cardoso, o autor enumera vinte obras que se encontram em alguns templos de Pernambuco. Desse escopo de pinturas citadas apenas três merecem mais um parágrafo. As outras obras são apenas enumeradas sem muitos detalhes.

A direção dos textos nesse sentido aproximou-se mais da metodologia praticada no final do século XIX do que das propostas da nova escola historiográfica europeia. Contudo, é preciso compreender que a formação teórica dos autores esteve muito mais próxima das práticas do positivismo do que dos novos conceitos historiográficos vinculados à *Escola dos Annales*, por exemplo¹¹⁷.

¹¹⁶ CARDOSO, J. Notas sobre a antiga pintura religiosa em Pernambuco. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 3. Rio de Janeiro, 1939. p. 53. Nesse caso, o autor se refere as obras “O encontro de Jesus com a Virgem” e “Jesus escarnecido pelos Judeus”, ambas na sé de Olinda.

¹¹⁷ Fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch, em 1929, a *Escola dos Annales* propunha ir além da visão positivista da história como crônica de acontecimentos (*histoire événementielle*), substituindo o tempo breve da história dos acontecimentos pelos processos de longa duração, com o objetivo de tornar inteligíveis a civilização e as “mentalidades”. Citado em: JAPIASSU, Hilton e MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 49.

Assim vemos sobressair na revista um misto entre o colecionismo de dados e as crônicas de fatos ligados ao patrimônio nacional. Exemplos que encontramos ao longo da história do periódico, desde o número inaugural até os volumes finais. Tal como no texto de Afonso Taunay, sobre o Forte de São Tiago Bertioga, o qual data “dos anos martins-afonsinos pois reza a tradição oral que no local onde se ergue (sic) levantou o navegador do Ocidente e do Oriente uma espécie de trincheira. Já na primeira metade do século XVI era o local frequentemente assaltado por tamoios, incitados pelos franceses do Rio de Janeiro”¹¹⁸. Ou, como no texto do Frei Vanâncio Willeke, que transcreve as páginas do Livro dos Guardiões do Convento de Santo Antônio, na certeza de que “a publicação contribuirá para melhor apreciação da crônica e da arte dêste (sic) convento, facultando aos leitores o conhecimento de muitos dados até há pouco geralmente ignorados”¹¹⁹. Seguindo a mesma proposta de relatar os fatos memoráveis sem análises profundas, apesar de sempre contar com o documento como prova, segue o texto de Lacombe, sobre a fazenda de Santo Antônio, em Petrópolis:

Construída a fazenda de Santo Antônio a sesmaria que anteriormente fora concedida a Antônio da Silveira Golarte, em data de 18 de janeiro de 1760. Em 1787 foi ela adquirida pela viúva de Manuel Correia da Silva, D. Brites Maria de Assunção, que, na escritura de compra, figurava como 'compradora Brites Maria da Assunção Goloa, viúva do falecido Manoel Correia'. Seu imenso território compreendia as terras que depois se desdobrariam nas fazendas de Arca e Santo Antônio¹²⁰.

Não há dados técnicos sobre a fazenda, não há considerações sobre a tipologia ou implantação da arquitetura do local. O único dado que vai além da história dos proprietários da fazenda é que ela foi “erguida em lugar aprazível e bem escolhido”¹²¹.

Assim, descrevendo o que os autores pesquisavam em monumentos ou documentos e enumerando as fontes coligidas, os artigos da revista do Sphan construía sua representação sobre o patrimônio brasileiro, sempre protegidos pela película da ciência e do

¹¹⁸ TAUNAY, A. de E. Uma relíquia notabilíssima a conservar: o forte de São Tiago da Bertioga. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 1. Rio de Janeiro, 1937. p. 5.

¹¹⁹ WILLEKE, V. Livros dos Guardiões do Convento de Santo Antônio da Paraíba. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 16. Rio de Janeiro, 1968. p. 255.

¹²⁰ LACOMBE, L. L. A Fazenda de Santo Antônio em Petrópolis. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 8. Rio de Janeiro, 1944. p. 175.

¹²¹ Idem. p. 180.

pioneirismo empreendidos pela repartição, bem ao jeito daquilo que Rodrigo Melo Franco de Andrade imaginou para o órgão.

No entanto, a rigidez formal e metódica e o texto livre de impressionismos, como previa Andrade no prefácio de Sobrados e Mucambos não foram inflexíveis nas edições. Pelo contrário, o lirismo poético encontrou espaço em muitos textos, os quais relatavam o patrimônio como um local de “arcadas sombrias, masmorras úmidas”, envoltos no “silêncio” e na “enorme solidão propícia ao desespero”¹²². O lirismo abria espaço à grandiloquência e ao nacionalismo vinculados aos monumentos brasileiros, como na análise de Reis sobre a dominação lusitana na Amazônia: “a conquista espiritual formou um capítulo a mais no *grande* livro da obra de catequese que as Ordens Religiosas escreviam, por entre *martírios e êxitos sensacionais*”¹²³.

Porém, em inúmeras vezes, apenas o tom poético como recurso estilístico, sem meandros nacionalistas, conduzia o texto, a exemplo de Alberto Rangel, que citou:

Nas raríssimas vezes em que Charles Landsser tentou apanhar no Brasil a luz, cujas radianças (sic) irrompem no tom violento e borbotante das fusões metálicas, êsse (sic) artista pôs-lhe por cima a transparência do véu azulino, em que se extenuariam as tremolinas do brasido tropical [...]. A tinta, que lhe escorria da palheta, insistia em se absorver no papel dessa veladura de névoas, que a tarde estende, em Setembro, nas abertas do Hyde Parque¹²⁴.

Na mesma linha de Rangel, Francisco Marques dos Santos, ao escrever sobre as gravuras executadas pelo Padre Viégas, escreveu: “Pela primeira vez em Minas, brilhantemente, era executado o serviço da gravura. Fê-lo com maestria o discípulo da Tipografia do Arco do Cégo. Não faltou habilidade técnica”. No mesmo texto, ainda em tom de exaltação, Santos apontou:

sua obra não foi devidamente catalogada e no entanto é digna de nosso maior carinho. Lastimável será a iniciativa tardia [...]. As instituições profanas e religiosas terão dinheiro para, dentro da reconstituição exatadamente histórica, mandar fazer quadros e gravuras do padre Viégas e

¹²² FILHO, G. A torre e o castelo de Garcia D'Ávila. *Op. Cit.* p. 269.

¹²³ REIS, A. C. F. Vestígios artísticos da dominação lusitana na Amazônia. *Op. Cit.* p. 170. Grifos Meus.

¹²⁴ RANGEL, A. O álbum de Highcliffe. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 6. Rio de Janeiro, 1942. p. 102.

tantos outros artistas brasileiros! Caber-nos-á a glória de tão desoladora profecia?¹²⁵

Rangel, Santos, Godofredo Filho e tantos outros recorreram ao lirismo e ao exagero como forma de enaltecer o patrimônio nacional e a tarefa do Sphan. Discursos que, se não foram estimulados pelo diretor da repartição – coisa que realmente acreditamos – também não os impediram.

Da descrição ao lirismo passamos por vários textos, contudo ainda não comentamos dos artigos específicos sobre arquitetura. Apesar de sua estreita relação com o que afirmamos acima, o tema merece um item reservado, ainda que breve, para o qual passaremos adiante.

4.8 – A nova historiografia e seus reflexos no Sphan

Ao mapearmos as revistas do Sphan, vimos algumas de suas características. Ressaltamos o uso de documentos como base indispensável na construção dos argumentos em cada artigo e o caráter descritivo que presidiu inúmeros textos ao longo dos dezoito volumes. Contudo, se tais aspectos mereceram tom de crítica, é preciso fazer uma ressalva quanto as propostas e as perspectivas da revista.

Se, por um lado tínhamos uma leitura positivista dos dados coletados e um anseio colecionista pelos documentos, por outro é necessário reconhecer o mérito das Revistas do Sphan quanto as fontes pesquisadas. Digo o mérito quanto ao tipo de fonte pesquisada. Nesse sentido, destacamos que a publicação esteve em total sintonia com as novas tendências da historiografia da época, que ampliou o espectro de fontes passíveis de análises – quase tudo se tornava fonte histórica –, rejeitando a ideia de que apenas documentos “oficiais” poderiam compor a história.

Assim, livros de registro de Ordens Religiosas, cartas, missais, plantas, fotografia, pintura, gravura, músicas, relatos orais e o próprio monumento passaram a ser analisados como portadores de “uma história”. Hannah Levy, uma das principais teóricas a escrever na revista evidencia aquilo que apontamos:

¹²⁵ SANTOS, F. M. dos. José Joaquim Viégas de Menezes. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n. 2. Rio de Janeiro, 1938. p.134-139.

Convém desde logo distinguir dois grupos gerais de fontes, a saber: a) as que, de uma forma ou de outra, foram produzidas *intencionalmente* para esclarecer um fato biográfico, uma obra determinada, etc.; b) e as fontes que só por acaso mencionam o nome de um artista, a data do término de um monumento, a existência de um quadro, etc.¹²⁶

Noutro trecho a pesquisadora escreve:

Existe, é verdade, um certo número de fontes semi-diretas, mas cujo valor, no que concerne à pintura colonial fluminense, é um tanto relativo. Queremos nos referir às anedotas de artistas, transmitidas pela tradição. Primeiramente, porém, iremos tratar do vasto e importantíssimo domínio das fontes indiretas, procurando expô-las por grupos principais, no que seguiremos, em suas linhas gerais, o esquema proposto pelo historiador da arte, Dr. H. Tietze [...] É natural que, no caso de artistas dos quais sabemos pouco mais do que o nome, o estudo das fontes documentárias se torne ainda mais difícil e mais extenso, vendo-se o pesquisador forçado a seguir tôdas (sic) as pistas que se lhe deparem, seja pela vaga menção de um nome relacionado com o do artista, seja por uma obra atribuída a êle (sic), seja por um fato histórico que tenha ocorrido em seu tempo, etc.¹²⁷

Hannah Levy trazia consigo o aprendizado europeu, sobretudo alemão, do qual teve acesso. A pesquisadora certamente se diferencia dentro do quadro de autores da revista, tanto por sua clareza, quanto por sua articulação de teorias nunca antes abordadas na revista. A preocupação em delimitar historicamente seu texto, antes de apresentar e analisar as pinturas de que o artigo trata demonstram isso.

No entanto, ela não foi exceção quanto às propostas de trabalho com novas fontes e novas perspectivas de abordagens. Na mesma linha que Levy, Robert Smith sugeriu a comparação entre riscos originais de uma planta e o atual estado da edificação para poder-se entender as modificações feitas no prédio e, a partir daí, entender o contexto no qual esteve inserido para que houvesse tais mudanças. Para ele:

há poucos edifícios coloniais nas Américas que não tenham sofrido alguma alteração no seu aspecto original, modificados conforme o gosto de gerações sucessivas [...]. A tarefa de um estudioso da arquitetura da América colonial é por isso, na maioria das vezes, um problema de reconstrução.¹²⁸

¹²⁶ LEVY, H. A pintura colonial no Rio de Janeiro. *Op. Cit.* p. 8.

¹²⁷ Idem. p. 9 - 12.

¹²⁸ SMITH, R. C. Alguns desenhos de arquitetura existentes no arquivo histórico colonial português. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 4. Rio de Janeiro, 1940. p. 209.

O autor ainda indicava como o pesquisador deveria proceder em uma análise:

Os documentos contemporâneos são as testemunhas mais preciosas. Se quisermos saber exatamente qual foi o aspecto de uma construção colonial no momento da sua inauguração, temos que ter acesso ao desenho aprovado pelo próprio arquiteto. Outros desenhos rejeitados nos darão ideia das fases preliminares da inspiração. Saberemos, assim, o processo da construção segundo a primeira, a segunda, ou mesmo a terceira invenção.¹²⁹

A metodologia proposta por Smith ecoou no Spahn e vários autores compararam plantas e edifícios na intenção de documentarem mudanças e adaptações. Raimundo Trindade, por exemplo, em “A igreja de São Francisco de Assis de Mariana”, citou: “documentarei a seguir as *alterações* feitas no *risco* do arquiteto José Pereira dos Santos, às quais me referi folhas atrás”¹³⁰. Lourdes Pontal também documentou as alterações entre o edifício original e a atual sacristia da catedral da baía:

Terá sido, realmente, a Sacristia da catedral de hoje um aproveitamento da igreja antiga ou de parte dela? [...] aquela igreja [igreja primitiva mandada erguer por Mem de Sá, em Salvador], portanto, nunca poderia ter sido aproveitada, quer inteira, quer em parte, para a sacristia atual, que se acha no alinhamento do quarto de oeste e por fora da quadra, o – que vale dizer em desacordo completo com o depoimento de Anchieta, que dá a igreja a leste.¹³¹

Smith foi outro estrangeiro a colaborar com a revista, porém não podemos nos levar pela falsa impressão que apenas eles – os estrangeiros – propuseram diversificar as fontes de pesquisa. Na verdade essa parecia ser mais uma característica da revista, e quem sabe aí temos a *mão* de seu diretor/editor. Ainda que de maneira restrita, autores brasileiros, com formação brasileira, também propuseram a inovação nas fontes. Tal como David Carneiro, que para analisar a história da cidade do Recife escreveu:

Como documentos dos mais valiosos devemos enumerar, em primeiro lugar, as plantas, quadros e desenhos executados pelos holandeses durante o tempo da sua permanência (sic) no Brasil e em anos posteriores, os quais constituem uma fonte copiosa de informações das mais uteis (sic) para o

¹²⁹ Idem. p. 210.

¹³⁰ TRINDADE, R. A igreja de São Francisco de Assis de Mariana. *Op. Cit.* p. 72.

¹³¹ PONTAL, L. A sacristia da catedral da baía e a posição da igreja primitiva. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 4. Rio de Janeiro, 1940. p. 201-205.

conhecimento do cenário (sic) e da vida do nosso país, quasi (sic) nos primórdios da sua história.¹³²

O autor não só inova ao propor tais objetos como meio de análise, ele também parece absorver a interpretação de Sergio Buarque de Holanda sobre a colonização portuguesa no Brasil, examinando a cidade para diferenciar o projeto lusitano do projeto holandês de urbanização:

Neste ponto se chega a distinguir com a maior nitidez as maneiras de conceber e construir uma cidade, mantidas por holandeses e portugueses, em Pernambuco. Ao passo que os primeiros, não apenas por um instinto natural de defesa, mas, sobretudo, por uma melhor compreensão da vida urbana, iam construindo as suas casas sempre alinhadas e bem distribuídas (sic) ao pé das fortalezas; as cidades portuguesas prosperavam, quasi (sic) sem discrepância (sic), com o estabelecimento de novos núcleos de habitação, em torno dos pátios (sic) das igrejas.¹³³

É importante ressaltar que muito desta documentação primária da história do Brasil apresentada nos artigos são inéditas e diversas vezes colhidas em arquivos do exterior. Como exemplos, podemos citar: “O Álbum de Highcliffe”, Alberto Rangel (vol. 6, 1942); “O códice de Frei Cristóvão de Lisboa”, Robert C. Smith (Vol. 5, 1941); “Frans Post e Albert Eckout, pintores holandeses do Brasil e a ‘tapeçaria das Índias’”, Michel Benisovich (Vol. 7, 1943). Até mesmo a música, que aparentemente serviria mais ao descanso e apreciação cultural, compunha o rol de fontes de estudos históricos para o Sphan. Segundo Dom Clemente Silva-Nigra:

Compete, porém, ao investigador especializado rever os antigos arquivos das sés, paróquias e conventos do Brasil colonial, onde ainda se poderão encontrar muitas partituras de canto e música polifônicos do gênero pastoril. Parece que o Estado de Minas Gerais sobretudo, continua a guardar bom acervo de música do século XVIII.¹³⁴

¹³² CARNEIRO, D. Colégio dos Jesuítas de Paranagua. *Op. Cit.* p. 384.

¹³³ Idem. p. 389.

¹³⁴ SILVA-NIGRA, d. C. Temas pastoris na arte tradicional brasileira. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** n. 8. Rio de Janeiro, 1944. p. 328.

No intuito de demonstrar como tal perspectiva foi amplamente divulgada, poderíamos também recorrer aos textos de Hércia Dias, Salomão de Vasconcelos ou Alfredo Galvão¹³⁵, só para citar alguns casos.

Ainda assim, teríamos os textos vinculados à área da antropologia/etnografia, os quais também refutavam a ideia do documento oficial como única fonte de pesquisa. Raimundo Lopes, por exemplo, em seu artigo “A natureza dos monumentos culturais”, demonstra que até a natureza pode ser utilizada como fonte de pesquisa:

Enfim, ‘last but not least’ – façamos fraternal sugestão aos geógrafos, historiadores, etnógrafos e artistas, para que pesquisem as relíquias do passado sempre com os olhos na natureza, e aos naturalistas, em geral, para que vejam, sempre, quando na natureza tenha relação com o passado e a raça, procurando os mil laços que unem o homem ao ambiente [...].¹³⁶

Seria, entretanto, desnecessário avançarmos mais nesse ponto. Visto que é perceptível a atitude do Sphan quanto as novas fontes. É também notória a constante indicação de temas de pesquisa e métodos de análises nesses trechos analisados.

Quando se tratou dos textos, parece-nos que a posição do Sphan durante o comando de Rodrigo Melo Franco de Andrade foi exatamente essa: entre os fragmentos do passado e as possibilidades do presente, utilizava-se amplamente uma metodologia já consolidada, tentando, entretanto consolidar novos objetos no campo da pesquisa; e um novo saber no campo das ideias.

¹³⁵ Esses autores escreveram respectivamente os textos: “O mobiliário dos inconfidentes”. *Revista do Sphan*, n. 3, 1939; “Os primeiros aforamentos e os primeiros Ranchos de Ouro Preto”, *Revista do Sphan*, n. 5, 1941; “Feliz Emilio Taunay e a Academia das Belas Artes”, *Revista do Patrimônio*, n. 16, 1968.

¹³⁶ LOPES, R. A natureza dos monumentos culturais. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 1. Rio de Janeiro, p.95-96.

Considerações Finais

Ao longo desse trabalho procuramos delinear a política editorial do Sphan como uma das vertentes do projeto patrimonial brasileiro, tendo na centralidade do órgão federal e da figura de Rodrigo Melo Franco de Andrade dois pontos estratégicos para nossa pesquisas. Entretanto, nesse percurso encontramos obstáculos que forçaram a mudança de trajetória. A busca incessante por documentos que articulassem os textos da *Revista do Patrimônio* com conceituações mais gerais e pressupostos mais claros na organização e seleção de textos mostrou-se vã. Não há, como deixamos claro nos capítulos iniciais, documentos que evidenciem as linhas mestras que guiaram a organização da *Revista* ou pressupostos que orientaram Andrade na escolha dos textos. Nesse sentido, avultou-se sobre nós aquilo que historiografia recente sobre o Sphan já tratou longamente: um espírito de patriotismo “heroico” guiava o rumo da repartição. Uma atmosfera heroica reunia acadêmicos, modernistas e intelectuais de várias áreas do conhecimento ligados ao projeto de preservação nacional.

Tal projeto denotava a ligação entre esses intelectuais, tidos como vanguardistas em suas áreas de atuação, e o estado ditatorial de Getúlio Vargas. O elo que conectava esses dois universos aparentemente díspares era o Ministério da Educação e Saúde Pública, comandado por Gustavo Capanema, que deu espaço e liberdade para Rodrigo Melo Franco realizar seu projeto. Para tanto, a justificativa alicerçou-se em algo abstrato e, ao mesmo tempo, “indiscutível”, garantindo com isso o apoio de progressistas e conservadores. O patrimônio aparecia como a nobre tentativa de equiparar o Brasil às nações civilizadas.

No entanto, era abstrato, pois o conceito de civilização brasileira ainda era uma concepção em disputa. Ser civilizado possuía gradações diferentes mesmo para os integrantes do movimento modernista, que colaboraram fundamentalmente na criação do serviço.

Indiscutível, pois preservar o passado, as tradições e a cultura são parte essencial na invenção de uma memória nacional. E defendendo seu patrimônio, os brasileiros estariam trazendo para o trópico uma prática comum às nações europeias que tanto almejavamos.

Nesse sentido, vimos no primeiro capítulo os embates que resultaram na criação do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. Ali se evidenciou que longe de ser um

consenso o projeto de preservação gerou inúmeras controversas e acabou sofrendo várias alterações, aparecendo muito mais vago e impreciso quando transformado em lei. Entendemos tais modificações como uma estratégia, a qual deixou para o próprio órgão, na execução de suas tarefas cotidianas, a fixação de seus limites. Com isso, se sobressaiu a centralidade da sede no comando da tarefa, tendo os arquitetos e o próprio diretor como o anteparo de suas ações.

Foi a partir da história pretérita do Sphan que nos deparamos com a *Revista*. Sem ter outro aspecto senão o próprio texto como fonte de nossa pesquisa, buscamos historicizá-lo para compreender o contexto no qual se inseriu e, por conseguinte, compreendê-lo de maneira mais ampla. Como apontou Jean Marie Goulemot o sentido de determinado texto em dado momento está além dos significados das palavras e frases, ele é constituído historicamente¹³⁷. Além da singularidade da leitura feita por cada indivíduo – que ganha novos sentidos de acordo com suas memórias, e as comparações com o que foi lido antes – o significado de um texto também pode variar de acordo sua historicidade. O sentido de uma obra está condicionado ao momento histórico em que ela é lida¹³⁸. A partir disso, entendemos a publicação do Sphan como uma leitura vinculada a um momento histórico específico e produtora de novos sentidos.

Fundamentados historicamente, traçamos como essencial na formação intelectual do grupo que esteve ligado ao Sphan o conceito de Civilização Material, trazido por Afonso Arinos de Melo Franco no curso de formação para os técnicos e funcionários da repartição. Tal ideia foi o conceito-chave para interpretarmos a *Revista* e dedicamos um capítulo quase que exclusivamente para entendê-lo. Trouxemos a lume as publicações daquele autor e acompanhamos seu pensamento sobre a formação da civilização brasileira. Esse esteve baseado numa ideia de progresso, segundo um caminho que sai do estágio menos desenvolvido para um estágio mais desenvolvido. Para tanto, Arinos articulou informações dos ciclos econômicos, os quais, para o autor, resultaram na formação e ocupação territorial do Brasil. O Sphan e suas revistas foram refrigério desse pensamento, pois adotaram singularmente as concepções de Arinos, transparecendo em seus textos uma história que

¹³⁷ GOULEMOT, Jean Marie. Da leitura como produção de sentidos. In: CHARTIER, Roger (org.). **Práticas da Leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p. 108.

¹³⁸ DARNTON, Robert. História da leitura. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: Novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992, p. 233.

evoca o passado nacional segundo as bases econômicas do ciclo colonial e exaltando os resquícios da civilização material produzida em cada um deles. Sobressaiu-se desse passado o século XVIII – do ciclo do ouro – como estágio máximo da cultura nacional.

As fundamentações que propusemos nos primeiro e segundo capítulos formaram a base para entendermos a *Revista* e seus textos. Num primeiro momento foi preciso “fotografar” o que vimos nesses dezoito volumes. Evidenciamos “quadros” que deram sentido ao enorme mosaico que tínhamos em nossa frente. Obviamente a visão proposta suscita questionamentos, pois ali operamos recortes que nos interessava e trabalhamos na perspectiva de denotar as tendências da revista quanto aos temas preferencias, as regiões das quais se falou e o “recorte temporal” possível de se identificar nos textos do periódico.

Por um lado constatamos o que já esperávamos e tal como a historiografia propaga, vimos o privilégio do século XVIII e da abordagem sobre os personagens, fatos históricos e monumentos da região sudeste. Por outro, entretanto, passamos a relativizar o discurso da preponderância do arquiteto no Sphan. Se a atuação desse profissional definiu parâmetros e guiou tombamentos e restauros dos trabalhos, na *Revista* sua visão esteve sempre em diálogo com outras áreas acadêmicas. Não digo que as práticas do órgão foram contestadas nas páginas do periódico. Pelo contrário, vimos que ele serviu mais para a consolidação daquilo que estava sendo feito do que para sua crítica. Contudo, temas como antropologia, mobiliário e arqueologia foram contemplados no periódico. Além disso, em muitos casos, a história foi o fio que conduziu os artigos. Nesse sentido, analisamos a revista como um complemento ideal para as atividades do Sphan, pois junto com a divulgação do que se realizou, nela coube tudo aquilo que o órgão não conseguiu contemplar com suas ações.

Os quadros realizados também demonstrou a divisão pela qual passou a revista ao longo de seus 41 anos. A primeira metade vai até o número nove, quando a política preservacionista gozou de certo privilégio dentro do Estado Novo. A partir do décimo volume sua configuração muda significativamente. E outra vez constatamos algo que contradiz as análises comuns ao Sphan que anuncia a arquitetura religiosa, chamada de “jesuítica” pela repartição, como privilegiada no Sphan. Tal prerrogativa não se confirma quando se nas *Revistas do Sphan*, pois na segunda metade do periódico o tema “arquitetura religiosa” desapareceu completamente.

Tendo a fotografia desse mosaico que é a publicação do Sphan, tentamos num último esforço estabelecer a relação entre os textos da *Revista* e os aspectos teóricos/históricos trabalhados nos capítulos iniciais. Encontrar bases teóricas claras que tenham orientado os textos da edição, já dissemos, é impossível. Contudo, aferimos algumas constatações, sendo a principal o fato de os textos aparecerem sobretudo descritivos e “documentais”. O documento, garimpado em arquivos inéditos e comprobatório das obras patrimoniais tornou-se recorrente nas páginas do *Revista*. Vê-se isso em todos os tomos da *Revista*, até o décimo oitavo volume.

A descrição também foi forma recorrente aos autores dos mais variados temas. Aparentemente desvanecidos de orientação teórica, os textos se apresentaram a maneira positivistas. A descrição consolidavam a neutralidade e as conclusões lógicas que protegiam o serviço das críticas ideológicas, perigosas àquele momento. A repartição imunizava-se com a imparcialidade que contentava a maioria.

O momento, no entanto, era outro. Autores como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior e Gilberto Freyre reinventavam a historiografia trazendo novos métodos, novas abordagens, novos temas e novas fontes. O Sphan não ficou totalmente alheio a isso. Os pressupostos desses estudiosos, principalmente no que diz respeito às novas fontes e aos novos temas de pesquisa foram absorvidos pela repartição, ao menos em parte. Colaboradores internacionais e nacionais compuseram a seleção que deu a *Revista* um misto de passadismo e inovação na pesquisa e análise histórica.

Vimos também que o periódico representou um importante ponto na estratégia do Sphan para consolidar seus objetivos. E embora nem sempre regular, ele ajustou-se perfeitamente às práticas da repartição formando intelectualmente seus técnicos, debatendo teorias e, é claro, divulgando suas ações, reforçando e justificando o trabalho do próprio órgão. Nessa estratégia foram reunidos autores provenientes de diferentes áreas do conhecimento, os quais fundamentaram os discurso e as práticas da repartição.

Ao veicular artigos sobre o que era patrimônio, onde recolher as fontes de pesquisa, quais arquivos eram importante e quais as metodologias para o trabalho com o patrimônio nacional, a *Revista* e o Sphan empreendiam uma ação sistemática e organizada para o estabelecimento do novo campo de pesquisa: os monumentos nacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 – Fontes:

- 1937: Crônica. In: **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n.26, 1997. p. 34-35.
- 1938: Crônica. In: **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n.26, 1997. p.56-57.
- 1939: Crônica. In: **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n.26, 1997. p.70-71.
- 1940: Crônica. In: **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n.26, 1997. p. 100-101.
- 1941: Crônica. In: **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n.26, 1997. p. 172-173.
- 1942: Crônica. In: **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n.26, 1997. p. 220-221.
- 1943: Crônica. In: **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n.26, 1997. p. 242-243.
- 1944: Crônica. In: **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n.26, 1997. p. 264-265.
- 1945: Crônica. In: **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n.26, 1997. p. 290-291.
- 1946: Crônica. In: **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n.26, 1997. p. 358-359.

1947: Crônica. In: **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n.26, 1997. p. 446-447.

ANDRADE, Mário de. **A lição do Amigo**: cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade. Rio de Janeiro: Record, 1988.

ANDRADE, Mário de. **Cartas de trabalho**: correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade (1936-1945). Rio de Janeiro: MEC: SPHAN: Pró-Memória, 1981.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Brasil**: monumentos históricos e arqueológicos. México, Distrito Federal: Inst. Panamericano de Geografia e História, 1952.

_____. **Rodrigo e o SPHAN**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura: SPHAN: Fundação Nacional Pró-memória, 1987.

_____. **Rodrigo e seus Tempos**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura: SPHAN: Fundação Nacional Pró-memória, 1986.

Bens Móveis e Imóveis Inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 1938 -2009 (5.ed.). Organização: LIMA, Francisca Helena Barbosa Lima; MELHEM, Mônica Muniz Melhem e POPE, Zulmira Canário. Rio de Janeiro: IPHAN/ COPEDOC, 2009.

Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, n.10 ao n.18. 1946-1978.

Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, n.1 ao n.9, 1937-1945.

WEFFORT, Francisco. *Prefácio*. In: **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n.26, 1997. p. 6-7.

2 – Bibliografia

ABREU, Regina. **A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil**. Rio de Janeiro: LAPA/ Rocco, 1996.

ALBANO, Celina. O sentido da interpretação nas cidades do ouro: São João del Rei e Tiradentes. In: MURTA, Stela Maris, ALBANO, Celina (orgs.). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, Território Brasilis, 2002. p.273-282.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2008.

_____. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

ANDRADE, Antonio Luís Dias de. Comentário. In: **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n.26, 1997. p. 68-69.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BANN, Stephen. **As invenções da história - ensaios sobre a representação do passado**. São Paulo: UNESP, 1994.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Obras escolhidas, 1)

BOMENY, Helena. Infidelidades Eletivas: intelectuais e política p. 11-36. *In:* BOMENY, Helena (org.). Constelação Capanema: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BURKE, Peter. **A escrita da História**. São Paulo: Unesp, 1992.

_____. “Tal pai, qual filho? Narrativas histórico-literárias da identidade nacional”.
In. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, n° 24, 2002.

CAMPOFIORITO, Ítalo. As primeiras árvores. In: **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n.26, 1997. p. 10-19.

_____. **Muda o mundo do Patrimônio**: Notas para um balanço crítico.
Disponível em: < http://www.ivt-rj.net/museus_patri/antariores/mac/artigo.htm>.
Acesso em: 13/05/2009.

CÂNDIDO, A. **Literatura e Sociedade**. Estudos de História Literária. São Paulo: Nacional, 1965.

CAPANEMA, Gustavo Rodrigo, espelho de critério. In: CAVALCANTI, L. **A Lição de Rodrigo**. Recife: Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1969.

CARRILHO, Marcos José. **Lucio Costa, Patrimônio Histórico e Arquitetura Moderna**. Tese (Doutorado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP, São Paulo, 2002.

CAVALCANTI, Lauro. Comentário. In: **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n.26, 1997. p. 170-171.

_____. **Modernistas na Repartição**. Rio de Janeiro: UFRJ: Paço Imperial, 1997.

_____. **Moderno e brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

_____. O cidadão moderno. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 22. Rio de Janeiro: Sphan, 1987.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CHAGAS, Mario de Souza. **Ha uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade**. Chapecó, SC: Argos, 2006

CHARTIER, Roger. **Práticas da Leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **Topoi**, v. 4, n. 7, jun-dez. 2003. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi%2007/topoi7a4.pdf>. Acesso em 12. Dez. 2009.

_____. **Os arquitetos da memória: sociogêneses das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 – 1940)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

COSTA, Lygia Martins Costa. Comentário. In: **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n.26, 1997. p. 54-55.

DARNTON, Robert. “História da leitura”. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: Novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992

DECCA, Edgar Salvadori de. “Cidadão, mostre-me a identidade!”. In. Caderno Cedes, Campinas, V.22, nº 58. 2002.

DOSSE, Francois. **A História em migalhas: dos Annales a Nova História**. Florianópolis: EDUSC, 2003.

DUARTE, Paulo. **Mário de Andrade por ele mesmo**. São Paulo: Hucitec: Secretaria da Cultura Ciência e tecnologia, 1977.

FALCÃO, Joaquim de Arruda. Política Cultural e Democracia: a preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. In: **Estado e Cultura no Brasil**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1984.

FARIAS, Luis de Castro. Nacionalismo, nacionalismos – dualidade e polimorfia: à guisa de depoimento e reflexão. In: CHUVA, M (org). **A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Iphan, 1995.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 1997.

FREYRE, Gilberto. Mestre Rodrigo, O Cruzeiro, 25 de setembro de 1966. In: CAVALCANTI, Lauro. **A Lição de Rodrigo**. Recife: Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1969.

FROTA, Lélia Coelho Frota. Comentário. In: **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n.26, 1997. p. 30-32.

GARCÍA CANCLINI, N. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n.23, 1994, p.95-115.

GOMES, Angela de Castro. **História e Historiadores**. A Política Cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

GONÇALVES, Jose Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

GOULEMOT, Jean Marie. Da leitura como produção de sentidos. In: CHARTIER, Roger (org.). **Práticas da Leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. **A influência francesa no patrimônio histórico e artístico nacional**. 144 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP, São Paulo, 2001.

_____. **O lado doutor e o gavião de penacho**: movimento modernista e patrimônio cultural no Brasil: o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). São Paulo: Anablume: Fapesp, 2002.

GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos trópicos – o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história Nacional. In: *Estudos Históricos*. V.1, n.1. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988. P. 5-27

HALL, Stuart. Quem precisa de Identidade?. In. SILVA, Tomaz Tadeu (org.); WOODWARD, Kathryn; HALL, Stuart. **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ. Vozes, 2000.

HOBBSAWN, Eric. J.; RANGER, Terence (org). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IGLÉSIAS, Francisco. **Os historiadores do Brasil**: capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG: IPEA, 2000.

JULIÃO, Letícia. O Sphan e a cultura museológica no Brasil. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. vol. 22, n. 43, jan-jun 2009. Disponível em:
<www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21862009000100008&script=sci_arttext>.
Acessado em: 04/01/2011.

LAPA, José Roberto do Amaral. **Historiografia Brasileira Contemporânea: A história em Questão**. Petrópolis, Vozes, 1981.

LE GOFF, Jacques. **Historia e Memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

LEENHARDT, Jacques. **Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda: Algumas questões sobre a origem da colonização portuguesa no Brasil**. Disponível em: <
http://www.pensaraeducacao.com.br/novo/images/pensar/Raizes_do_Brasil_Jacques.pdf
>. Acesso em: 19/10/2011.

LEITE, Sebastião Uchoa. Comentário. In: **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n.26, 1997. Rio de Janeiro, n.26, 1997. p. 98-99.

LONDRES, Cecília. A invenção do patrimônio e a memória nacional. p. 85-102. In:
BOMENY, Helena (org.). **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História**, S.Paulo, n.17, nov. 1998, p.63-201. [tradução de capítulo do livro *The past is a foreign country*]

MALHANO, Clara Emília Sanches Monteiro de Barros. **Da Materialização à legitimação do passado: a monumentalidade como metáfora do Estado 1920-1945**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Editora Lucena, 2002.

MARTINS, Judith. **Memória Oral**. Rio de Janeiro: Sphan/Pró-Memória, 1987. (Memória Oral, 1)

MAZIVIERO, Maria Carolina. Alöis Riegl e o Direito à preservação de *outras* memórias.

V Seminário de Memória, Ciência e Arte. Disponível em:

<<http://www.preac.unicamp.br/memoria/textos/Maria%20Carolina%20Maziviero%20-%20completo.pdf>>. Acessado em: 12 fev. 2009.

MELO FRANCO, Afonso Arinos de. **O desenvolvimento da Civilização Material no Brasil.** Rio de Janeiro: TopBooks: Academia Brasileira de Letras, 2008.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Para uma política arqueológica da SPHAN. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n.22, 1987, p.206-209.

MICELI, S. SPHAN: Refrigério da cultura oficial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: Sphan, n. 22, 1987.

NETO, Abílio da Silva Guerra. **Lucio Costa** - modernidade e tradição : montagem discursiva da arquitetura moderna brasileira. Tese (Doutorado) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2002.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** – SPHAN e a redescoberta do Brasil a sacralização da memória em pedra e cal. 184 f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 1995.

_____. **Por um inventário dos sentidos:** Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário. São Paulo, SP: Editora Hucitec : FAPESP, 2005.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. As raízes da ordem: os intelectuais, a cultura e o Estado. In: **A revolução de 30.** Seminário internacional. Brasília: UnB, 1982.

- OLYMPIO, S. O Paço ou o povo, uma visão possível do cinquentenário. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: Sphan, n. 22, 1987.
- PESAVENTO, Sandra. **Paraísos cruzados**: diálogos do encantamento e do desencantamento do mundo (Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda). Disponível em: <http://www.siarq.unicamp.br/sbh/paraisos_cruzados.pdf>. Acesso em: 26/03/2011.
- PESSOA, José (org). **Lucio Costa**: documentos de trabalho. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.
- PESTANA, Til. Comentário. In: **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n.26, 1997. p. 217-219.
- Posfácio. In: **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n.26, 1997. p. 449.
- REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil 2**: de Calmon a Bonfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- RIBEIRO, Rosina Trevisan M. et all. Olhares sobre o patrimônio edificado: o conceito de valor. In: **XXIII Simpósio Nacional de História/ANPUH**, 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História: História - Guerra e Paz. Londrina: Universidade Estadual de Londrina/UEL: ANPUH, 2005. v. 1. p. 462-462.
- RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.
- RODRIGUES, Marly. *Alegorias do passado*: A instituição do patrimônio em São Paulo 1969 – 1987. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. p. 1-179. Campinas, 1994.

RODRIGUES, Marly. **Imagens do passado: a instituição do patrimônio em S.Paulo, 1969-1987.** S.Paulo: Editora da UNESP, Imprensa Oficial do Estado, CONDEPHAAT, FAPESP, 2000.

ROLAND, Ana Maria. Comentário. In: **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional.** Rio de Janeiro, n.26, 1997. p. 239-241.

ROLLAND Denis. O estatuto da cultura no Brasil do Estado Novo: entre o controle das culturas nacionais e a instrumentalização das culturas estrangeiras. In: BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis. **Intelectuais: sociedade e política.** São Paulo: Cortez Editora, 2003.

RUBINO, Silvana. **As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico nacional, 1937 – 1968.** 206 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 1992.

_____. Lucio Costa e o patrimônio histórico e artístico nacional. **Revista USP**, n. 53. Disponível em: <www.noafvanfvanvnav.com.br>. Acessado em 19 jun. 2009.

SALA JUNIOR, Dalton Pedro. **O serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: história oficial e Estado Novo.** Dissertação (Mestrado em comunicação) – Escola de Comunicação e Artes – USP. São Paulo, 1988.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. Comentário. In: **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional.** Rio de Janeiro, n.26, 1997. p. 32-33

SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a academia SPHAN. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Rio de Janeiro: Sphan, n. 22, 1987

SCHWARTZMAN, Simon *et alii*. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra: FGV, 2000.

SILVA, Ursula Rosa da. **A fundação estética da crítica de arte em Ângelo Guido**: a crítica de arte sob o enfoque de uma história das ideias. 2002, 147 f. Tese (Doutorado) – IFCH, PUC/RS, Porto Alegre, 2002. Disponível em: <http://WWW.dominiopublico.gov.br/pesquisa/detalheObraForm.do?select_action=&co_obra=18996>. Acessado em: 14 ago. 2009.

SMITH, Anthony D. O nacionalismo e os historiadores. In. BALAKRISHNAN, Gopal. **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

TEIXEIRA, Luciano dos Santos. História e Civilização Material na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. In: **Seminário nacional do Centro de Memória**: “memória e patrimônio”, 6, 2009, Campinas. *Anais*. Campinas: Unicamp, 2009. 1 CD.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In. SILVA, Tomaz Tadeu (org.); WOODWARD, Kathryn; HALL, Stuart. **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ. Vozes, 2000.

Xavier, Laura Regina. **Patrimônio em prosa e verso**: a correspondência de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Augusto Meyer. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2008.

ANEXOS

Nesse anexo, dispomos os resumos dos 170 artigos publicados na Revista durante o período de 1937-1978. Os resumos visam a apresentação sucinta do conteúdo dos artigos; assim, seguem em ordem cronológica dos ensaios, tal como foram publicados nos volumes. No cabeçalho de cada Revista indicamos os principais dados editoriais da respectivo volume (número, ano de publicação, número de artigos, páginas e ilustrações).

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO. RIO DE JANEIRO: SPHAN, 1937, N 1. (21 artigos; 214 páginas e 86 ilustrações)

Rodrigo Mello Franco de Andrade

“Programa” (pp. 03 – 04)

Abstract: O primeiro artigo da revista é de autoria do diretor do Serviço do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional. Trata-se não só do marco inaugural da revista, mas também da linha editorial que a publicação seguirá, ou ao menos tentará seguir, sob o comando do então diretor do serviço federal.

No primeiro parágrafo, Andrade descarta a hipótese de a revista prestar-se à propaganda do SPHAN e em seguida mostra que seu objetivo é também “divulgar o conhecimento dos valores de arte e história que o Brasil possui (sic) e contribuir em seu estudo”, além de servir como meio de concentrar as publicações do gênero, até então dispersas por meios de comunicação não especializados em arte.

Entretanto, destacamos como fundamental no artigo a definição de Andrade pelo método rigoroso, no qual o órgão se apoiará, para que os estudos não descambem em um “gênero de literatura”, impróprio para o estudo da história da arte.

Palavras Chave: Programa - editorial

Afonso de E Taunay.

“O forte de São Tiago da Bertioga” (pp. 05-07).

Abstract: Trata-se de um artigo curto, sem fotos detalhadas, ao contrário do que esperava Rodrigo. Neste texto, Taunay descreve os restos do forte de São Tiago da Bertioga, “único vestígio, hoje subsistentes da era quinhentista em São Paulo”. O autor relata o estado das

ruínas, já muito danificadas pelo tempo e exalta o valor histórico do monumento, exprimindo a grande necessidade da atuação do SPHAN para sua preservação.

Palavras Chave: Arquitetura Militar – Fortes

Heloisa Alberto Torres

“Contribuição para o Estudo da Proteção ao Material Arqueológico e Etnográfico no Brasil”. (pp 09-30).

Abstract: Torres elabora um estudo detalhado da preservação arqueológica e etnográfica no país. A publicação é apresentada em três tópicos, com fotos ilustrativas e referências para as informações contidas no texto. De maneira geral, nas três partes a autora apresenta as condições e dificuldades da proteção às jazidas arqueológicas; a necessidade do SPHAN educar a população para preservação; os danos insolúveis da ação da natureza sobre as jazidas; a relação do órgão federal com outras instituições “dedicadas a [sic] pesquisa antropológica” e, por fim, a cultura indígena.

Palavras Chave: Etnografia – Arte Primitiva

Lúcio Costa

“Documentação Necessária” (pp. 31-39).

Abstract: Em “Documentação Necessária”, Lúcio Costa estimula os pesquisadores, principalmente os arquitetos, à pesquisa da arquitetura antiga brasileira. Para o autor, tal modelo arquitetônico desenvolvido “nas justezas das proporções [...] com uma saúde plástica” [p.81] traz grande significado ao arquiteto moderno e não pode ser classificado de forma errônea, atrasada ou sem rigor metodológico de construção. Além disso, a singularidade da arquitetura colonial brasileira prestaria à legitimação do Brasil.

Palavras Chave: Arquitetura Colonial – Residência Colonial

Gilberto Freyre

“Sugestões para o estudo da arte brasileira em relação com a de Portugal e a das colônias” (pp. 41-44).

Abstract: Gilberto Freyre escreve sobre as origens da obra de arte brasileira, destacando que aqui a “força criadora do português [...] ligou-se ao poder artístico do índio e do negro

e, mais tarde, de outros povos” [p.42]. Assim, seu artigo estimula as pesquisas sobre a importância de outras culturas, como a lusitana, a japonesa e a chinesa, as quais por intermédio do Império Português, estariam presentes na arte brasileira. Destaca, sobretudo, a necessidade de se estudar a preponderância da arte italiana no Brasil.

Palavras Chave: Arte brasileira – influências da arte brasileira

Sem indicação de autoria

Mobiliário Nacional (p. 44)

Abstract: Repetindo o artigo anterior, a Revista apresenta 23 páginas com 24 fotografias do mobiliário nacional, principalmente do século XVIII, representado por cadeiras, poltronas, banquinhos, mesas, cômodas e camas. Para algumas das imagens define-se o estilo que representa – D. João VI, D. Maria I, por exemplo – e o local de procedência.

Palavras Chave: Mobiliário – Estilo D. João VI – Fotografia

Francisco Marquês dos Santos

“A Litografia no Rio de Janeiro sua instituição, seus primeiros mestres, alunos e trabalhos” (pp. 45-49).

Abstract: Trata-se de um artigo contendo informações sobre a primeira litografia oficial do Brasil. O autor sustenta a hipótese de que o período litográfico fora essencial no desenvolvimento e afirmação das belas artes brasileira. Tendo sido iniciada por João Steinmann, em 1826, a litografia foi decisiva para o desenvolvimento cartográfico e iconográfico do país.

Palavras Chave: Litografia – Arte no Brasil Imperial

Edgar Roquete Pinto

“Estilização” (pp. 51-67).

Abstract: O autor problematiza nesse estudo o fenômeno estético da obra de arte, chamado estilização. Através do debate acadêmico com vários autores, Roquete Pinto analisa as manifestações gráficas, principalmente de povos primitivos, buscando a origem e a conceituação desse fenômeno. Para ele, estilização é o fenômeno psíquico manifestado na arte e que, a grosso modo, mostra uma relação entre a “imagem externa” e as “tendências próprias” do indivíduo que a produz.

Palavras Chave: processo artístico – psicologia da arte

Paulo Thedim Barreto

“Uma Casa de Fazenda em Jurujuba” (pp. 69-76).

Abstract: Barreto analisa a casa da fazenda em Jurujuba, como mote para o problema geral da arquitetura rural colonial. Em tom nostálgico, ele associa o antigo ao gosto simples e, através do estudo da planta da casa, reconhece a influência italiana na construção brasileira, além da descaracterização em relação ao projeto original. É importante destacar a ligação desse artigo com os anteriores, que citam a influência de outros povos na arte brasileira e seu incentivo às pesquisas nesse sentido.

Palavras Chave: Casa de fazenda – arquitetura civil colonial

Raimundo Lopes

“A Natureza e os monumentos culturais” (pp. 77-96).

Abstract: Lopes apresenta um panorama geral das cidades históricas do Brasil, das artes indígenas e das lendas e imaginários em torno dos monumentos culturais do Brasil. Subsidiado principalmente pela etnografia e arqueologia, o autor cita a importância das cidades históricas e alguns monumentos dessas cidades a se preservar. Partidário da tese em que o patrimônio revelaria o nacional, Lopes propõe uma metodologia de preservação, na qual a proteção estaria vinculada à urbanização e a um projeto educacional e econômico para as populações das áreas protegidas.

Palavras Chave: Cidades Históricas – Artes Indígenas

Sem indicação de autoria

“A igreja do antigo Colégio dos Jesuítas em S. Pedro da Aldeia” (pp. 97-100)

Abstract: A revista trás cinco fotografias da referida edificação, acompanhadas de breves legendas – segundo as quais, a construção deriva da “arquitetura popular do mediterrâneo”. As fotos evidenciam as fachadas, o madeiramento interno, o ano da construção e as formas primitivas do barroco, exibidas no frontão.

Palavras Chave: Fotografia – Arquitetura Religiosa

Godofredo Filho

“Seminário de Belém da cachoeira (pp. 101-111)”

Abstract: Tendo a análise da arquitetura do seminário de Belém da cachoeira como objeto, Godofredo Filho analisa o estilo jesuítico da construção e sua ampla utilização como “estabelecimento de ensino religioso”. Acompanha o relato das vicissitudes desde a origem do prédio, por volta de 1686, até sua transformação em colégio público em **Palavras**

Chave: Arquitetura religiosa – Arquitetura jesuítica

1826, por Dom Pedro I. O autor, em sua narrativa, dá detalhes dos elementos construtivos e da influência oriental da obra.

Aníbal Fernandes

“A igreja dos montes Guararapes” (pp. 113-115).

Abstract: O artigo traz a tona o estado de conservação da igreja Guararapes, relevando a necessidade de ação rápida do SPHAN para sua conservação. Fernandes prefere em seu artigo concentrar-se no relato memorial do monumento para destacar sua relevância ao Brasil. São poucos os dados sobre seus elementos construtivos e seu interior. Destaca-se em seu relato “um revestimento de azulejos”, que o autor não descreve detalhadamente e a destruição interna da igreja pela ação do tempo e do “descaso”.

Palavras Chave: Arquitetura religiosa – Igreja

Sem Indicação de Autoria

“Manuel Francisco Lisboa foi o autor da Planta da igreja de Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto” (p. 117).

Abstract: Trata-se do termo de compromisso firmado entre o irmão superior e Manuel Francisco Lisboa, para o desenho e futura construção da capela de Nossa Senhora do Carmo. O documento comprovaria que Lisboa fora o autor do projeto.

Palavras Chave: Arquitetura religiosa – Igreja

Mário de Andrade

“A capela de Santo Antonio” (pp. 119-125).

Abstract: No intuito de descrever a situação na qual se encontra a Capela do Sítio Santo Antonio, Mário de Andrade demonstra sua concepção quanto a atuação do órgão de

preservação. No que tange a capela propriamente dita, ele analisa sua construção, debate a origem de seus elementos arquitetônicos e descreve o que e a urgência do que pode ser restaurado. O artigo apresenta importantes indagações sobre a relação entre a arquitetura religiosa e as casas-grandes e também sobre a influência portuguesa na arte arquitetônica brasileira.

Palavras Chave: Arquitetura religiosa – Sítio Santo Antonio

Nuto Sant’Anna

“A igreja dos Remédios” (pp. 127-135).

Abstract: Nuto Sant’Anna escreve um artigo extremamente descritivo, com ênfase no local e data de construção da capela – posterior igreja dos Remédios – para edificar sua história. A leitura acaba se tornando cansativa na medida em que as fontes acabam servindo apenas como “provas” do relato descritivo.

Palavras Chave: Arquitetura Religiosa - Igreja

Noronha Santos

“A igreja de São Francisco Xavier em Niterói” (pp. 139-150).

Santos tece no artigo a história da igreja de São Francisco, como meio de problematizar a tipologia da arquitetura jesuítica e a “conquista espiritual” da colônia. O autor volta sua atenção para o ano de fundação da igreja e as características construtivas da obra, que para ele “mescla contextura e traços [...] da maioria dos santuários erguidos nos primeiros tempos de colônia”. Não obstante, Santos preocupa-se com a continuidade de pesquisas no mesmo sentido, indicando novas possibilidades de estudos bibliográficos.

Palavras Chave: Arquitetura Religiosa – Arquitetura Jesuítica

Epaminondas de Macedo

“A capela de nossa Senhora de Sant’Ana” (pp. 151-154).

Nesse artigo Macedo aborda a construção e os elementos constitutivos da capela de Sant’Ana, em Mariana. O artigo traz bastantes descrições das partes externas e internas da capela (frontispício, forro, arco cruzeiro, etc) e das etapas da sua construção. Os detalhes ficam para a observação do contraste entre a “abundância de telha e a falta de cantaria”,

existente apenas no arco cruzeiro [p.153] e para as reformas pelas quais a capela passou, descaracterizando-a em relação ao projeto original.

Palavras Chave: Arquitetura religiosa - Capela

SEM INDICAÇÃO DE AUTORIA

“Louis Vauthier. O seu diário inédito de uma viagem ao Brasil” (pp. 155-162).

Comentários sobre o conteúdo e a importância do diário do arquiteto Louis Léger Vauthier para se estudar a história de Pernambuco. Segundo o texto de apresentação, o arquiteto, que esteve no Brasil em meados do século XIX, deixou em seu diário informações e análises das construções, de costumes e da administração local, além de impressões pessoais sobre a vida na terra Brasileira, que tornam o documento valioso. **Palavras Chave: Arquitetura de Pernambuco – Louis Vauthier**

SEM INDICAÇÃO DE AUTORIA

“Museu Regional de Olinda” (p. 163).

“Museu Mariano Procópio” (pp. 165-167)

“O Museu Coronel David Carneiro, em Curitiba” (pp. 169 – 170)

Abstract: Fechando o primeiro número da revista encontramos uma seção que apresenta três Museus Brasileiros. Cada museu tem suas características históricas apresentadas: ano de fundação, organizador e eventos que o marcaram, para logo em seguida, ser apresentada suas coleções, destacando a organização – se por seção, período histórico ou outra forma – e as principais compilações. Exceção feita ao museu David Carneiro, para o qual é relatado seus cursos e atividades culturais.

Palavras Chave: Museus – Museologia

Carlos Estevão

“Resumo Histórico do Museu Paraense Emílio Goeldi (pp. 7-19).

Abstract: Estevão analisa a história do Museu Arqueológico e Etnográfico de Belém desde sua criação, em 1866, até seu estado atual, passando pelo período de administração do Dr. Emílio Goeldi. Para o artigo foram analisados dados sobre a administração, relatórios, orçamentos, funcionamento do museu, nomeações de cargos, salários e transferência de coleções para a repartição pública. O autor também aponta para as dificuldades, como má-conservação, descaso e objetos que foram para a exposição do Museu Nacional e não foram restituídos.

Obs: Na época em que foi escrito o artigo havia um projeto para a construção de um novo edifício para o museu.

Palavras Chave: Museu Paraense – etnografia

Alberto Lamego

“O solar do Colégio” (pp. 21-41).

Abstract: O texto divide-se em duas partes: a primeira, intitulada “Ciclo Jesuítico”, traça um perfil arquitetônico e destaca a influência do jesuíta na nacionalidade brasileira, tendo como exemplo a Fazenda do Colégio. São descritos detalhes minuciosos de roupas, ocasiões e festas, lugares, igreja e capela do Colégio com suas esculturas. Na segunda parte, “Ciclo dos Fidalgos”, são caracterizadas as propriedades agregadas ao Colégio e à família Reis. “linhagens” e herdeiros de Joaquim Vicente dos Reis, tenente coronel da milícia, são enumerados.

Palavras Chave: Arquitetura Jesuítica – Educação Jesuítica

Salomão de Vasconcelos

“Relíquias do Passado” (pp. 43-55).

Abstract: O artigo trata das atas da 1ª Câmara da Vila de Nossa Senhora do Monte do Carmo de Albuquerque, eleita em 4 de Julho 1711. Segundo o autor, elementos preciosos

do estado de Minas Gerais. As atas da Câmara de 1711 foram encontradas no Arquivo Colonial de Mariana e encontram em estado de deterioração. Além disso, o texto traz reproduções das cinco primeiras atas e os termos de receita e despesa, nas quais podemos atestar a prioridade do logradouro com as despesas do Pelourinho.

Palavras Chave: Atas de Câmaras – Atas de 1711

Estevão Pinto

“Alguns Aspétos (sic) da cultura artística dos Pancarús de Tacaratú (índios dos sertões de Pernambuco)” (pp. 57-92).

Abstract: Ao longo de sete partes, o autor conta um pouco das “populações primitivas do Brejo-dos- Padres”, localizado no município de Tacaratú. De maneira geral, são retratados e explicados: os produtos e espécies da cidade; o local onde se encontra a aldeia; as tradições; as habitações; o aspecto sociológico; arte da cerâmica e também os traços culturais dos Pancarús. Por fim, o autor apresenta sua teoria quanto a composição lingüística dos indígenas. Importante destacar que o artigo contém descrições minuciosas de todos os aspectos abordados.

Palavras Chave: Etnografia indígena – Índios de Pernambuco

Lourenço Luiz Lacombe

“A mais velha casa de Corrêas (Município de Petrópolis)” (pp. 93-99).

Abstract: O artigo conta a história do velho casarão que marca o nascimento de Petrópolis, narrando a história de seus proprietários, desde sua construção. Seu mais importante proprietário, Padre Corrêa, hospedou o primeiro monarca do país por várias vezes. Depois da morte do padre, D. Pedro I quis comprar a propriedade. Diante da negação, o imperador adquiriu as terras da fazenda do Major José Vieira Afonso, que mais tarde foi transformada na cidade de Petrópolis.

Palavras Chave: Urbanização – Arquitetura residencial

Augusto de Lima Junior

“Ligeiras notas sobre Arte Religiosa no Brasil” (pp. 101-139).

Abstract: Por meio do histórico dos estilos arquitetônico, o autor esboça as possíveis influências na formação do barroco-brasileiro, em Ouro preto, São João Del Rei e Sabará: o

barroco-portuguesa e o barroco-jesuíta. Tais influências concorreram para a formação do estilo dos altares dos séculos XVII- XVIII. Da mesma forma, Lima Junior, aponta para a importância do papel da simbologia e da arqueologia cristã, que é fonte de riquezas artísticas.

Palavras Chave: Arquitetura religiosa – Artes Religiosas

A.L. Pereira Ferraz

“Real Forte do Príncipe da Beira” (pp. 141-147).

Abstract: A história do forte teve início em 1748, quando Antônio Rolim de Moura Tavares recebe instruções para estabelecer um “lugar defensável e, quanto possível, vizinho do rio Guaporé”. Sua história remete-nos a disputa entre portugueses e espanhóis por domínios territoriais na América, atual “sertão brasileiro”. Destacamos a transcrição da ata de fundação e um desenho da planta do Forte, bem como a descrição minuciosa do edifício. Ao finalizar, o autor cita o estágio de depredação que o monumento se encontra.

Palavras Chave: Arquitetura Militar – Forte do Príncipe

Manuel Bandeira

“Manuel da Costa Ataíde, Dourador” (pp. 149-150).

Abstract: Trata-se de uma comunicação de Manuel Bandeira sobre o douramento dos seis altares laterais e dos dois púlpitos da igreja de Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto que teve como contratado o pintor Manuel da Costa Ataíde. Os valores recebidos pela obra e por cada altar e púlpito são descritos, assim como as condições do contrato, transcritas literalmente

Palavras Chave: Pintura colonial – Manuel da Costa Ataíde

.

Raimundo Lopes

“Pesquisa etnológica sobre a pesca Brasileira no Maranhão” (pp. 151-186).

Abstract: O autor denomina seu artigo como um ensaio sobre o que observou nos rios e lagos da baixada maranhense. Lopes busca a origem e os significados das palavras que designam os objetos presentes nas etapas da pesca, apresenta um mapa legendado da distribuição dos seus elementos culturais indígenas e problematiza, por meio desses objetos

de pesca, a discussão sobre as influências indígenas, negras e européias na cultura brasileira. Ele ainda ressalta a importância da pesca como possibilidade econômica para o país, defendendo sua regulamentação.

Palavras Chave: Etnografia – Pesca no Maranhão

Paulo Thedim Barreto

“O Piauí e a sua Arquitetura” (pp. 187-223).

Abstract: Barreto organiza a história da arquitetura piauiense, vinculando-a ao crescimento das vilas e cidades e ao clima da província. Destacamos a terceira parte do texto, na qual são descritas as casas, seus mobiliários, apresentadas plantas e demais elementos e formas arquitetônicas de suas construções. Fotos de casas, seus interiores e desenhos dos tipos de telhados complementam o artigo. Assim como a arquitetura das casas, as igrejas recebem influências maranhenses. Contudo, são igrejas pobres, que não permitem traçar um paralelo com as demais igrejas do país, não havendo nelas vestígios da arquitetura jesuítica. Por fim, o autor comenta sobre a arquitetura dos cemitérios.

Palavras Chave: Arquitetura do Piauí – Urbanismo

Romulo Barreto de Almeida

“A capela de São José do Genipapo” (pp. 225-228).

Abstract: Seguindo as descrições, a igreja (capela) e sua história são caracterizadas, sem, no entanto, informar quem dirigiu a construção e quais artistas participaram. Todavia, hipotetiza-se que tenham sido os jesuítas. Almeida apresenta dois desenhos da fachada da capela e finaliza o artigo destacando a conservação do prédio pela família Melo, que mesmo arruinada financeiramente, não lança mão de um sequer acessório da igreja para venda.

Palavras Chave: Arquitetura religiosa - Capela

Francisco Marques dos Santos

“José Joaquim Viégas de Menezes. Precursor da gravura em Minas” (pp. 229-239).

Abstract: O artigo narra a história de Viégas, supostamente autor da primeira gravura de Minas Gerais. Para tal, Santos organiza os traços biográficos do artista remetendo-se a

obras anteriores. Contudo, importa ao estudioso a análise dos diversos trabalhos realizados pelo padre, tais como: tipografias pelo Arco do Cégo e pela fábrica de louça da chácara do Saramenha. O autor destaca a importância das obras de Viegas serem devidamente catalogadas, antes que tudo embolore ou estrague com o tempo.

Palavras Chave: Pintura em Minas – Gravura em Minas Gerais

Francisco Venâncio Filho

“A barraquinha de Euclides da Cunha” (pp. 241-254).

Abstract: O artigo expõe a lenda em torno da criação do livro “Os Sertões” e a conservação da memória de Euclides da Cunha, caracterizado como uma exceção no país. Segundo o autor, o livro teria sido escrito num humilde casebre, uma barraquinha debaixo da reconstrução da ponte, em São José do Rio Pardo, coordenada por Euclides. No local foi construída uma redoma de vidro para conservá-lo e o dia 15 de agosto foi consagrado à memória de Euclides. O artigo conta com fotos do local e do monumento em sua homenagem.

Palavras Chave: Euclides da Cunha – Os sertões

Rodrigo Mello Franco de Andrade

“Contribuição para o Estudo da Obra do Aleijadinho” (pp. 256-312).

Abstract: No artigo, Rodrigo apresenta um panorama do que foi escrito sobre Antonio Francisco Lisboa desde Rodrigo Bretas, em 1858 até Feu de Carvalho, em 1934, que nega tudo que até essa data fora dito sobre o artista, reclamando a comprovação das atribuições de obras de Aleijadinho pautadas em documentos idôneos. Nesse sentido, o ensaio visa resumir e divulgar dados concretos que comprovem a atribuição das obras ao artista mineiro. Mais que isso, porém, o “Contribuição...” indica o caráter metodológico que presidia nos artigos e ensaios do SPHAN.

Rodrigo analisa documentos de irmandades em várias igrejas mineiras, nas quais Aleijadinho teria trabalhado: Carmo (Sabará), Carmo (Ouro Preto); Congonhas; São Francisco de Assis (Ouro Preto) e Mercês e Perdões (Ouro Preto). É da igreja de São Francisco de Assis que ele publica o mais rico material, correspondente a recibos que comprovariam a atribuição de obras a Aleijadinho.

Palavras Chave: Aleijadinho – Barroco mineiro

Carlos Estevão

“A cerâmica de Santarém” (pp. 7-33).

Abstract: Carlos Estavam abre o terceiro número da revista com um artigo que trata da cultura material dos povos indígenas brasileiros do Amazonas, especificamente sobre a cerâmica de Santarém. Segundo Estevão, a cerâmica é um meio de “provar o grau de desenvolvimento cultural” de uma localidade. Nesse sentido, o artigo apresenta pormenores das cerâmicas encontrada (formas, tamanhos, ornamentação), análises sobre suas características produtivas e um amplo registro fotográfico.

Palavras Chave: Cerâmica indígena – cultura material

Deoclécio Redig de Campos

“Um desenho preparatório para a “libertação de São Pedro”, obra da escola de Rafael, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro” (pp. 35-43).

Abstract: Trata-se da análise de um desenho preparatório para o afresco da “Libertação de São Pedro”, do artista italiano Rafael, no Vaticano. O desenho encontra-se na biblioteca nacional e provavelmente não fora pintado por Rafael, mas por algum de seus auxiliares. Primeiro artigo a abordar o renascimento europeu na revista, o qual oferece a proveniência, a atribuição e as características da obra. Acompanham o artigo inúmeras imagens que auxiliam sua melhor interpretação.

Palavras Chave: Renascimento – Belas artes no Rio de Janeiro

Joaquim Cardoso

“Notas sobre a Antiga Pintura Religiosa em Pernambuco” (pp. 45-62).

Abstract: Seguindo a linha do título, podemos dizer que o artigo é uma nota das pinturas religiosas existentes em Pernambuco, principalmente Olinda e Recife. São inúmeras obras citadas em diversas igrejas que, segundo o autor, demonstram a difícil tarefa do SPHAN, que deve catalogá-las e preservá-las. Nesse sentido, o artigo é também uma espécie de

catalogação e indicação de estudos futuros, principalmente pelos materiais que estão nas mãos da igreja e são de difícil acesso.

Palavras Chave: Pintura colonial – pintura em Pernambuco

Luis Jardim

“Pinturas decorativas em algumas igrejas de minas” (pp. 63-102).

Abstract: Luis Jardim escreve sobre o “fenômeno” barroco, historicizando o período no Brasil e na Europa. Especificamente o autor aborda as manifestações artísticas do período nas igrejas mineiras, analisando e descrevendo suas singularidades (vinculadas à história das irmandades patrocinadoras das obras), suas formas e suas cores. Jardim destaca o amálgama cultural que formou o artista brasileiro – mistura do português, do africano e do indígena – perceptível pela análise das cores aplicadas nas pinturas.

Palavras Chave: Pintura colonial – Pintura em Minas Gerais

Nair Batista

“Pintores do Rio de Janeiro Colonial (notas bibliográficas)” (pp. 103-121).

Abstract: Neste trabalho, Nair batista apresenta quatorze artistas dos séculos XVII, XVIII e XIX, que atuaram no Rio de Janeiro. Acompanham essa relação, breves notas biográficas e bibliografias referentes a cada pintor. Com isso, espera a autora, incentivar estudos mais detalhados desses artistas. Os artistas nomeados são: Frei Ricardo do Pilar; José de Oliveira; João Francisco Muzzi; João de Sousa; Manuel da Cunha; Leandro Joaquim; Raimundo da Costa e Silva; Frei Francisco Solano Benjamim; Manuel Dias de Oliveira Brasiense (O Romano); José Leandro de Carvalho; José Gonçalves (O Aleijadinho); Dominiciano Pereira; José Vidal ou Miguel Vidal e Antonio Alves.

Palavras Chave: Pintura no Rio de Janeiro – Belas artes

Francisco Marques dos Santos

“Dois artistas Franceses no Rio de Janeiro” (pp. 123-148).

Abstract: Neste trabalho, Santos analisa a passagem dos artistas Pallière e Boulanges pelo Rio de Janeiro, à época do Império. O primeiro destes esteve ligado ao desenvolvimento da gravura e dos retratos e lhe é atribuída a criação das antigas condecorações do Cruzeiro e de

Pedro Primeiro. Já o segundo esteve ligado ao desenvolvimento da litografia, tendo sido dele a primeira oficina litográfica comercial da cidade. O estudo exalta a importante participação desses artistas na criação e nos aprimoramentos das belas artes do Brasil.

Palavras Chave: Litografia – Pintura no Rio de Janeiro

Lucio Costa

“Notas sobre a Evolução do Mobiliário Luso-Brasileiro” (pp.149-162).

Abstract: Lucio Costa faz uma importante análise da origem e das influências do mobiliário brasileiro. Para ele, um “móvel português feito no Brasil”, que, “pelas mãos de Portugal”, recebeu as mais diversas influências – oriental, espanhola, francesa (Luis XIV) e inglesa (Revolução Industrial). Em sua análise, Costa destaca (analisa, comenta e ilustra) três grandes períodos para os móveis brasileiros: o primeiro que abrange do século XVI até meados do XVII, o segundo, barroco por excelência, estende-se pelo século XVIII e o terceiro, corresponde à primeira metade do XIX.

Palavras Chave: Mobiliário brasileiro – móveis no Brasil

Hélcia Dias

“O mobiliário dos inconfidentes” (pp. 163-172).

Abstract: Nesse artigo Hélcia analisa o conjunto de bens e mobiliários dos inconfidentes. Suas fontes primárias são inventários, autos de arrematação e testamentos, os quais se encontram em arquivos eclesiásticos e civís do Brasil. Na narrativa, a autora compara dados entre os mobiliários de casas mineiras e paulistas, arriscando conclusões sobre as riquezas desses objetos e desses povos. A pesquisa pretende ser um estímulo às pesquisas futuras, que suprirão as ausências sobre o tema.

Palavras Chave: Mobiliário dos Inconfidentes – móveis no Brasil

Afonso Arinos de Melo Franco

“O primeiro depoimento estrangeiro sobre Aleijadinho” (pp. 173-178).

Abstract: O artigo se insere no problema de reconhecimento do artista Aleijadinho. O autor contraria a idéia, comum à historiografia, que as obras do artista mineiro tenham passado despercebidas pelos viajantes estrangeiros. No artigo, Melo Franco traduz um

trecho da nota publicada pelo Barão Eschwege, no “Journal von Brasilien”, a qual seria o primeiro depoimento estrangeiro sobre Aleijadinho

Palavras Chave: Barroco mineiro – Aleijadinho

Judite Martins

“Apontamentos para a Bibliografia referente a Antonio Francisco Lisboa” (pp. 178-205).

Abstract: No artigo Martin elenca uma série de referencias que servirão de guia para o estudo da vida e obra de Aleijadinho. As referencias vão de relatos de viajantes e artigos de jornais até monografias sobre o tema. Após cada citação, a autora descreve o que de relevante há em seu conteúdo para futuras pesquisas. São ao todo apresentadas cem referências.

Palavras Chave: Barroco mineiro – Aleijadinho

José de Souza Reis

“O adro do Santuário de Congonhas” (pp. 207-226).

Abstract: Reis estuda o conjunto das obras de Aleijadinho no Adro do Santuário do Bom Senhor do Matozinho, em Congonhas do Campo. Para o estudioso as obras estão em interdependência e apresentam uma forte unidade na simetria e na expressão das figuras. Reis também utiliza na pesquisa os livros de despesas do Santuário que comprovam a autoria da obra pelo escultor e a planta do prédio para recompor a maneira como as obras foram pensadas e feitas ao longo do trabalho.

Palavras Chave: Santuário de Congonhas do Campo – Aleijadinho – Barroco Mineiro

Salomão de Vasconcelos

“Um velho solar de Mariana” (pp. 227-234).

Abstract: O artigo tratará do solar erguido no sítio do “Vamos-Vamos”, arrebalde de Mariana, construído pelo cônego Barradas. Vasconcelos conta a história dos personagens que passaram pelo solar.

Palavras Chave: Arquitetura civil colonial – Mariana

Luiz Saia

“O Alpendre nas capelas Brasileiras” (pp. 234-249).

Abstract: Segundo autor, esse artigo se insere no problema da origem dos alpendres nas capelas brasileiras. Saia discorda da idéia de Gilberto Freyre, em “Casa Grande e Senzala”, que os alpendres seriam derivados da arquitetura da Casa Grande. Sua principal justificativa para a negação, é que os dois tipos de alpendres teriam seguidos duas linhas diferentes na tradição construtiva: uma religiosa e outra residencial, “sendo visível a diversidade da solução técnica de fatura dos alpendres” nos dois casos.

Palavras Chave: Arquitetura religiosa – Alpendres

Godofredo Filho

“A torre e o castelo de Garcia D’Ávila” (pp. 251-282).

Abstract: O foco do artigo é a história por de trás do Castelo erguido por Garcia D’Ávila, em 1550, para ser seu quartel-general. Godofredo Filho narra a história da família D’Ávila, tidos como “conquistadores” e “desbravadores” do “ciclo baiano” das bandeiras. Ele também descreve os quatro lados do castelo, analisando seu estado de conservação, o material da construção e, por fim, as parcas iniciativas para sua preservação. Pela história edificante do Castelo, roga ao SPHAN sua efetiva preservação.

Palavras Chave: Arquitetura civil colonial – Castelo de Garcia D’Ávila

Luiz Camilo de Oliveira Neto

“Do Rio de Janeiro a Vila Rica” (pp. 283-316).

Abstract: Luiz Camilo apresenta o diário de viagem de Dom Pedro Almeida e Portugal do Rio de Janeiro a Vila Rica, na época da nomeação de Pedro Almeida para governador da capitania de São Paulo e Minas. A partir da página 295, inicia-se a transcrição “fiel” do diário da viagem. Podemos nele encontrar, dentre outras, informações sobre a vida dos habitantes das regiões pelas quais passou a comitiva governista, costumes locais, pessoas com as quais os viajantes cruzaram, dificuldades e paisagens do percurso.

Palavras Chave: Relatos de viajantes – Diário de Dom Pedro Almeida e Portugal

Noronha Santos

“Aqueduto da Carioca” (pp.7-53)

Abstract: No artigo, Santos analisa a implantação do aqueduto da carioca. Ele está dividido em nove partes e conta as vicissitudes da edificação desde seu planejamento até a demolição de seu último chafariz. Na narrativa são lembradas as crises de abastecimento de água da cidade, os governos que planejaram a obra, os materiais empregados, a descrição dos chafarizes e as reformas nesses feitas. Santos finalizar o artigo, apresentando anotações bibliográficas e documentos manuscritos que podem servir como fonte para novas pesquisas.

Palavras Chave: Chafariz – aqueduto da carioca

Alberto Lamego

“Os sete povos das Missões” (pp. 55-81).

Abstract: O artigo é uma análise do modo de vida dos Sete Povos das sete missões que foram destruídos por bandeirantes a partir de meados do século XVII e pelos portugueses, quando o território passou ao domínio destes. O texto destaca as festas em São Borja, que incluíam danças, banquetes, encenações e apresentações em homenagem ao Rei Carlos III. O texto relata o “valoroso” trabalho das missões jesuíticas e a matança indígena por bandeirantes.

Palavras Chave: Sete Povo das missões – Jesuítas no Brasil

Luiz Camilo de Oliveira Neto

“João Gomes Batista” (pp.83-119).

Abstract: Luis Camilo tenta resgatar a origem da técnica da pintura e da construção em Minas. Nesse sentido, estuda dos primórdios colonial (quando os povoados mal conseguiam se formar) à época de Aleijadinho, que para ele foi o auge da possibilidade artística da província. Sua grande questão é saber se João Gomes Batista, artista vindo de Portugal, teria trazido os conhecimentos da arte aos mestres e oficiais mineiros do século

XVIII e ao próprio Aleijadinho, dada sua função como professor de desenho. Acompanham os textos transcrições de documentos que comprovariam a tese do autor.

Palavras Chave: Pintura colonial – João Gomes Batista

Judite Martins

“Subsídios para a biografia de Manuel Francisco Lisboa” (pp. 121-153).

Abstract: Martins insere-se no debate sobre a constituição técnica da arte mineira, pelo estudo da vida e obra de Manuel Francisco Lisboa. Não por menos, o artigo tem relação estreita com o ensaio anterior. Nas palavras da autora, o trabalho pretende reunir o que já foi pesquisado e, principalmente, publicado pela revista do SPHAN sobre o artista, extraíndo desses trabalhos uma “pequena biografia” de Manuel F. Lisboa, “acompanhada da relação tão completa quanto possível de suas obras” [p.122].

Palavras Chave: Casa mineira – Manuel Francisco Lisboa

Luiz Jardim

“A pintura do Guarda-Mor José Soares de Araújo em Diamantina” (p.155-179).

Abstract: Luiz Jardim traz nesse artigo dados biográficos do pintor português José Soares de Araújo. O autor o retrata como um pintor que nada puramente lusitano ou original trouxe ao Brasil e “nem ao menos exerceu influência nos pintores de Diamantina”. Jardim dedica mais tempo na análise das obras do artista, sobressaindo-se, contudo, o pessimismo do pesquisador em relação à técnica do Guarda Mor, que “hesitava entre a cor e o traço” e que teve pouca importância para o ambiente artístico de Diamantina.

Palavras Chave: Pintura colonial mineira – guarda mor José Soares de Araújo

Hannah Levy

“Valor artístico e valor histórico: importante problema da História da Arte” (pp.181-192).

Abstract: Hannah Levy apresenta uma importante contribuição para o estudo da História da Arte no Brasil. Num texto complexo e bem delimitado, a autora apresenta dois debates em torno do problema do “valor histórico” e do “valor artístico” de uma obra de arte. Dialogando com três textos franceses, Levy coloca em destaque a capital importância da

escolha metodológica para as pesquisas em História da Arte. O artigo traz publicado os originais, em francês, que a autora utiliza para suas análises e conclusões.

Palavras Chave: Valor histórico da arte – Valor artístico da arte

Maria de Lourdes Pontal

“A sacristia da catedral da Baía e a posição da igreja Primitiva” (pp. 193-206).

Abstract: A pesquisadora tece a história da catedral de Salvador, comparando sua edificação atual com os riscos da igreja primitiva do mesmo lugar. Trata-se de uma igreja jesuítica constantemente citada em relatos de viajantes estrangeiros, classificada por Spix e Martius como o “templo mais digno e mais suntuoso do Brasil”. No artigo, Pontal destaca a sacristia: primeiro, por seu valor artístico; segundo, porque os relatos antigos e a posição da catedral parecem indicar que a igreja primitiva não foi aproveitada na edificação atual.

Palavras Chave: Arquitetura jesuítica – Catedral de Salvador

Robert C. Smith

“Alguns desenhos de arquitetura existentes no arquivo Histórico Colonial Português” (pp. 209-249).

Abstract: Smith publica em seu artigo indicações aos futuros pesquisadores da história da arquitetura na América. Nesse sentido, o autor chama a atenção para a pesquisa nos desenhos de arquitetura dos artistas que passaram pelo Brasil. Segundo Smith, “há poucos edifícios coloniais nas Américas que não tenham sofrido alterações”. Assim, a pesquisa desse material se mostrará rica, por suas possibilidades de análises comparativas e por ser inédita para o país.

Palavras Chave: Desenhos de arquitetura – arquitetura colonial

W.P.

“Mobiliário, Vestuário, Jóias e Alfaias dos tempos coloniais” (pp.251-269).

Abstract: O artigo problematiza a historiografia do mobiliário colonial, analisando relatos de viajantes, denúncias ao Santo Ofício e outros manuscritos antigos. O autor questiona a “pobreza” do mobiliário nos primórdios coloniais, tão difundida pela historiografia. Seu texto é rico quanto ao debate bibliográfico e minucioso nas verificações das fontes. Com

isso, o autor espera incentivar o início da catalogação e fixação de uma nomenclatura rigorosa para os móveis brasileiros, além de estimular novas pesquisas.

Palavras Chave: Mobiliário – Arte colonial

Nair Batista

“Valentim da Fonseca e Silva” (pp. 271-329).

Abstract: O artigo aborda a vida e a obra do mestre Valentim. No início Nair apresenta alguns dados bibliográficos do artista tentando fundamentar-se em documentos “idôneos”, para o que relata a dificuldade da tarefa. Em seguida, analisa inúmeras obras de Valentim em sete igrejas do Rio de Janeiro. Para tanto, Nair utiliza os livros de “Receitas e despesas” das irmandades, pois neles, além de ser possível reconhecer o valor do artista, é possível “delimitar a procedência” (datação e atribuição) das obras.

Palavras Chave: Mestre Valentim – Arte no rio de Janeiro

Salomão de Vasconcelos

“Ofícios mecânicos em Vila Rica durante o século XVIII” (pp. 331-360).

Abstract: Nesse artigo, Vasconcelos apresenta o resultado de sua pesquisa nos primeiros 130 livros do Arquivo Colonial de Ouro Preto, com o propósito de verificar e analisar as atividades das oficinas que trabalharam “diretamente ligadas à construção de igrejas, chafarizes, entre outros”. No texto é reproduzido um rol de nomes de oficineiros de mais 30 livros, porém sem exames mais profícuos ou revisão bibliográfica sobre o tema.

Palavras Chave: Ofícios mecânicos – Arte colonial

David A. da Silva Carneiro

“Colégio dos Jesuítas em Paranaguá” (pp. 361-382).

Abstract: Neste ensaio, David estuda a instalação jesuítica em Paranaguá. O texto está dividido em cinco partes, nas quais o historiador narra o passado do edifício desde o início da colonização jesuítica até as reconstruções (reformas) sofridas pelo prédio, passando inclusive pelas lendas em torno disto. Para o autor, o antigo colégio dos jesuítas evidenciaria o gosto artístico dos arquitetos da companhia e sua história secular demonstraria o mérito de preservação.

Palavras Chave: Arquitetura jesuítica – ensino religioso

Joaquim Cardoso

**“Observações em torno da história da cidade do Recife, no período Holandez (sic)”
(pp. 383-406).**

Abstract: O objetivo principal desse artigo é estudar a história da cidade de Recife, por meio de documentos como plantas, quadros e desenhos executados pelos holandeses durante o tempo de sua permanência no Brasil. Nesse sentido, é colocada em evidência a comparação entre o processo urbanístico de colonização português e holandês, bem como as análises dos tipos de construção de ambos os povos.

Palavras Chave: Ocupação Holandesa – História do Recife

Lucio Costa

“A arquitetura Jesuítica no Brasil” (pp. 9-103).

Abstract: Nesse minucioso artigo, Lucio Costa estudou os elementos característicos da arquitetura jesuítica. Para o autor, tal arquitetura tem no Brasil uma personalidade inconfundível, com “composições regulares e frias”, fornecendo o que temos de mais antigo em arte. O artigo está dividido em cinco partes e nele Costa analisa: o programa construtivo dos jesuítas; a técnica empregada na construção; a arquitetura interior das igrejas (dando atenção especial ao conjunto de retábulos); a pintura interior das obras e, por fim, a arquitetura das igrejas dos SETE POVOS DAS MISSÕES (com a transcrição do relatório do SPHAN, de 1937, sobre as ruínas e características desses povos). São inúmeras as imagens do artigo, facilitando sua compreensão e a visualização de detalhes descritos por Lucio Costa.

Palavras Chave: Arquitetura jesuítica – Arquitetura religiosa

Sergio Buarque de Holanda

“Capelas antigas de São Paulo” (pp. 105-120).

Abstract: Sergio Buarque apresenta cinco capelas antigas de São Paulo: São Miguel; Carapicuíba; Embu; Capela de Santo Antonio em São Roque e Voturuna. Ao que parece, tratam-se de exemplares da arquitetura jesuítica. Para cada uma das igrejas, Holanda descreve a localidade, a história de formação e a data de fundação da igreja nesses povoados, sempre utilizando de documentação primária para “provar” o que cita.

Palavras Chave: Arquitetura religiosa em São Paulo – Arquitetura jesuítica

Robert C. Smith

“O códice de Frei Cristovão de Lisboa” (121-128).

Abstract: Nesse artigo, Smith comenta a obra de Frei Cristovão Lisboa, cujas gravuras formam uma importante documentação ilustrada da província do Maranhão, nos séculos XVI e XVII. Cristovão teria estado na província nesse período e realizado, a “pico de pena

e em papel grosso”, gravuras da fauna e da flora local. O documento constitui uma importante fonte para o estudioso da história natural e social do Brasil Colônia.

Palavras Chave: Desenhos – História Natural – Maranhão

Nair Batista

“Caetano da Costa Coelho e a Pintura da igreja da ordem Terceira de São Francisco da Penitência” (pp. 129-154).

Abstract: Batista analisa as obras do pintor Caetano da Costa Coelho. A principal intenção do artigo é solucionar o problema de atribuição das obras na igreja de São Francisco da Penitencia. Para tal, utiliza os “livros de Escritura” da Ordem, nos quais aparecem os pagamentos a Caetano pela obras. A “prova”, comenta a autora, contraria a tradição oral, que “conservou durante um século o nome de José de Oliveira como autor da obra” a que nos referimos. O artigo traz transcrições dos documentos citados.

Palavras Chave: Pintura colonial – Barroco Mineiro

Gastão Cruls

“Decoração das malocas indígenas” (pp. 155-167).

Abstract: Nesse artigo, Cruls estuda a decoração das “malocas” indígenas. O autor descreve decorações que variam da pintura em paredes externas até peças trabalhadas do interior das casas, mas sem análises profundas. Sua atenção se volta para um disco de madeira, idêntico ao descrito por Creveaux, adquirido pela Comissão Demarcadora de Limites meio século depois da análise feita por aquele autor. Cruls descreve a peça, sua utilização e provável técnica de fatura.

Palavras Chave: etnografia indígena – decoração indígena

Artur Cesar Ferreira Reis

“Vestígios artísticos da Dominação Lusitana na Amazônia” (pp. 169-177).

Abstract: Reis conta a história da conquista lusitana sobre a Amazônia, por meio de suas edificações (conventos, traçados urbanos, residências, igrejas e fortes), as quais demarcaram tanto a conquista territorial quanto a espiritual sobre a região. Para o autor, essas obras também demonstram a adaptabilidade do colono português ao meio e as

condições locais de vida. A partir daí, analisa brevemente essas “edificações lusitanas”, citando sua importância e relação para a ocupação da Amazônia.

Palavras Chave: Amazônia – Império Lusitano

E. Orosco

“As avarias nas esculturas do Período Colonial” (pp. 179-206).

Abstract: O artigo, segundo definição do próprio autor, é parte do esforço do Instituto Nacional de Tecnologia em analisar o estado da cantaria das igrejas espalhadas pelo Estado de Minas Gerais. A análise parte de observações locais e de corpos de teste laboratoriais, apontando hipóteses para a origem do desgaste naquelas rochas. Como resultado, são apresentadas conclusões sobre a causa dos estragos das obras de arte e cinco precauções “úteis a integridade e conservação do monumento”. Esse é o primeiro artigo (e único dos 18 volumes) a utilizar metodologia laboratorial no estudo referente à preservação.

Palavras Chave: Relatório de teste – Avaria em cantaria

Mario de Andrade

“Uma carta do Padre Jesuíno do Monte Carmelo” (pp. 207-212).

Abstract: Mario de Andrade apresenta a transcrição de uma carta do pintor paulista Padre Jesuíno do Monte Carmelo. Para o autor, o documento “vem enriquecer singularmente o que sabemos sobre a vida do artista” [p.207]. A carta prova que a locomoção de Jesuíno entre Santos e Itu fora intensa, ao contrário do que citam outros estudos “bastantes deficientes” sobre a vida do Padre, colaborando essas viagens para sua formação artística.

Palavras Chave: Padre Jesuíno – Pintura colonial

Francisco Marques dos Santos

“O ambiente artístico Fluminense à chegada da Missão Francesa em 1816” (pp. 213-240).

O artigo trata da arte na cidade do Rio de Janeiro antes da chegada da missão artística francesa que, desde 1800, já contava com o ensino de arte. Para fundamentar sua hipótese, Santos analisa a vida e a obra de quatro artistas que atuaram na cidade nesse período: João J. Alão; Armand J. Pallière; Joaquim C. Guillobel; e Roberto F. da Silva. O autor dedica

atenção especial a Gillobel, que pintou desenhos de tipos, usos e costumes do Brasil da época. No artigo, são reproduzidas e comentadas as 53 figuras de seu álbum.

Palavras Chave: Missão francesa – Artes no Império

Salomão de Vasconcelos

“Os primeiros aforamentos e os primeiros Ranchos de Ouro Preto” (pp. 241-257).

Abstract: Vasconcelos transcreve a lista de nomes que constam no primeiro livro de aforamento de Ouro Preto, com o intuito de estabelecer o princípio da formação da cidade aurífera.

Palavras Chave: Origem de Ouro Preto – Aforamentos de Ouro Preto

Hannah Levy

“A propósito de três teorias sobre o Barroco” (pp. 259-284).

Abstract: Inserindo-se no debate em torno do problema da explicação do barroco como “estilo histórico” e como “categoria artística”, Hannah Levy apresenta três teorias sobre o período: teorias de Henrique Woelfflin; Max Dvorak e Leo Balet. Ela frisa que sua intenção é expor as teorias, sem participar da contenda conclusivamente e ainda esmiúça as teses de cada autor. Após cada apresentação, organiza uma breve análise sobre os parâmetros da teoria exposta, defendendo sua consistência como método explicativo.

Palavras Chave: Teoria da Arte – Teoria barroco

D. Clemente Maria da Silva-Nigra, O.S.B.

“Os dois grandes Lampadarios (sic) do mosteiro de S. Bento do Rio de Janeiro” (pp. 285-297).

Abstract: D. Clemente estabelece nesse artigo um estreito debate com o texto de Nair Batista publicado no número quatro da mesma revista. Nair afirmou em seu texto que não se podia esclarecer suficientemente a atribuição dos Lampadários do mosteiro de São Bento. No entanto, D. Clemente, por meio da análise de recibos e dos livros de despesas do mosteiro, esclarece “definitivamente” que foi o Mestre Valentim o modelador dos dois grandes lampadários do mosteiro.

Palavras Chave: Lampadário – Mestre Valentim

Hannah Levy

“A pintura colonial no Rio de Janeiro” (pp. 7-79).

Abstract: Hannah Levy escreve mais um artigo de caráter metodológico para a revista. Dessa vez, trabalha a importância do estudo das fontes primárias para a história da arte, citando os problemas gerais e das principais fontes que podem orientar o estudioso nessa área. Além da delimitação do caráter das fontes, Levy se ocupa da maneira como elas devem ser trabalhadas. Fecham seu artigo algumas análises sobre a pintura colonial fluminense, seguindo a metodologia proposta, a partir de um grande número de obras (as quais são reproduzidas pelo artigo).

Palavras Chave: Pintura colonial – Fontes históricas

Manuel Bandeira

“D. Sebastião Leme” (pp. 81-85).

Abstract: O artigo apresenta a circular de D. Sebastião Leme, último arcebispo do Rio de Janeiro, intitulada “A defesa do patrimônio”. O documento mostra a colaboração necessária da igreja, detentora de inúmeros documentos e monumentos, na execução da tarefa de preservação do patrimônio brasileiro.

Palavras Chave: D. Sebastião – Patrimônio das Igrejas

Alberto Rangel

“O álbum de Highcliffe” (pp. 87-118).

Abstract: Rangel apresenta o álbum do desenhista britânico Charles Landseer, que viajou pelo Brasil entre 1825 e 1826. O artigo está dividido em dez partes, que contam desde a vida e a formação do artista até a reclamação do pai, junto ao rei inglês, reivindicando o álbum. O pedido não foi atendido e, para o autor, isso pode ter salvo os desenhos da destruição. A partir daí, Rangel comenta as características da obra do viajante, que teve por primazia retratar mais o povo do interior que o da corte.

Palavras Chave: Álbum de desenhos – desenhos de viajantes

Arthur Cesar Ferreira Reis

“Roteiro histórico das fortificações no Amazonas” (pp. 118-168).

Abstract: Um panorama histórico sobre a administração colonial e o levantamento de fortificações militares pelo império lusitano marcam o início desse artigo. Nele, Reis comenta os raros reparos que os governos brasileiros fizeram para preservar essas obras, tendo sido esses estabelecimentos abandonados no período republicano. Para completar, o autor analisa cinco fortificações: São José do Rio Negro, São Gabriel, Marabitanas, São Joaquim e Tabatinga relatando suas histórias, buscando comprovar a autoria de suas plantas, as reformas pelas quais passaram e o estado de conservação em que se encontram.

Palavras Chave: Arquitetura militar – Forte do Amazonas

Gastão Cruls

“Arqueologia Amazônica” (pp. 169-220).

Abstract: O foco de Cruls nesse estudo é a cultura material (sobretudo a cerâmica) dos povos habitantes da foz do Amazonas e da ilha de Marajó, fundamentado principalmente pela pesquisa arqueológica. O autor compara a cerâmica da ilha com a de Santarém. Para ele, os artefatos de Santarém podem ser considerados mais simples que os da civilização marajoara. Contudo, lamenta o pouco que se sabe sobre a arqueologia do alto Amazonas e espera que o artigo sirva de incentivo a novas pesquisas.

Palavras Chave: Artes indígena – Arqueologia

Serafim Leite

“O colégio de S. Alexandre e a Igreja de S. Francisco Xavier, de Belém do Grão-Pará” (pp. 221-240).

Abstract: Numa análise ostensiva de fontes, Padre Serafim retrata a chegada e o estabelecimento dos jesuítas em Belém do Pará. Para ocupação efetiva do lugar, os jesuítas procuraram logo cômodos fixos, daí a construção do Colégio e da Igreja. No que se refere ao colégio, o autor destaca a Capela Doméstica, a Livraria e a curiosidade do nome. Quanto à igreja, recebem atenção as três fases pelas quais passou e a análise de seu inventário.

Palavras Chave: Arquitetura Jesuítica – Jesuítas no Brasil

D. Clemente Maria da Silva Nigra O. S. B.

“A prataria seiscentista do mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro” (pp. 241-275).

Abstract: D. Clemente Nigra retoma a tradição do cristianismo para justificar o uso comum de materiais nobres como ouro e prata, nos cultos cristãos, contrariando a idéia de que “no Brasil são poucos as peças de prata seiscentistas”. O autor rechaça essa idéia e defende que, desde o primeiro século colonial, teria existido no Brasil “valiosa prataria”, as quais se perderam pelo costume de “refundirem as ‘peças velhas’ para fazer novas obras de ‘feitio moderno’”. No artigo, são reproduzidas e analisadas 21 peças de prata, que demonstrariam sua hipótese.

Palavras Chave: Prataria seiscentista – Objetos de culto cristão

Ayrton carvalho

“Algumas notas sobre o uso da pedra na arquitetura religiosa do nordeste” (pp. 276-294).

Abstract: Nesse trabalho, Carvalho analisa a aplicação da pedra na arquitetura do nordeste. Ele detém sua atenção à ornamentação das igrejas e dá espaço também para análises sobre a técnica de fatura de algumas obras. Para terminar, o autor incentiva estudos mais aprofundados sobre o emprego de pedras na arquitetura religiosa brasileira.

Palavras Chave: Arquitetura religiosa – Cantaria

Noronha Santos

“Um litígio entre marceneiros e entalhadores no rio de janeiro” (pp. 295-317).

Abstract: Através da verificação dos autos de execução, Santos clareia a história de alguns dos ofícios mecânicos no Rio de Janeiro, principalmente quanto a sua regulamentação pelo governo. Sua análise recai sobre Francisco Feliz da Cruz, condenado a multa de três mil réis por ter loja aberta de marceneiro, sendo seu ofício o de entalhador. Além das análises, o artigo contém transcrições dos depoimentos do referido caso.

Palavras Chave: ofícios mecânicos – litígios no Rio de Janeiro

José de Almeida Santos

“O estilo brasileiro D. Maria ou Colonial brasileiro” (pp. 319-335).

Abstract: Num artigo polêmico e nacionalista, Almeida Santos defende uma nova nomenclatura para os móveis brasileiros do período colonial e imperial e analisa “vários

tratados” e “inúmeras bibliografias”, não encontrando nada parecido com o que se criara aqui, que se encaixasse nos “modelos conhecidos de denominação”. Por isso propõe as nomeações: “D. Maria-I Brasileiro” e “Império Brasileiro” para o mobiliário colonial dos séculos XVIII e XIX respectivamente.

Obs: Ao final do artigo há uma nota da redação criticando a posição do autor. Segundo a nota, os móveis designados como estilo “D. Maria I brasileiro” são classificados pelo SPHAN como estilo “D. João VI”. A crítica também vale para a designação “Império-brasileiro”, que o SPHAN pretere em relação a designação genérica “Império”.

Palavras Chave: Mobiliário colonial – nomeação do mobiliário

C. F Ott

“Os azulejos do convento de São Francisco da Bahia” (pp. 7-34).

Abstract: Amparado por uma extensa bibliografia, Ott analisa nesse artigo os azulejos do convento de São Francisco. Para tal, faz uma breve história dos azulejos, desde sua origem até seu emprego no Brasil, os quais, na maioria das vezes, vieram de Portugal, como no referido convento. Além disso, os azulejos do convento, datados da primeira metade do século XVIII, misturam influência Barroca e Rococó. O autor também faz um estudo do simbolismo das figuras e dos motivos neles representados, apontando como inspiração do artista a obra “Thetro Moral”.

Palavras Chave: Azulejos – Barroco Bahiano

Michel Benisovich

“Frans Post e Albert Eckhout, pintores holandeses do Brasil, e as “Tapeçarias das índias” dos Gobelins” (pp. 35-56).

Abstract: Michel Benisovich escreve nesse artigo sobre os motivos das tapeçarias Gobelins; fundamentalmente trata da escolha da temática brasileira em suas composições. O método utilizado pelo autor para verificar sua hipótese foi a análise comparativa entre o inventário de Maurício de Nassau e as representações nas tapeçarias. Desta análise, é possível perceber que os motivos basearam-se na “vasta documentação” enviada pelo conde ao Rei Luis XIV, nas quais aparecem figuras de artistas holandeses, como Eckhout e Frans Post.

Palavras Chave: Tapeçaria Gobelins – Eckhout – Frans Post

Cônego Raimundo Trindade

“A igreja de São Francisco de Assis de Mariana” (pp. 57-77).

Abstract: Raimundo Trindade estuda a construção da igreja de São Francisco de Assis, pelos esforços da Ordem 3ª de São Francisco de Mariana. O autor relata todas as etapas da construção a partir da apresentação dos “riscos” à mesa diretora da Ordem. Destacam-se,

em seu relato, os trabalhos do artista Manuel da Costa Ataíde, que “pintou o pano da porta [e] fez o douramento do retábulo do altar mor e altar de Santa Isabel”.

Palavras Chave: Arquitetura Religiosa – Barroco Mineiro

José Wash Rodrigues

“Móveis Antigos de Minas Gerais” (pp. 78-97).

Abstract: Rodrigues delimita a existência de um “roteiro do móvel antigo e das antiguidades de toda espécie” nas cidades históricas mineiras. Pela análise do mobiliário encontrado nessa região, o autor explora a dimensão da “tradição familiar” mineira, o contraste entre a igreja e a residência e as características dos móveis. O texto analisa parte a parte os cômodos da casa e aponta suas características, com descrições e ilustrações de vários móveis, tais como: camas e catres, arcas, armários e mesas.

Palavras Chave: Mobiliário – Móveis em Minas

Gilberto Freyre

“Casas de Residência no Brasil – Introdução” (pp. 98-127).

Abstract: Gilberto Freyre escreve a introdução à tradução das cartas de Vauthier, analisando os seus conteúdos e classificando Vauthier como “um estudioso dos antecedentes e das influências do meio social sobre a arte de construção”. A partir delas, Freyre também sugere a necessidade de estudos nos demais escritos do arquiteto, tais como: cartas, artigos, diários e relatórios. Além disto, o autor apresenta a relação de material de sete obras do arquiteto, como meio de analisar a qualidade, o valor e o tipo de obra feita por ele.

Palavras Chave: Casa de Residência – Cartas de Vauthier

L.L. Vauthier

“Casas de residência no Brasil” (pp. 128-208).

Abstract: Trata-se da tradução completa, com notas do tradutor, de quatro cartas de Louis Vauthier. Nas cartas, o arquiteto aparece como um guia, que apresenta e analisa aspectos da arquitetura e sociedade pernambucana do século XIX. Sua atenção recai sobre a imensidão e o clima brasileiro; a natureza dos materiais construtivos e os espaços internos das casas; o

plano urbanístico das cidades e as características de Recife; finaliza com a caracterização detalhada dos engenhos.

Palavras Chave: Cartas de Vauthier – Casas de residência

Joaquim Cardoso

“Um tipo de casa rural do Distrito Federal e Estado do Rio” (pp. 209-256).

Abstract: O artigo traz o estudo de Cardoso sobre as casas rurais do estado do Rio de Janeiro. A intenção do autor é realizar uma classificação inicial desses edifícios para que “sirva de ponto de partida para novas pesquisas”. No trabalho, tais residências são divididas em quatro categorias distintas, sendo um ou outro grupo examinados mais profundamente. Nesse sentido, são analisados, telhado, varanda, vigamento e a técnica construtiva dos alpendres e escadarias das casas.

Palavras Chave: Arquitetura rural carioca – Casa Rural

Dom Clemente Maria da Silva-Nigra, O.S.B

“A antiga fazenda de São Bento em Iguazu” (pp. 257-282).

Abstract: Nesse artigo, D. Clemente escreve sobre a fazenda São Bento, desde os tempos de sua ocupação ainda quando se dividia o Brasil em Sesmarias. Dessa maneira, resgata a história dos monges beneditinos que, segundo documentação analisada, teriam sido os primeiros habitantes do local. É uma narrativa recheada de documentos sem muitos comentários do autor, servindo tais documentos para provar suas teses.

Palavras Chave: Arquitetura religiosa – Fazenda São bento

Arthur Cezar (sic) Ferreira Reis

“Das condições defensivas da capitania do Pará ao findar o século XVIII” (pp. 283-308).

Abstract: O artigo contém a transcrição de um documento colhido na seção de manuscritos da Biblioteca Pública de Belém relatando as condições das fortalezas, fortins e baterias do Pará no século XVIII. Além disso, a carta enviada pelo governador da província à corte relata outras curiosidades sobre a situação da cidade de Belém naquele século; o temor de

uma invasão espanhola e condições geográficas local.**Palavras Chave:** Fortes – Pará –
Transcrição de documento

Estêvão Pinto

“Muxarabís e Balcões” (pp. 309-340).

Abstract: O artigo caracteriza-se por um ensaio sobre os dois elementos arquitetônicos citados no título, nos quais se poderão ver traços de influência árabe e demais culturas islâmicas nas construções brasileiras. Isso porque o Muxarabí, um abalcoado bem saliente, apoiado sobre cachorros de pedra, foi um elemento característico da cultura bebero-arábico adaptado no Brasil. As análises e conclusões de Pinto abordam obras em Minas Gerais e Pernambuco e vêm acompanhadas de muitas fotos.

Palavras Chave: Muxarabís e Balcões – Arquitetura residencial

Hannah Levy

“Modelos europeus na Pintura colonial” (pp. 7-66).

Abstract: Nesse artigo, ricamente ilustrado, Levy analisa a utilização de modelos europeus por artistas brasileiros. Caso mais interessante é de Manuel da Costa Ataíde, que a autora identificou todos os modelos “copiados”. Ela defende a tese do caráter heterogêneo da pintura brasileira, na qual se percebe um ecletismo pela utilização desses modelos. Não obstante, Levy sugere que o conhecimento dos modelos resolveria grande parte dos problemas de atribuições e seria um valioso trabalho para futuros restauros. Para incentivar pesquisas nesse sentido, ao final do texto é publicada uma relação de 47 livros ilustrados que estão na biblioteca nacional.

Palavras Chave: Pintura colonial – Modelos da pintura

Artur César Ferreira Reis

“Aspectos da Amazônia na sexta década do Século XVIII” (pp. 67-75).

Abstract: Com um breve panorama histórico dos povos missionários que estiveram na Amazônia, Reis introduz a transcrição do documento referente à regulamentação dos trabalhos e preocupações urbanísticas da região. Do texto sobressai a participação de “figuras ilustres”, como personagens da ocupação da região. A transcrição do manuscrito segue da página 6 a 75.

Palavras Chave: ocupação da Amazônia – missionários no Brasil

Curt Nimuendaju

“A habitação dos Timbira” (pp. 76-101).

Abstract: Num dos poucos artigos etnográficos da revista, Curt registra a cultura indígena dos “Timbira”, tendo em vista seus modelos construtivos. O autor apresenta uma larga descrição das casas indígenas de várias comunidades “Timbira”. Essas, dispostas em forma circular, estavam intimamente ligadas à organização social e cerimonial da tribo,

características perdidas após a cristianização. Na descrição das casas, Curt cita a falta de janelas e uso variado da principal peça de uma casa Timbira: a cama de vara.

Palavras Chave: Etnografia indígena – Artes indígenas

Noronha Santos

“O parque da praça da república, antigo da aclamação” (pp. 102-173).

Abstract: Noronha Santos oferece nesse artigo a história do “parque da praça da república”, a partir de 1721, quando passa a ser alvo de tentativas de melhoramentos. Através da análise de projetos, cláusulas de contratos e depoimentos da época, o autor reconstrói o passado do parque. Seu texto está dividido em sete partes, mais um apêndice, com os traços biográficos do paisagista francês Auguste François Marie Glaziou – o qual planejou o ajardinamento do parque em 1873 – e notas bibliográficas.

Palavras Chave: urbanização – parque da praça da república

Lourenço Luís Lacombe

“A fazenda de Santo Antonio em Petrópolis” (pp. 174-188).

Abstract: Pela listagem dos proprietários escriturais da fazenda Santo Antonio, desde 1760, Lacombe narra sua história, na qual há pouco espaço para a arquitetura da fazenda ou sociedade artística da época. O autor cita apenas que a casa “está em local ‘aprazível’ e que é ‘hoje’ um dos mais pitorescos recantos de Petrópolis”, daí a importância de sua preservação.

Palavras Chave: História de Petrópolis – Fazenda Santo Antonio

Serafim Leite

“Aldeia dos Reis Magos” (pp.189-210).

Abstract: Serafim publica na revista o texto de um dos capítulos do Tomo VI da *História da Companhia de Jesus no Brasil*, ainda por ser editada na época. Nele, o autor conta a história da formação do povoado e cristianização dos indígenas (Aimorés) da Aldeia dos Reis Magos. Dividida em cinco partes, a narrativa inicia-se com a doação da sesmaria aos cristianizadores e relata as dificuldades que os jesuítas encontraram para a execução da tarefa.

Palavras Chave: Cristianização – Jesuítas no Brasil

Luis Saia

“Notas sobre a arquitetura rural paulista de segundo século” (pp. 211-275).

Abstract: Luis Saia apresenta a análise de 12 exemplares de residências rurais, do município de São Paulo e arredores. Seu foco são os exemplares seiscentistas, para os quais o autor delimita uma constância arquitetônica: o agrupamento de três dados – planta retangular, paredes de taipa e telhado de quatro águas. Segundo ele, as pequenas variantes não rompem a integridade dessa aliança. Saia completa o artigo observando a diferença entre a arquitetura das casas analisadas e das casas das “novas paragens”, além de exibir inúmeras imagens sobre o tema tratado.

Palavras Chave: Arquitetura rural – Casa rural

Cônego Raimundo Trindade

“A casa de São Francisco em Mariana” (pp. 276-324).

Abstract: Segundo Trindade, o artigo se relaciona com a produção de Diogo de Vasconcelos: “História Antiga das Minas Gerais”, na qual se identificava a casa de São Francisco como sendo o antigo palácio da Vila do Carmo. Pela análise extensiva de fontes – autos da Câmara e os documentos do Pe José Simão – Trindade nega essa hipótese, recontando a história de pertencimento da “casa”.

Palavras Chave: Arquitetura religiosa – Arquitetura em Mana

Dom Clemente Maria da Silva Nigra, O.S.B.

“Temas pastoris na arte tradicional brasileira” (pp. 325-361).

Abstract: O texto trata da ocorrência, no Brasil, da chamada “arte pastoril”, que aparece principalmente na pintura e, sobretudo, nos azulejos das “velhas igrejas”. Antes de fazer uma análise mais embasada do tema, o autor identifica as principais áreas de ocorrência dessa pintura no país, trazendo ilustrações que são comentadas ao longo do texto.

Palavras Chave: arte pastoril – pintura

Dom Clemente Maria da Silva-Nigra, O.S.B.

“Francisco de Frias da Mesquita, engenheiro mor do Brasil” (pp.9-83)

Abstract: D. Clemente escreve sobre a vida e a obra do arquiteto Francisco de Frias da Mesquita, enviado ao Brasil em 1603 por ordem régia. O engenheiro chegou ao país num período de agitação militar devido às tentativas estrangeiras de invasão territorial. O autor apresenta documentos que provariam a relação de Frias com a construção, por todo o território, de fortificações e obras afins. Nesse sentido, são comentadas 12 construções e transcritos 15 documentos, fotos e desenhos dos fortes que teriam relação com o engenheiro.

Palavras Chave: Arquitetura no Brasil – Engenheiros no Brasil

Robert C. Smith

“Documentos Baianos” (pp. 85-133).

Abstract: Smith reproduz e analisa três documentos: dois do século XVIII e um do XIX, do Arquivo histórico da prefeitura de Salvador, “selecionados pelo interesse em face da historia geral da arte brasileira”, o primeiro deles trata do mobiliário colonial; o segundo e o terceiro dedicam-se à regulamentação e fiscalização das construções em Salvador. O autor incentiva pesquisas em documentos produzidos pelos senados e casas de câmaras antigas, por sua importância e por serem trabalhos inéditos no Brasil.

Palavras Chave: Arquitetura em Salvador – Mobiliário Antigo

Joaquim de Souza-Leão Filho

“Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae” (pp. 135-158).

Abstract: Joaquim Filho escreve sobre a obra “Historia Naturalis Brasiliae”, na qual estão contidas as primeiras paisagens americanas pintadas *in loco*, por Frans Post e Eckout. As obras encontram-se na Alemanha e após a segunda guerra mundial o Brasil tentou reavê-las, sem sucesso. Destacamos do artigo sua introdução, na qual o autor comenta a perda irreparável de algumas obras de arte na II Guerra Mundial.

Palavras Chave: Frans Post – Pintura colonial

José Wash Rodrigues

“A Casa de moradia no Brasil antigo” (pp. 159-197).

Abstract: Nesse estudo, Rodrigues analisa a origem, as características gerais, a técnica, o modelo construtivo e a ornamentação da casa de moradia brasileira. Destacamos três de suas conclusões: a primeira referente às “características permanentes dessa casa” e sua “unidade de aspecto em todo o território”, pela qual nega os possíveis regionalismos; a segunda quanto à origem da casa, vinculada às reminiscências da casa portuguesa e a terceira relativa à evolução das janelas pelo emprego do vidro.

Palavras Chave: Casa residencial – Arquitetura civil

Mário A. Freire

“O convento da Penha” (pp. 199-216).

Abstract: Num trabalho que se assemelha mais a uma divulgação do que a um ensaio acadêmico, o autor apresenta a história do Convento da Penha, que teve origem a partir da construção da capela de mesmo nome, em 1575. Dentro das notabilidades do convento, são destacados os retábulos pintados por Victor Meireles, as telas pintadas por Benedito Calixto e a reforma pela qual passou sob a orientação do DPHAN.

Palavras Chave: Arquitetura religiosa – Convento da Penha

Cônego Raimundo Trindade

“A casa Capitular de Mariana” (pp. 217-250).

Abstract: É com a intenção de recontar a história pretérita da “casa capitular de Mariana” e desconstruir a lenda de ser ela uma prisão de padres, que Raimundo Trindade escreve esse texto. O autor apresenta muitos documentos, entre eles o “termo de condições” para a construção e o rol de eclesiásticos que estiveram vinculados à casa – de seu diretor a freqüentadores esporádicos desde sua criação – como método de provar a leviandade da lenda.

Palavras Chave: Arquitetura religiosa – Arquitetura de Mariana

Hannah Levy

“Retratos Coloniais” (pp. 251-290).

Abstract: Neste trabalho, Levy problematiza as características principais dos retratos coloniais, do ponto de vista artístico e do estilo, buscando a sua relação com as obras da metrópole. Para o estudo, ela analisa os retratos de fundadores, benfeitores e provedores das Santas Casas Misericórdia, Conventos e irmandades. Isso porque, na sociedade brasileira “só uma parte ínfima da população” fazia-se retratar. A pesquisa revela que o retrato do Brasil assumiu as características do retrato burguês, guardando grande semelhança com o retrato em Portugal.

Palavras Chave: Retrato- Pintura Colonial

Salomão de Vasconcelos

“Como nasceu Sabará” (pp. 291-330).

Abstract: O autor traça, pela análise de documentos das paróquias, a história do povoamento de Sabará desde os primeiros ranchos que ocuparam a região. É um relato romântico da ocupação, no qual homens como Borba Gato e Garcia Rodrigues aparecem como heróis que persistiram na construção da cidade. Entre as páginas 304-330 Vasconcelos transcreve documentos com nomes dos habitantes da cidade.

Palavras Chave: Cidades mineiras – Colonização de minas

Augusto de Lima Júnior

“A congregação do oratório e suas igrejas em Pernambuco” (pp. 331-346).

Abstract: Nesse artigo, Lima Júnior escreve sobre a construção do oratório, que teve início em 1659, com a vinda dos padres João Duarte do Sacramento e João Rodrigues Vitória. Estes pretendiam fazer do lugar um recinto de estudos e ensinamento religioso. O texto de Lima Júnior finaliza narrando a extinção da congregação pelas mãos da maçonaria.

Palavras Chave: Arquitetura religiosa – congregação em Pernambuco

Aluísio de Almeida

“Casas dos séculos 18 e 19 em Sorocaba” (pp. 347-370).

Abstract: No artigo é estudada a “antiguidade das casas sorocabanas”, não raro e sem razão, chamadas de coloniais. O autor pretende estudar as “semelhanças gerais da edificação civil de Sorocaba com a do Brasil e Portugal”. Nesse copioso trabalho, ele analisa minuciosamente esses edifícios, demonstrando seus modelos, sua técnica e seus materiais construtivos, suas características externas e internas e seus espaços, relatando como seria a vida dentro dessa casa.

Palavras Chave: Casas em Sorocaba – Arquitetura Civil

Mario Ferreira França

“A Fortaleza de Villegagnon” (pp. 371-390)

França apresenta a história do forte de Villegagnon, construído pelo vice-almirante de Bretanha, Nicolau Durand de Villegagnon, enquanto dominava a terra conhecida como França Antártica. O autor narra a história da retomada da área pelos portugueses, sob o comando de Mem de Sá, e chega à época do Marquês de Lavradio, o qual reformou a fortaleza. O autor realiza este estudo num misto entre a história da ocupação territorial e a história dos homens ilustres da colônia.

Palavras Chave: Arquitetura Militar – Fortalezas do Rio de Janeiro

Noronha Santos

“Fontes e Chafarizes do Rio de Janeiro” (pp. 7-133).

Abstract: Em 12 capítulos, Santos analisa 11 fontes e chafarizes cariocas, tendo como elementos: o problema da falta de água, que atingiu os moradores da cidade por quatro séculos estimulando as ordens régias para tais construções; os problemas de atribuições - como no caso do chafariz da praça XV de Novembro; descrições detalhadas e a situação atual de cada monumento. Destacam-se do texto as análises pormenorizadas sobre os chafarizes da praça XV de Novembro e o de Grandjean de Montigny.

Palavras Chave: Fontes - Chafarizes

Joaquim de Souza-Leão Filho

“Palácio das Torres” (135-167).

Abstract: O autor analisa o Palácio das Torres, que teria sido residência administrativa do Conde Maurício de Nassau no Brasil. Por meio da análise das “Atas do Alto Conselho” e das ilustrações dos artistas de Nassau, destaca algumas de suas características arquitetônicas holandesas. No entanto, mais do que a apresentação do Palácio, do qual nada resta, o artigo traz uma análise panorâmica do que teria representado para a sociedade e cultura pernambucana o governo do conde holandês.

Palavras Chave: Holandeses em Pernambuco – Maurício de Nassau

Gilberto Ferrez

“Fotografia no Brasil e um de seus mais dedicados servidores; Marc Ferrez (1843-1923)” (pp. 169-304).

Abstract: Ferrez articula texto e imagem para construir a história da fotografia no Brasil, colocando em evidência “as figuras mais representativas dos fotógrafos do país”, principalmente suas paisagens. Após uma rápida introdução, o autor apresenta um rol de artistas que atuaram na corte e comenta o desenvolvimento das atividades fotográficas em

sete estados brasileiros. Fez seu estudo, um capítulo específico sobre Marc Ferrez, que, segundo o estudioso, foi o mais representativo fotógrafo do Brasil.

Palavras Chave: Fotografia – Marc Ferrez

Artur César Ferreira Reis

“O palácio Velho de Belém” (pp. 305-312).

Abstract: No artigo é apresentada uma extensa documentação referente ao “Palácio velho de Belém”. Para o autor, os documentos provam que o edifício atual não é o mesmo de 1676 e esclarece dúvidas quanto ao tipo de material empregado na construção. No entanto, dúvidas sobre sua utilização não puderam ser “resolvidas” pela análise documental.

Palavras Chave: Arquitetura em Belém

Paulo Tedim Barreto

“Casas de Câmara e Cadeia” (pp. 9-195)

Abstract: Num dos estudos mais extensos da revista, Barreto analisa a arquitetura das “casas de câmara e cadeia”. Precede o artigo duas notas explicativas: a primeira, de Rodrigo M. F. de Andrade, justificando as alterações do texto para que fosse publicado na RSPHAN; outra, do próprio autor, expondo as bases e limites. O texto é apresentado em 15 capítulos, nos quais Barreto revela as peculiaridades históricas envolvendo edifícios das Casas de Câmara e Cadeia, entre elas: a origem da colonização e municipalização do Brasil, os problemas relativos aos seus materiais e sistemas construtivos, suas condições de instalação e seu funcionamento.

Palavras Chave: Casas de câmara e cadeira – Arquitetura colonial

Carlos Ott

“Noções sobre a Procedência D’Arte de Pintura na Província da Bahia” (pp. 197-214).

Abstract: Carlos Ott apresenta a transcrição do manuscrito “noções sobre a procedência d’arte de pintura na província da Bahia”, um manuscrito de autoria indefinida, com 16 páginas, que se encontra na Biblioteca Nacional e aborda o germe da pintura e escultura baiana e seus artistas mais famosos, citando um rol de nomes e obras. Dentre outras análises, Ott se insere na discussão de atribuição do manuscrito e “corrige” algumas informações nele contidas, principalmente quanto à imputação de obras.

Palavras Chave: Pintura na Bahia – pintura colonial

Noronha Santos

“Vestígios de Fortim Colonial no Engenho Novo” (pp. 225-231)

Abstract: Noronha Santos dedica-se à história do Fortim de Engenho Novo, principalmente ao seu caráter militar, isso porque o prédio, em estado avançado de ruína, não aparece em manuscritos da época como uma fortificação desse caráter. Para o autor, o fortim realmente foi um posto militar, datado da época do governo do Vice-Rei Conde de Rezende construído entre 1793 e 1795, segundo as análises documentais.

Palavras Chave: Arquitetura colonial – fortes do Rio de Janeiro

Artur César Ferreira Reis

“Guia histórico dos Municípios do Pará” (pp. 233-322).

Abstract: Nesse artigo, Reis apresenta um guia das cidades paraenses. São expostos 52 municípios e para cada um o autor constrói um breve relato – três páginas em média –, contando sua gênese, lembrando seus personagens “ilustres”, indicando seus monumentos e datando a época de sua elevação a município. Observa-se daí que todos os povoados transformaram-se em municípios após a segunda metade do século XIX.

Palavras Chave: Guia Histórico – Municípios do Pará

José de Souza Reis

“Arcos da Carioca” (pp. 9-108).

Abstract: O autor escreve sobre o aqueduto do Rio de Janeiro, inaugurado em 1744, para captação das águas da “carioca”. Numa breve história dessas construções, sugere que todos os monumentos desse tipo possuem a mesma filiação técnica e artística – Roma Antiga. Nesse sentido, para ele, seria o aqueduto o monumento de mais remota origem no Brasil mesmo comparado aos edifícios de origens jesuíticas, demonstrando a sua importância e para isso merecendo um lugar de destaque no acervo patrimonial brasileiro.

Palavras Chave: Aqueduto da carioca – Arquitetura do Rio de Janeiro

Cônego Raimundo Trindade

“Ourives de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX” (pp. 109-150)

Abstract: O artigo trata dos ourives de Minas Gerais, começando por João de Lana, francês, nomeado pela Câmara de Vila Rica, contraste e ensaiador de ouro e prata em 1742. Nesse sentido, é publicada uma quantidade enorme de documentos sobre a vida, os negócios e a qualidade de Lana e outros ourives no biênio 1746-1747. Pela transcrição, Trindade pretende delimitar o contraste entre os ourives do Rio de Janeiro e Minas no século XVIII.

Palavras Chave: ourivesaria mineira – Ofícios mecânicos

David James

“Um pintor inglês no Brasil – do Primeiro Reinado” (pp. 151-170)

Abstract: David James escreve um relato sobre o pintor inglês, Augustus Earle, que viajou pelo Brasil duas vezes, no primeiro quadriênio do século XIX. No artigo, o autor traça a biografia do pintor, bem como analisa algumas de suas obras, comparando-as às de outros viajantes e sugerindo divisões e interpretações de seus quadros. James finaliza o artigo lamentando não estarem os originais dos desenhos e aquarelas da segunda viagem do artista incorporados às obras criadas durante sua primeira estadia no Brasil.

Palavras Chave: Pintura no Rio de Janeiro – Relatos de viajantes

Salomão de Vasconcelos

“Como nasceu Ouro Preto – sua formação cadastral desde 1712” (pp. 171-231)

Salomão de Vasconcelos pretende, pelo arrolamento de dados cadastrais, completar o estudo realizado por ele no número 5 desta revista, sob o título de “Os primeiros aforamentos e os primeiros ranchos de Ouro Preto”. No período em questão, há precisão dos ocupantes de Ouro Preto, bem como moradias mais estáveis. A transcrição dos dados cadastrais estende-se da página 173 a 233, sem análises profundas.

Palavras Chave: Ouro Preto – Cidades mineiras

Dom Bonifácio Janssem, O. S. B.

“Livro do gasto da Sacristia do Mosteiro de São Bento de Olinda 1756 – 1802” (pp. 233-312)

Abstract: Nesse artigo, Janssem pretende demonstrar a importância da arte em Pernambuco no fim do século XVIII e início do XIX. Ele parte dos registros dos artistas no códice dos gastos com a igreja e a sacristia do Mosteiro de São Bento de Olinda e ainda cita e analisa alguns artistas e suas obras que merecem destaque do livro, além de transcrever uma imensa lista de gastos do mosteiro, como forma de incitar novas pesquisas e comprovar a importância dessas fontes para a história.

Palavras Chave: Documentos eclesiásticos – Arte em Pernambuco

David James

“Rugendas no Brasil: obras inéditas” (pp. 9-16).

Abstract: James faz a apresentação dos trabalhos de Rugendas na época em este que esteve no Brasil. O autor relata as duas viagens do artista ao país, comentando o destino de algumas obras e intenção dele em registrar as mudanças ocorridas no país desde sua primeira estadia. O artigo ainda traz a reprodução de 15 imagens inéditas de Rugendas da sua primeira viagem, esquecidas durante mais de 130 anos nos arquivos russos.

Palavras Chave: Pinturas de Rugendas – Relatos de Viajantes

J. Moritz Rugendas

“Imagens e notas do Brasil” (pp. 17-84).

Abstract: Este artigo traz a tradução dos manuscritos de Rugendas sobre sua segunda viagem ao Brasil – a obra não foi terminada devido a sua morte. São 41 páginas traduzidas por Dom Clemente Maria da Silva-Nigra, nas quais o viajante destaca as mudanças ocorridas no Brasil em sua segunda passagem pelo país, abordando temas como: a vida dos fazendeiros; a vida dos negros (escravos e libertos) e o ouro do Brasil.

Palavras Chave: Rugendas – Relato de viajantes

Carlos Ott

“O forte do Mar, na Bahia” (pp. 85-107).

Abstract: Ott escreve a história da fortaleza do “Mar” erguida, segundo ordem régia, para a proteção de Salvador das possíveis tentativas de invasão holandesas – que de fato ocorreram. Segundo o autor, esse é o acontecimento mais notável do forte, ficando esquecido até a chegada da família real ao Brasil. Ao narrar a história, o autor dá atenção às sucessivas mudanças na planta original do edifício ao longo dos anos e aos documentos que determinam a maneira e as formas da obra.

Palavras Chave: Arquitetura militar – Fortes da Bahia

Cônego Raimundo Trindade

“A igreja de São José, em Ouro Preto” (pp. 109-214).

Abstract: O artigo apresenta uma miríade de documentos relativos à história da igreja São José desde a criação da irmandade, que ordenou a construção da igreja, até os responsáveis por sua criação e ornamentação. Nesse sentido, são transcritos mais de 300 documentos da irmandade, entre eles: atas de fundação, recibos de pagamento e compra de matéria e nomes de oficiais que trabalharam no local.

Palavras Chave: Arquitetura religiosa – Documentos de irmandades

Alfredo Galvão

“Almeida Junior:sua técnica sua obra” (pp. 215-224)

Abstract: Galvão escreve sobre a vida e a obra de Almeida Júnior, mencionando principalmente aspectos de sua formação como pintor. Quanto a suas obras, o autor define dois períodos distintos na composição do artista: o primeiro estende-se por toda sua passagem pela academia de belas artes, antes da viagem à Europa, na qual o artista busca o realismo do que é representado; o segundo período liga-se a sua volta ao Brasil, quando Almeida Jr abandona a natureza morta e passa a temas como o sertanejo brasileiro, utilizando uma nova técnica pictórica.

Palavras Chave: Almeida Junior – Pintura no Rio de Janeiro

Joaquim de Souza Leão

“Dois engenhos Pernambucanos” (pp.225-239).

Abstract: O artigo conta a história do engenho “morenos e do engenho gurjau”, em Pernambuco. Para o primeiro, o autor constrói a linha sucessiva dos donos do local e, para o segundo, dedica-se à ocupação do lugar. De maneira geral, esses dois engenhos remetem, segundo o autor, ao período da invasão holandesa no Brasil. Leão cogita, inclusive, a possibilidade de ter sido a casa-grande do Engenho “Morenos” projetada pelo arquiteto Louis Vauthier.

Palavras Chave: Arquitetura Pernambucana – Engenho Pernambuco

Artur César Ferreira Reis

“O estado das fortificações da Amazônia na quinta década do século XVIII” (pp. 241-253).

Abstract: Reis apresenta quatro documentos da metade do século XVIII, que analisam o estado das fortificações amazonenses. Segundo o autor, são documentos preciosos para a identificação do sistema construtivo das fortalezas e dos materiais empregados na obra. Segue a essa breve apresentação, a transcrição dos documentos: Relatório do Mestre de Campo José Miguel Ayres; Primeiro e Segundo relatórios do Sargento-Mor Engenheiro Carlos Varjão Rolim e a Carta Régia autorizando a reforma do forte.

Palavras Chave: Arquitetura militar – Fortes da Amazônia

Frei Venâncio Willeke, O. F. M.

“O convento de Santo Antonio de Ipojuca” (pp. 255-353).

Abstract: Frei Venâncio narra a história do convento de Santo Antonio de Ipojuca ao longo de 23 capítulos, nos quais fala da criação do convento, da sua importância como monumento artístico, das personagens locais, da opulência de seus bens etc. Destacamos do texto a parte em que o autor relata a importância do convento na luta contra os holandeses, quando serviu de abrigo a vários monges vindo de Pernambuco.

Palavras Chave: Arquitetura religiosa – Convento de Ipojuca

João Miguel dos Santos Simões

“Azulejaria no Brasil – comunicação destinada ao colóquio de Estudos Luso-Brasileiros, na Bahia, 1959” (pp. 9-18)

Abstract: Trata-se aqui de uma comunicação, o que deixa implícita a limitação do texto quanto à apresentação de notas e figuras. A intenção de Simões é sumarizar algumas constatações sobre o azulejo no Brasil. Logo, parte ele da comparação entre a azulejaria daqui e de Portugal como meio de definir suas origens, demarcando suas diferenças e influências mútuas.

Palavras Chave: Arte decorativa - Azulejaria

Alfredo Galvão

“Manuel de Araújo Porto Alegre – sua influência na Academia Imperial de Belas Artes” (pp. 19-120) (+1 página com imagens).

Abstract: Alfredo Galvão apresenta transcrições de textos produzidos por Manuel de Araújo Porto Alegre, desde sua posse como diretor na Academia Imperial de Belas Artes até cartas particulares ao amigo Victor Meireles. São vinte e um itens transcritos no total, que evidenciam a vida pública e privada de Porto Alegre, com ênfase em seu “patriotismo” e “nacionalismo”, como no caso da “Crítica a um programa de ensino”.

Palavras Chave: Academia de Belas Artes – pintura no Rio de Janeiro

Sylvio de Vasconcelos

“Formação do Arraial do Tejuco” (pp. 121-134) (+ 6 pp. com imagens).

Abstract: Vasconcelos problematiza a forma de ocupação do arraial do Tejuco, cidade de Diamantina. Para o autor, essa localidade desenvolveu-se de forma singular se comparada a outras cidades mineiras, adotando forma quadrangular, concentrada e reticular, de acordo com os princípios urbanísticos da administração portuguesa. O maior problema do estudo para o autor foi a falta de documentos que provassem sua hipótese de formação do arraial.

Palavras Chave: Cidades mineiras - Urbanização

Carlos Ott

“Forte de Santo Antonio da Barra” (pp. 135-159) (+ 6 p.. com imagens)

Abstract: Nesse artigo, Ott articula a história de Salvador pelo viés histórico da fortaleza de Santo Antonio da Barra, considerada uma das mais antigas da Bahia. O forte, encantador pela beleza, decepcionara os baianos na repressão à invasão holandesa. Isso levou o povo a reivindicar novas instalações militares e melhorias no “velho forte”. Ott narra as melhorias pelas quais passou a construção, derivando suas conclusões, principalmente, da análise da planta e em projetos de reformas do forte.

Palavras Chave: Arquitetura militar – Fortes da Bahia

Cônego Raimundo Trindade

“Igreja das Mercês de Ouro Preto – documentos do se arquiteto” (pp. 161-282) (+ 2 pp. com imanges).

Abstract: Trata-se aqui da fundação da igreja das Mercês, cuja construção está vinculada à irmandade da “Ordem Terceira de Nossa Senhora das Mercês da Redenção dos Cativos”. O artigo traz notas e documentos relativos à criação da irmandade – estatuto – e a construção do santuário – local, mestres que trabalharam na obra, etapas da construção, dentre outros – , que remontam a história pretérita da igreja.

Palavras Chave: Arquitetura religiosa – Igrejas de Ouro Preto

Mario Barata

“Manuscrito inédito de Lebreton – Sôbre (sic) o estabelecimento de dupla Escola de Artes no Rio de Janeiro, em 1816” (pp. 283-307).

Abstract: Barata apresenta dois manuscritos inéditos de Lebreton, preparados para a sessão comemorativa da chegada da missão artística francesa ao Brasil. Os manuscritos tratam sobre a “organização do ensino das artes no Rio de Janeiro” e, para Barata, reforçam parcialmente a história da vinda e atuação da missão artística no país [p.283]. Neles, além da sistematização das idéias e projetos de Lebreton para a criação de uma escola gratuita de arte e ofícios, é possível identificar a largueza metodológica aconselhada pelo artista.

Palavras Chave: Academia imperial de belas artes – Ensino de artes no Rio de Janeiro

José Antônio Gonsalves de Mello

“Cristóvão Álvares – Engenheiro em Pernambuco” (pp. 9-70)

Abstract: O artigo resulta de pesquisas em arquivos de Portugal, Espanha e Holanda nos anos de 1952, 1958 e 1960, realizadas a serviço da Universidade do Recife. Nele, Gonsalves de Mello apresenta documentos dispersos em arquivos daqueles países, que esclarecem a vinda ao Brasil de Cristóvão Álvares e suas habilitações de engenheiro. Também é narrada a história de cada obra, através de passagens de documentos. Ao final, são apresentadas plantas do Forte Bom Jesus, Forte Real do Recife e de sua Praça da Artilharia.

Palavras Chave: Arquitetura em Pernambuco – Cristóvão Álvares

Carlos Ott

“José Joaquim da Rocha” (pp. 71-108).

Abstract: Ott apresenta mais um resultado de seus doze anos de pesquisa sobre a história da arte na Bahia. Trata-se da análise de importantes documentos sobre José Joaquim, que permitiram atribuir-lhe autoria de diversas obras. O texto também contém muitas fotos das pinturas do artista, seguidas da descrição de seus trabalhos e análises das características de seu estilo, das suas figuras típicas e das influências, possivelmente italianas. Ao final, o autor lista 52 trabalhos feitos por Joaquim.

Palavras Chave: Pintura na Bahia – Pintura

Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança

“A Formação artística da Imperatriz Dona Leopoldina” (pp.109-112)

Abstract: Dom Carlos inicia seu artigo com um breve relato sobre a educação da Imperatriz Leopoldina. Ele lamenta a inexistência de documentação sobre suas inclinações artísticas e, por este motivo, apresenta 15 estudos, entre eles: desenhos, guaches e aquarelas, realizados por Leopoldina enquanto criança. A história da coleção é contada, as

figuras são descritas e o progresso artístico destacado. Ao final, o autor faz votos de que seja encontrado algum dos trabalhos feitos pela imperatriz no Brasil.

Palavras Chave: Estudo de arte – Imperatriz Leopoldina

Judite Martins

“Novos Subsídios acerca de Manoel Francisco Lisboa” (pp.113-137).

Abstract: O objetivo deste trabalho é complementar o estudo da mesma autora, publicado na Revista do SPHAN nº 4, trazendo à luz novos elementos comprobatórios da importância de Manoel F. Lisboa no desenvolvimento de construções civis e religiosas de Minas Gerais. A grande dúvida a se esclarecer é se Manoel Lisboa teria executado os trabalhos como decorador ou arquiteto. A autora atualiza alguns dados biográficos do artista e apresenta uma relação de trabalhos por ele realizados .

Palavras Chave: Manuel Francisco Lisboa – Barroco mineiro

Alfredo Galvão

“Obras no Antigo Edifício da Academia Imperial de Belas Artes” (pp. 139-201).

Abstract: Galvão apresenta alguns documentados a respeito de diversas obras – reformas e ampliações – realizadas no antigo edifício, onde funcionava a Academia Imperial das Belas Artes. Destaque para a reforma de 1890, realizada pelo arquiteto Grandjean de Montigny. Além disso, o autor apresenta um retrato em gravura, de Montigny e desenhos que mostram as fachadas da Academia em épocas distintas bem como plantas do corpo central do Palácio da Academia depois de restaurado, em 1883.

Palavras Chave: Academia Imperial de Belas Artes – Grandjan de Montigny

Ivo Portode Menezes

“O palácio dos governadores de Cachoeira do Campo” (pp. 203-230)

Abstract: O artigo objetiva elucidar os antecedentes do Palácio dos Governadores em Minas e, antes de mais nada, divulgar importantes e inéditos documentos a respeito de sua construção e ampliação. Nesse sentido, são apresentados documentos que contém precisões técnicas da construção, descrição minuciosa da armação do telhado e detalhes dos trabalhos que transformaram a residência de veraneio dos governadores em palácio. Utilizando

passagens de documentos, o autor narra a história da construção do edifício e suas reformas.

Palavras Chave: Palácio dos Governadores em Minas –Arquitetura mineira

Anêmona Xavier de Basto Ferrer

“Monumentos construídos pelos portugueses no Brasil” (pp. 231-272).

Abstract: O artigo apresenta resenhas feitas pelo autor de documentos pertencentes ao acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, que por determinação do diretor do SPHAN foram microfilmados. Estes documentos dizem respeito, como já citado no título, a monumentos portugueses construídos em: São José do Rio Negro; Pará; Mato Grosso; Ceará; Pernambuco; Bahia; Rio de Janeiro; São Paulo; Santa Catarina; Maranhão; Goiás; Paraíba e Minas Gerais.

Palavras Chave: Resenhas – Monumentos portugueses

Augusto C. da Silva Telles

“Vassouras (Estudo da Construção residencial Urbana)” (pp.9-134)

Abstract: O objetivo de Telles é estudar as casas residenciais urbanas de Vassouras. O texto inicia com a história de formação de Vassouras (primeiros arruamentos, câmara municipal e particularidades do traçado urbano), passando pelas personagens ilustres da cidade. No que se refere às casas, Telles analisa demoradamente plantas e tipos de casas, tanto térreas como sobrados, estuda seus interiores e destaca as influências, principalmente a francesa, das construções, contando a história de cada planta e as modificações recentes pelas quais passou. Nas fotos foca as fachadas e os interiores, oferecendo ricas informações sobre sua decoração.

Palavras Chave: Casas residenciais – Formação de Vassouras

Alfredo Galvão

“Feliz Emílio Taunay e a Academia das Belas Artes” (pp. 137-217).

Abstract: O artigo destina-se ao estudo do trabalho de Taunay na Academia Imperial de Belas Artes, por meio da publicação de documentos seus quanto foi diretor do estabelecimento. Antes da transcrição dos documentos, Galvão relata a trajetória e os benefícios alcançados pela escola na gestão de Taunay, iniciada em 1824. Entre os documentos apresentados, aparecem trechos de discursos, ofícios ao Governo, atas de assembleias, relatórios de atividades e documentos referentes às construções da academia.

Palavras Chave: Academia Imperial de Belas Artes – Ensino de arte no Rio de Janeiro

Paulo Thedim Barreto

“Análise de Alguns Documentos relativos à Casa de Câmara e Cadeia de Mariana” (pp.219-251).

Abstract: Thedim Barreto traz novos elementos para o conhecimento da construção da Casa de Câmara e Cadeia em Mariana. A partir de dados históricos, o autor examina detalhadamente alguns documentos referentes à autorização, a autoria dos riscos, a

contratação da obra e as características de seu projeto. Para tal, o Auto de arrematação; condições de arrematação e a planta do edifício são publicados no artigo, seguidos de notas explicativas contendo as análises de Barreto.

Palavras Chave: Casas de Câmara e Cadeia – Arquitetura civil em Mariana

Frei Venâncio Willeke, O. F. M.

“Livros dos guardiões do convento de Stº. Antonio da Paraíba” (pp. 253-304).

Abstract: Frei Venâncio escreve em seu texto sobre o interesse histórico dos livros dos guardiões da Bahia (LGB), de Ipojuca (LGI), da Paraíba (LGPB) e alguns fragmentos do de São Francisco do Conde (LGC), denotando brevemente a história de suas escriturações, com destaque para o LGPB. Após a apresentação, segue a publicação do conteúdo do Livro dos Guardiões da Paraíba (entre as páginas 258–304), finalizada com algumas fotos da fachada e do interior da igreja de Santo Antonio, em João Pessoa.

Palavras Chave: Documentos de irmandades religiosas – Convento de Santo Antonio

José de Souza Reis

“Evidencia dos Monumentos Históricos” (pp. 305-315).

Abstract: Num estudo sobre as políticas de preservação, Reis apresenta e problematiza algumas questões sobre a visibilidade dos monumentos e sobre a execução dos trabalhos de preservação no Brasil. O autor compara as diferentes realidades do país e da Europa; cita exemplos de projetos preservacionistas latino-americanos e incita a necessidade de planejamento urbanístico e de uma formação voltada à compreensão da complexidade e responsabilidade técnica na prática preservacionista do Brasil.

Palavras Chave: Preservação de monumentos - Urbanização

Rodrigo Mello Franco de Andrade

“Palestra proferida por Rodrigo M. F. de Andrade, em Ouro Preto, a 1-7-68” (pp. 11-26).

Abstract: Nesse artigo, resultado da palestra, Andrade fala sobre a riqueza dos monumentos mineiros, apresentando um panorama do acervo móvel e imóvel daquele Estado. Em sua palestra, ele retoma e esboça as condições favoráveis da produção mineira, a tipologia e influência – fundamentalmente reinol – das obras, a importância estética das velhas cidades para os urbanistas atuais, a consciência alcançada pelo povo na intenção de preservar seus monumentos e as novas possibilidades de pesquisas.

Palavras Chave: Patrimônio mineiro – Ouro Preto

Robert C. Smith

“Arquitetura Civil do Período Colonial” (pp. 27-125).

Abstract: Num copioso trabalho, dividido em 7 partes, Smith escreve sobre a arquitetura civil brasileira. Inicialmente, ele se preocupa com a história dessa arquitetura, dando atenção à origem, a tipologia e aos lugares de ocorrência das casas brasileiras. Adiante, compara as plantas paulistas com as pernambucanas, verificando as mudanças introduzidas pelos holandeses durante a ocupação territorial e, por fim, estuda minuciosamente aspectos dos materiais construtivos, exteriores, interiores, janelas e autoria dessas construções.

Palavras Chave: Arquitetura civil – arquitetura colonial

René Laclette

“O ‘Aleijadinho’ e suas doenças” (pp.127-176).

Abstract: O objetivo desse estudo é tentar explicar como Antonio Francisco Lisboa continuou a esculpir apesar da doença que o atacava. Para tal, Laclette descreve como teria sido sua produtividade antes e depois da enfermidade. Em seguida, o autor analisa as possibilidades históricas de ter sido acometido por algumas doenças. São analisadas: a

Zamparina, a sífilis, a lepra, a doença do pezinho e a doença de Raynaud. Moléstias que chegaram à posteridade como prováveis causa do mal em Aleijadinho.

Palavras Chave: Aleijadinho – doença de Aleijadinho

Clarival do Prado Valadares

“O ecumenismo a pintura religiosa Brasileira dos setecentos” (pp. 177-201).

Abstract: Valadares analisa a produção artística de José Joaquim da Rocha, fundamentando-a em três obras: no forro da Igreja da Conceição da Praia; na Igreja de São Domingos e na Igreja de Nossa Senhora da Palma. Destaca-se do texto os critérios metodológicos de atribuição requeridos pelo autor, os quais devem ir além da evidência de contratos e recibos de quitação e do confronto com a tipologia européia. Nesse sentido, ele estuda a composição e as influências perceptíveis nas obras e o estilo do pintor.

Palavras Chave: Pintura – Pintura religiosa

Maria da Conceição M. Coutinho Beltrão e Roque de Barros Laraia

“O método arqueológico e a interpretação etnográfica” (pp. 203-217).

Abstract: O artigo resulta da colaboração entre uma arqueóloga e um antropólogo, na intenção de interpretar e analisar resquícios da cultura indígena Tupinampá. Nele, são descritos os inúmeros sítios arqueológicos encontrados na Guanabara; as evidências históricas e etnológicas dos povos Tupis. A partir do material desses sítios é difundido o método de pesquisa interdisciplinar envolvendo etnologia e arqueologia. Nesse sentido, são apontados sete dados, que podem servir à colaboração entre as duas áreas.

Palavras Chave: Arqueologia – Etnografia

Gilberto Ferrez

“As primeiras telas paisagísticas da cidade” (pp. 219-237).

Abstract: Ferrez estuda três telas do Museu Histórico Nacional. As telas pintadas no monumento carioca representam cenas da vida daquele povo, as obras não têm seu autor definido, por isso o estudioso se insere no debate sobre a atribuição das pinturas. Analisando relatos de viajantes, as características da composição e a tipologia representada,

Ferrez dá idéia de seu possível autor. Delas sabe-se apenas que foram pintadas pelo mesmo artista e, provavelmente, no período de 1779 – 1790.

Palavras Chave: Pintura – Pintura no Rio de Janeiro

Lucio Costa

“Risco Original de Antonio Francisco Lisboa” (pp.239 – 242).

Abstract: Lucio Costa apresenta os riscos de uma fonte atribuída a Manuel Francisco Lisboa, mas que possivelmente teria sido feito por seu filho Aleijadinho. Costa parte da análise comparativa entre a plasticidade da obra e o estilo de Aleijadino. Também apresenta alguns desenhos de autoria do mesmo, muito semelhantes à obra, o que seria um elo de ligação entre o projeto da fonte e seu criador.

Palavras Chave: Aleijadinho – Projeto de fontes

Rodrigo Mello Franco de Andrade

“A pintura colonial em Minas Gerais” (pp. 11-74).

Abstract: Como descreve o título, o artigo de Andrade trata da pintura colonial mineira. Nele, o autor descreve as características dessa pintura, que se desenvolveu como acessório da arquitetura; enumera mestres e oficiais, destacando informações detalhadas daqueles que considera mais importantes e, ao final do artigo, apresenta um sumário de pintores com seus nomes completos, cidade e data de nascimento e, possível, ano da morte.

Palavras Chave: Pintura em Minas Gerais – Pintura Colonial

Lucio Costa

“Antonio Francisco Lisboa – o ‘Aleijadinho’” (pp. 75-82).

Abstract: Lucio Costa escreve sobre o ambiente “saturado de vitalidades” no qual se formou Aleijadinho. Para tal, narra a sua biografia, referindo-se às obras nas igrejas onde trabalhou antes e depois da moléstia que o acometeu, além de evidenciar às principais características da escultura do mestre mineiro, principalmente quanto ao seu estilo.

Palavras Chave: Antonio Francisco Lisboa – Formação de Aleijadinho

Ivo Porto de Menezes

“Manoel Francisco de Araújo” (pp. 83-111).

Abstract: Menezes reúne nesse trabalho uma grande quantidade de documentos referentes a Antonio Francisco de Araújo. São transcritos, sem análises perspicazes, trechos de 27 destes documentos que, além de narrar a vida do artista, provam que o mestre carpinteiro teria trabalhado como entalhador em alguns momentos, ao lado de Aleijadinho. Além disto, o autor expõe a biografia do artista, com datas e dados da sua vida, formação e obra.

Palavras Chave: Publicação de Documentos – Carpintaria em Minas

Fernando Machado Leal

“A antiga comercial Vila dos Lençóis” (pp. 115-159).

Abstract: O autor reconstrói a história da cidade de Lençóis, que teria se originado devido ao ciclo do diamante. Não por menos, Leal concentra seu relato na economia e urbanização vinda com o comércio da pedra preciosa. Além da formação do aglomerado, é estudado no texto o clima, as construções civis e religiosas, a infra-estrutura de que dispõe e apresentadas dez proposições para a preservação da cidade.

Palavras Chave: Lençóis – Urbanização

Ariele Alice Schmit e Igor Chmyz

“Possíveis manifestações da cultura Payaguá em território brasileiro” (pp. 161-186).

Abstract: O artigo apresenta os resultados parciais das pesquisas arqueológicas que objetivavam esclarecer a origem, as rotas de migração e o contato da cultura tupi-guarani com a cultura do colonizador. Para isso, divulgou-se nesse artigo alguns indícios encontrados no vale do rio Paraná, com reproduções de formas cerâmicas encontradas nas escavações, seguidas de análises e interpretações da tipologia desses materiais, além de interpretações geográficas e históricas daquelas civilizações.

Palavras Chave: Cultura Material – Arqueologia

Herculano Gomes Mathias

“Novas contribuições para o arquivo do patrimônio histórico” (pp. 287-222).

Abstract: Trata-se da publicação na revista de documentos recolhidos por Herculano em suas pesquisas nos arquivos portugueses. O material apresentado foi dividido em três grupos básicos: “obras de natureza religiosa”; “obras civis – Mestres de ofícios mecânicos – músicos” e “Diversos” e apresentam notas sobre a natureza histórica ou artística a que se refere o documento.

Palavras Chave: Documentos de arquivos – obras sacras

Lygia Martins Costa

“Inovação de Antonio Francisco Lisboa na estrutura arquitetônica dos retábulos” (pp. 223-227).

Abstract: Costa aborda a evolução dos retábulos feitos por Aleijadinho, dividindo-os em quatro categorias: embasamento geral, embasamento dos pés-direitos, corpo propriamente dito e coroamento. A autora define, ainda, os períodos de mudanças e as principais características do estilo de Aleijadinho. No entanto, complementa o artigo citando que a “inovação estrutural dos retábulos setecentistas nasceu e morreu com ele”. Ao final, ela publica algumas fotos, como forma de ilustrar suas análises.

Palavras Chave: Aleijadinho – Escultura de Aleijadinho

Ivo Porto Menezes

“Índice, por monumentos, do “dicionário de artista e artífice dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais” – 1º Volume, de Judith Martins” (pp. 237-251).

Abstract: Índice remissivo feito por Ivo Porto de Menezes, do supracitado livro de Judith Martins, com 226 verbetes.

Palavras Chave: Verbetes – Artífices dos séculos XVIII e XIX